

**UNITED STATES
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION**
Washington, D.C. 20549
FORMULÁRIO 20-F

- ☐ **TERMO DE REGISTRO DE ACORDO COM O ART. 12(b) OU 12(g) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934**
OU
- ☒ **RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934**
RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
OU
- ☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934**
OU
- ☐ **RELATÓRIO DE EMPRESA SHELL DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934**

Número de arquivo na Comissão: 001-14862

BRASKEM S.A.

(Denominação exata da Requerente tal como especificado em seu estatuto social)

Não se aplica
(Tradução da denominação da Requerente para o inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de constituição)

Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar
Butantã – São Paulo, SP – CEP 05501-050 – Brasil
(Endereço do escritório principal)

Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Braskem S.A.
Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar
Butantã – São Paulo, SP – CEP 05501-050 – Brasil
Telefone: + 55 11 3576-9000
Fax: + 55 11 3576-9532

(Nome, telefone, e-mail e/ou número de fax e endereço do contato da Companhia)

Valores mobiliários registrados ou a registrar de acordo com o Art. 12(b) do Exchange Act:

Nome de cada classe	Símbolo de Negociação	Nome de cada bolsa no qual estão registrados
Ações Preferenciais, Classe A, sem valor nominal, cada qual representada por American Depositary Shares	BAK	Bolsa de Valores de Nova York

Valores mobiliários registrados ou a registrar de acordo com o Art. 12(g) do Act: Nenhum

Valores mobiliários sujeitos a obrigação de apresentação de relatório de acordo com o Art. 15(d) do Act:

Títulos com vencimento em 2024 e remuneração de 6,450% emitidos pela Braskem Finance Limited.

O número total de ações emitidas de cada classe da Braskem S.A. em 31 de dezembro de 2019 era:

451.668.652 Ações Ordinárias, sem valor nominal
345.049.672 Ações Preferenciais, Classe A, sem valor nominal
500.230 Ações Preferenciais, Classe B, sem valor nominal

[Assinalar se a Requerente é uma emissora conhecida e tradicional, como definido na Regra 405 do Securities Act.]¹ Sim ☒ Não ☐

Se este for um relatório anual ou de transição, assinalar se a Requerente é obrigada a arquivar relatórios de acordo com o Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934. Sim ☐ Não ☒

¹ *Nota da minuta*: Será confirmado após o registro.

Assinalar se a Requerente (1) entregou todos os relatórios exigidos pelo Art. 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 nos 12 meses anteriores (ou período menor, conforme exigido da Requerente) e (2) estava sujeita a tais exigências de apresentação de documentos nos últimos 90 dias. Sim ☒ Não ☐

Assinalar se a Requerente apresentou eletronicamente e postou em seu site na Internet, se houver, todos os Arquivos de Dados Interativos cuja apresentação e postagem é exigida de acordo com a Regra 405 do Regulamento S-T (§232.405 desse capítulo) nos 12 meses anteriores (ou período menor, conforme exigido da Requerente). Sim ☒ Não ☐

Assinalar se a Requerente é classificada como grande, regime acelerado; regime acelerado; regime não acelerado; ou empresa de crescimento emergente. Veja definição de “grande, regime acelerado”, “regime acelerado” e “empresa de crescimento emergente” na Regra 12b-2 do Exchange Act.

Grande, regime acelerado ☒ Regime acelerado ☐ Regime não acelerado ☐ Empresa de crescimento emergente ☐

No caso de uma empresa de crescimento emergente que elabore suas demonstrações financeiras de acordo com U.S. GAAP, indique se o emissor optou por não utilizar o período de transição estendido para cumprimento de qualquer normal contábil nova ou revisada nos termos da Seção 13(a) do Exchange Act.

O termo “norma contábil nova ou revisada” refere-se a quaisquer atualizações emitidas pelo Financial Accounting Standards Board ao seu código Accounting Standards Codification após 5 de abril de 2012.

Assinalar que base de contabilidade a Requerente utilizou para elaborar as demonstrações financeiras constantes desta apresentação:

U.S. GAAP ☐ Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) ☐ Outra ☐
Normas emitidas pelo International
Accounting Standards Board ☒

Se a resposta à questão acima tiver sido “Outra”, assinalar que item de demonstrações financeiras a Requerente optou por seguir. ☐ Item 17 ☐ Item 18

Se este for um relatório anual, assinalar se a Requerente é uma empresa shell (conforme definição na Regra 12b-2 do Exchange Act). Sim ☐ Não ☒

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS	ii
ADVERTÊNCIA SOBRE DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS	xii
 PARTE I	 1
Item 1. Identidade de Conselheiros, Diretores e Consultores.....	1
Item 2. Estatísticas Referentes à Oferta e Cronograma Previsto	1
Item 3. Principais Informações.....	1
Item 4. Informações Sobre a Companhia	45
Item 4A. Comentários Não Solucionados dos Funcionários	78
Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras	78
Item 6. Conselheiros, Diretores e Funcionários	133
Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas	149
Item 8. Informações Financeiras	158
Item 9. Oferta e Listagem.....	172
Item 10. Informações Adicionais	173
Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado	188
Item 12. Descrição de Valores Mobiliários Que Não Ações.....	192
 PARTE II.....	 193
Item 13. Inadimplência, Dividendos em Atraso e Mora.....	193
Item 14. Modificações Relevantes nos Direitos dos Acionistas e no Uso dos Recursos.....	193
Item 15. Controles e Procedimentos	193
Item 16A. Perito Financeiro do Conselho Fiscal	196
Item 16B. Código de Ética.....	196
Item 16C. Honorários e Serviços dos Auditores Principais	196
Item 16D. Isenções das Normas de Listagem em Bolsa para Comitê de Auditoria	197
Item 16E. Compras de Ações pelo Emissor e Compradoras Afiliadas	198
Item 16F. Alteração no Contador Certificado da Requerente	198
Item 16G. Governança Corporativa	198
Item 16H. Divulgação Sobre Segurança de Minas.....	201
 PARTE III	 202

Item 17.	Demonstrações Financeiras	202
Item 18.	Demonstrações Financeiras	202
Item 19.	Anexos	202

NOTA EXPLICATIVA

A Braskem S.A., ou Companhia, faz o registro deste relatório anual no Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com a Ordem da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA [*U.S. Securities and Exchange Commission* - SEC] nos termos do Artigo 36 do Securities Exchange Act de 1934 Modificando as Isenções dos Requisitos de Entrega de Relatórios e Procurações para Empresas Públicas de 25 de março de 2020 (Divulgação N° 34-88465).

Conforme estabelecido no Formulário 6-K da Companhia entregue à SEC em 30 de abril de 2020, a Companhia não conseguiu registrar seu relatório anual no Formulário 20-F em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujo prazo original era de 30 de abril de 2020, devido a circunstâncias referentes à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Especificamente, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) acarretou o deslocamento de funcionários e de determinados recursos da Companhia a fim de cumprir as restrições impostas pelo governo e ordens de “fique em casa”. Por causa disso, a Companhia não conseguiu concluir determinados procedimentos e análises em seus controles e processos internos relacionados às demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas nos termos das normas do PCAOB. Isso ocasionou, por sua vez, um atraso na capacidade da Companhia de preparar e concluir seu relatório anual em tempo hábil.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS

Todas as referências aqui contidas a “real”, “reais” ou “R\$ ” indicam a moeda de curso corrente da República Federativa do Brasil. Todas as referências a “dólares norte-americanos”, “dólares” ou “US\$” indicam a moeda de curso corrente nos Estados Unidos da América. Todas as menções a “CHF” fazem referência ao franco suíço, moeda oficial da Suíça.

Todas as referências aqui contidas (1) a “Companhia”, “nós”, “nosso(a)” e variações indicam a Braskem S.A. e suas subsidiárias consolidadas e entidades controladas em conjunto e (2) a “Braskem” indicam unicamente a Braskem S.A. Todas as referências neste documento a “Braskem Europe” se referem à empresa Braskem Europe GmbH e suas controladas consolidadas, inclusive a Braskem America, Inc. (Braskem America).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os livros e registros da Braskem são mantidos em reais. Nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e relativas aos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas, conforme informado no relatório ali contido, e estão incluídas neste relatório anual. As demonstrações financeiras e as notas explicativas que compõem este relatório anual são referidas, coletivamente, como as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia aqui e no restante deste relatório.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas integrantes deste relatório anual foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards, ou IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Participação de mercado e outras informações

Este relatório anual contém informações sobre a participação de mercado no setor petroquímico brasileiro da Companhia e de sua capacidade de produção em relação à de outras empresas atuantes no setor petroquímico do Brasil, de outros países da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo. Tais informações têm por base dados obtidos de terceiros e considerados confiáveis. A participação no mercado brasileiro foi calculada dividindo-se o volume de vendas líquidas de produtos específicos da Companhia no mercado interno pelo consumo total desses produtos no mercado brasileiro. As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico brasileiro e a estimativa do consumo interno brasileiro total de produtos petroquímicos foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM). As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico global, os preços internacionais de produtos petroquímicos e o consumo per capita em algumas regiões geográficas foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela IHS, Inc. (IHS). As informações relativas às importações e exportações brasileiras foram extraídas do ComexStat (<http://comexstat.mdic.gov.br>), elaborado pelo Ministério da Economia do Brasil. A Companhia inclui ainda informações e estatísticas relacionadas ao crescimento econômico de países emergentes obtidas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e estatísticas relacionadas ao produto interno bruto (PIB), crescimento do Brasil, Estados Unidos, Europa e México obtidas de fontes públicas independentes, tais com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Departamento de Comércio dos EUA; a agência oficial de estatística da União Europeia (Eurostat); e o Instituto Nacional de Estadística y Geografía do México.

A Companhia não tem motivos para acreditar que as informações descritas acima são incorretas em qualquer aspecto. Contudo, não foi feita nenhuma verificação independente da capacidade de produção, da participação de mercado, do tamanho do mercado ou de dados semelhantes fornecidos por terceiros ou extraídos de publicações especializadas ou de caráter geral.

As informações relativas ao consumo interno aparente de alguns de nossos produtos são fornecidas com base nas informações disponíveis do governo brasileiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da ABIQUM e em nossas estimativas internas. O consumo interno aparente é equivalente à produção interna, acrescida das importações e deduzidas as exportações. O consumo interno aparente de qualquer período pode diferir do consumo real, porque esta medida não leva em consideração as variações nos níveis de estoque da cadeia de suprimento de petroquímicos.

Alguns Termos Utilizados pelo Setor

Glossário de termos selecionados do setor petroquímico e do contexto dos negócios da Companhia

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Alifáticos	Alifáticos são hidrocarbonetos de cadeia aberta que não contêm anéis estáveis conectando os seus átomos, em contraste aos aromáticos.	São utilizados como combustível, solvente e químicos básicos pela indústria petroquímica.	A Companhia produz alifáticos, tais como eteno e propeno em sua Unidade de Químicos.
Aromáticos	Aromáticos são hidrocarbonetos cíclicos com união estável entre os seus átomos de carbono.	São utilizados como aditivos de combustível, solvente e químicos básicos pela indústria petroquímica.	A Companhia produz aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xileno como coprodutos em sua Unidade de Químicos.
Benzeno	Hidrocarboneto aromático. Constituinte natural do petróleo bruto.	É utilizado principalmente na fabricação de compostos químicos de estrutura mais complexa, tais como o etilbenzeno e o cumeno.	A Companhia produz benzeno como subproduto na sua Unidade de Químicos.
Produtos BTX	Mistura de benzeno, tolueno e de três isômeros de xileno (orto, meta e para), todos hidrocarbonetos aromáticos.	São utilizados como aditivos de combustível, solvente e químicos básicos pela indústria petroquímica.	A Companhia produz benzeno, tolueno e xileno como subprodutos BTX em sua Unidade de Químicos.
Butadieno	Composto orgânico gasoso incolor.	É utilizado na indústria como monômero na produção de borracha sintética.	A Companhia produz butadieno como subproduto na sua Unidade de Químicos.
Buteno	Gás incolor presente no petróleo bruto.	Utilizado como monômero na produção de polímeros, e como intermediário petroquímico.	A Companhia utiliza buteno na produção de PEAD e PEBDL em sua Unidade de Poliolefinas. O Buteno é fornecido por sua Unidade de Químicos.
Soda cáustica	A soda cáustica, ou hidróxido de sódio, é um composto inorgânico. Na forma de um sólido cristalino incolor, a soda cáustica é tóxica, corrosiva e altamente solúvel em água.	Utilizada na produção de papel e celulose, têxteis, água potável, sabão e detergente, e como desentupidor de encanamento.	A Companhia produz soda cáustica em sua Unidade de Vinílicos. A soda cáustica é um subproduto da produção do cloro, necessário para a produção de PVC.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Cloro-Soda	Processo de eletrólise utilizado na fabricação de cloro, hidrogênio e hidróxido de sódio (soda cáustica).	Principal processo industrial para a produção de soda cáustica.	A Braskem opera unidades de Cloro-Soda no Brasil.
Cloro	Cloro é um elemento químico (Cl) e apresenta-se como um gás tóxico verde-amarelado a temperatura ambiente. Possui um odor pungente e sufocante.	É utilizado na produção de produtos de papel, antissépticos, plásticos, tinturas, têxteis, medicações, inseticidas, solventes e no tratamento de piscinas.	A Companhia utiliza sal na produção de cloro em sua Unidade de Vinílicos.
Condensado	Condensado ou gás natural condensado é uma mistura de hidrocarbonetos líquidos de baixa densidade presentes como componentes gasosos no gás natural bruto.	O condensado é utilizado como insumo nas plantas petroquímicas, queimado para aquecimento e na cozinha, e misturado no combustível para veículos.	A Companhia utiliza condensado como matéria-prima na sua Unidade de Químicos.
Cumeno	Composto orgânico baseado em um hidrocarboneto aromático com substituição alifática, o cumeno é um líquido incolor constituinte do petróleo bruto e combustíveis refinados.	É utilizado na produção de fenol e acetona.	A Companhia produz cumeno como subproduto na sua Unidade de Químicos.
Diciclopentadieno	O diciclopentadieno, ou DCPD, é um líquido amarelo com odor acre.	É utilizado em resinas de poliéster, tintas e adesivos.	A Companhia produz DCPD em sua Unidade de Químicos.
Etano	Tipo de gás natural liquefeito (GNL), o etano é um gás incolor e inodoro em condições normais de temperatura e pressão, extraído do gás natural na forma liquefeita.	É utilizado como matéria-prima na produção de eteno.	O etano é uma das principais matérias-primas utilizadas na produção de eteno na Unidade de Químicos.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Etanol	Álcool simples, produzido através da fermentação de açúcares por leveduras ou processos petroquímicos.	É utilizado como combustível para veículos, desinfetante ou intermediário químico.	A Companhia utiliza o etanol como matéria-prima na produção de polietileno verde em sua Unidade de Químicos, localizada em Triunfo, Brasil.
Éter etil terbulítico	O éter etil terbulítico, ou ETBE, é um líquido incolor fabricado através da esterificação ácida do isobuteno com etanol.	É utilizado geralmente como aditivo na produção de gasolina.	A Companhia produz ETBE em sua Unidade de Químicos.
Eteno	Hidrocarboneto gasoso incolor, é o composto orgânico mais utilizado na indústria química. Produzido principalmente via destilação fracionada de matérias-primas como a Nafta e GNLs.	É utilizado principalmente na produção de poliolefinas, essencialmente polietileno, a resina termoplástica mais utilizada do mundo.	A Companhia produz eteno em sua Unidade de Químicos, como principal produto da destilação fracionada de matérias-primas.
EVA	Acetato de vinila, ou EVA, é um copolímero do etileno-acetato de vinila.	Utilizado na produção de materiais similares à borracha, com aplicações em adesivos, embalagens, moldagem e membranas para equipamentos eletrônicos.	A Companhia produz EVA em sua Unidade de Poliolefinas.
Gasolina	Líquido inflamável obtido no refino do petróleo bruto.	É utilizado principalmente como combustível em motores à combustão.	A Companhia produz gasolina como subproduto na sua Unidade de Químicos.
PEAD	O Polietileno de Alta Densidade, ou PEAD, é uma resina termoplástica produzida pela polimerização do eteno.	É utilizado em diversos setores para a produção de garrafas, brinquedos, frascos de químicos, encanamentos e outros produtos plásticos.	A Companhia produz PEAD em sua Unidade de Poliolefinas.
Hexeno	Um composto alifático, o hexeno é um líquido translúcido e incolor com odor similar ao do petróleo.	Utilizado como solvente, thinner para pintura e meio de reação química. Utilizado ainda como co-mônômero na produção de PEAD.	A Companhia utiliza o hexeno em sua Unidade do México como matéria-prima na produção de PEAD.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Resinas hidrocarbônicas	Chamadas também de resinas de petróleo, são produzidas pela polimerização de hidrocarbonetos aromáticos.	Geralmente utilizadas juntas de outras resinas nos setores de tintas, tinturas, adesivos e borracha.	A Companhia produz resinas hidrocarbônicas em sua Unidade de Químicos.
Hidrogênio	Um elemento químico, o hidrogênio é um gás incolor e inodoro.	É utilizado na fabricação de amônia para a produção de fertilizantes e como intermediário químico na produção de plásticos e fármacos.	A Companhia produz hidrogênio em sua Unidade de Vinílicos.
Solventes hydrogenados	Solventes incolores e inodoros tratados com hidrogênio.	São utilizados na fabricação de tintas.	A Companhia produz solventes hydrogenados em sua Unidade de Químicos.
Isopreno	Composto orgânico comum, componente da borracha natural. Também é subproduto do refino do petróleo.	É utilizado na produção de borracha sintética.	A Companhia produz isopreno em sua Unidade de Químicos.
PEBD	Polietileno de baixa densidade, ou PEBD, é uma resina termoplástica fabricada pela polimerização do eteno.	É utilizado na fabricação de frascos, garrafas, tubulações, sacolas plásticas e equipamento moldado de laboratório.	A Companhia produz PEBD em sua Unidade de Poliolefinas.
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	O gás liquefeito de petróleo, ou GLP, é uma mistura de propano e butano, dois líquidos do gás natural.	É utilizado em aquecedores à combustível, equipamentos de cozinha, como combustível veicular, propulsor aerossol e gás refrigerante.	A Companhia produz GLP em sua Unidade de Químicos.
PEBDL	O polietileno de baixa densidade linear, ou PEBDL, é um polímero linear fabricado a partir da copolimerização do eteno com olefinas de cadeia mais longa.	É utilizado em sacolas plásticas e mantas, filmes plásticos, filmes stretch, bolsas, brinquedos, coberturas, tampas, encanamentos, baldes, cobertura de cabos e tubulações flexíveis, entre outras.	A Companhia produz PEBDL em sua Unidade de Poliolefinas.
Metanol	P metanol é o álcool mais simples, um líquido produzido industrialmente pela hidrogenação do monóxido de carbono.	É utilizado como precursor de outras commodities químicas, inclusive o formaldeído, ácido acético e MTBE.	A Companhia utiliza metanol como matéria-prima para a produção de MTBE em sua Unidade de Químicos.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Éter metil-terc-bulítico (MTBE)	Corrente intermediária de hidrocarboneto líquido derivado principalmente do refino de petróleo bruto.	É utilizado quase exclusivamente como aditivo da gasolina para aumentar o teor de oxigênio.	A Companhia produz MTBE em sua Unidade de Químicos.
Nafta	Corrente intermediária de hidrocarboneto líquido derivado principalmente do refino de petróleo bruto.	É utilizada como solvente, aditivo de combustível e matéria-prima na indústria petroquímica.	A Companhia utiliza a nafta como matéria-prima na produção de produtos petroquímicos em sua Unidade de Químicos.
Gás Natural	Mistura de gás hidrocarbônico de ocorrência natural composta principalmente por metano.	É utilizado como fonte de energia para aquecimento, cozinha e geração de energia elétrica, como combustível para veículos e matéria-prima de produtos químicos.	A Companhia utiliza o gás natural para geração de energia elétrica em seus processos produtivos.
Gás natural liquefeito (GNL)	Mistura de componentes hidrocarbônicos do gás natural, principalmente etano, propano e butano, que são separados do gás natural cru na forma de líquidos.	É utilizado como matéria-prima na indústria petroquímica, como combustível e para o aquecimento e cozinha.	A Companhia utiliza GNLs tais como etano e propano como matérias-primas em suas plantas do Rio de Janeiro e México.
N-hexano	Hidrocarboneto obtido a partir do refino do petróleo bruto.	É utilizado em misturas com outros solventes para a extração de óleos vegetais e como agente de limpeza nos setores de tintas, têxtil, mobiliário e calçados.	A Companhia utiliza o n-hexano em sua Unidade de Poliolefinas como matéria-prima na produção de PEAD e PEBDL.
Noneno	Um hidrocarboneto, o noneno é um líquido incolor com odor remanescente de gasolina.	Utilizado como plastificante para tornar flexíveis plásticos rígidos e na produção de químicos intermediários.	A Companhia produz noneno em sua Unidade de Químicos.
Olefinas	Hidrocarbonetos insaturados que contêm, pelo menos, uma ligação dupla entre carbonos, como eteno, propeno e buteno. Obtidos a partir da destilação fracionada de matérias-primas.	São utilizadas como produtos químicos intermediários na produção de outros químicos e resinas.	A Companhia produz olefinas em sua Unidade de Químicos.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Para-xileno	Hidrocarboneto aromático, o para-xileno é produzido principalmente nas refinarias durante a destilação fracionada da nafta.	Utilizado como matéria-prima química na produção de polímeros, principalmente PET.	A Companhia produz para-xileno como subproduto na sua Unidade de Químicos.
DHP	Desidrogenação de propano, DHP ou PDH, é uma tecnologia utilizada na conversão de propano em propeno.	Processo industrial para produção de propeno.	A Companhia utiliza o propeno das unidades de DHP como matéria-prima em suas plantas nos Estados Unidos.
Piperileno	Hidrocarboneto líquido volátil e inflamável, obtido como subproduto da produção de eteno.	Utilizado como monômero na fabricação de plásticos, adesivos e resinas.	A Companhia produz piperileno em sua Unidade de Químicos.
Polietileno (PE)	O PE é o mais comum entre as resinas termoplásticas. É leve e durável, e é obtido pela polimerização do eteno.	O PE possui um grande número de aplicações, tais como em embalagens, bens de consumo, fibras, têxteis, encanamentos, setor automotivo, fios e cabos, construção civil, entre outras.	A Companhia produz PE em sua Unidade de Poliolefinas.
Poliisobuteno (PIB)	O PIB é uma borracha sintética permeável a gases produzida através da polimerização do isobuteno com isopreno.	Utilizado como combustível e aditivo de lubrificantes, em explosivos, como base para goma de mascar, e para aumentar a resistência do polietileno ao stress ambiental.	A Companhia produz PIB em sua Unidade de Químicos.
Poliolefinas	Macromoléculas formadas pela polimerização de monômeros de olefinas. As mais comuns são o polipropileno (PP) e o polietileno (PE).	São utilizadas em uma ampla linha de bens de consumo e aplicações industriais.	A Companhia produz poliolefinas em sua Unidade de Poliolefinas.
Polipropileno (PP)	O PP é uma resina termoplástica e o segundo plástico mais produzido após o PE. Obtido a partir da polimerização do propeno, o PP é geralmente mais rígido e resistente ao calor que o PE.	Amplamente utilizado nos setores automotivo e moveleiro, em bens de consumo, embalagens e etiquetas, além de outras aplicações industriais.	A Companhia produz PP em sua Unidade de Poliolefinas.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Policloreto de vinila (PVC)	O PVC é o terceiro polímero plástico sintético mais produzido do mundo, atrás do PE e do PP, obtido a partir da polimerização do monômero cloreto de vinila (MCV), um monômero fabricado geralmente a partir de eteno e cloro.	É utilizado principalmente em infraestruturas e na construção civil para fabricação de canos e perfis, tais como portas e janelas, em encanamentos, cabos elétricos, pisos e como substituto da borracha.	A Companhia produz PVC em sua Unidade de Vinílicos.
Propano	Tipo de gás natural liquefeito (GNL), o propano encontra-se como gás em condições normais de temperatura e pressão, e é extraído do gás natural na forma liquefeita.	Utilizado geralmente com o butano em aplicações de aquecimento e na cozinha, serve ainda de matéria-prima na indústria petroquímica.	A Companhia utiliza o propano juntamente com o etano como matérias-primas na produção de produtos petroquímicos em sua Unidade de Químicos.
Propeno	Um hidrocarboneto, o propeno é um gás incolor e a segunda olefina mais utilizada na indústria química, após o eteno. Ele pode ser obtido como coproduto da destilação fracionada ou refino, ou produzido.	Utilizado principalmente na produção de resinas de polipropileno e de diversos outros produtos químicos, tais como o óxido de propeno e a acrilonitrila.	A Companhia produz propeno em sua Unidade de Químicos como subproduto da destilação fracionada. O propeno é ainda a principal matéria-prima utilizada pela Companhia na produção de polipropileno em suas Unidades de Poliolefinas e EUA e Europa.
Gás de refinaria	Gás produzido como subproduto do refino do petróleo bruto. É uma mistura de metano, etano, hidrogênio e outros gases.	É utilizado como matéria-prima na indústria petroquímica.	A Companhia utiliza o gás de refinaria como matéria-prima em sua Unidade de Químicos na produção de eteno.
Sal	O sal é um mineral composto principalmente por cloreto de sódio.	É utilizado em diversas indústrias, principalmente no processo de cloro-soda para produção de soda cáustica e cloro, e como aditivo de alimentos.	A Companhia utiliza sal na produção de cloro e soda cáustica em sua Unidade de Vinílicos.
Hipoclorito de sódio	O hipoclorito de sódio é um composto clorado.	É utilizado como desinfetante ou agente de branqueamento e na produção de outros produtos químicos.	A Companhia produz hipoclorito de sódio em sua Unidade de Vinílicos.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto dos negócios da Companhia
Tetrâmero	O tetrâmero, ou tetrâmero de propileno é uma olefina.	É utilizado como plastificante, tensoativo, aditivo de óleo lubrificante e agente de polimerização.	A Companhia produz o tetrâmero de propileno em sua Unidade de Químicos.
Resinas termoplásticas	Polímeros crus e amorfos, como o PE, PP e PVC.	São utilizados na indústria plástica e em outras indústrias.	A Companhia produz resinas termoplásticas em sua Unidade de Químicos.
Tolueno	Hidrocarboneto aromático.	É utilizado principalmente como matéria-prima industrial e como solvente.	A Companhia produz tolueno em sua Unidade de Químicos.
PEUAPM	Polietileno de Ultra-Alto Peso Molecular, ou PEUAPM, é um tipo especial de polietileno termoplástico.	Utilizado em aplicações industriais que exigem durabilidade, baixa fricção e resistência química, como canaletas, guias de correntes e defensas marítimas, entre outras.	A Companhia produz PEUAPM em suas Unidades dos EUA e Europa.
Vinílicos	Vinílicos, ou polímeros vínicos, constituem um grupo de polímeros derivados de monômeros vínicos. O vínilico mais comum é o PVC.	São utilizados na indústria plástica e em outras indústrias.	A Companhia produz vínicos em sua Unidade de Vínicos.

Outros termos utilizados neste Relatório Anual

Neste relatório anual:

- “produtos de primeira geração” significa petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno, produzidos a partir da nafta, gás natural e etano. Os petroquímicos básicos são utilizados como matéria-prima na produção de produtos de segunda geração. A Companhia também vende alguns produtos de primeira geração para os seus clientes;
- “produtos de segunda geração” significa resinas termoplásticas, tais como PE, PP e PVC;
- “terceira geração” significa os transformadores de plásticos;
- “produtos de terceira geração” significa os produtos plásticos acabados produzidos por processo de moldagem de resinas termoplásticas em aplicações de uso final;
- “capacidade anual de produção” significa a capacidade nominal anual de uma unidade específica, calculada com base na operação 24 horas por dia durante todo o ano;
- “kt” significa mil toneladas, e equivale a 1.000 toneladas ou 2.204.622,62 libras;
- “tonelada” significa uma tonelada métrica, que equivale a 1.000 quilogramas ou 2.204,62 libras.

Arredondamento

Alguns dos montantes constantes do presente relatório anual foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Consequentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos montantes que as precedem.

Conversão de Moeda

Exclusivamente para fins de conveniência do leitor, a Companhia converteu alguns valores incluídos no “Item 3. Principais Informações—Dados Financeiros Seleccionados” e em outros itens deste relatório anual de reais para dólares norte-americanos, usando a taxa de venda informada pelo Banco Central do Brasil em 29 de maio de 2020 de R\$ 5,4263 para US\$ 1,00. Essas conversões não devem ser consideradas declarações de que tais valores foram, poderiam ter sido ou podem ser convertidos em dólares norte-americanos por essa ou por qualquer outra taxa.

ADVERTÊNCIA SOBRE DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual contém declarações prospectivas. Algumas das questões objeto de explanação relativas às operações comerciais e desempenho financeiro da nossa Companhia, incluem declarações prospectivas segundo o significado do Securities Act de 1933, com alterações (Securities Act) ou do Securities Exchange Act de 1934, com alterações (Exchange Act), ambos dos Estados Unidos.

As afirmações de natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuros ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como “visa”, “espera”, “acredita”, “pode”, “continua”, “estima”, “prevê”, “pretende”, “possivelmente”, “poderia”, “planeja”, “potencial”, “planeja”, “busca”, “deve”, “objetivo”, “seria” e expressões similares, são afirmações prospectivas. Embora a administração acredite que essas afirmações prospectivas se baseiem em pressupostos razoáveis, elas estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando-se em conta as informações às quais atualmente a administração tem acesso.

As afirmações prospectivas podem ser influenciadas por diversos fatores, entre os quais:

- o efeito adverso de crises de saúde globais, como a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e outros nas operações e vendas internacionais e nacionais da Companhia, demanda por seus produtos petroquímicos, instalações de produção, preço de matérias-primas, logística dos produtos e matérias-primas e cadeias de suprimento;
- conjuntura geral econômica, política e comercial nos mercados ou jurisdições em que atuamos, inclusive demanda e preços de produtos petroquímicos;
- oscilações das taxas de juros, da inflação e das taxas de câmbio do real em relação ao dólar e a outras moedas;
- natureza cíclica do setor petroquímico mundial;
- concorrência no setor petroquímico mundial;
- preços da nafta, do etano, do propano, do propeno e de outras matérias-primas e os termos e condições dos contratos de fornecimento relacionados a estes;
- preços internacionais dos produtos petroquímicos;
- medidas tomadas pelos principais acionistas da Companhia;
- riscos inerentes relacionados a qualquer alteração do controle corporativo da Companhia;
- capacidade de implantar a estratégia de financiamento e captar fundos em termos satisfatórios;
- progresso na integração das operações de empresas ou ativos que vierem a ser adquiridos no futuro, de modo a auferir os benefícios previstos com essas aquisições;
- alterações em leis e regulamentos, incluindo, entre outros, aqueles que versam sobre questões tributárias e ambientais e tarifas de importação em outros mercados ou jurisdições em que a Companhia atua ou para os quais exporta seus produtos;
- alterações futuras em políticas no Brasil, México, Estados Unidos e Europa e ações relacionadas por parte de tais governos;
- retração da economia mundial, podendo afetar negativamente as empresas petroquímicas;
- desfecho de processos de grande monta relativos a tributação, questões trabalhistas, ambientais e outras questões legais e
- outros fatores mencionados ou discutidos no “Item 3. Informações Principais—Fatores de Risco.”

As informações prospectivas não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nessas informações. Quanto às

informações prospectivas, relacionadas a resultados financeiros futuros e outras projeções, os resultados reais serão diferentes em razão da incerteza inerente a estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, os investidores em potencial não devem basear-se unicamente nessas informações.

As declarações prospectivas são válidas apenas na data em que são feitas e a administração não assume nenhuma obrigação de atualizá-las em função de novas informações ou acontecimentos futuros, ou de divulgar publicamente eventuais revisões dessas declarações de modo a refletir acontecimentos ou circunstâncias posteriores ou a ocorrência de fatos não previstos.

PARTE I

ITEM 1. IDENTIDADE DE CONSELHEIROS, DIRETORES E CONSULTORES

Não se aplica.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS REFERENTES À OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

Não se aplica.

ITEM 3. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES

Informações financeiras e outras informações selecionadas

As informações selecionadas a seguir devem ser lidas em conjunto com a “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e suas respectivas notas explicativas, que estão incluídas neste relatório anual.

As informações financeiras selecionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o período de três anos findo em 31 de dezembro de 2019 foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas de IFRS e incluídas neste relatório anual.

Em 2019, com exceção das mudanças que ocorreram devido à adoção de novas práticas contábeis, conforme descrito no “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras – Mudanças nas principais práticas contábeis” abaixo, as práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com exceção da norma IFRS 16 descrita na “Seção 4. Informações Sobre a Companhia—Mudanças nas principais políticas contábeis.”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alterou a classificação das despesas relacionadas à participação nos lucros para informar os efeitos dessas despesas por função. A Companhia também reclassificou as despesas relacionadas à participação nos lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de “Outras Despesas” (R\$ 375,4 milhões em 2018) para “custo dos produtos vendidos” (R\$ 145,4 milhões em 2018), “despesas com vendas e distribuição” (R\$ 50,3 milhões em 2018), “despesas gerais e administrativas” (R\$ 160,2 milhões em 2018) e “pesquisa e desenvolvimento” (R\$ 19,4 milhões em 2018).

Foram incluídas informações relativas aos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos a detentores de ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017 em reais e em dólares convertidos de reais à taxa de venda comercial em vigor na data do pagamento, como exposto no “Item 8. Informações financeiras—Dividendos e política de dividendos—Pagamento de dividendos.”

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2019	2019	2018	2017	2016	2015
	Consolidado					
<i>(em milhões de US\$, exceto valores por ação e conforme indicado)</i>	<i>(em milhões de reais, exceto valores por ação e conforme indicado)</i>					
Informações da Demonstração de Resultado:						
Receita líquida.....	9.642,6	52.323,5	57.999,9	49.260,6	47.664,0	46.880,0
Custo dos produtos vendidos	(8.455,0)	(45.879,1)	(46.576,6)	(36.177,4)	(34.985,6)	(36.697,8)
Lucro bruto	1.187,6	6.444,4	11.423,3	13.083,2	12.678,4	10.182,2
Receitas (despesas):						
Com vendas e distribuição.....	(328,7)	(1.783,5)	(1.689,2)	(1.459,6)	(1.403,7)	(1.077,3)

Exercício findo em 31 de dezembro de						
	2019	2019	2018	2017	2016	2015
	Consolidado					
<i>(em milhões de US\$, exceto valores por ação e conforme indicado)</i>						
	<i>(em milhões de reais, exceto valores por ação e conforme indicado)</i>					
Reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber de clientes .	(1,3)	(7,1)	87,0			
Gerais e administrativas	(409,9)	(2.224,2)	(1.793,2)	(1.434,3)	(1.285,6)	(1.095,4)
Com pesquisa e desenvolvimento ...	(45,7)	(247,7)	(219,2)	(167,5)	(162,0)	(169,6)
Resultado de equivalência patrimonial	1,8	10,2	(0,9)	40,0	30,1	2,2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽¹⁾	(375,7)	(2.038,5)	472,5	(854,9)	(3.906,0)	(952,3)
Lucro operacional....	28,3	153,6	8.280,2	9.206,9	5.951,2	6.889,8
Resultado financeiro:						
Despesas financeiras .	(715,5)	(3.882,8)	(3.007,6)	(3.747,2)	(3.571,0)	(3.163,4)
Receita financeira	156,7	850,6	589,1	603,6	690,1	584,9
Variação cambial, líquida	(317,8)	(1.724,5)	(2.257,0)	(798,7)	(3.210,4)	102,9
Despesa financeira, líquida	(876,6)	(4.756,7)	(4.675,5)	(3.942,3)	(6.091,3)	(2.475,6)
(Prejuízo) Lucro antes do IR e CSLL	(848,3)	(4.603,1)	3.604,8	5.264,6	(140,1)	4.414,2
Imposto de renda e contribuição social atuais e diferidos	361,7	1.962,7	(736,6)	(1.357,7)	(616,0)	(1.660,4)
(Prejuízo) Lucro de operações continuadas	(486,6)	(2.640,4)	2.868,2	3.906,9	(756,1)	2.753,8
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,0	0,0	8,9	26,9	6,4
(Prejuízo) Lucro do exercício	(486,6)	(2.640,4)	2.868,2	3.915,8	(729,2)	2.760,2
Lucro líquido atribuível aos acionistas da companhia	(468,3)	(2.541,0)	2.827,7	3.865,4	(411,5)	3.001,7
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores nas controladas	(18,3)	(99,4)	40,5	50,3	(317,7)	(241,5)
	(468,6)	(2.640,4)	2.868,2	3.915,8	(729,2)	2.760,2
(Prejuízo) Lucro por ação:						
Básico:						
Ações ordinárias	(0,5883)	(3,1922)	3,5543	4,8479	(0,5511)	3,7651
Ações preferenciais classe "A"	(0,5883)	(3,1922)	3,5543	4,8479	(0,5511)	3,7651
Ações preferenciais classe "B"	(0,5883)	(3,1922)	0,5910	0,6069	0,0000	0,6065
Diluído:						
Ações ordinárias	(0,5883)	(3,1922)	3,5543	4,8590	(0,5511)	3,7651
Ações preferenciais classe "A"	(0,5883)	(3,1922)	3,5543	4,8590	(0,5511)	3,7651
Ações preferenciais classe "B"	(0,5883)	(3,1922)	0,5910	0,6069	0,0000	0,6065
ADS ⁽²⁾	(1,1766)	(6,3845)	7,1086	9,7180	(1,1021)	7,5302

(1) No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alterou a classificação da provisão de participação nos lucros com os membros da sua equipe para informar os efeitos dessa despesa por função. A Companhia também reclassificou as despesas relacionadas à

participação nos lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de “Outras Despesas” (R\$ 375,4 milhões em 2018) para “custo dos produtos vendidos” (R\$ 145,4 milhões em 2018), “despesas com vendas e distribuição” (R\$ 50,3 milhões em 2018), “despesas gerais e administrativas” (R\$ 160,2 milhões em 2018) e “pesquisa e desenvolvimento” (R\$ 19,4 milhões em 2018).

- (2) Para cada um dos exercícios apresentados, cada ADS representava duas ações preferenciais classe A.

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2019	2019	2018	2017	2016	2015
(em milhões de US\$, exceto valores por ação e conforme indicado)	(em milhões de reais, exceto valores por ação e conforme indicado)					
Dados da demonstração da Situação Financeira:						
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras ⁽¹⁾	1.564,9	8.491,4	7.905,3	6.077,8	7.892,3	7.458,2
Contas a receber de clientes no curto prazo	421,2	2.285,8	3.075,2	3.281,2	1.634,1	2.755,7
Estoques ⁽²⁾	1.405,2	7.625,1	8.486,6	6.640,0	5.299,5	6.243,7
Imobilizado líquido.....	5.955,3	32.315,2	31.759,9	29.761,6	29.336,7	34.100,3
Total do ativo.....	12.555,3	68.129,0	58.807,5	52.731,8	51.821,9	60.626,9
Empréstimos de curto prazo	142,8	774,9	737,4	1.184,8	2.594,5	1.970,0
Empréstimos de longo prazo.....	5.204,7	28.242,1	24.160,7	22.176,6	20.736,6	25.380,5
Capital social	1.482,3	8.043,2	8.043,2	8.043,2	8.043,2	8.043,2
Patrimônio líquido (inclui participação de minoritários)	727,0	3.944,7	5.654,7	5.472,8	1.720,7	945,5
Outras informações financeiras e operacionais:						
Dados da demonstração de fluxos de caixa:						
Caixa líquido proveniente de (usado em):						
Atividades operacionais.....	417,5	2.265,3	9.250,4	2.461,6	4.457,9	7.091,7
Atividades de investimento.....	(491,4)	(2.666,4)	(2.488,3)	(2.406,4)	(2.552,5)	(3.334,2)
Atividades de financiamento.....	301,4	1.636,8	(4.603,4)	(2.988,5)	(2.757,3)	(97,5)
Outras informações						
Investimentos de capital:						
Imobilizado.....	(494,4)	(2.682,5)	(2.706,3)	(2.273,2)	(2.586,5)	(3.337,9)

(1) Inclui aplicações financeiras circulantes.

(2) Inclui adiantamentos a fornecedores não-circulantes.

Taxas de câmbio

As leis e regulamentos atuais que regem o sistema cambial brasileiro permitem a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, sujeito a determinados procedimentos regulatórios. Desde 1999, o Banco Central permite que a taxa de câmbio real/dólar flutue livremente e, desde então, ela de fato oscilou consideravelmente.

No passado, o Banco Central interveio ocasionalmente visando controlar movimentações instáveis das taxas de câmbio. Não se pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuará a permitir que o real flutue livremente ou se intervirá no mercado de câmbio por meio de sistema de bandas cambiais ou por outra forma. O real pode apresentar substancial valorização ou desvalorização frente ao dólar. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos do país ou sérias razões para prever tal desequilíbrio, poderão ser impostas restrições a remessas de capital estrangeiro para o exterior. Não se pode assegurar que tais medidas não virão a ser tomadas pelo governo brasileiro no futuro. Ver “—Fatores de risco—Riscos relativos ao Brasil—As políticas de controle cambial do governo brasileiro podem aumentar o custo do serviço da dívida expressa em moeda estrangeira, afetar negativamente a capacidade de efetuar pagamentos referentes às obrigações de dívidas expressas em moeda estrangeira e comprometer a liquidez da Companhia” e “—Fatores de risco—Riscos relativos às Ações e Títulos de Dívida da Companhia—Se os detentores de ADSs as

trocarem por ações preferenciais classe A, poderão arriscar perder ou limitar temporariamente sua capacidade de realizar remessa de moeda estrangeira para outros países e certas vantagens fiscais brasileiras.”

Fatores de risco

Riscos relativos à Companhia e ao setor petroquímico

Pandemias e epidemias regionais ou globais, incluindo a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), podem impactar negativamente o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

O negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente impactados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), cuja origem, segundo informações, se deu na China em dezembro de 2019 e se espalhou para o restante do mundo, ou por outra pandemia ou epidemia de natureza similar. Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) causou um impacto significativo nos mercados e nas atividades econômicas no mundo, e sua gravidade, magnitude e duração são altamente incertas, mudam rapidamente e são difíceis de prever. Neste momento, a administração da Companhia não pode prever com certeza os efeitos que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia e nem se tais efeitos serão relevantes. A disseminação do novo coronavírus (COVID-19) fez com que a Companhia alterasse algumas de suas práticas comerciais, e ela ainda pode tomar medidas adicionais que venham a ser exigidas pelas autoridades governamentais ou determinadas pela Companhia como sendo do melhor interesse de seus funcionários, clientes, parceiros e fornecedores. Com base nos dados operacionais preliminares da Companhia para maio de 2020 e no impacto esperado, divulgado publicamente, sobre determinados setores que são clientes dos produtos da Companhia (como o setor de construção e o automotivo), a Companhia acredita que o novo coronavírus (COVID-19) tem afetado o seu negócio de diversas formas, incluindo, entre outros, com a redução da sua produção, volumes de vendas e receita líquida, aumento de alguns de seus custos e redução da sua margem bruta.

A Companhia está monitorando de perto o impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre todos os aspectos do seu negócio e localidades, incluindo como isso pode impactar os seus clientes, sua equipe, fornecedores, parceiros comerciais e canais de distribuição. Neste momento, a Companhia não é capaz de prever integralmente o impacto que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre a sua situação financeira e resultados operacionais devido a inúmeras incertezas que ela não pode prever ou controlar, como a gravidade do vírus, a duração do surto, medidas governamentais, comerciais ou outras ações que poderiam limitar as suas operações ou obrigá-la a fornecer produtos ou serviços, impactos sobre suas cadeias de fornecimento, efeito sobre a demanda do consumidor, fechamento de plantas ou mudanças em suas operações. Não é possível prever o impacto que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre seus clientes, fornecedores e outros parceiros comerciais, sendo que qualquer efeito relevante sobre eles poderia impactar a Companhia de maneira negativa. Os efeitos sobre a saúde dos funcionários e sobre a capacidade da Companhia de atender às necessidades dos funcionários em suas plantas, instalações de distribuição, operações de venda e outras funções críticas não podem ser previstos. Além disso, os impactos da piora esperada das condições da economia global e as contínuas mudanças e volatilidade nos mercados financeiros e de crédito, gastos de consumidores e corporativos, bem como outras consequências não previstas permanecem desconhecidos. A pandemia acarretou, e pode continuar a acarretar, mudanças significativas nos mercados financeiros globais, o que pode reduzir a capacidade da Companhia de acessar capital ou a capacidade de seus clientes de fazer os pagamentos por compras passadas ou futuras, podendo gerar um impacto negativo sobre a sua liquidez.

Embora a Companhia esteja administrando ativamente a sua resposta a possíveis impactos, ela pode não conseguir responder a todos impactos em tempo hábil para impedir efeitos negativos sobre o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais.

A natureza cíclica do setor petroquímico pode reduzir nossa receita líquida e nossa margem bruta.

A indústria petroquímica, incluindo os mercados globais em que atuamos, é cíclica e sensível a mudanças globais em oferta e demanda. Essa natureza cíclica pode reduzir nossa receita líquida, aumentar nossos custos e diminuir nossa margem bruta, inclusive pelas seguintes razões:

- desaquecimentos nos negócios e na atividade econômica em geral podem causar diminuição da demanda por nossos produtos;

- a queda global da demanda pode gerar pressões competitivas para menores preços;
- aumento dos preços das principais matérias-primas utilizadas, principalmente a nafta, o etano e o propeno; e
- se decidirmos ampliar nossas fábricas ou construir novas instalações, podemos fazê-lo com base na estimativa de uma demanda futura que talvez não se concretize ou se concretize em níveis abaixo do previsto.

Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços e margens de lucro, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços e margens de lucro. Os preços no setor petroquímico seguem o setor petroquímico mundial e os preços de nossos produtos vendidos no Brasil, em outros países da América Latina, nos Estados Unidos e ao redor do mundo são fixados tomando por referência os preços dos mercados internacionais. Portanto, nossa receita líquida, custos com matéria-prima e nossa margem bruta estão cada vez mais vinculadas a condições da indústria global, sobre as quais não temos controle, e que podem afetar negativamente os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Condições adversas no setor petroquímico que podem afetar adversamente a demanda pelos produtos da Companhia.

As vendas dos produtos petroquímicos da Companhia estão atreladas à demanda e níveis de produção globais, que podem ser afetados por fatores macroeconômicos, como taxas de juros, preço do petróleo, mudanças para produtos alternativos, confiança do consumidor, tendências de emprego, exigências de fiscalização regulatória e legislativa, acordos comerciais, bem como interrupções regionais, desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos globais. Por exemplo, a persistência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) poderia afetar negativamente as cadeias de suprimento no mundo inteiro e a demanda pelos produtos da Companhia. A extensão do impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre os resultados da Companhia dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive a gravidade da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as ações para contê-la ou tratar o seu impacto, entre outros.

A Companhia recebe um montante significativo de receitas de determinados clientes, e os riscos de crédito associados a esses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações.

A Companhia mantém diversas operações nas quais o risco de crédito da contraparte é um fator relevante, incluindo operações com determinados clientes e empresas com as quais trabalha para a prestação de serviços, entre outros. Esses riscos dependem de condições de mercado e da viabilidade real e estimada da contraparte. O não-cumprimento de obrigações por quaisquer das contrapartes ou sua vulnerabilidade avaliada podem expor a Companhia a riscos de perda em determinadas situações. A Companhia recebe um montante significativo de receitas de determinados clientes, e os riscos de crédito associados a esses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações. Alguns contratos e acordos firmados entre a Companhia e contrapartes podem conter cláusulas de indenização que a protegem de perdas financeiras. Havendo deterioração da qualidade de crédito desses clientes ou caso eles busquem proteção contra falência, a capacidade da Companhia de cobrar os seus recebíveis e, portanto, os resultados de suas operações, podem ser afetados de maneira adversa. Além disso, atrasos em ciclos de pagamento por clientes relevantes podem afetar de maneira adversa a liquidez e o capital de giro.

Os resultados divulgados da Companhia podem ser afetados negativamente pelos aumentos das perdas de crédito esperadas.

A Companhia possui um saldo significativo de contas a receber e, por isso, constitui uma provisão para cobrir a parcela desse montante que não seja recebida devido à inadimplência de clientes.

Caso a viabilidade do negócio de certos clientes se deteriore ou as políticas de crédito da Companhia se mostrem ineficazes na redução da sua exposição ao risco de crédito relacionado a esses clientes, podem ser necessários aumentos adicionais nas perdas de crédito esperadas, o que poderia resultar em um efeito adverso sobre o fluxo de caixa ou os resultados das operações da Companhia. A Companhia registra perdas de crédito esperadas em valor considerado suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos recebíveis, levando em conta o histórico de perdas da Companhia e a idade das contas a receber, embora a Companhia não possa garantir que estes valores sejam suficientes para cobrir eventuais perdas. Além disso, atrasos em ciclos de pagamento por clientes relevantes podem afetar de maneira adversa a liquidez e o capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de contas a receber de clientes, líquido de perdas de crédito esperadas (R\$ 229,3 milhões), era de R\$ 2.306,7 milhões.

Fatores macroeconômicos globais têm produzido, e podem continuar a produzir, efeitos negativos sobre as margens que colocamos em nossos produtos.

Nosso resultado operacional pode ser materialmente afetado por condições adversas nos mercados financeiros e condições econômicas negativas em geral. Pioras no ambiente econômico de determinadas regiões geográficas e jurisdições onde comercializamos nossos produtos podem reduzir substancialmente a demanda por nossos produtos e resultar na queda do volume de vendas. Ambientes de recessão econômica podem afetar negativamente nosso negócio, em função da redução da demanda por nossos produtos.

Segundo o FMI, o PIB mundial cresceu 2,9% em 2019, uma redução de 0,7 pontos percentuais em relação ao PIB mundial de 2018. Em 2019, o PIB brasileiro cresceu 1,1% ante crescimento de 1,3% em 2018 e de 1,0% em 2017, e retrações de 3,5% em 2016.

Segundo o FMI, o PIB dos EUA cresceu 2,3% em 2019, ante crescimentos de 2,9% em 2018, 2,3% em 2017 e 1,5% em 2016. Além disso, segundo o FMI, em 2019 o PIB da Europa cresceu 1,2% e o PIB do México ficou estagnado.

De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB do Brasil dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões.

Nossa capacidade de exportar para outros países depende do nível de crescimento econômico nesses países e outras condições econômicas, incluindo taxas de inflação e juros vigentes. Adicionalmente, quebras no equilíbrio global entre demanda e oferta podem prejudicar nossa habilidade de exportar nossos produtos em razão de uma queda na demanda interna por esses produtos. Períodos de prolongada volatilidade da atividade econômica em nossos principais mercados de exportação, tais como América do Sul, Europa e Ásia podem continuar a reduzir a demanda por alguns de nossos produtos e levar a maiores pressões de preços por importadores brasileiros, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais.

Enfrentamos concorrência de produtores de polietileno, polipropileno, PVC e outros produtos petroquímicos.

Enfrentamos forte concorrência em todos os produtos petroquímicos oferecidos. Nossas operações nos Estados Unidos enfrentam concorrência naquele país de outros produtores norte-americanos de polipropileno e demais produtores internacionais de polipropileno que atendem o mercado dos Estados Unidos. Nossas operações na Alemanha enfrentam concorrência na Europa e nos outros mercados de exportação que atende por parte de produtores europeus e de outros países de polipropileno. As operações da Companhia no México enfrentam a concorrência de produtores de polietileno dos Estados Unidos. Empresas concorrentes da América do Sul podem exportar para o Brasil com baixas taxas ou até sem taxas de importação. Adicionalmente, produtores e quase todos os continentes realizam vendas regulares ou pontuais para empresas de trading e clientes diretos no Brasil para produtos petroquímicos e resinas.

Em geral, os preços de nossos produtos de segunda geração vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços cobrados por produtores estrangeiros nos mercados internacionais. Geralmente determinamos os preços de nossos produtos de segunda geração exportados do Brasil com base nos preços praticados no mercado à vista internacional. Os preços do polipropileno comercializado nos Estados Unidos e na Europa são determinados com base na precificação do mercado regional. O preço do polietileno no México é definido com base nos preços do polímero na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Como resultado do recente comissionamento da capacidade de produção de eteno a partir de gás natural, somado à competitividade de preço do etano como matéria-prima para a produção de petroquímicos, a administração prevê que poderemos enfrentar concorrência mais intensa de produtores de resinas termoplásticas, especialmente norte-americanos, chineses e do oriente médio, nos mercados nos quais ela vende esses produtos.

Adicionalmente, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano pode aumentar a competitividade do preço de produtos importados em reais, o que pode causar um aumento na concorrência no Brasil por parte de outros produtores de produtos de segunda geração. Alguns dos concorrentes estrangeiros são empresas substancialmente maiores, que contam com recursos financeiros, produtivos, tecnológicos e/ou de marketing

superiores aos da Companhia. Ainda, a valorização do euro em relação ao dólar norte-americano pode aumentar a competitividade do preço de produtos importados e denominados em euro e, como consequência, aumentar a concorrência de importações.

A Companhia poderá enfrentar a concorrência de produtores de substitutos dos seus produtos como resultado da evolução tecnológica, tendências e preferências de consumo e setoriais, além de mudanças regulatórias.

A Companhia compete em um mercado que depende da inovação tecnológica e da habilidade de se adaptar a tendências de consumo e setoriais que estão em constante evolução. Seus produtos petroquímicos e outros produtos produzidos a partir deles, tais como bens de consumo feitos de plástico, estão sujeitos a mudanças nas tendências, demandas e preferências dos consumidores e indústrias, bem como a exigências regulatórias e ambientais rigorosas. Portanto, produtos que antes desfrutavam de preferência podem, ao longo do tempo, perder a preferência entre consumidores e indústrias ou deixar de ser percebidos como a melhor opção, o que pode prejudicar o resultado operacional e a posição financeira da Companhia.

Além disso, a gestão, descarte e reciclagem de resíduos plásticos tornou-se uma preocupação ambiental global e tem recebido tanta atenção quanto outros temas ambientais, tais como o aquecimento global, de grande parte da população, governos nacionais e locais, empresas do setor privado, formadores de tendências e consumidores do mundo todo. Há uma crescente tendência de se afastar da utilização de produtos plásticos, o que tem sido apoiado por iniciativas governamentais e legislações, além de investimentos em sistemas de reciclagem de plásticos por empresas do setor público e privado, bem como por governos nacionais e locais. Em novembro de 2018, a Companhia emitiu um posicionamento apoiando o desenvolvimento de certas iniciativas para a promoção da “economia circular” (reutilização e readequação de recursos dentro da economia), entre elas: (i) parcerias para o desenvolvimento de novos produtos e aplicações que melhorem a eficiência e promovam a reciclagem e reutilização (design circular); (ii) investimento no desenvolvimento de novos produtos renováveis a fim de apoiar a economia circular no início da cadeia de valor; (iii) apoio e desenvolvimento de novas tecnologias, modelos de negócios e sistemas de reciclagem e melhora das cadeias de reciclagem e recuperação de materiais; (iv) engajamento de consumidores em programas de reciclagem e recuperação, principalmente através de programas educacionais de consumo consciente para aumentar o conhecimento sobre o valor dos resíduos plásticos para a economia; (v) apoio e utilização de ferramentas de avaliação de ciclo de vida para escolher a opção mais sustentável, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais do plástico; (vi) apoio à mensuração e comunicação de índices de reciclagem e recuperação de materiais de embalagens plásticas; (vii) envolvimento em parcerias para a compreensão, prevenção e solução de questões associadas à má administração de resíduos de plástico, especificamente lixo nos oceanos; e (viii) apoio a políticas públicas para melhorar a gestão de resíduos sólidos e cadeias de reciclagem, especificamente de resíduos de plástico.

Apesar destas e de outras iniciativas realizadas no setor em que atua a Companhia, pode não ser possível aumentar as taxas de reciclagem de resíduos plásticos pós-consumo, o que poderia levar à diminuição do interesse por seus produtos por parte dos clientes e consumidores, além de impactar os resultados das suas operações e a sua condição financeira.

Em 2018, a União Europeia adotou uma estratégia para descarte de produtos de plásticos em uma economia circular que tem por objetivo aumentar significativamente a reciclagem e tem como foco os produtos de plásticos normalmente mais encontrados em praias e no mar. Além disso, o governo local e estadual, como por exemplo na China e no Brasil, propuseram ou implementaram, cada vez mais, proibições a produtos de plástico, como sacolas e canudos de plástico descartáveis, bem como outras embalagens de plástico para alimentos. Ademais, o uso de produtos de plástico uma única vez têm sido visto com críticas pelo público. A maior regulamentação, ou proibição, do uso de produtos de plástico poderia aumentar os custos incorridos pelos clientes da Companhia para usar esses produtos ou de outro modo limitar o uso desses produtos, e poderia levar a uma diminuição na demanda por PE, PP e outros produtos produzidos pela Companhia. Essa diminuição na demanda poderia afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

O contínuo sucesso da Companhia depende da sua habilidade de continuar a se diferenciar e aos seus produtos, bem como de reagir a tais mudanças de tendências. Entre os fatores que podem afetar a percepção dos consumidores sobre os seus produtos, ou sobre os bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos, estão tendências de saúde e a percepção de produtos substitutos como sendo mais ambientalmente amigáveis. Por exemplo, nos últimos anos, temos visto uma mudança na preferência dos consumidores em relação aos canudos plásticos, favorecendo a utilização de canudos fabricados a partir de outros materiais e compostos, tais como papel e outros. A ineficácia em

reagir a tendências similares no futuro pode permitir que concorrentes cresçam e conquistem participação de mercado antes que a Companhia tenha chance de responder.

Além disso, podem ser alteradas ou promulgadas regulações no futuro que dificultem o apelo aos seus clientes, consumidores finais ou a alavancagem dos produtos produzidos pela Companhia. Por exemplo, o descumprimento das políticas aplicáveis, que poderia levar a uma diminuição na demanda pelos produtos da Companhia, proibição de produtos plásticos sem permitir a busca por alternativas por meio de soluções eficientes, incluindo as resinas produzidas pela Braskem, poderia ter um efeito adverso relevante sobre o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Ademais, ainda que a Companhia seja capaz de destacar seus produtos, não é possível garantir que seus concorrentes (inclusive fabricantes de produtos substitutos) não tenham sucesso em persuadir os consumidores dos produtos da Companhia a migrarem para os seus próprios produtos. Alguns dos concorrentes podem ter mais acesso a recursos que a Companhia, o que poderia melhor posicioná-los para reagir e se adaptar à evolução das tendências e preferências e a mudanças regulatórias. Qualquer perda de interesse pelos seus produtos ou por bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos pode causar um efeito material adverso nos negócios, resultados das operações e condições financeiras da Companhia.

Custos mais altos da matéria-prima podem aumentar o custo de produtos vendidos e diminuir a margem bruta, afetando negativamente nosso resultado financeiro total.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos (antes conhecida como Petroquímicos Básicos) e, indiretamente, por nossas outras unidades de negócios no Brasil. Em 2019, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por 40,7% dos custos consolidados de produtos vendidos, comparado a 41,8% em 2018.

Etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas pela Companhia na produção de petroquímicos básicos em nosso complexo petroquímico instalado em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ou Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e representam o principal custo de produção e operacional desse Complexo. Etano e propano corresponderam juntos, direta e indiretamente, a 0,5% e 1,0%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019, comparado a 0,6% e 1,2%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018.

Já o propeno, principal matéria-prima consumida na produção de polipropileno nos Estados Unidos e na Europa, representa o principal custo de produção e operacional da Unidade EUA e Europa. A Companhia também adquire propeno no mercado brasileiro para algumas de suas plantas de polipropileno. O propeno correspondeu, direta e indiretamente, a 20,1% e 21,7% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019 e 2018, respectivamente.

O etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. Etano correspondeu, direta e indiretamente, a 1,3% e 1,0% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019 e 2018, respectivamente.

No Brasil, a Companhia adquire nafta utilizada pela Unidade de Químicos a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o etano utilizado na Unidade do México a preços baseados no etano puro de Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado nas plantas do Brasil e dos EUA a preços baseados na referência do Golfo dos EUA (preço USG). A Companhia adquire o propeno utilizado nas plantas da Europa conforme o informado pela ICIS-LOR com base em um preço de contrato mensal para o propeno da Europa. A Companhia adquire gás de refinaria a preços referenciados no preço do gás natural importado.

O preço de referência ARA oscila principalmente de acordo com variações no preço em dólares do petróleo bruto Brent na Bolsa Intercontinental de Londres. Em 2019, o preço ARA da nafta diminuiu 16,0%, de US\$ 601,30 por tonelada em 2018, para US\$ 505,30 por tonelada em 2019, em virtude da queda nos preços do petróleo, bem como pelo uso de matérias-primas mais competitivas para a produção de etileno em centrais petroquímicas flexíveis, principalmente nos Estados Unidos.

Em 2019, o preço médio do etano, referência Mont Belvieu, foi de 21,6 ¢/gal ou US\$ 160,5/ton, uma queda de 34,0% em relação a 2018, devido à maior oferta associada: (i) à inicialização de novas fracionadoras de gás e dutos para transporte; e (ii) a atrasos na inicialização de novas centrais petroquímicas.

Em 2019, o preço USG médio do propeno foi de US\$820,30 por tonelada, 31,0% menor do que em 2018, devido à maior disponibilidade do monômero em virtude das maiores taxas de utilização de plantas de PDH e do aumento no uso de líquidos de gás natural em centrais petroquímicas.

O preço europeu médio de referência para o propeno foi de US\$1.024,70 por tonelada em 2019, ou 12,4% menor do que em 2018, devido à normalização das restrições logísticas sobre o propeno na Europa, que afetaram a região no ano anterior devido aos baixos níveis dos rios.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno em dólares têm sido e podem se manter voláteis. Além disso, futuras variações no preço do dólar norte-americano podem efetivamente causar um aumento dos custos da nafta, etano, propano e propileno em reais. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos.

Não fazemos hedge contra variações no preço de nossas principais matérias-primas, ficando expostos a flutuações no preço destas.

Atualmente, a Companhia não faz hedge contra a exposição aos preços de suas matérias-primas. A Companhia acredita que a indústria petroquímica possui um hedge natural, principalmente pela alta correlação histórica entre a nafta, que é a matéria-prima principal usada por um produtor marginal, e seus produtos finais (polietileno, polipropileno, PVC, entre outros). Historicamente, as variações no preço da nafta precederam variações correspondentes dos produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. Qualquer hedge apenas sobre o preço da nafta poderia interromper essa proteção natural, muito provavelmente acarretando o aumento da volatilidade dos resultados da Companhia. No entanto, considerando o processo em curso na Braskem de diversificação das matérias-primas, com o etano, propano e propeno passando a representar uma parcela mais significativa dos custos variáveis, o hedge natural descrito acima se enfraqueceu. Isso se deve à correlação significativamente menor do etano e do propano com o preço dos produtos finais da Companhia, em comparação à nafta e ao propeno. Como resultado, e mais do que em anos anteriores, na hipótese de variação do preço do etano ou do propano, a Companhia pode não ser capaz de repassar todos os custos correspondentes com insumos aos seus clientes finais.

A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento de uma parcela significativa de suas necessidades de nafta, etano e propano.

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, ou Petrobras, é a única fornecedora de nafta no Brasil, e tem historicamente fornecido até 70% da nafta consumida por nossa Unidade de Químicos. Em 2019, a Petrobras forneceu 36,5% da nafta consumida pela Unidade de Químicos. Atualmente, a Petrobras é a principal fornecedora de etano, propano e o gás de refinaria e fornece o etano, propano e gás de refinaria consumido pelo Polo Petroquímico localizado no Rio de Janeiro e o polo petroquímico localizado em Capuava, em São Paulo, ou Polo Petroquímico de São Paulo.

A Companhia é parte de diversos contratos de propeno com refinarias da Petrobras, responsável historicamente por 40% do fornecimento das demandas necessárias de propeno para produção de polipropileno no Brasil. Devido à infraestrutura limitada do Brasil para permitir a importação de grandes quantidades de propeno e os custos substanciais associados à armazenagem e transporte do produto, a Companhia depende de maneira substancialmente do propeno fornecido pela Petrobras.

Os contratos de fornecimento de etano e propano com a Petrobras têm vencimento em janeiro de 2021 e o contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras tem vencimento em dezembro de 2020. Alguns de nossos contratos de propeno com a Petrobras vencem em 2021 e outros vencem entre 2028 e 2029. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas. Em junho de 2020, a Companhia celebrou novos contratos com a Petrobras para fornecimento de nafta petroquímica para as suas unidades industriais na Bahia e no Rio Grande do Sul. Os contratos ficarão vigentes por cinco anos após o vencimento do contrato atual com a Petrobras em dezembro de 2020. Vide “Item 5 - Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Acontecimentos Recentes—Contratos de Nafta com a Petrobras.”

A Petrobras controla uma parcela substancial da infraestrutura de dutos utilizados no transporte de nafta pelo Brasil, sendo o nosso principal fornecedor de nafta, etano, propano e propeno. A não renovação ou extensão dos contratos atuais para fornecimento de matérias-primas ou utilização da infraestrutura de dutos, ou a rescisão de tais

contratos com a Petrobras, poderia levar a dificuldades de acesso à infraestrutura de dutos da Petrobras. Alternativamente, a Companhia poderia acessar a infraestrutura de dutos através da Agência Nacional de Petróleo, ou ANP, o que garantiria acesso à tal estrutura a um custo definido pela ANP.

Portanto, nosso volume de produção e nossas receitas de vendas provavelmente cairiam, enquanto nossos custos provavelmente aumentariam, e impactariam negativamente o nosso desempenho financeiro, no caso da ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- danos significativos à estrutura de fornecimento da Petrobras por meio das quais a Petrobras e a Braskem importam nafta, ou a quaisquer dos dutos que ligam a Companhia às instalações da Petrobras, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- a rescisão, pela Petrobras, dos contratos de fornecimento de nafta, etano, propano ou propeno à Companhia, que dispõem que a Petrobras pode rescindir o por determinadas razões descritas no “Item 4. Informações sobre a Companhia”;
- considerando que a Petrobras (e/ou suas controladas) controla uma parcela significativa da infraestrutura logística da matéria-prima da Companhia no Brasil e os acordos em vigor para utilização dos seus ativos e a sua operação acerca de determinados ativos da Braskem, a Companhia poderia presumir que enfrentaria dificuldades para importar e garantir o acesso a matérias-primas para as suas centrais petroquímicas em um cenário de rescisão de tais acordos pela Petrobras (e/ou suas controladas) causando, portanto, um impacto significativo na estrutura acessada atualmente pela Companhia; ou
- a não renovação ou prorrogação dos contratos existentes da Companhia para o fornecimento de matérias-primas ou uso da infraestrutura de dutos, considerando que a Petrobras está conduzindo um plano de desinvestimento de seus ativos, o que também inclui algumas refinarias que fornecem nafta à Companhia e alguns ativos de infraestrutura logística.

Além disso, apesar de alterações regulatórias terem extinguido o monopólio da Petrobras no mercado brasileiro de nafta, o que permitiu à Companhia importar nafta, eventuais restrições impostas à importação de nafta pelo Brasil podem aumentar os custos de produção. Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide “—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas”.

A Companhia depende do propeno fornecido por terceiros nos Estados Unidos e na Europa

A confiança depositada pela Companhia em fornecedores representa riscos significativos aos seus resultados operacionais, negócios e perspectivas. A Companhia adquire propeno de terceiros para abastecimento das suas plantas. A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha quinze contratos de fornecimento de longo prazo com diversos fornecedores. As fórmulas de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento são geralmente baseadas em preços de mercado. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno na Alemanha através de um contrato de fornecimento de longo prazo que prevê o fornecimento de 84% do propeno necessário nessas plantas. A Companhia possui dois principais contratos na Alemanha. Um deles tem vencimento em setembro de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se rescindido por uma das partes. Já o outro contrato tem vencimento em dezembro de 2023. A Companhia celebrou um terceiro contrato com vencimento no final de 2020, aumentando o fornecimento das suas plantas para 87% das necessidades de propeno. A fórmula de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento é baseada em preços de mercado. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas.

Atrasos na disponibilidade de propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal propeno aceitável nas quantidades necessárias em relação ao contratado, ou em qualquer quantidade, poderão impactar negativamente suas receitas e resultados operacionais.

A Companhia depende do etano fornecido pela Pemex TRI no México.

A Companhia atualmente compra a maior parte de seu suprimento de etano, que é a principal matéria-prima usada no processo de produção de polietileno da Companhia, da Pemex Transformación Industrial (Pemex TRI), uma empresa estatal mexicana que é controlada da Petróleos Mexicanos (Pemex), a empresa estatal de petróleo e gás do México, de acordo com um contrato de fornecimento de etano (o “contrato de fornecimento de etano”), celebrado pela Braskem Idesa S.A.P.I. (Braskem Idesa), que é a joint venture da Companhia com o Grupo Idesa, S.A. de C.V., (Idesa), com a Pemex TRI de acordo com condições comerciais competitivas a preços que fazem referência: (i) ao preço do etano puro Mont Belvieu; e (ii) ao preço Henry Hub, ambos os quais são preços internacionais de referência em dólares. Como resultado, o volume de produção, receitas de vendas e margens de lucro da Companhia provavelmente cairiam e impactariam negativamente e de forma relevante o desempenho financeiro geral da Companhia, caso ocorra um ou mais dos seguintes eventos:

- danos significativos aos centros de processamento de gás da Pemex TRI ou a quaisquer dos dutos conectando o complexo da Companhia às instalações da Pemex TRI, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- qualquer diminuição posterior no valor do etano atualmente entregue pela Pemex TRI no complexo petroquímico da Companhia;
- qualquer controvérsia com a Pemex TRI relacionada ao contrato de fornecimento de etano, incluindo o não pagamento de quaisquer danos compensatórios;
- qualquer inadimplemento relevante por parte da Companhia ou pela Pemex TRI com relação ao fornecimento de etano nos volumes ou quantidades acordados contratualmente no contrato de fornecimento de etano;
- qualquer rejeição ou rescisão, pela Pemex TRI ou pela Companhia, do contrato de fornecimento de etano; ou
- atrasos na disponibilidade de etano de qualidade aceitável ou a incapacidade da Companhia de obter etano aceitável nas quantidades e qualidade necessárias, ou de obtê-lo de qualquer forma, ou a preços razoáveis.

No tocante aos danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano, durante o quarto trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, a Pemex deveria ter entregue títulos de crédito relativos ao: (i) primeiro trimestre de 2019, no valor de aproximadamente US\$ 26 milhões, após o segundo e o terceiro trimestre de 2019, término do período de remediação contratual para fornecimento de volumes atrasados; e (ii) segundo trimestre de 2019, no valor de aproximadamente US\$ 13 milhões, após o terceiro e o quarto trimestre de 2019, término do período de remediação contratual para fornecimento de volumes atrasados. Na data deste relatório anual, a Pemex ainda precisa fornecer os títulos de crédito e, portanto, não cumpriu sua obrigação contratual em tempo hábil.

A Companhia está atualmente envolvida em discussões contínuas com a Pemex TRI para experimentar e abordar as questões relacionadas ao fato de que o fornecimento de etano pela Pemex está aquém dos volumes contratados e que a Pemex não pagou os danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano. A Companhia não pode dar garantias acerca do resultado dessas discussões e, a qualquer tempo, poderia tomar medidas legais contra a Pemex por seu inadimplemento do contrato de fornecimento de etano, como por exemplo instaurar um processo arbitral contra a Pemex após o inadimplemento e notificações enviadas em decorrência disso.

Além disso, o contrato de fornecimento de etano pode ser modificado por meios regulatórios, rescindido ou prejudicado pela Pemex TRI como resultado de pressão política para não cumprir com as condições do contrato, iniciar medidas de expropriação adotadas pelo governo mexicano ou uma mudança na legislação.

Uma rescisão do contrato de fornecimento de etano pela Pemex TRI ou uma modificação do contrato de fornecimento de etano em virtude de pressão política poderia ter um efeito adverso relevante sobre o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. As disposições sobre rescisão antecipada pela Pemex TRI incluem: (i) falta de pagamento pela Companhia por mais de seis meses após a notificação; ou (ii) parada emergencial das operações ou evento de força maior, em virtude dos quais as seguradoras da Companhia consideram

o complexo como sendo uma perda total, ou após os quais a Companhia não consiga retomar ou não retome as operações por 48 meses.

Se a Pemex TRI (i) entregar menos que 70%, em média, dos 66.000 barris de etano por dia durante um período de seis meses, (ii) atingir o limite anual com relação a danos compensatórios devidos pela Pemex TRI à Companhia e esse limite não for renunciado pela Pemex TRI, ou (iii) violar de maneira relevante qualquer uma de suas obrigações com relação ao fornecimento de etano nos termos do referido instrumento e essa violação persistir por mais de seis meses após a notificação, a Braskem Idesa tem o direito de rescindir o contrato de fornecimento de etano e exigir que a Pemex TRI faça a amortização de determinadas dívidas em aberto e compense a Braskem e a Idesa em conformidade com uma fórmula de avaliação acordada, incluindo a amortização de determinadas dívidas da Companhia.

Qualquer rescisão, cancelamento ou modificação do contrato de fornecimento de etano ou redução no valor dos danos compensatórios devidos à Companhia pela Pemex TRI por qualquer outro motivo poderia ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais e posição financeira da Companhia. Vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade do México—Contratos de Fornecimento da Unidade do México—Etano” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures – Complexo Petroquímico do México”.

Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide “—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas”.

A Companhia não tem controle sobre as decisões ou atos societários da Pemex TRI, seu principal fornecedor de etano, uma empresa estatal mexicana.

O governo do México exerceu, e continua a exercer, influência significativa sobre a economia do México. Dessa forma, as medidas governamentais do México a respeito da economia mexicana e de empresas estatais poderiam ter um impacto significativo sobre as empresas do setor privado do México, de forma geral e sobre as operações da Companhia especificamente. Não é possível prever o impacto que as condições políticas terão sobre a economia do México. A Companhia não pode dar garantias de que as políticas do governo federal do México não irão afetar de forma adversa o negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e perspectivas da Companhia. A Companhia, atualmente, não possui e nem pretende contratar um seguro de riscos políticos.

Seu principal fornecedor de etano, a Pemex TRI, é controlada pela Pemex, empresa estatal do México, sendo, portanto, controlada pelo governo mexicano, assim como o seu orçamento, que é aprovado pelo Congresso Mexicano. O governo mexicano pode cortar gastos no futuro. Esses cortes podem afetar o orçamento anual da Pemex de maneira adversa, bem como sua capacidade de fornecer à Companhia o etano contrato.

A Companhia está sujeita ao U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), às leis nacionais de combate a suborno dos EUA e a outras leis de combate à corrupção e lavagem de dinheiro nos países nos quais a Companhia conduz atividades, incluindo o México. A Companhia pode ter interações diretas ou indiretas com representantes e funcionários de agências governamentais ou empresas estatais ou afiliadas no México, como a Pemex TRI. A Companhia poderia ser responsabilizada por atividades corruptas ou ilícitas praticadas por seus funcionários, representantes, contratados, parceiros e agentes, mesmo se ela, de forma explícita, não autorizar essas atividades. Detectar, investigar e solucionar violações, reais ou alegadas, das leis anticorrupção pode exigir que sejam dedicados uma significativa quantidade de tempo, recursos e atenção da alta administração. Além disso, o descumprimento de leis anticorrupção, antissuborno ou antilavagem de dinheiro poderia sujeitar a Companhia a reivindicações de whistleblower, investigações, processos, ações de execução, sanções, acordos, multas, indenizações, outras penalidades ou liminares de natureza cível ou penal, suspensão ou proibição de contratar com determinadas pessoas, prejuízo à reputação, cobertura negativa pela mídia e outras consequências colaterais. Se investigações forem iniciadas ou intimações enviadas, ou outras sanções governamentais forem impostas, ou se a Companhia não for vitoriosa em qualquer processo civil ou penal que tenha sido instaurado contra ela, pode haver prejuízo para o seu negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, alegações foram divulgadas na mídia brasileira e mexicana sobre corrupção na Pemex envolvendo processos de compras no geral. A Companhia não pode garantir que essas alegações não serão estendidas ao processo de compras relacionado ao contrato de fornecimento de etano.

A produção da Pemex, sobre a qual a Companhia não possui controle, e nem sobre outra ação ou decisão corporativa, vem caindo nos últimos anos de acordo com divulgação ao público pela Pemex. Como consequência,

isso acarretou uma diminuição significativa na produção de petróleo e na produção associada de gás natural, que, por sua vez, é a matéria-prima utilizada pela Pemex na produção do etano. Qualquer diminuição posterior na quantidade de etano atualmente entregue pela Pemex TRI na unidade petroquímica da Companhia de acordo com os termos do contrato de fornecimento de etano ou qualquer redução ou total falha pela Pemex TRI em pagar à Companhia os danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano poderia ter um efeito adverso sobre a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas, suprimentos e eletricidade.

A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento da maior parte do seu consumo de etano, propano, gás de refinaria e propeno no Brasil, de algumas empresas para grande parte do fornecimento de propeno à Unidade EUA e Europa, e da Pemex TRI para o fornecimento da maior parte de etano no México. Para o fornecimento de nafta ao Brasil, a Companhia conta com vários fornecedores internacionais para a maioria das compras para as centrais petroquímicas nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, e conta com a Petrobras para a maior parte do fornecimento apenas para a central petroquímica localizada no estado de São Paulo. Ademais, a Companhia está sujeita a riscos substanciais por contar com esses e outros fornecedores que podem ter limitações ou serem os únicos a fornecer matéria-prima, suprimentos e eletricidade. Alguns exemplos desses riscos são:

- caso um fornecedor deixe de fornecer nafta, etano, propano, gás de refinaria, propileno, suprimentos ou eletricidade, conforme o caso, que atenda as especificações determinadas por ele ou pela Companhia em quantidades suficientes e com desempenho ou qualidade aceitáveis entregue pontualmente ou quando solicitado, as vendas, produção, entrega, dos produtos da Companhia aos seus clientes oportunamente e o resultados das plantas podem sofrer um impacto negativo;
- caso a relação da Companhia com um fornecedor-chave mude ou seja afetada de forma adversa, em decorrência de pressões competitivas (ou conflitos de interesses), por exemplo, a companhia pode não ser capaz de obter nafta, etano, propano ou propeno, conforme o caso, sem recorrer a termos financeiros satisfatórios;
- caso ocorra a interrupção do fornecimento de nafta, etano, propano, gás de refinaria, propileno, outros suprimentos ou eletricidade, conforme o caso, porque o fornecedor alterou seu roadmap tecnológico, sofreu danos em suas instalações de produção, decidiu deixar de fornecer tais produtos ou serviços, aumentou o preço de tais produtos ou serviços de forma significativa ou impôs restrições às quantidades entregues aos seus clientes, a Companhia poderá levar um tempo considerável para identificar e qualificar fornecedores alternativos;
- alguns dos principais fornecedores da Companhia são pequenas empresas com limitados recursos, financeiros e de outra natureza, que estão mais sujeitas a passar por dificuldades financeiras e operacionais do que empresas maiores e mais bem estabelecidas, o que aumenta o risco de não conseguirem entregar os produtos conforme as necessidades da Companhia; e
- caso um fornecedor-chave seja adquirido ou passe por uma mudança significativa em seu negócio, a produção e a venda dos sistemas e serviços da Companhia poderão sofrer atrasos ou ser afetados de negativamente, ou os programas de desenvolvimento da Companhia poderão sofrer atrasos ou não ser concluídos.

Atrasos na disponibilidade de nafta, etano, propano, gás de refinaria ou propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal nafta, etano, propano ou propeno aceitável nas quantidades necessárias ou em qualquer quantidade, poderão afetar suas receitas e resultados operacionais de forma adversa.

As Unidades de Poliolefinas e de Vinílicos dependem de nossas plantas de Químicos para o fornecimento de suas necessidades de eteno e propeno. Além disso, as plantas da Companhia localizadas no Complexo de Camaçari, no estado da Bahia, dependem de determinados prestadores de serviços ambientais para o tratamento de efluentes, resíduos industriais e fornecimento de água para uso industrial.

A Unidade de Químicos é a única fornecedora de eteno à Unidade de Vinílicos, a única fornecedora de eteno às plantas de polietileno, e a principal fornecedora de propeno às plantas de polipropileno de nossa Unidade de Poliolefinas. Como o custo de armazenamento e transporte de eteno é significativo e não existe no Brasil infraestrutura adequada que possibilite a importação de grandes volumes de eteno e propeno, nossa Unidade de Poliolefinas no Brasil e nossa Unidade de Vinílicos dependem grandemente do fornecimento desses produtos por

nossas plantas de Químicos. Consequentemente, nossos volumes de produção e receita líquida proveniente das vendas de produtos Vinílicos e de Poliolefinas diminuiriam e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado nas seguintes hipóteses:

- eventuais danos significativos às instalações de nossa Unidade de Químicos por meio das quais é produzido eteno ou propeno, ou ao duto ou outras instalações que conectam nossas plantas de vinílicos e poliolefinas às nossas plantas de Químicos, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou outro motivo;
- eventuais reduções significativas do fornecimento de nafta à Unidade de Químicos, tendo em vista que a nafta é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos na produção de eteno e propeno; ou
- eventuais reduções significativas no fornecimento de etano ou propano à unidade de petroquímicos básicos no Rio de Janeiro, tendo em vista que o etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela RioPol na produção de eteno e propeno.

Ademais, nossos volumes de produção e receita líquida proveniente das vendas de produtos da Unidade de Químicos poderiam diminuir e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado na hipótese de qualquer dano significativo às instalações das Unidade de Poliolefinas e Vinílicos por meio das quais o eteno é consumido.

As plantas da Companhia localizadas no Polo de Camaçari, no estado da Bahia, dependem das controladas Cetrel S.A. (“Cetrel”), Água de Camaçari (“DAC”) e Distribuidora de Água Triunfo (“DAT”)) para: (i) o tratamento de efluentes e resíduos industriais; (ii) o fornecimento de água de reuso; (iii) o fornecimento de água desmineralizada, clarificada e potável; e (iv) a administração dos reservatórios de água. A interrupção das operações da Cetrel, da DAC ou da DAT poderiam resultar na parada de todas as plantas da Companhia no Polo de Camaçari e no Polo do Rio Grande do Sul, e no aumento dos riscos ambientais, o que poderia levar à parada de todo o complexo petroquímico da Companhia. Na ocorrência de tal parada, os volumes de produção e a receita líquida de vendas da Companhia a partir das plantas localizadas no Polo de Camaçari e no Polo do Rio Grande do Sul diminuiriam, e o desempenho financeiro e resultado das operações da Companhia seriam afetados negativamente.

Veja também “—Os negócios da companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.” abaixo.

A Companhia poderá ser afetada adversamente, caso suas operações de transporte, armazenagem e distribuição sofram interrupções e tenham custos maiores que o esperado.

As operações da Companhia dependem da continuidade das operações de transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos. O transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos poderá ser parcial ou totalmente, temporária ou permanentemente interrompida como resultado de diversas circunstâncias que não estão sob o seu controle, tais como:

- eventos catastróficos;
- greves ou outras dificuldades trabalhistas; e
- problemas diversos com meios de transporte.

Por exemplo, em maio de 2018, o Brasil passou por uma greve nacional de caminhoneiros que impactou materialmente as operações de logística de muitas empresas em todo o país, inclusive a entrega das matérias-primas, produtos e outros bens da Companhia. Em resposta a tal greve, a Companhia reduziu gradualmente a taxa de utilização da capacidade dos seus polos petroquímicos no Brasil, que operaram a 50% da sua capacidade nominal em maio de 2018. Após a greve, o Brasil introduziu uma agenda nacional de custos de frete que estabelece preços mínimos para serviços de transporte prestados por caminhoneiros e transportadoras em todo o país, o que poderia ter um impacto de longo prazo nos preços do transporte de cargas no Brasil e levar a aumentos constantes no custo do transporte no futuro no âmbito das operações da Companhia.

Qualquer interrupção significativa das unidades de distribuição da Companhia, incapacidade de transportar seus produtos de ou para tais unidades, ou de ou para seus clientes ou fornecedores internos ou estrangeiros, ou aumento nos custos do transporte, por qualquer motivo, causariam um impacto material adverso na Companhia.

Além disso, a International Maritime Organization (IMO) estabeleceu um limite para enxofre em óleo combustível em navios de 0,50% m/m (massa por massa), aplicável a partir de janeiro de 2020, visando à redução significativa da quantidade de emissões de óxido de enxofre por navios do percentual anterior de 3,50% /m (massa por massa), o que poderia aumentar os custos de envio da Companhia e, por conseguinte,, reduzir a sua margem bruta.

A Companhia depende do acesso a tecnologias licenciadas por terceiros e da correspondente propriedade intelectual, principalmente no contexto do processo de fabricação de determinados produtos seus. Caso tal tecnologia licenciada e propriedade intelectual de terceiros utilizadas pela Companhia deixem de estar disponíveis em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, e caso qualquer um de tais terceiros deixe de prestar assistência técnica nos termos dos acordos de licenciamento ou atendimento técnico celebrados com eles de forma a permitir que a Companhia opere satisfatoriamente determinadas instalações produtivas, seus resultados operacionais e condição financeira poderão ser negativamente impactados.

A Companhia utiliza tecnologia e propriedade intelectual licenciada de terceiros na operação regular dos seus negócios, principalmente na operação de determinadas máquinas e equipamentos necessários para a produção de determinados produtos, tais como seus produtos de primeira e segunda geração, sendo que a Companhia poderá continuar a depender do acesso a tecnologias e propriedade intelectual de terceiros no futuro.

Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de continuar a obter ou renovar qualquer tecnologia ou as licenças necessárias em termos aceitáveis, ou em quaisquer termos. A não obtenção ou não renovação dos direitos de uso de tecnologias ou propriedade intelectual de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou de manutenção do acesso a assistência técnica satisfatória, poderia levar a paradas em seus processos produtivos e impedir que a Companhia comercialize determinados produtos, o que poderia causar um impacto material e adverso sobre os seus resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, caso a Companhia não consiga manter o acesso atual a tecnologias, licenças e assistência técnica de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, ou obter as tecnologias, licenças ou assistência técnica adicional necessárias para a fabricação dos produtos atuais ou para o desenvolvimento de novos produtos, poderia ser necessário obter tecnologias ou licenças alternativas a custos maiores ou de menor qualidade ou nível de desempenho, ou exigir que a Companhia realize paradas não programadas de suas unidades produtivas. Quaisquer circunstâncias como estas poderiam prejudicar as condições financeiras e os resultados das operações da Companhia. Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de substituir oportunamente tais tecnologias, propriedade intelectual ou assistência técnica de terceiros por qualquer tecnologia, propriedade intelectual ou assistência técnica adequada a fim de evitar a parada não programada dos seus processos ou unidades de produção, ou que possa fazê-lo de uma maneira eficiente em termos de custo.

Pode levar muitos anos para concluir projetos de capital e as condições de mercado poderiam deteriorar significativamente entre a data de aprovação do projeto e a data de início do projeto, impactando negativamente os retornos do projeto. Se a Companhia não conseguir concluir os projetos de capital de acordo com seu custo esperado e de forma tempestiva, ou se as condições de mercado presumidas como base para as informações econômicas do projeto da Companhia deteriorarem, o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser impactados de forma relevante e adversa.

Atrasos ou aumentos nos custos relacionados a programas de gastos de capital envolvendo engenharia, compras e a construção de instalações poderiam afetar adversamente a capacidade da Companhia de atingir as taxas de retorno internas e resultados operacionais previstos. Atrasos na realização das mudanças ou modernizações necessárias nas instalações da Companhia poderiam sujeitá-la a multas ou penalidades, bem como afetar sua capacidade de celebrar contratos com clientes e fornecer determinados produtos produzidos por ela.

Esses atrasos ou aumentos nos custos podem surgir em virtude de fatores imprevisíveis, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia, incluindo, entre outros:

- recusa ou atraso no recebimento das aprovações e/ou licenças regulatórias necessárias;
- aumentos não planejados no custo de materiais de construção e mão de obra;

- interrupções no transporte de componentes ou materiais de construção;
- mudança nas condições de mercado presumidas como base para as informações econômicas do projeto da Companhia;
- condições meteorológicas adversas, desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos (como mal funcionamento de equipamentos, explosões, incêndios ou derramamentos) que afetem as instalações da Companhia ou de vendedores ou fornecedores;
- escassez de mão de obra qualificada ou divergências trabalhistas que resultem em interrupções de trabalho não planejadas; e
- descumprimento ou controvérsias com vendedores, fornecedores, contratados ou subcontratados. Qualquer um ou mais desses fatores poderia ter um impacto significativo sobre os projetos de capital em curso da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de compensar os atrasos associados a esses fatores ou de recuperar os custos relacionados, ou se as condições de mercado mudarem, isso poderia afetar de forma relevante e adversa o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia poderia afetar adversamente a sua capacidade de levantar capital adicional para financiar suas operações, limitar a capacidade de reagir a mudanças na economia ou em seu setor e impedir que a Companhia cumpra suas obrigações nos termos dos seus contratos de financiamento.

O nível de endividamento da Companhia e sua alavancagem, juntamente com as mudanças na classificação de risco da Companhia e dos seus títulos de dívida pelas principais agências de classificação de crédito poderiam ter consequências relevantes para a Companhia, incluindo o seguinte:

- limite da capacidade de obtenção de financiamento adicional para fins de capital de giro, acréscimos a ativos fixos, desenvolvimento de produto, exigências de serviço da dívida, aquisições e fins corporativos no geral, entre outros;
- limite da capacidade de pagar dividendos;
- alocação de uma parte do fluxo de caixa das operações para pagamento de juros sobre dívidas existentes, ficando indisponível para outras finalidades, incluindo operações, acréscimos a ativos fixos e futuras oportunidades comerciais;
- limite da capacidade de se ajustar às mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação aos concorrentes com menos dívidas;
- possibilidade de vulnerabilidade em caso de desaceleração nas condições econômicas gerais; e
- possibilidade de exigência de ajuste nos níveis de recursos disponíveis para acréscimos a ativos fixos.

Em virtude dos fatores elencados acima, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

O eventual rebaixamento na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou de seus títulos de dívida provavelmente resultaria em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez.

Atualmente, a Standard & Poor's Ratings Group, uma divisão da McGraw Hill, Inc. ou Standard and Poor's, e a Fitch Ratings Ltd. ou Fitch, atribuem classificações à Companhia em escala nacional e global. A Moody's Investors Service, Inc. (Moody's) apenas atribuiu classificação à Companhia em escala global. Em escala global, a Companhia mantém seu grau de investimento conforme segue: (i) Standard & Poor's de BBB com perspectiva negativa; e (ii) Fitch Ratings de BBB com perspectiva negativa. Na Moody's, a classificação da Companhia é Ba1 com uma perspectiva estável. Os ratings da Companhia são superiores ao rating soberano brasileiro de acordo com

as três principais agências. Em escala nacional, a Companhia mantém seu grau de investimento conforme segue: (i) Standard & Poor's de brAAA com perspectiva negativa; e (ii) Fitch Ratings de AAA com perspectiva negativa.

A classificação de crédito da Companhia é sensível a qualquer variação da nota de crédito soberana do Brasil. A classificação de crédito do governo federal brasileiro foi rebaixada em janeiro de 2018, e não conta com o grau de investimento pelas principais agências há vários anos. Qualquer decisão dessas agências de classificação de rebaixar as classificações do governo federal brasileiro da Companhia e seus títulos de dívida no futuro teria como provável resultado o aumento das taxas de juros e outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, e a inclusão de compromissos financeiros nos instrumentos que regulem novas dívidas, podendo reduzir expressivamente a capacidade de captação de recursos da Companhia em condições satisfatórias ou nos valores necessários para assegurar sua liquidez, bem como obrigar a Companhia a emitir garantia em dinheiro em decorrência de suas obrigações, ou de letras de crédito para lastrear garantias dadas pela Companhia no âmbito do Complexo do México.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) causou um impacto significativo nos mercados e nas atividades econômicas no mundo, e sua gravidade, magnitude e duração são altamente incertas, mudam rapidamente e são difíceis de prever. Impactos efetivos e em potencial do novo coronavírus (COVID-19) na economia global, nas economias de alguns países e em determinadas empresas levou as agências de classificação de crédito a rebaixarem a classificação de títulos da dívida pública e emissoras de títulos em todo o mundo. Recentemente, a Fitch Ratings revisou a perspectiva do crédito soberano do Brasil de negativo para estável. ***Um possível rebaixamento adicional na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou de seus títulos de dívida poderia resultar em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez e capacidade de obter financiamento adicional nos termos e condições desejados.***

A Companhia está sujeita a eventuais tentativas de aquisição do seu controle, o que poderia levar a mudanças significativas na administração, nas estratégias atuais, ou nas atuais práticas de governança corporativa.

A Companhia está sujeita a eventuais tentativas de aquisição do seu controle. A alteração do controle da Companhia poderia levar a uma mudança significativa na administração, nas estratégias atuais, ou nas atuais práticas de governança corporativa.

Por exemplo, em junho de 2018, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., ou Odebrecht, sobre discussões entre a Odebrecht e a LyondellBasell Industries N.V., ou LyondellBasell, a respeito de uma potencial operação envolvendo a transferência de toda a participação da Odebrecht na Companhia para a LyondellBasell. Em junho de 2019, a Companhia foi informada pela Odebrecht de que tais discussões relativas à transferência do controle com a LyondellBasell haviam se encerrado. Não é possível garantir que tais negociações não sejam retomadas, ou que a Odebrecht não inicie discussões com outras partes com relação à transferência do controle no futuro.

Além disso, embora a Companhia não faça parte de qualquer processo de falência ou recuperação judicial pendente no Brasil ou em outro país, ela encontra-se exposta a alguns riscos relacionados ao Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht (conforme definição abaixo), incluindo riscos relacionados à alteração do seu controle corporativo resultante de decisões tomadas ou acordadas em tais procedimentos e as suas consequências. A Companhia não tem controle sobre o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht e não pode fornecer nenhuma garantia com relação ao resultado do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou dos seus efeitos sobre a Companhia.

Alguns dos acionistas da Companhia podem determinar o resultado de atos ou decisões societárias, o que pode afetar os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs da Companhia.

A Odebrecht, direta ou indiretamente, através de sua subsidiária integral OSP Investimentos S.A. (OSP Inv) detém 38,3% do capital social em circulação da Companhia, incluindo 50,1% do capital votante, e a Petrobras detém 36,1% do capital circulante da Companhia, incluindo 47,0% de seu capital votante. Pessoas indicadas pela Odebrecht constituem a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia. De acordo com o acordo de acionistas, do qual a Odebrecht e a Petrobras são partes, aqui designado como Acordo de Acionistas da Braskem S.A. a Companhia pode somente se comprometer a praticar determinados atos após a Odebrecht e a Petrobras chegarem a um consenso com relação a eles. No entanto, a Odebrecht terá o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia, por meio de conselho de administração, conforme descrito no “Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas”. Desta forma, a Odebrecht tem a possibilidade de determinar o resultado da maioria dos atos e decisões societários que requerem a aprovação dos

acionistas ou do conselho de administração – em alguns casos, com a anuência da Petrobras — o que poderia afetar os detentores de ações preferenciais classe A e American Depositary Shares, ou ADSs.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2019, a Odebrecht, juntamente com algumas de suas controladoras e controladas, protocolou um pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, no Brasil, buscando uma recuperação judicial voluntária e recurso emergencial de suspensão de determinadas ações de execução por seus credores (“Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht”). O Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht não inclui a Companhia.

Embora a Companhia não faça parte de qualquer processo de falência ou recuperação judicial pendente no Brasil ou em outro país, ela encontra-se exposta a alguns riscos relacionados ao Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht, tais como os riscos relacionados à alteração do seu controle corporativo resultante de decisões tomadas e/ou acordadas em tais procedimentos e as suas consequências, inclusive, mas não limitado a, mudanças significativas na sua administração e na estratégia a ser adotada por qualquer novo acionista controlador que resulte da conclusão de tais processos. A Companhia não tem controle sobre o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht e não pode fornecer nenhuma garantia com relação ao resultado do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou dos seus efeitos sobre a Companhia.

Pode haver conflitos de interesses nas operações com partes relacionadas.

A Companhia tem contas a receber de clientes e contas a pagar correntes e de longo prazo com algumas de suas afiliadas e outras partes relacionadas, entre elas a Petrobras, sua fornecedora interna de nafta e de outros insumos básicos como propeno, etano, propano e gás de refinaria. Os referidos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são provenientes, sobretudo, da compra e venda de bens, a preços e em condições equivalentes às condições e preços médios pagos das operações que realizamos com terceiros. Essas e outras operações entre a Companhia e suas afiliadas poderiam dar margem a conflitos de interesses.

A Companhia poderá buscar oportunidades em aquisições ou investimentos. Caso uma aquisição ou investimento não produza os resultados esperados, ou caso a Companhia não seja capaz de integrar completamente a empresa adquirida, seus negócios poderiam ser afetados negativamente.

A Companhia pode, eventualmente, adquirir ou investir em empresas e negócios complementares. O sucesso de uma aquisição ou investimento dependerá da sua habilidade de realizar estimativas precisas com relação à avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a tal negócio. Não é possível garantir que tais aquisições ou investimentos produzam os resultados esperados à época da celebração ou conclusão de uma operação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades de integração das empresas adquiridas, e resultar na dispersão do capital da Companhia da atenção da sua administração em relação a outras questões e oportunidades de negócios. A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso as operações adquiridas, inclusive seu pessoal, sistemas financeiros, de distribuição ou procedimentos operacionais. Caso não seja possível integrar aquisições com sucesso, os negócios da Companhia poderiam ser afetados. Além disso, as despesas com a integração de qualquer negócio adquirido e seus resultados operacionais podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Determinadas aquisições, parcerias e joint ventures podem vir a impedir a Companhia de concorrer por certos clientes ou em determinadas linhas de negócio, levando à perda de clientes. A Companhia pode vir a gastar tempo e dinheiro em projetos que não aumentem a sua receita. Caso a Companhia pague o preço de compra à vista, isso reduziria suas reservas de caixa, e caso o preço de compra seja pago em ações, isso diluiria a participação dos seus acionistas. Caso a Companhia pague o preço de compra com recursos provenientes de novas dívidas, isso aumentaria o seu endividamento e poderia afetar negativamente a sua liquidez e restringir suas operações. Os concorrentes da Companhia podem estar dispostos ou ser capazes de pagar mais que a Companhia por aquisições, o que poderia fazer com que a Companhia perdesse oportunidades de aquisição. Não é possível garantir que qualquer aquisição, parceria ou joint venture não cause um efeito material negativo nos negócios, condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

A Companhia pode enfrentar dificuldades não previstas na operação do Complexo Petroquímico do México, de forma que tal unidade de negócio poderia deixar de proporcionar os benefícios esperados para a Companhia.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia concluiu a construção de um complexo de olefinas, o Complexo México, localizado no estado mexicano de Veracruz. Para mais informações sobre o Complexo

Petroquímico do México, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures – Complexo Petroquímico do México”.

A Braskem Idesa, precisou realizar significativos investimentos de capital para o desenvolvimento do Complexo Petroquímico do México e incorrer em dívidas significativas. A possibilidade de a Companhia atingir seus objetivos estratégicos em relação a essa unidade de negócio dependerá principalmente do sucesso de sua operação. Estes são fatores que poderiam afetar tal unidade de negócio:

- condições econômicas, políticas e empresariais gerais no México e demanda global por polietileno;
- ocorrência de dificuldades técnicas e mecânicas imprevistas, que possam interromper a produção ou resultar em tempo de parada inesperado das plantas do Complexo Petroquímico do México;
- qualquer inadimplemento relevante pela Pemex TRI nos termos do contrato de fornecimento de etano;
- a capacidade de pagar a dívida nos termos da linha de project finance;
- a capacidade dos acionistas da Braskem Idesa de cumprir com a obrigação de garantir que determinadas contribuições contingentes de capital cubram os valores adicionais necessários para concluir o projeto, conforme acordado no contrato de suporte dos acionistas relativo à linha de crédito de project finance. Para mais informações, consulte “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures—Complexo Petroquímico do México—Contrato de Suporte dos Acionistas Relacionado ao Complexo Petroquímico do México.”
- fornecimento não estável e não contínuo de etano e gás natural no longo prazo; e
- aumento da concorrência por parte de empresas locais ou estrangeiras e/ou surgimento de novos concorrentes locais ou estrangeiros.

Não se pode assegurar que o Complexo Petroquímico do México trará os benefícios esperados para a Companhia, mesmo depois de três anos completos de operações. Eventuais interrupções significativas poderiam prejudicar ou impedir a implantação do plano de negócios da Companhia em sua versão original e resultar em receitas e lucro líquido abaixo do esperado. Além disso, qualquer efeito adverso relevante sobre a situação financeira ou resultados operacionais do Complexo Petroquímico do México pode impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Vide “—Dependência do etano fornecido pela Pemex TRI no México”.

Reajustes de tarifas sobre importações que concorrem com nossos produtos poderiam forçar uma baixa em nossos preços.

Atualmente, a Companhia, bem como seus clientes de segunda e terceira geração, se beneficia de tarifas de importação impostas pelo países-membros do Mercosul que lhe permitem cobrar preços internos de poliolefinas e vinílicos que incluem um fator baseado nas tarifas incidentes sobre importação de produtos comparáveis. No entanto, em outras ocasiões, o governo brasileiro já usou tarifas de importação e exportação como instrumento de políticas econômicas, resultando na variação dos níveis das tarifas. Em setembro de 2012, por exemplo, o governo brasileiro aumentou as taxas de importação de 100 produtos relacionados a diversos setores, inclusive a taxa de importação do polietileno. Em outubro de 2012, houve aumento da tarifa de importação do polietileno de 14% para 20%, e em outubro de 2013 reestabeleceu a tarifa de importação de polietileno para o nível anterior de 14%. A tarifa atual permanece em 14%. Reajustes de tarifas poderiam causar um aumento na concorrência por parte de importados e levar a Companhia a baixar seus preços no mercado interno e impactar a demanda por seus produtos, o que provavelmente resultaria em diminuição da receita líquida e poderia afetar negativamente o desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos exportados aos Estados Unidos e na Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeito a determinadas preferências. Essas tarifas costumam favorecer os produtos da Companhia produzidos localmente, e qualquer ajuste futuro a essas estruturas tarifárias poderá afetar negativamente as vendas da Companhia nessas jurisdições. Futuros acordos comerciais firmados entre o Brasil, o Mercosul, os Estados Unidos ou a União Europeia poderão também levar a um aumento da concorrência por parte de importados e à queda dos preços no mercado interno. Recentemente, o governo Trump impôs uma tarifa de 25% sobre uma variedade de importações da China e, posteriormente, instituiu tarifas sobre outros produtos chineses.

Mudanças nas políticas comerciais norte-americanas e globais e outros fatores que estão fora do controle da Companhia podem impactar negativamente os seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

O ambiente internacional em que opera a Companhia é afetado por acordos comerciais e tarifas estabelecidas entre países. Como resultado da recente alteração das políticas administrativas dos Estados Unidos, foram realizadas, e poderão ser realizadas ainda, alterações a acordos comerciais existentes, aumento da restrição ao livre comércio e aumentos significativos nas tarifas de bens importados pelos Estados Unidos, principalmente aqueles fabricados na China, México e Canadá. Ações futuras do governo norte-americano e de outros governos estrangeiros, inclusive a China, com relação a tarifas ou acordos comerciais e políticas internacionais não estão claras no momento.

A intensificação da guerra comercial, tarifas, tarifas de retaliação e outras restrições comerciais sobre produtos e materiais exportados pela Companhia à China ou matérias-primas importadas pela Companhia da China ou de outros países pode comprometer a capacidade da Companhia de fornecer os seus produtos para clientes na China ou em outras localidades afetadas. Isso resultaria na redução da demanda por seus produtos, além de atrasos no recebimento de pagamentos de clientes. Adicionalmente, outras ações governamentais relacionadas a tarifas ou acordos comerciais internacionais, mudanças nas condições sociais, políticas, regulatórias e econômicas dos Estados Unidos, ou em leis e políticas relacionadas ao comércio internacional, indústria, desenvolvimento e investimentos em territórios e países onde se encontram os clientes da Companhia poderiam levar a um reequilíbrio dos fluxos globais de exportação e a um aumento da concorrência global, o que, por sua vez, poderia impactar negativamente os negócios, as condições financeiras, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia pode ser impactada pela instabilidade da economia global e turbulência financeira.

A instabilidade dos mercados globais e do ambiente geopolítico em diversas partes do mundo, além de outras dificuldades, podem continuar pressionando as condições econômicas globais. Caso as condições econômicas e mercadológicas globais, ou as condições econômicas nos principais mercados, permaneçam incertas ou se deteriore, os negócios, resultados das operações e condição financeira da Companhia poderiam ser materialmente impactados.

A Companhia pode não ser capaz de especificar em detalhes as especificações técnicas exigidas por seus clientes ou atualizar mecanismos para atender prontamente a exigências regulatórias, e pode estar sujeita a prejuízos com base em demandas perpetradas contra ela por seus clientes como resultado da insuficiência das especificações dos seus produtos.

As especificações de produtos da Companhia podem não atender a determinadas exigências técnicas ou regulatórias, especificações ou padrões. Além disso, seus clientes poderiam impor exigências mais rigorosas aos seus produtos, ou governos poderiam aprovar regras mais rigorosas para a distribuição, comercialização ou utilização dos seus produtos. O não atendimento a tais níveis de exigência poderia afetar material e negativamente os seus negócios, condição financeira e os resultados das suas operações, caso a Companhia não seja capaz de vender os seus produtos em um ou mais mercados ou para clientes importantes em tais mercados.

Assim como acontece em qualquer sistema de controle de qualidade, qualquer dificuldade ou deterioração dos seus sistemas de controle de qualidade poderia resultar em defeitos em seus produtos, o que, por sua vez, poderia sujeitar a Companhia a reclamações contratuais, regulatórias, relacionadas a responsabilidade por produtos e de outro tipo, as quais poderiam causar um efeito material adverso na sua reputação, negócios, condição financeira e resultado operacional.

Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.

Como participante do setor petroquímico, as operações da Companhia envolvem a geração, utilização, manuseio, armazenagem, transporte (principalmente por duto, rodovia, ferrovia, rio e mar) tratamento, eliminação e descarte de substâncias perigosas e resíduos no meio ambiente. Não obstante as normas, políticas e controles da Companhia para questões ambientais, de saúde e segurança, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes que poderiam afetar negativamente os seus negócios e a sua reputação. O setor em que opera a Companhia está, de maneira geral, sujeito a riscos e perigos significativos, tais como incêndios, explosões, vazamentos de gases tóxicos, derramamento de poluentes e outros materiais perigosos, falhas de estruturas operacionais e incidentes envolvendo equipamentos móveis, veículos ou maquinário, associados ou não à produção de produtos petroquímicos e à armazenagem e ao transporte de matérias-primas e de produtos petroquímicos. Tais eventos

podem resultar de falhas técnicas, erro humano ou eventos naturais, entre outros fatores, e poderiam causar impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição de unidades industriais ou comunidades, danos pessoais, doença ou morte de funcionários, terceiros ou membros da comunidade do entorno das operações ou dos dutos e rotas logísticas, danos ambientais, atrasos na produção e, em determinadas circunstâncias, ensejar responsabilidade em processos civis, trabalhistas, criminais e administrativos.

Mudanças nas leis aplicáveis podem impor mudanças nas normas já implementadas pela Companhia, podendo levar tempo para revisar e atualizá-las. Por exemplo, estamos realizando estudos relacionados a barragens em determinadas localidades industriais em virtude de uma mudança na legislação brasileira, que agora exige que todas as barragens de água e rejeito tenham um plano de segurança para tais estruturas. A Companhia já classificou todas as suas barragens em termos de risco e danos em potencial associados. No momento, a Companhia está preparando os planos de segurança de barragens, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2020, tendo sido comunicado às autoridades públicas. Todas as barragens da Companhia são pequenas em termos de volume e avaliações preliminares não indicaram riscos significativos em suas estruturas. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Se as leis e os regulamentos aplicáveis a planos de segurança e riscos mudarem, a Companhia pode ter que revisar os estudos realizados ou tomar medidas adicionais para retificar possíveis problemas que não precisariam ser tratados de acordo com as leis e regulamentos atuais. Ademais, a Companhia e alguns de seus diretores receberam determinadas notificações referentes a violações ambientais de menor gravidade e estão ou estiveram sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras.

Além disso, as leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças e alvarás de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças ou alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças ou alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$ 500 a R\$ 50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor outras sanções civis e criminais.

Além disso, os processos de produção e logística da Companhia estão sujeitos a riscos de segurança inerentes, o que poderia levar à morte ou invalidez dos seus funcionários ou outros indivíduos envolvidos em tais processos. Tais riscos não podem ser inteiramente eliminados ou mitigados apesar do cumprimento estrito da Companhia com todas as medidas de segurança disponíveis ou exigências legais e regulamentares aplicáveis. Apesar de todos os esforços de monitoramento, a Companhia poderia sofrer um impacto negativo na sua imagem e reputação, bem como em seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

Um acidente de grandes proporções em uma de nossas plantas ou instalações de armazenamento equipamentos de logística ou dutos pode nos obrigar a suspender temporariamente nossas operações, resultando em altos custos de reparação e perda de receita líquida. Apesar da cobertura de seguros em relação a danos causados por incêndio e lucros cessantes em razão de paradas ocasionadas por incêndio, explosão ou avarias elétricas, os recursos de seguros de tais apólices de seguros podem não estar disponíveis em tempo hábil ou ser insuficientes para cobrir todos os prejuízos em caso de sinistro, o que poderia causar um efeito material adverso em nosso desempenho financeiro.

No estado de Alagoas, no Brasil, as atividades da Companhia de mineração de sal-gema, uma matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos na Unidade de Vinílicos, também estão sujeitas a riscos e perigos similares. Por exemplo, em alguns bairros da cidade de Maceió localizados próximos à área geológica das minas de sal-gema da Companhia, houve alegações de que a superfície teria cedido como resultado das atividades realizadas pela Companhia nessas minas, afetando propriedades públicas e privadas na região. Determinados processos foram ajuizados no estado de Alagoas com relação a esse incidente.

As operações de mineração na mina de sal da Companhia em Alagoas foram interrompidas em maio de 2019. Embora o risco de formação de cratera seja improvável, ele não pode ser totalmente desconsiderado. Foi designada uma área de segurança abrangendo 15 dos 35 poços no local da mina de sal da Companhia e toda a área de mineração foi monitorada. Em outubro de 2019, um projeto conceitual foi lançado para iniciar o preenchimento de alguns poços que perderam sal, que é uma condição para formação de cratera. A Companhia espera que esses poços sejam estabilizados o mais rápido possível com início em 2020. No entanto, essas ações são parte de uma operação maior que, após esforços de engenharia razoáveis, pode levar alguns anos para ser concluída. Outras cavernas que são comparativamente mais estáveis serão monitoradas de perto. Com base nos resultados de rotinas de monitoramento e estudos adicionais relacionados a simulações numéricas, que fornecem dados para monitorar a estabilidade das cavernas, pode surgir a necessidade de estabilização e preenchimento adicional.

Em 3 de janeiro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública da União para dar suporte à realocação e à indenização de residentes das áreas de risco localizadas nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, conforme previsto no acordo, que foi homologado pelo Juiz Federal da 3ª Vara do estado de Alagoas. A Companhia estima que o suporte para realocação previsto no acordo e nas áreas adjacentes envolverá aproximadamente 4.500 edifícios e 17.000 pessoas durante os próximos dois anos.

Em 31 de dezembro de 2019, com base na sua avaliação e na de consultores jurídicos externos, e considerando as informações existentes às quais teve acesso, as discussões conduzidas com autoridades e as estimativas de despesas com diversas medidas de segurança em benefício de residentes, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 3.383,1 milhões, dos quais R\$ 1.450,5 milhões ficou sob a rubrica de passivos circulantes e R\$ 1.932,6 milhões sob a rubrica de passivos não circulantes. Devido às mudanças inerentes nas presunções relacionadas às provisões decorrentes de novos fatos e circunstâncias, prazo de execução e extensão dos planos de ação, as constatações de estudos futuros conduzidos por especialistas e o resultado de processos judiciais pendentes, pode haver ajuste da provisão para contemplar esses novos acontecimentos.

No dia 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho no valor de R\$40 milhões, segundo o qual a Companhia concordou em implementar um programa para recuperação de negócios e promoção de atividades educacionais (o “Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais”) para benefício dos residentes e trabalhadores nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro na cidade de Maceió, no estado do Alagoas, Brasil. O programa consiste na construção de creches e escolas, implementação de programas de treinamento vocacional e fornecimento de suporte a autoridades da defesa civil no tocante à contratação de pessoal qualificado para continuar o processo de monitoramento das áreas de risco nesses bairros. Nos termos do acordo, o Ministério Público do Trabalho concordou em retirar a ação que ele havia ajuizado contra a Companhia, incluindo a solicitação de bloqueio de recursos feita na referida ação, em conformidade com os comunicados ao mercado divulgados pela Companhia no dia 25 de julho e 10 de outubro de 2019. Para mais informações, consulte “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais—Alagoas – Atividades de Mineração”.

Adicionalmente, a Companhia poderia enfrentar dificuldades em obter e manter licenças operacionais, além de sofrer danos à sua reputação após a ocorrência de tal evento. Os produtores petroquímicos estão algumas vezes sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

Além disso, a Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas brasileiras, está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo, armazenamento, transporte, tratamento, eliminação e descarte de resíduos e substâncias perigosas no meio ambiente. As operações da Companhia no Brasil, inclusive aquelas das controladas Cetrel e DAC, que são responsáveis por prestar serviços ambientais, tratamento de águas residuais e fornecimento de água para o Complexo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia, por exemplo, estão sujeitas a diversas leis, regulamentos, regras e despachos federais, estaduais e municipais relativos à poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenagem, gestão, transporte, tratamento e descarte e remediação de substâncias perigosas e resíduos. O governo brasileiro promulgou em 1998 a Lei de Crimes Ambientais, que impõe sanções criminais a empresas e indivíduos causadores de danos ambientais. Empresas condenadas por poluição podem ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser proibidas de prestar serviços para o governo, ter de reparar os danos causados e perder determinados benefícios e incentivos fiscais. Diretores, conselheiros e outros indivíduos podem ser sujeitos a até cinco anos de prisão por crimes ambientais.

As operações da Companhia nos Estados Unidos, na Alemanha, na Europa e no México estão sujeitas a um grande número de leis, regulamentos, normas e portarias federais, estaduais e locais daqueles países relativas a poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenagem, manuseio, transporte, tratamento, descarte e reparação de substâncias e resíduos perigosos. As leis e regulamentos ambientais dos Estados Unidos podem responsabilizar a Companhia pela conduta de terceiros ou por atos que, quando praticados, cumpriam os requisitos então aplicáveis, a despeito de negligência ou falha. São de particular importância nesse sentido (1) os programas reguladores a serem estabelecidos para implementar normas de qualidade do ar de acordo com as Normas Nacionais para a Qualidade do Ar Ambiente no tocante a ozônio e partículas finas, promulgadas pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos e (2) várias medidas legislativas e reguladoras atualmente em fase de análise, discussão ou implementação nos Estados Unidos que versam sobre as emissões de gases do efeito estufa. No México, a Companhia aderiu ao programa de responsabilidade integral promovido pela Associação Nacional de

Indústria Química do país (ANIQ), que se baseia na norma de atuação responsável utilizada nos Estados Unidos e no Canadá. A Companhia é a ainda signatária do programa de Tratamento Responsável nos Estados Unidos e no Brasil, que foi lançado por determinadas empresas do setor mundial da indústria química.

O cumprimento de tais rigorosas regulações ambientais e de outro tipo exigem investimentos significativos. A Companhia registrou gastos anuais consolidados com controles ambientais nos valores de R\$ 369,8 milhões em 2019, R\$ 329,3 milhões em 2018 e R\$ 330,1 milhões em 2017, incluindo investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivo ambiental e outros gastos ambientais. Adicionalmente, exigências reguladoras em evolução poderiam exigir dispêndios significativos de capital adicional dependendo da época da adoção e entrada em vigor das correspondentes normas específicas. Ademais, mudanças nos regulamentos ambientais poderiam inibir ou interromper as operações da Companhia ou exigir modificações em suas instalações. Desta forma, questões ambientais, de saúde ou segurança podem resultar em custos ou passivos significativos e não previstos.

A Companhia pode ainda, eventualmente, envolver-se em reclamações, disputas ou litígios relacionados a riscos e passivos ambientais, relacionados a saúde e segurança, entre outros. Para mais informações, vide o “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais”.

A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global.

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou escritórios independentes especializados para conduzir uma investigação sobre essas alegações (“Investigação”) e relatar os seus resultados. A Companhia tem cooperado com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG). Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o MPF (Acordo de Leniência), que foi homologado pela justiça brasileira em 6 de junho de 2017. Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Nova York, assumindo a culpa por uma denúncia única que acusava a companhia de conspiração para descumprir com as disposições de combate ao suborno do U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Na mesma data, a Companhia consentiu a homologação de uma decisão final em uma ação civil ajuizada pela SEC com base em violações civis das disposições antissuborno, de livros e registros e de controles contábeis internos da FCPA. Os tribunais federais competentes dos Estados Unidos homologaram as decisões do DoJ e da SEC em 26 de janeiro de 2017 e em 28 de fevereiro de 2017, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, a OAG concluiu suas investigações sobre os temas. Nos referimos a estas ações como Acordo Global. Nos termos do Acordo Global, a Companhia concordou em pagar às autoridades de tais jurisdições o valor total de US\$ 957 milhões (equivalente a R\$ 3,1 bilhões), com base na taxa de câmbio de R\$ 3,27 por dólar norte-americano, aplicável na época da negociação.

O MPF distribuirá a maior parte dos valores recebidos como restituição para terceiros por danos decorrentes dos atos ilícitos. No âmbito do Acordo Global, o MPF comprometeu-se a empreender gestões perante outras autoridades ou órgãos públicos, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista com as quais a Braskem venha a iniciar tratativas relativas aos fatos abordados pelo Acordo Global, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade. Nesse sentido, conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018, e anunciado via fato relevante em 27 de maio de 2019, a Braskem cooperou e deu início a tratativas com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), no Brasil, e o seu Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo de leniência similar com a CGU e a AGU (“Acordo CGU/AGU”).

O Acordo CGU/AGU, no valor de R\$ 2,9 bilhões, a ser atualizado pela taxa SELIC, trata dos mesmos fatos tratados no Acordo Global celebrado em dezembro de 2016 com o Ministério Público Federal (MPF), o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) e a Procuradoria Geral da Suíça (“Acordo Global”). Desse valor, R\$ 2,5 bilhões serão compensados pelo valor que a Companhia já tinha se comprometido a pagar nos termos do escopo do Acordo Global, resultando em um desembolso adicional de R\$ 410 milhões.

Na data deste relatório anual, a Companhia havia pago R\$ 2,3 bilhões da multa total estabelecida no Acordo Global, conforme abaixo:

- US\$ 94,9 milhões (R\$ 296,6 milhões) para o DoJ em 8 de fevereiro de 2017;

- US\$ 65,0 milhões (R\$ 206,5 milhões) para a SEC em 27 de abril de 2017;
- CHF 30,2 milhões (R\$ 104,3 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2017;
- R\$ 736,4 milhões para o MPF em 6 de julho de 2017;
- R\$ 267,9 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2018;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 62 milhões) para a OAG em 28 de junho de 2018;
- R\$ 278 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2019; e
- CHF 16,1 milhões (R\$ 58 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2019;

O restante, no valor de R\$ 1,5 bilhão, relacionado ao Acordo Global e também ao Acordo com a CGU/AGU, em aberto será pago conforme abaixo:

- CHF 32,1 milhões à OAG relacionado às duas parcelas anuais restantes de CHF 16,1 milhões em 30 de junho de cada ano a partir de 2020; e
- R\$ 900 milhões ao MPF em quatro parcelas anuais restantes com vencimento em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2021. Como garantia pelo pagamento das parcelas futuras, Braskem ofereceu como garantia itens de seu ativo imobilizado suficientes para cobrir uma parcela anual; e
- R\$ 409,9 milhões no âmbito do Acordo CGU/AGU a ser pago em duas parcelas anuais com vencimento em 30 de janeiro de 2024 e 2025.

O Acordo Global não exime a Braskem de responder a qualquer terceiro com interesse legítimo que busque indenização por danos causados pela Braskem relativos aos fatos abordados pelo Acordo Global. Portanto, não é possível assegurar que o montante total desembolsado para ressarcimento nos termos do acordo será suficiente para a reparação integral de todas as vítimas. A Companhia pode ser obrigada a realizar desembolsos adicionais para cobrir tais demandas.

Outras autoridades com jurisdição sobre a Braskem podem vir a buscar a aplicação de novas sanções pecuniárias ou multas ou a instauração de novas investigações sobre a Companhia. Como resultado da celebração do Acordo Global, a Braskem pode ser impedida de firmar determinados acordos com entidades governamentais e estar sujeita ao aumento dos seus custos operacionais em decorrência de obrigações de aperfeiçoar suas práticas de governança e de combate à corrupção e demais procedimentos, incluindo o custo do monitoramento externo.

Nos termos do Acordo Global, a Companhia foi solicitada a cooperar com tais autoridades públicas e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. A Companhia esteve sujeita ainda a monitoramento externo por um período de três anos a partir de 2017, período que se encerrou em março de 2020, no qual o monitor verificou o cumprimento do Acordo Global, inclusive a eficácia de controles, políticas e procedimentos internos para redução do risco de descumprimento de leis anticorrupção.

Em 13 de maio de 2020, o MPF, o DoJ e a SEC confirmaram a conclusão da monitoria de conformidade independente na Braskem, que foi estabelecida nos acordos celebrados pela Braskem, o DoJ e a SEC em 21 de dezembro de 2016. A decisão do DoJ e da SEC foi baseada em um relatório final de monitores independentes que certificaram que a Companhia implementou todas as recomendações com relação à estrutura e execução de seu programa de conformidade e concluiu que a Companhia cumpriu com as normas estabelecidas nos acordos celebrados com o DoJ e a SEC. Após o fim do período de monitoria independente e a certificação pelo MPF, pelo DoJ e pela SEC, a Companhia cumpriu com suas obrigações estabelecida nos acordos celebrados com essas autoridades e concluiu, de forma bem-sucedida, o monitoramento de três anos.

A Braskem acredita estar cumprindo integralmente suas obrigações sob o Acordo Global.

O desfecho desfavorável de processos em curso pode diminuir nossa liquidez e afetar negativamente nosso desempenho e nossa situação financeira.

A Companhia é e pode voltar a ser no futuro parte em numerosas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo, entre outros aspectos, reivindicações monetárias. Se forem proferidas decisões desfavoráveis em um

ou mais desses processos, a Companhia poderá ter de pagar quantias substanciais. Para alguns desses processos, não foi constituída provisão no balanço patrimonial, ou foram constituídas provisões para parte dos montantes em questão, com base na avaliação da administração e no parecer dos advogados quanto à probabilidade de perda nesses processos.

Em julho de 2015, duas ações coletivas foram movidas contra a Companhia e alguns dos seus, então, atuais e ex-diretores e conselheiros (Réus) no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, ou Tribunal dos EUA. Nestas ações, que foram consolidadas posteriormente sob o nome de *In re Braskem, S.A. Securities Litigation*, No 15-cv-5132, o Autor Líder, *Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust*, alega que os Réus realizaram declarações falsas ou omissões, causando o aumento do preço das ações da Braskem S.A., em violação à legislação de títulos e valores mobiliários dos EUA.

Após ser proferida decisão sobre o pedido de *motion to dismiss* apresentado pela Companhia, acolhendo parcialmente os seus argumentos, a Companhia e o Autor Líder assinaram proposta de acordo de resolução (“Acordo Proposto”), o qual foi homologado pelo Tribunal competente, que proferiu decisão final encerrando as demandas de todos os membros da classe de Investidores. A proposta de acordo não representa a admissão, por parte da Companhia, de qualquer ato ilícito ou responsabilidade.

Nos termos do Acordo Proposto, a Braskem pagou US\$ 10,0 milhões (R\$31,7 milhões) para resolver todas as demandas oriundas ou relacionadas ao objeto da ação coletiva dentro de uma classe de acordo composta por adquirentes ou aqueles que tenham adquirido propriedade legal ou efetiva de *American Depositary Receipts* da Braskem no período de 15 de julho de 2010 até 11 de março de 2015, inclusive. O valor do acordo foi depositado pela Braskem na conta designada pelo juízo (“*Escrow Account*”) em 2 de outubro de 2017.

Em 21 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência, na qual foi proferida a decisão de homologação final do acordo em relação a toda classe de investidores e a extinção da ação. Tal decisão já foi objeto de trânsito em julgado. A individualização do valor do acordo cabe ao administrador da *Escrow Account*, conforme determinação do Tribunal e nos termos do plano de alocação homologado. O Acordo Proposto foi assinado com o objetivo exclusivo de evitar riscos, incertezas e custos associados à continuidade dessa disputa e não constitui qualquer admissão pela Braskem de práticas ilícitas ou assunção de responsabilidade.

Em abril de 2019, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas protocolaram uma ação pleiteando o bloqueio de bens da Companhia no valor de até R\$ 6,7 bilhões, com o intuito de garantir eventual remediação e indenização por danos ambientais, pessoais e patrimoniais potencialmente causados por esse evento geológico relacionado às atividades de mineração da Companhia na cidade de Maceió. Uma decisão liminar determinou o bloqueio de R\$ 100 milhões nas contas bancárias da Braskem.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas determinou a suspensão da distribuição de dividendos referentes ao exercício fiscal de 2018 que haviam sido propostos, no valor de R\$ 2,7 bilhões, ou, alternativamente, o bloqueio de bens no mesmo valor da distribuição de dividendos proposta. Essa decisão foi em seguida reformada por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a distribuição de dividendos mediante depósito judicial no mesmo valor. O Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas alteraram a demanda inicial para excluir o pedido de indenização por supostos danos ambientais e reduzir o valor dos bens a serem bloqueados para R\$ 3,7 bilhões, valor esse que, de acordo com as alegações desses órgãos, seria equivalente aos danos efetivos causados aos residentes dos bairros afetados pelo evento geológico. Em 26 de junho de 2019, o juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferiu uma decisão determinando o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões. Essa decisão também foi subsequentemente revertida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o desbloqueio de R\$ 3,7 bilhões nas contas da Companhia após mais um depósito judicial em valor equivalente.

Em 25 de julho de 2019, a Companhia foi informada de uma outra ação civil protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas (MPT-AL) pleiteando medida cautelar para bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões, em garantia ao pagamento de possíveis danos sofridos pelos trabalhadores afetados pelo evento geológico. Nesse processo, o MPT-AL também pleiteou, entre outras coisas, pagamento de indenização aos trabalhadores por danos morais. Em 10 de outubro de 2019, o tribunal de primeira instância indeferiu a medida cautelar.

Em 19 de agosto de 2019, a Braskem tomou ciência de outra ação civil protocolada pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e de outras partes, buscando as seguintes medidas cautelares: (i) constituição de um fundo no valor de R\$ 3,1 bilhões em prol de programas socioambientais e medidas emergenciais a serem tomadas, além da manutenção em tal fundo de capital de giro no valor mínimo de R\$ 2,0 bilhões ou, após a aprovação de um

cronograma financeiro para tal fundo, do valor equivalente a 100% das despesas esperadas para os 12 meses subsequentes; (ii) garantia do juízo no valor de R\$ 20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros, seja na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou de qualquer outra forma; (iv) bloqueio de qualquer lucro ainda não distribuído; e (v) suspensão do recebimento de financiamento público e de incentivos públicos, além da aceleração da dívida atual com o BNDES (banco federal de desenvolvimento).

Em 3 de janeiro de 2020, os autores concordaram em: (i) liberar o valor de R\$ 3,7 bilhões que havia sido bloqueado, dos quais R\$ 1,7 bilhão deveria ser transferido a uma conta bancária da Braskem especificamente para o financiamento do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que deve manter um saldo mínimo de R\$ 100 milhões, sujeito a auditoria por um auditor externo; e (ii) substituir os seguros-fiança que tinham sido apresentados pela Braskem no valor total aproximado de R\$ 6,4 bilhões por dois novos seguros-fianças no valor total aproximado de R\$ 3,0 bilhões para garantir a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

Para mais informações sobre processos judiciais, vide “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais”.

Agitações trabalhistas podem afetar nossas operações significativa e negativamente.

Agitações trabalhistas em nossas plantas e instalações podem produzir um efeito negativo relevante em nossa condição financeira ou resultados operacionais. Por exemplo, em agosto de 2010, funcionários sindicalizados em nossa planta de Neal, West Virginia, entraram em greve. Durante esse período, a planta foi operada sob a supervisão da administração até maio de 2011, quando a Braskem America assinou um novo acordo coletivo. Embora a Companhia acredite que mantenha um bom relacionamento com seus funcionários, ações trabalhistas futuras, inclusive greves, podem ter um impacto negativo substancial em seu desempenho financeiro.

Desastres naturais, condições climáticas extremas e gerais ou epidemias podem afetar nossos os negócios da Braskem significativa e negativamente.

Algumas das instalações da Companhia estão localizadas em regiões que podem ser afetadas por desastres naturais, tais como inundações, terremotos, furacões, tornados e outros, o que poderia causar a interrupção de suas operações ou das operações de seus clientes, além de prejudicar ou destruir a infraestrutura necessária para transportar os produtos da Companhia como parte da cadeia de fornecimento. Além disso, outros problemas não previstos como epidemias ou pandemias, inclusive a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que se iniciou na China e se espalhou para o restante do mundo, também poderiam causar interrupções operacionais de duração variada. Tais eventos poderiam exigir a realização de paradas de manutenção, causar atraso nas entregas do estoque existente ou resultar em reparos custosos, substituição de equipamento ou outros custos, todos os quais poderiam produzir um impacto negativo e material no desempenho financeiro da Companhia.

Embora a política de riscos relativos à energia da Braskem prevê a compra antecipada de energia a preços fixos por meio de contratos de longo prazo, a maior parte da capacidade instalada de geração de energia do Brasil é fornecida por usinas hidrelétricas de geração. Se a quantidade de água disponível para produtores de energia passar a ser escassa, devido à estiagem ou a desvios para outras aplicações, o custo da energia poderia sofrer um aumento. Além disso, se a quantidade de água disponível para instalações industriais tornar-se escassa, pode haver a necessidade de reduzir a produção nos locais afetados. Essas condições teriam um efeito adverso significativo sobre nossas vendas e margens.

A Companhia poderia ser impactada materialmente por violações ao Foreign Corrupt Practices Act nos EUA, à Lei Anticorrupção no Brasil e leis anticorrupção similares.

A Companhia, suas controladas e coligadas estão sujeitas a diversas leis anticorrupção, entre elas a Lei no. 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção no Brasil, que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2014, e o FCPA, ou Lei de Combate a Práticas de Corrupção dos EUA, além de diversas outras leis anticorrupção e de combate a práticas de suborno em outras jurisdições.

A FCPA, a Lei Brasileira Anticorrupção e outras legislações similares de combate à prática de suborno em outras jurisdições proíbem companhias e seus agentes de realizar pagamentos indevidos a agentes públicos ou outras pessoas para fins de obtenção ou manutenção de negócios. Qualquer violação a tais leis poderá resultar em sanções criminais ou cíveis, comprometimento de negócios atuais ou futuros com parceiros de negócios, medidas cautelares

contra condutas futuras, comprometimento de lucros, proibição de participação direta ou indireta em determinados tipos de negócios, perda de licenças ou outras restrições que poderiam causar um impacto material adverso nos negócios, situação financeira, resultado das operações ou liquidez da Companhia. Por exemplo, vide “—A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global” para saber mais sobre os impactos das alegações contra a Companhia por pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato.

A Companhia está exposta a comportamentos de funcionários e não funcionários que podem ser incompatíveis com os seus padrões éticos e de conformidade. Caso não sejam prevenidos, detectados ou remediados a tempo, tais comportamentos e/ou vulnerabilidades de processos poderiam impactar material e negativamente os resultados das operações e a situação financeira da Companhia.

Os negócios da Companhia, inclusive o seu relacionamento com terceiros, são orientados por princípios éticos. A Braskem adotou um Código de Conduta, um Política Global de Conformidade, uma Política Anticorrupção e diversas políticas internas criadas para orientar seus administradores, funcionários e terceiros e reforçar seus princípios e normas de comportamento ético e conduta profissional. A Companhia mantém ainda um canal de denúncia (chamado “Canal de Ética”), disponível para funcionários e não funcionários (inclusive terceiros). Todas as denúncias são investigadas e encaminhadas para avaliação do Comitê de Ética.

A Companhia está sujeita ao risco de os seus funcionários, terceiros ou contrapartes em negócios se envolverem em atividades fraudulentas, atos de corrupção ou suborno, contornarem ou anularem os seus controles e procedimentos internos, ou se apropriarem indevidamente ou manipularem ativos da companhia para fins de obtenção de vantagem pessoal ou empresarial. Caso a Companhia acredite ou tenha motivos para acreditar que os seus funcionários ou agentes tenham ou possam ter violado qualquer legislação anticorrupção aplicável, inclusive a FCPA, a Companhia poderá ter de investigar ou contratar uma investigação independente dos fatos e circunstâncias relevantes, o que pode ter um alto custo e exigir tempo e atenção substanciais dos seus altos executivos. A Companhia possui um robusto Programa de Conformidade e Combate à Corrupção em processo de implementação nas suas diversas áreas, que inclui diversos processos para identificar, monitorar e mitigar tais riscos, porém tal programa pode não ser totalmente eficaz.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre divulgação financeira, conforme definidos nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act de 1934 dos EUA. Durante a avaliação dos controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 2019 (vide “Item 15. Controles e Procedimentos”), a Companhia identificou algumas deficiências relevantes. Identificou ainda deficiências relevante nos controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 2018, algumas das quais ainda existiam em 31 de dezembro de 2019. Uma deficiência relevante é definida como uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, nos controles internos de divulgação financeira que resulte na possibilidade razoável de não ser possível prevenir ou detectar a tempo um erro material nas demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intermediárias da Companhia.

Devido à exigência de que a Companhia conduzisse procedimentos e análises adicionais com relação aos seus processos e controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foi possível concluir as demonstrações financeiras auditadas referentes àquele exercício e, conseqüentemente, arquivar o relatório anual em Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Companhia obteve da SEC extensões do prazo para arquivamento do relatório anual em Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até o dia 16 de maio de 2019. Como não foi possível arquivar o Formulário 20-F da Companhia até a data permitida pela SEC, não sendo possível a concessão de nenhuma extensão adicional do prazo conforme a Seção 802.01E do Manual de Listagem da NYSE, em 13 de maio de 2019, a Companhia foi comunicada pela NYSE da suspensão das negociações e início do processo deslistagem das suas ADSs. As negociações das ADSs da Companhia foram retomadas após o arquivamento dos seus relatórios anuais no Formulário 20-F referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, em 8 de outubro de 2019 e 17 de outubro de 2019, respectivamente.

No futuro, a Companhia pode ter de realizar procedimentos e análises adicionais com relação aos seus processos e controles internos que venham a causar atraso na conclusão das demonstrações financeiras auditadas, vindo a impedi-la de arquivar relatórios anuais futuros dentro dos respectivos prazos. O atraso em arquivar relatórios anuais no futuro pode causar impactos adversos nos negócios da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as restrições e cláusulas dos seus contratos de dívida, ela poderia vir a descumprir tais contratos, levando à antecipação do pagamento dos valores emprestados, com impacto na capacidade da Companhia de realizar o pagamento do principal e juros das suas obrigações de dívida.

Qualquer descumprimento dos contratos que regem as dívidas da Companhia que não seja remediado ou dispensado pelo credor do empréstimo ou titulares de notas poderia resultar na antecipação da obrigação de pagamento de valores em aberto devidos aos detentores de tais dívidas, o que poderia tornar a Companhia incapaz de realizar o pagamento do principal e juros sobre estas e outras obrigações de dívida. Caso a Companhia seja incapaz de gerar fluxo de caixa suficiente e, portanto, incapaz de obter os recursos necessários para realizar os pagamentos de principal e juros sobre suas dívidas, ou deixe de cumprir com qualquer cláusula restritiva prevista nos contratos que regem suas dívidas, a Companhia correria o risco de descumprir tais contratos. Em caso de tal descumprimento:

- os detentores de tais dívidas poderiam optar por declarar imediatamente devidos os valores de tais empréstimos, além de quaisquer juros acumulados e não pagos;
- os credores dos empréstimos ou detentores de notas nos termos de tais acordos poderiam rescindir tais contratos e deixar de realizar empréstimos no futuro; e
- a aceleração de tais dívidas poderia ensejar a aceleração-cruzada de disposições de outros contratos de financiamento celebrados pela Companhia; e
- a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

Além disso, alguns dos acordos contratuais da Companhia, incluindo obrigações de dívida, contêm disposições acerca da mudança de controle que garantem às suas contrapartes o direito de rescisão ou de aceleração do vencimento das dívidas da Companhia com elas em caso de mudança no controle da Companhia sem o consentimento destas contrapartes. Tais disposições tornar-se-iam executáveis caso a Odebrecht deixasse de deter, direta ou indiretamente, capital social representando mais de 50% do capital votante da Companhia. Em consequência, caso a Odebrecht deixe de deter o controle ou, em alguns casos, de deter uma determinada porcentagem das ações ordinárias da Companhia, seja por consequência do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht, uma venda alternativa, liquidação por credores, reorganização, reestruturação ou outra circunstância parecida no âmbito do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou outro processo, caso não sejam obtidos os devidos consentimentos ou renúncias, tais contrapartes poderiam rescindir tais contratos ou acelerar o vencimento das respectivas obrigações de financiamento. A rescisão de qualquer acordo contratual ou aceleração do vencimento de qualquer acordo financeiro poderia causar um efeito material adverso nos negócios, condições financeiras, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia e, finalmente, resultar na aceleração cruzada de todo o seu endividamento.

Adicionalmente, de acordo com as escrituras das Notas com juros de 5,375% e vencimento em 2022, Notas com juros de 3,50% e vencimento em 2023, Notas com juros de 6,45% e vencimento em 2024, Notas com juros de 4,50% e vencimento em 2028, Notas com juros de 4,500% e vencimento em 2030, Notas com juros de 7,125% e vencimento em 2041, Notas com juros de 5,875% e vencimento em 2050 e Títulos de Dívida Perpétua com juros de 7,375%, uma alteração do controle com rebaixamento da nota de crédito iria exigir a recompra de todas as Notas em aberto, além do pagamento dos juros acumulados e não pagos, se houver, até a data da recompra. Vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Acontecimentos Recentes—Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht” e outras informações divulgadas neste Relatório Anual em Formulário 20-F para mais informações sobre o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht.

No futuro, a Companhia poderá ter de obter dispensa de outras obrigações de dívida para evitar estar em descumprimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer cláusulas restritivas dos seus instrumentos de dívida e busque dispensa de tais obrigações, ela pode não ser capaz de obter tal dispensa dos respectivos credores. Caso isso ocorra, a Companhia estaria em descumprimento de outros contratos, os credores poderiam exercer seus direitos e exigir remediação, conforme descrito acima, e a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

A divulgação não autorizada, ou perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, outras informações comerciais ou pessoais sensíveis ou comprometimento da integridade de tecnologia da informação causados por ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos futuros relacionados à privacidade de dados e à segurança de dados podem sujeitar a Companhia a relevantes penalidades ou responsabilidade e impactar negativamente suas operações, reputação e resultados financeiros.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza determinadas informações confidenciais e outros dados de usuários no âmbito das suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação de dados sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e empresas é fundamental para a Companhia. A Companhia depende de sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para garantir o processamento, transmissão e armazenagem de informações confidenciais, tais como as informações de clientes, funcionários, empresas e outras informações pessoais.

As leis de proteção e privacidade de dados estão sendo ajustadas para incluir as mudanças nas atitudes culturais e consumidoras em relação à proteção de dados pessoais. Por exemplo, em 14 de agosto de 2018, o Brasil promulgou a Lei nº 13.709/2018 (a Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD), uma lei de proteção de dados abrangente que estabelece as premissas e obrigações gerais que se aplicam em múltiplos setores econômicos e relações contratuais. A LGPD estabelece as regras detalhadas para coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais e afetará todos os setores econômicos, incluindo o relacionamento entre clientes e fornecedores de bens e serviços, empregadores e funcionários, e outros relacionamentos nos quais dados pessoais são coletados, tanto de forma digital quanto física. Esperava-se que a LGPD entrasse em vigor em agosto de 2020, porém sua data de vigência foi adiada para 2021, no mínimo. De acordo com a lei, todas as entidades sujeitas a ela, incluindo a Companhia deverão adaptar suas atividades de processamento de dados às novas regras. Quaisquer leis ou regulamentações de privacidade adicionais promulgadas ou aprovadas no Brasil ou em outras jurisdições nas quais a Companhia possui operações poderiam afetar de forma significativa os negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados de suas operações. Em 25 de maio de 2018, a Regulamentação No. 2016/279 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, sobre a proteção de dados pessoais (Regulamentação de Proteção de Dados Gerais, ou GDPR) passou a ser aplicável diretamente a todos os estados-membro da União Europeia. A GDPR introduziu novas obrigações relacionadas à privacidade de dados, controle e retenção, incluindo, entre outros: (i) requisitos de prestação de contas e transparência; (ii) requisitos aprimorados de consentimento de dados; (iii) as obrigações em considerar a privacidade de dados como qualquer novo produto ou serviço são abordadas e limitam o montante de informações coletadas, processadas e armazenadas e a acessibilidade a elas; (iv) restrições sobre o uso de dados para fazer o perfil dos sujeitos dos dados; (v) disponibilização aos sujeitos dos dados de suas informações pessoais em um formato que possa ser utilizado e eliminação de informações pessoais em determinadas circunstâncias; e (vi) relatórios de descumprimentos sem atraso indevido.

Como a Companhia tem a intenção de expandir seus negócios e operações, espera-se que ela se torne cada vez mais sujeita às leis e regulamentações relacionadas à coleta, uso, retenção, segurança e transferência de informações, incluindo informações identificáveis de forma pessoal de seus funcionários e clientes. Essas leis e regulamentações podem ser interpretadas e aplicadas de forma diferente ao longo do tempo, dependendo da jurisdição, e é possível que elas sejam interpretadas e aplicadas de formas que causem um efeito significativo e adverso nos negócios da Companhia. Qualquer falha, real ou percebida, da parte da Companhia em cumprir com os requisitos ou ordens regulatórias ou outras leis e regulamentações municipais, estaduais, federais e internacionais relacionadas a privacidade ou proteção ao consumidor poderia diminuir o acesso dos clientes aos produtos e serviços da Companhia e afetar de forma significativa e adversa os negócios da Companhia. A implementação da GDPR e da LGPD, bem como de quaisquer outras leis e regulamentações existente e futuras relacionadas à privacidade de dados, devem prever a revisão dos procedimentos e políticas e recursos de implementação materiais. Não é possível garantir que a Companhia terá recursos financeiros suficientes para cumprir com quaisquer novas regulações ou competir de forma bem-sucedida no contexto de um ambiente regulatório em mudança. Além disso, existe o risco de que as medidas não possam ser implementadas de forma correta ou que podem não estar de acordo com os novos procedimentos. Em caso de qualquer descumprimento das obrigações oriundas da GDPR ou da LGPD, ou de outras leis e regulamentações de privacidade de dados, conforme o caso, a Companhia poderia enfrentar sanções administrativas e monetárias, bem como danos à sua reputação, o que poderia causar um efeito negativo significativo em suas operações, condição financeira e perspectivas.

Além disso, apesar das medidas de segurança implementadas, as instalações e sistemas da Companhia, bem como aqueles de terceiros, podem estar vulneráveis a falhas de segurança, cyber-ataques, atos de vandalismo, vírus de computadores, extravio ou perda de dados, erros de programação ou humanos ou eventos similares. Qualquer incidente de segurança ou falha percebida envolvendo a apropriação indébita, perda ou divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha ou falha percebida no cumprimento de leis, políticas, obrigações legais ou normas setoriais relativas a privacidade e proteção de dados, pela Companhia ou por seus fornecedores, poderia prejudicar a sua reputação, expor a Companhia ao risco e responsabilidade de discussões judiciais, sujeita-la a publicidade negativa, afetar suas operações e prejudicar os seus negócios.

Por exemplo, no segundo semestre de 2018, um dos prestadores de serviço de tecnologia da informação da Companhia enfrentou um incidente de cibersegurança no Brasil, no qual credenciais específicas de acesso a certas contas de armazenamento em nuvem mantidas por tal prestador de serviços foram divulgadas online a terceiros não autorizados. A Companhia não foi impactada por tal incidente de segurança, pois não estava entre os clientes de tal prestador de serviço cujas credenciais foram divulgadas. Contudo, não é possível garantir que as medidas de segurança da Companhia, ou aquelas de seus fornecedores, sejam suficientes para prevenir falhas de segurança futuras, o que poderia afetar, direta ou indiretamente, a Companhia, ou que a incapacidade de prevenção de tais falhas não cause um efeito material adverso sobre os negócios, resultados das operações ou condição financeira da Companhia.

Ataques cibernéticos ou violações de segurança poderiam comprometer informações confidenciais e críticas dos negócios, causar interferência nas operações da Companhia ou prejudicar a reputação da Companhia, uma vez que suas operações são altamente dependentes de recursos de tecnologia da informação e sistemas e serviços e telecomunicação. Ativos de informação, entre eles propriedade intelectual, segredos comerciais, informações pessoais e outras informações confidenciais e críticas do negócio representam ativos atraentes para criminosos digitais, ciberterroristas ou outros agentes externos. Embora a Companhia mantenha um amplo programa de cibersegurança que é revisado, administrado e atualizado constantemente, um ataque cibernético relevante, erro humano, inclusive por nossos funcionários e terceiros, ou obsolescência da tecnologia poderiam resultar na perda de informações críticas dos negócios e/ou impactar negativamente as operações, o que poderia prejudicar os resultados financeiros da Companhia.

Riscos relativos ao Brasil

As condições econômicas, políticas e empresariais do país, bem como as políticas econômicas e outras políticas do governo brasileiro, podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos, nossa receita líquida e desempenho financeiro em geral.

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenção frequente e por vezes ampla do governo brasileiro, bem como por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro, com frequência, altera as políticas monetária, tributária, creditícia, tarifária e outras com o fim de influenciar o curso da economia do Brasil. As medidas tomadas pelo governo brasileiro visando controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram controles de salários e preços, bloqueio do acesso a contas bancárias, imposição de controles de capital e limitações às importações.

Nossos resultados operacionais e nossa situação financeira e patrimonial podem ser negativamente afetados por fatores tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas de crescimento do PIB, sendo que se espera que haja uma contração significativa em 2020;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- taxas de juros;
- inflação;
- políticas tributárias;
- liquidez nos mercados financeiros e creditícios internos e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais, econômicos e empresariais ou Brasil ou que afetem o país.

Os mercados brasileiros vêm enfrentando elevada volatilidade em decorrência das incertezas oriundas das investigações sobre corrupção das operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras, conduzidas pelo Ministério Público Federal, e seus impactos sobre a economia e o ambiente político brasileiro. Alguns membros e ex-membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos executivos da empresa estatal, e nossa acionista, Petrobras, estão sendo acusados de corrupção política. Alega-se que tais autoridades públicas e ex-altos

executivos tenham aceitado propina por meio de comissões sobre contratos entre a Petrobras e diversas companhias dos setores de infraestrutura, petróleo e gás e construção civil, incluindo o acionista controlador da Companhia, Odebrecht. Atualmente, não é possível prever o impacto da Operação Lava Jato e investigações relacionadas, e de quaisquer decisões e ações futuras das autoridades em relação aos acionistas sobre a Companhia. Os lucros dessas comissões podem ter financiado campanhas de partidos políticos do governo federal, estadual e municipal através de doações não contabilizadas ou não divulgadas publicamente, além de ter causado o enriquecimento pessoal dos receptores do esquema de propina. Como resultado da Operação Lava Jato em curso, vários políticos e ex-políticos que ocupam altos cargos, incluindo deputados e senadores, e executivos das maiores empresas estatais no Brasil renunciaram ou foram presos. Autoridades eleitas do alto escalão e outras autoridades públicas no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal identificada durante a Operação Lava Jato.

O desfecho possível de tais investigações é incerto, mas eles têm afetado de forma negativa e devem continuar afetando o mercado brasileiro e os preços dos valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever se as alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se surgirão no futuro novas alegações contra autoridades públicas ou outras empresas no Brasil. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de tais alegações nem seus efeitos na economia brasileira. O desenvolvimento destes casos de conduta antiética pode ter um efeito adverso material sobre a Companhia.

Além disso, o cenário político no Brasil tem se caracterizado pela forte instabilidade nos últimos anos. A condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os potenciais recursos jurídicos contínuos podem intensificar ainda mais a instabilidade político-econômica. Além disso, após uma acirrada disputa presidencial, o ex-deputado Jair Bolsonaro tornou-se o presidente do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo a divisão política no Brasil surgida antes das eleições continuará sob a presidência de Jair Bolsonaro e os efeitos de tal divisão sobre a capacidade do Presidente Bolsonaro governar o Brasil e implementar reformas. Qualquer continuação de tal divisão poderia resultar na paralisação do Congresso, incerteza política e protestos e/ou greves que poderiam afetar material e negativamente as operações da Companhia. Incertezas relativas à implementação pelo novo governo de mudanças relacionadas a políticas monetárias, fiscais e previdenciárias, bem como à respectiva legislação, podem contribuir para a instabilidade econômica. Tais incertezas e medidas adotadas pelo novo governo podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos e valores mobiliários brasileiros emitidos no exterior.

Ademais, as importações de PVC em suspensão dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos Estados Unidos e México têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos, prorrogado em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% a 9,9%, e 2,4% a 6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de polipropileno dos Estados Unidos têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Em 2019, cerca de 31% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 8,5% no volume de resinas importadas.

Em 2018, cerca de 25% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 12,3% no volume de resinas importadas, devido à maior disponibilidade de produtos das plantas que recentemente entraram em operação.

Mudanças futuras na política industrial e ações relacionadas por parte do governo brasileiro podem produzir um impacto negativo e material na demanda por nossos produtos, bem como em nossa receita líquida e desempenho financeiro em geral.

Atualmente nos beneficiamos de algumas políticas industriais e ações relacionadas por parte do governo brasileiro, que visam fortalecer a economia interna e determinadas industriais locais. Algumas dessas políticas e ações incluíram recentemente reduções em encargos trabalhistas para a indústria transformadora de plástico, um programa de incentivo à competitividade de produtores brasileiros em mercados de exportação através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações, intervenção do governo federal visando reduzir incentivos a importações em portos locais, aumento dos encargos de importação sobre certos produtos, entre eles o polietileno, e redução nas taxas do Programa de Integração Social (PIS), imposto federal de valor agregado, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), impostos sobre aquisições de matéria-prima por produtores petroquímicos de primeira e segunda geração.

Tais impostos sobre a aquisição de matéria-prima possuíam alíquota de 5,6% para nafta e 9,25% para outras matérias-primas antes de junho de 2013. Após setembro 2013, a alíquota da nafta e de outras matérias-primas foi reduzida para 1% em 2015, acrescida para 3% em 2016, para 5% em 2017 e novamente para 5,6% em 2018. Em 30 de maio de 2018, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória nº 836/18, que revogou a restituição fiscal de contribuições sociais, PIS e COFINS a partir de 1º de setembro de 2018. Ainda, no início de outubro de 2018, não houve conversão em lei do regime especial da indústria química (REIQ), que mantinha as alíquotas de PIS/COFINS sobre a aquisição de matérias-primas nacionais e importadas fixada em 5,6%.

Não é possível para a Companhia prever ou controlar quais políticas serão renovadas ou descontinuadas e se haverá propostas ou implantação de alterações futuras à política industrial brasileira. Caso se encerrem as políticas industriais que beneficiam a Companhia, ou sejam implementadas políticas que a prejudique, seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras podem ser afetados negativamente.

Flutuações da taxa de câmbio real/dólar podem aumentar a inflação no Brasil e aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia expressa em moeda estrangeira, podendo, ainda, afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

A taxa de câmbio entre o real e o dólar e as taxas relativas de depreciação e valorização do real afetaram os resultados das operações da Companhia e podem continuar a fazê-lo.

A moeda brasileira, o real, sofreu desvalorizações em diversas ocasiões. Nas últimas décadas, o governo brasileiro introduziu vários planos econômicos e várias políticas cambiais, entre as quais desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a periodicidade de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e regime de câmbio flutuante. Ocorreram oscilações expressivas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar e outras moedas. Na média, em relação ao dólar norte-americano, o real registrou desvalorização de 47,0% em 2015, valorização de 16,5% em 2016 e de 8,5% em 2017, desvalorização de 14,5% em 2018, e de 7,9% em 2019.

A desvalorização do real em relação ao dólar também poderia resultar em pressões inflacionárias adicionais no Brasil em razão do aumento geral do preço de produtos e serviços importados. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar à deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do país, podendo, também, reprimir o crescimento proveniente das exportações.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total da dívida da Companhia em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, somava R\$ 37.633,2 milhões (US\$ 9.336,6 milhões) em 31 de dezembro de 2019 (incluindo um valor total em aberto de R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões) em 31 de dezembro de 2019 relacionado à dívida garantida da Companhia referente ao Complexo Petroquímico do México), representando 96,0% do endividamento total, líquido de custos de operação. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o saldo de R\$ 6.803,9 milhões (US\$ 1.688,0 milhões) de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, além do montante total de R\$ 1.017,2 milhões (US\$ 252,4 milhões) de caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa.

Uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar ou a outras moedas poderia aumentar as despesas financeiras em função de prejuízos cambiais que seriam incorridas pela Companhia e poderia reduzir sua capacidade de honrar o serviço da dívida em moeda estrangeira. A fim de conseguir gerenciar de forma mais eficiente os efeitos das variações na taxa de câmbio sobre seus resultados, em 2013 a Companhia decidiu designar parte de seu passivo denominado em dólar norte-americano como hedge para suas exportações futuras.

Os preços da nafta, a mais importante matéria-prima da Companhia, e de algumas outras matérias-primas, são expressos em dólares ou atrelados ao dólar. Em 2019, a nafta representou, direta e indiretamente, 40,7% do custo consolidado de produtos vendidos. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, o custo em reais das matérias-primas indexadas e denominadas em dólares aumenta, e a receita operacional em reais pode diminuir, na medida em que a Companhia não consegue repassar o custo de tais aumentos a seus clientes.

Portanto, com o objetivo de mitigar parcialmente o risco de câmbio no longo prazo, em setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos financeiros para estabelecer um programa de hedge cambial de longo prazo. O programa tem por objetivo mitigar os contratos de opções de compra e venda de dólar ao fazer o hedge de fluxos de caixa esperados em um período de 24 meses.

As medidas de combate à inflação tomadas pelo governo brasileiro poderão contribuir de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil e poderão reduzir a demanda dos produtos da Companhia.

Historicamente, o Brasil apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, acarretou efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. A taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preços—Disponibilidade Interna (IGP-DI) alcançou 2.708% em 1993. Embora as taxas de inflação tenham sido substancialmente menores a partir de 1995 do que em exercícios anteriores, as pressões inflacionárias persistem. As taxas de inflação foram de 10,7% em 2015, 7,2% em 2016, 0,4% negativo em 2017, 7,1 % em 2018 e 7,3% em 2019, conforme a variação do índice IGP-DI. As medidas de combate à inflação, adotadas pelo governo brasileiro, muitas vezes incluíram a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, causando restrição à disponibilidade de crédito e redução na taxa de crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública acerca de possíveis medidas futuras também podem contribuir de forma relevante para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários.

O Brasil poderá voltar a apresentar níveis elevados de inflação. Fatores como a elevação dos preços do petróleo, a depreciação do real e medidas governamentais futuras, buscando a manutenção do valor do real em relação ao dólar, poderão acarretar aumento da inflação brasileira. Períodos de inflação mais alta poderão fazer diminuir a taxa de crescimento da economia brasileira, o que levaria a uma redução da demanda dos produtos da Companhia no Brasil e de suas receitas líquidas. Também é provável que a inflação aumente alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não possam ser repassados aos consumidores, o que resultaria em diminuição da margem de lucro e do lucro líquido. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução do lucro líquido. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados internos de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinanciar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam a diminuição do preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

Flutuações ou alterações ou substituições das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço de nossa dívida ou reduzir a receita financeira da Companhia, prejudicar o seu desempenho financeiro como um todo.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava, entre outras obrigações:

- R\$ 0,3 milhão de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela TLP (anteriormente referenciados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), relacionadas a contratos anteriores a 1º de janeiro de 2019);
- R\$ 1.031,5 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário);
- R\$ 479.1 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- R\$ 7.794,9 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A TLP incorpora um fator de inflação, sendo fixada trimestralmente pelo Banco Central. A TLP, a taxa CDI e a taxa SELIC apresentaram expressivas oscilações no passado, em função da expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Vide “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Um aumento significativo de qualquer uma dessas taxas de juros poderia afetar negativamente nossas despesas financeiras e nossos resultados financeiros como um todo.

Além disso, como resultado de preocupações com relação à precisão do cálculo da LIBOR, diversos bancos membros da British Bankers’ Association, ou BBA, celebraram acordos com órgãos reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis com relação à suposta manipulação ou sub-divulgação da LIBOR. Ações tomadas pela BBA, reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis resultantes destes ou de futuros eventos podem alterar a forma de cálculo da LIBOR. Mudanças potenciais, ou incertezas com relação a tais mudanças potenciais, podem impactar adversamente o mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR. Além disso, mudanças ou reformas na forma como a LIBOR é calculada ou monitorada podem resultar em aumentos ou quedas repentinas ou prolongadas da LIBOR publicada, o que poderia causar um impacto negativo no mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR.

Em julho de 2017, o chefe da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (*United Kingdom Financial Conduct Authority*) anunciou o desejo de deixar de utilizar a LIBOR gradativamente até o final de 2021, permanecendo indefinido se a LIBOR deixará de existir ou se serão criados novos métodos de cálculo da LIBOR. Se a LIBOR deixar de existir ou se os métodos de cálculo da LIBOR deixarem de ser como são atualmente, as taxas de juros sobre dívidas futuras podem ser adversamente afetadas ou a Companhia poderá ter que negociar os termos das linhas de crédito existentes para substituir a LIBOR pelo novo método então estabelecido, se houver, ou fazer acordos com credores, agentes fiduciários ou agentes, conforme aplicável, sobre uma nova forma de calcular juros. Neste momento, não é possível prever os efeitos de tais mudanças, qualquer utilização de taxas referenciais alternativas ou qualquer reforma da LIBOR que possa ser implementada no Reino Unido ou em outros países. A eliminação da LIBOR ou quaisquer mudanças ou reformas na forma em que a LIBOR é calculada ou monitorada poderiam causar um efeito material e adverso nas despesas financeiras e/ou receitas financeiras da Companhia e um efeito material e adverso no desempenho financeiro geral da Companhia.

As políticas de controle cambial podem aumentar o custo do serviço de nossa dívida em moeda estrangeira, afetar nossa capacidade de efetuar pagamentos referentes a essa dívida e afetar nossa liquidez.

No Brasil, a compra e a venda de moeda estrangeira estão sujeitas a controle governamental. As leis e regulamentos atuais que regem o sistema cambial brasileiro permitem a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, sujeito a determinados procedimentos regulatórios. Muitos fatores poderiam levar o governo brasileiro a instituir políticas mais restritivas de controle cambial, incluindo o volume das reservas cambiais do Brasil, a disponibilidade de câmbio suficiente na data de vencimento de pagamentos no exterior, o volume de encargos de serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo, a política do Brasil no tocante ao FMI e restrições políticas às quais o Brasil porventura esteja sujeito. Uma política mais restritiva poderia aumentar o custo de serviço, as dívidas da Companhia e outros passivos expressos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia representava no total 96,0% da sua dívida consolidada em 31 de dezembro de 2019, incluindo os custos de operações e a Braskem Idesa Financing. Se a Companhia deixar de efetuar pagamentos no âmbito de qualquer uma dessas obrigações, ficará caracterizada a inadimplência, o que poderia reduzir sua liquidez, bem como o preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que pode reduzir a margem bruta da Companhia, afetando negativamente seu desempenho financeiro em geral.

O governo brasileiro introduz ocasionalmente mudanças do regime fiscal que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais mudanças incluem alterações de alíquotas e, às vezes, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Não se pode prever as mudanças da legislação tributária brasileira que poderão ser propostas e aprovadas no futuro, especificamente considerando a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). No entanto, futuras mudanças dessa legislação poderão resultar em elevação da carga tributária total da Companhia, o que poderia reduzir sua margem bruta e afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

Riscos Relacionados ao México

O México passou por condições econômicas adversas, que podem afetar adversamente o negócio da Companhia.

O México historicamente passou por períodos irregulares de crescimento econômico. Em 2017, o PIB do México aumentou apenas 2,1%, enquanto a inflação aumentou para 6,8%. No final de 2017, a taxa de inflação do México atingiu o valor mais alto em 17 anos, principalmente devido ao Peso mais fraco em comparação ao dólar e o término dos controles governamentais sobre a gasolina e outros combustíveis. Em 2018, a economia do México se recuperou ligeiramente da alta taxa de inflação anterior, diminuindo para 4,8%. A inflação permaneceu acima da meta do índice de preços ao consumidor de 3%, e o crescimento do PIB do México apresentou uma ligeira queda em 2018, de 2,1% em 2017 para 2,0%. Em 2019, o PIB do México não evoluiu em comparação a 2018. De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), espera-se que o PIB do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão no país.

Diminuições na taxa de crescimento da economia mexicana, períodos de crescimento negativo ou reduções da renda disponível podem resultar em uma menor demanda pelos produtos da Companhia. O governo mexicano recentemente cortou os gastos em resposta a uma política de austeridade e uma tendência de diminuição nos preços internacionais de petróleo cru e pode cortar ainda mais gastos no futuro. Esses cortes poderiam afetar a economia mexicana e, consequentemente, o negócio, a condições financeiras, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. Além disso, não existem garantias de que o recente rebaixamento na classificação da dívida soberana do México não irá afetar de forma adversa o negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

As receitas da Companhia estão sujeitas ao risco de perda decorrente de acontecimentos políticos e diplomáticos, instabilidade social e mudanças em políticas governamentais, incluindo legislação de propriedade internacional, expropriação, nacionalização, limites de taxas de juros e políticas tributárias. Em virtude disso, as ações do governo mexicano a respeito da economia e de regulamentação de determinados setores poderia ter um efeito significativo sobre as entidades do setor privado mexicano, incluindo a Companhia, e sobre as condições de mercado, preços e retornos sobre valores mobiliários Mexicanos, inclusive os valores mobiliários da Companhia.

Uma renegociação de tratados comerciais ou mudanças na política externa entre México, Canadá e Estados Unidos podem afetar negativamente o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, as condições econômicas no México se tornaram cada vez mais correlacionadas às condições econômicas dos Estados Unidos, como resultado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que aumentou a atividade econômica entre os dois países. Condições econômicas adversas nos Estados Unidos ou outros eventos relacionados poderiam ter um efeito adverso significativo sobre a economia mexicana, o que poderia afetar adversamente o negócio da Companhia. Em virtude de conversas para renegociação do NAFTA, no dia 30 de novembro de 2018, os Estados Unidos, o Canadá e o México assinaram o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA). Embora o USMCA tenha por objetivo substituir o NAFTA, o USMCA ainda não está em vigor e pode não ser aprovado e nem implementado. Se esses eventos ocorrerem, eles poderiam impactar adversamente o negócio e as operações da Companhia. Desde 2003, exportações de produtos petroquímicos do México para os Estados Unidos têm tarifa zero nos termos do NAFTA. Qualquer ação tomada pelas atuais administrações dos EUA ou do México, inclusive alterações ao NAFTA ou ao USMCA que aumentariam a tarifa entre os países, poderia ter um impacto negativo sobre a economia mexicana, como reduções nos níveis de remessas, atividade comercial ou comércio bilateral reduzidos, ou diminuição de investimento direto estrangeiro no México. Além disso, um maior ou a impressão de um maior protecionismo econômico nos Estados Unidos e em outros países poderia levar a níveis inferiores de comércio e investimento e crescimento econômico, o que poderia ter um impacto similarmente negativo sobre a economia mexicana. Essas consequências econômicas e políticas poderiam afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A eleição presidencial dos EUA em 2016 e a mudança na administração dos EUA tiveram um impacto na economia mundial e no México. As atuais políticas governamentais dos EUA com relação ao México criaram instabilidade, incertezas e podem afetar adversamente a economia mexicana. Por exemplo, o Presidente Donald Trump instituiu tarifas de importação sobre uma quantidade limitada de produtos importados do México e fez valer medidas voltadas para o controle da imigração ilegal proveniente do México, o que criou atrito entre os governos dos EUA e do México e pode reduzir a atividade econômica entre esses países. Além disso, em junho de 2019, a administração Trump anunciou planos para impor uma série de tarifas maiores sobre o México, a menos que o governo mexicano promulgasse determinadas alterações de políticas. Embora os governos mexicano e dos EUA

tenham conseguido chegar a um acordo, a Companhia não pode garantir ao investidor que o governo dos EUA não imporá tarifas maiores ou outras tarifas sobre o México e que a Companhia não será afetada de forma adversa e relevante pelas tarifas no futuro.

A lucratividade da Companhia é afetada por inúmeros fatores, incluindo a demanda pelos produtos que fornece. A demanda pelos produtos da Companhia no México, América Central e América do Sul, Caribe, Europa, EUA e em outros países nos quais opera pode ser afetada adversamente pela retração de mercados de créditos e recessões econômicas. Como uma empresa global, a Companhia depende da demanda dos clientes no México, nos EUA e em outros países nos quais opera, e um menor gasto dos clientes abaixo das projeções da Companhia poderia afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

Eventos políticos no México poderiam afetar a política econômica mexicana e o negócio, as condições financeiras e o resultado operacional da Companhia.

As últimas eleições presidenciais e do congresso mexicano ocorreram em julho de 2018. Andrés Manuel López Obrador, candidato à presidência pelo partido *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), foi eleito Presidente do México e tomou posse em 1º de dezembro de 2018. Além disso, as eleições para o congresso mexicano ocorreram em julho de 2018, resultando no controle efetivo da Câmara dos Deputados (*Cámara de Diputados*) pelo partido Morena e em uma influência significativa no Senado mexicano (*Senado de la República*), obtendo a maioria absoluta histórica e reduzindo as demais forças políticas a um nível de influência marginal. A próxima eleição legislativa federal do México será em julho de 2021.

Durante a campanha presidencial, os candidatos à presidência e a cargos legislativos federais apresentaram diversas propostas para, entre outras coisas, modificar ou encerrar determinadas reformas estruturais introduzidas na administração anterior, com a finalidade de reduzir a participação de investimento privado em setores como o de energia. Por conseguinte, como ocorre historicamente em qualquer mudança de administração ou congresso, o governo mexicano poderia implementar mudanças significativas em leis, políticas e regulamentos e poderia reduzir ou eliminar a independência de organizações ou de dependências descentralizadas ou semiautônomas, o que poderia afetar a situação econômica e política no México. A Companhia não pode prever se a atual administração implementará mudanças substanciais na lei, política e regulamentos do México, o que poderia afetar o negócio, resultados operacionais ou a condição financeira da Companhia.

O controle do Morena sobre o Congresso Mexicano, conforme descrito acima, poderia resultar em reformas adicionais e legislação secundária de setores-chave da economia mexicana. A coalizão política governante liderada pelo Morena foi fortalecida pelo apoio fragmentado do Partido Verde Ecológico do México (*Partido Verde Ecologista*), do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e de uma organização deficiente de grupos políticos dissidentes. Em virtude disso, nas eleições estaduais de 2019, o Morena expandiu sua influência nas entidades adquirindo controle de 21 de 32 congressos locais. A Companhia não pode afirmar se, e em qual medida, essas políticas podem afetar seu negócio, resultados operacionais e condição financeira ou a estrutura legal na qual opera.

Além disso, a nova administração cancelou o projeto do Novo Aeroporto da Cidade do México (*Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México*) e anunciou o lançamento dos principais projetos de infraestrutura que foram prometidos durante a campanha (incluindo uma nova refinaria em Dos Bocas, o “trem Maia” e a construção de um novo aeroporto em Santa Lucía). Vários investidores e agências de classificação de crédito ainda são cautelosos sobre as políticas da nova administração, o que poderia contribuir para a diminuição da resiliência da economia mexicana em caso de recessão econômica global. O controle da coalizão liderada pelo Morena no Congresso e em vários Congressos locais é o bastante para implementar reformas significativas sem a aprovação dos demais partidos políticos mexicanos, inclusive alterações à Constituição mexicana. Essa concentração de poder e qualquer instabilidade na política mexicana ou na economia mexicana em virtude do exposto acima pode ter um impacto negativo sobre o negócio, a condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia. Não é possível prever com precisão a extensão desse impacto.

As condições políticas e econômicas e as políticas governamentais do México e de outros países podem ter um impacto significativo nas operações da Companhia.

Uma possível deterioração da situação econômica mexicana, instabilidade social, agitação política ou outros acontecimentos sociais adversos no México poderiam afetar os negócios e as condições financeiras da Companhia. Tais eventos poderiam também levar ao aumento da volatilidade dos mercados financeiros, afetando assim a capacidade da Companhia de manter sua liquidez financeira e cumprir com obrigações de dívida. Além disso, cortes de gastos relacionados à Pemex ou outras despesas públicas, ou falta de investimentos em gás natural e recuperação

de etano, poderiam afetar negativamente a Pemex, a capacidade da Pemex de produzir e recuperar etano, a economia mexicana e, conseqüentemente, os resultados e perspectivas relativos a negócios, condições financeiras e operações da Companhia.

No passado, o México passou por diversos períodos de crescimento econômico baixo ou negativo, inflação alta, taxas de juros altas, desvalorização cambial e outros problemas econômicos. Tais problemas poderiam se agravar ou retornar, conforme o caso, no futuro e afetar de forma adversa os negócios da Companhia e sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida. Uma piora das condições financeiras ou econômicas internacionais, tais como uma desaceleração no crescimento ou recessão nos parceiros comerciais do México, entre eles os Estados Unidos, ou o surgimento de uma nova crise financeira, poderiam produzir efeitos adversos na economia mexicana, bem como nas condições financeiras da Companhia e em sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida.

Além disso, o contrato de longo prazo que prevê a compra de etano pela Companhia da Pemex TRI, uma empresa mexicana, pode ser modificado por meios regulatórios, rescindido ou prejudicado pela estatal como resultado de pressão política para não cumprir com as condições do contrato, medidas de expropriação adotadas pelo governo mexicano ou mudanças na legislação. Qualquer descumprimento, alteração, rescisão ou interrupção deste contrato de fornecimento poderia afetar de forma material e adversa os resultados das operações ou a situação financeira da Companhia.

Os acontecimentos em outros países podem afetar de maneira adversa a economia mexicana, bem como o desempenho financeiro da Companhia e o preço das suas ações.

A economia mexicana e o valor de mercado das empresas mexicanas podem, em diversos níveis, ser afetados pelas condições econômicas e mercadológicas globais, além das condições econômicas e mercadológicas em outros países emergentes e nos maiores parceiros comerciais, especialmente nos Estados Unidos. Nos últimos anos, as condições econômicas no México se tornaram cada vez mais correlacionadas às condições econômicas dos Estados Unidos, como resultado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que aumentou a atividade econômica entre os dois países, e a remessa de fundos dos imigrantes mexicanos que trabalham nos Estados Unidos para residentes mexicanos. Por isso, condições econômicas adversas nos Estados Unidos, a extinção ou modificação do NAFTA ou o seu tratado sucessor, o USMCA, bem como outros temas relacionados, inclusive disputas comerciais e instabilidade globais, podem afetar de forma adversa e significativa a economia mexicana. A Companhia não pode garantir que acontecimentos em outros mercados de países emergentes, nos Estados Unidos, ou em qualquer outro lugar não afetarão de forma adversa o seu desempenho financeiro.

O México passou por um período de crescente atividade criminal, incluindo violência associada ao tráfico de drogas e ao crime organizado, e essas atividades poderiam afetar adversamente os custos de financiamento e a exposição aos clientes e contrapartes da Companhia.

Nos últimos anos, o México passou por um período de crescente atividade criminal e violência, principalmente em decorrência do crime organizado. Essa violência ocorreu por todo o México, inclusive no Estado de Veracruz, onde está localizado o Complexo da Companhia no México. Apesar dos esforços do governo mexicano para aumentar as medidas de segurança fortalecendo suas forças militar e policial, a violência e crime relacionados a drogas continuam a ameaçar a economia mexicana e a paz e segurança de determinadas regiões, resultando em incertezas e instabilidade econômica e política no México. A atividade criminal sistemática e eventos criminosos isolados poderiam interromper as operações da Companhia, afetar sua capacidade de gerar receita e aumentar o custo de suas operações. A violência contínua poderia resultar na adoção pelo governo mexicano de medidas de segurança adicionais, como restrições de transporte, proibição do trânsito de mercadorias e pessoas em determinados horários e comércio entre fronteiras. A Companhia não consegue garantir ao investidor que essas atividades, seu aumento e a violência associada a elas, sobre os quais a Companhia não tem controle, poderiam ter um impacto negativo sobre o ambiente de negócios no qual opera e, portanto, sobre os seus resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia pode interpretar determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano de maneira diferente do que a interpretada por sua contraparte, a Pemex TRI.

Na data deste relatório anual, a Companhia compra substancialmente todo o etano para a produção de polietileno no seu Complexo Petroquímico do México da Pemex TRI, nos termos do contrato de fornecimento de longo prazo de aquisição obrigatória (take-or-pay) firmado com a Pemex TRI. O contrato de fornecimento de etano é um contrato complexo e pode ser que a Companhia interprete algumas de suas cláusulas de maneira diferente do que a interpretada pela Pemex TRI. Por exemplo, se a Pemex TRI não fornecer um determinado percentual de etano especificado contratualmente no contrato de fornecimento de etano por seis meses consecutivos, a Companhia terá

o direito de rescindir o contrato de fornecimento de etano e exigir que a Pemex TRI pague às demais partes envolvidas no projeto um valor equivalente ao da rescisão desse projeto (cujo valor é determinado de acordo com o contrato e leva em consideração, entre outros fatores, a dívida em aberto do projeto e o valor investido no projeto à época). Uma diferença de interpretação entre a Companhia e a Pemex TRI sobre determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano, incluindo as disposições relacionadas ao cálculo do valor de rescisão, poderia acarretar um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Vide “— A Companhia não tem controle sobre as decisões ou atos societários da Pemex TRI, seu principal fornecedor de etano, uma empresa estatal mexicana.”

Se a Companhia não desenvolver uma fonte alternativa de etano, isso pode ter um impacto negativo sobre o seu negócio, porque a Companhia não pode operar no Complexo do México com plena capacidade.

Para aumentar a taxa operacional do Complexo do México, a Companhia precisa obter quantidades adicionais de etano para compensar a quantidade insuficiente de etano fornecida pela Pemex TRI nos termos do contrato de fornecimento do etano. Na data deste relatório anual, o Complexo Petroquímico do México importa suprimentos adicionais de etano por meio de um terminal privado em Coatzacoalcos e os transporta para o complexo da Companhia por meio de uma solução logística (Solução Fast Track). No futuro, a Companhia pode considerar o desenvolvimento e a construção de um novo terminal (Terminação de Importação de Etano). No entanto, a Companhia não pode garantir que a possível construção do Terminal de Importação de Etano será concluída ou que o Solução Fast Track conseguirá aumentar sua produção até o nível de produção esperado. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá importar etano nos preços atuais de mercado, o que também poderia afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

O desenvolvimento e a construção do Terminal de Importação de Etano e o estabelecimento da Solução Fast Track para a importação de etano podem envolver incertezas e riscos significativos, como:

- não obtenção ou manutenção da aprovação necessária das entidades governamentais e reguladoras aplicáveis;
- negociação de contratos de engenharia, compras e construção satisfatórios;
- negociação de contratos de operações e manutenção satisfatórios;
- não atingimento dos resultados esperados;
- não obtenção de direitos de passagem necessários para a construção do Terminal de Importação de Etano;
- negociação com comunidades locais e grupos minoritários;
- atrasos na construção e início das operações do Terminal de Importação de Etano;
- passivos não previstos;
- obtenção do financiamento necessário para a construção do Terminal de Importação de Etano; ou
- descumprimento de contratos de construção pelo contratado ou subcontratado.

A disseminação do novo coronavírus (COVID-19) fez com que a Companhia alterasse algumas de suas práticas comerciais, e ela ainda pode tomar medidas adicionais que venham a ser exigidas pelas autoridades governamentais, inclusive fechamento de portos, ou determinadas pela Companhia como sendo do melhor interesse de seus funcionários, clientes, parceiros e fornecedores. Essas ações poderiam impactar o desenvolvimento e a construção do Terminal de Importação de Etano e o estabelecimento da Solução Fast Track para a importação de etano. Atualmente, a Companhia antecipa que o fornecimento insuficiente de etano pela Pemex TRI continuará.

Riscos relativos aos nossos Títulos de Dívida e Valores Mobiliários

Todas as ações emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia de acordos de financiamento celebrados pelo Grupo Odebrecht.

Nos termos de um acordo de alienação fiduciária em garantia celebrado entre o Grupo Odebrecht em 27 de novembro de 2013, alterado em 13 de maio de 2016, 19 de julho de 2016, 24 de abril de 2017 e 23 de maio de 2018, todas as ações ordinárias emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia no âmbito de certos contratos de financiamento celebrados pela Odebrecht S.A. e algumas das suas controladas. Caso o Grupo Odebrecht descumpra tais contratos de financiamento, ou em caso de vencimento antecipado de tais contratos e a consequente transferência da garantia ao credor (considerando que a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não exerça seu direito de preferência na aquisição de tais ações), a Companhia poderá estar sujeita à alteração do controle após as formalidades estatutárias e os procedimentos previstos em seu acordo de acionistas. Uma alteração do controle em tais circunstâncias pode afetar adversamente a Companhia.

A liquidação ou venda das ações da Companhia detidas pela OSP Investimentos S.A. – seja dentro ou fora do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht – pode resultar na mudança de controle. Como a Companhia não é capaz de consentir ou influenciar de qualquer forma ou controlar o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou o adquirente das ações em relação à tal liquidação, é possível que haja mudança no controle corporativo da Companhia no futuro próximo.

Os acionistas preferenciais classe A podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Conforme permitido na Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas de 25% do seu lucro líquido ajustado de cada exercício na forma de dividendos obrigatórios, ou Dividendo Mínimo Obrigatório. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classe A e classe B fazem jus a um dividendo preferencial mínimo anual não cumulativo, ou Dividendo Preferencial Mínimo, equivalente a 6% da sua participação pro rata no capital antes do pagamento de dividendos aos acionistas ordinários. A Lei das Sociedades por Ações permite que uma empresa de capital aberta como a nossa suspenda a Distribuição Obrigatória de Dividendos em qualquer exercício particular caso nosso Conselho de Administração informe a nossos acionistas que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de nossa condição financeira ou disponibilidade de caixa, desde que tal suspensão não afete o pagamento do Dividendo Mínimo Obrigatório, que ainda deverá ser pago aos acionistas preferenciais. Contudo, os acionistas, inclusive os detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs podem não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, se a Companhia não registrar lucro.

Nossas ações preferenciais classe A e os ADSs têm direitos de voto limitados e não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, incluindo incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social, os detentores de ações preferenciais classe A e, por conseguinte, das ADSs subjacentes a essas ações, não têm direito a votar em assembleias de acionistas, salvo em circunstâncias muito limitadas. Essas circunstâncias limitadas relacionam-se diretamente a direitos essenciais dos detentores de ações preferenciais classe A, tais como a modificação de termos básicos das ações preferenciais classe A ou a criação de nova classe de ações preferenciais com direitos superiores. Os detentores de ações preferenciais sem direito a voto podem eleger um membro e o respectivo suplente para nosso conselho de administração e nosso conselho fiscal, dependendo de requisitos específicos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, inclusive incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos. No entanto, caso a Companhia deixe de pagar dividendos por três anos consecutivos, será concedido direito a voto aos detentores de ações preferenciais classe A e ADSs. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Descrição do Estatuto Social da Companhia—Direitos de Voto”.

Os detentores de ADSs podem ter dificuldade para exercer até mesmo seus direitos de voto limitados nas assembleias gerais.

Segundo a lei brasileira, apenas os acionistas registrados como tal em nossos registros societários podem participar de nossas assembleias de acionistas. Todas as ações preferenciais classe A subjacentes às ADSs são registradas no nome do depositário. Os detentores de ADSs poderão exercer seus direitos de voto limitados em relação às ações preferenciais classe A representadas pelas ADSs apenas em conformidade com o acordo de depósito

relativo às ADSs, que determina que os direitos a voto estão disponíveis apenas aos detentores de ADSs, a nosso critério. Há limitações práticas à capacidade de detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto devido às etapas adicionais envolvidas na comunicação com detentores de ADSs. Por exemplo, a Companhia é obrigada a publicar um edital de convocação para assembleias gerais em determinados jornais do Brasil. Na medida em que os detentores das ações preferenciais classe A façam jus a votar em uma assembleia geral, eles poderão exercer esses direitos de voto através do comparecimento à assembleia, pessoalmente, votando através de representante ou remotamente, se aplicável. Em contrapartida, os detentores de ADS serão notificados por carta da realização da assembleia geral após notificação feita ao depositário de American Depositary Receipt (ADS), solicitando que seja enviado um aviso aos detentores de ADS. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs precisam instruir o depositário em tempo hábil. O procedimento de notificação levará mais tempo no caso dos detentores de ADSs do que no caso dos detentores das ações preferenciais classe A. Caso o depositário não receba instruções em tempo hábil em relação à totalidade ou a parte das ADSs, ele concluirá que os detentores das referidas ADSs estão o instruindo a outorgar uma procuração discricionária a uma pessoa indicada pela Companhia para votar em nome das ADSs, exceto em circunstâncias limitadas.

Nas circunstâncias limitadas nas quais os detentores das ADSs têm direitos de voto, eles podem não receber o material relativo ao voto a tempo de instruir o depositário a votar em relação às ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs. Além disso, o depositário e seus agentes não serão responsabilizados se deixarem de cumprir as instruções de voto dadas pelos detentores das ADSs ou pela maneira pela qual tais instruções forem cumpridas. Da mesma forma, os detentores das ADSs podem não conseguir exercer seus direitos de voto, não lhes cabendo qualquer direito de regresso caso as ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs não sejam votadas como solicitado.

Caso detentores de ADSs as troquem por ações preferenciais classe A, podem estar arriscados a perder temporariamente a capacidade de remeter moedas estrangeiras ao exterior ou ter essa capacidade restringida, além de perder o direito a certas vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro para as ações preferenciais subjacentes às ADSs deve obter um número de registro eletrônico junto ao Banco Central de modo a permitir que o depositário remeta dólares ao exterior. Os detentores de ADSs beneficiam-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central obtido pelo custodiante para o depositário, que o permite converter dividendos e outras distribuições com relação às ações preferenciais classe A em dólares e remeter a quantia resultante dessa conversão ao exterior. Caso detentores de ADSs decidam a trocá-las pelas ações preferenciais subjacentes, eles somente poderão contar com o certificado de registro do custodiante no Banco Central por cinco dias úteis após a data da troca. A partir dessa data, não poderão mais remeter dólares ao exterior a não ser que obtenham um novo certificado de registro de capital estrangeiro em relação às ações preferenciais, o que pode resultar em despesas e causar atrasos no recebimento de distribuições. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Controles Cambiais”.

Adicionalmente, caso os detentores de ADSs que as trocarem por nossas ações preferenciais classe A não se qualifiquem segundo as normas que regem os investimentos estrangeiros, ficarão normalmente sujeitos a um tratamento fiscal menos favorável dos dividendos e das distribuições relativas a nossas ações preferenciais, bem como dos rendimentos da venda dessas ações. Vide “Item 10. Informações Adicionais - Controles Cambiais” e “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

Restrições à movimentação de capital para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade dos detentores das ações, ADSs ou títulos de dívida da Companhia de receberem pagamentos pelas suas respectivas obrigações ou garantias e podem restringir a capacidade da Companhia de realizar pagamentos em dólares norte-americanos.

No passado, a economia brasileira passou por períodos de déficit do balanço de pagamentos e escassez de reservas cambiais, e o governo reagiu restringindo a conversão de reais em moedas estrangeiras por pessoas brasileiras ou estrangeiras. O governo pode instituir uma política de controle cambial restritiva no futuro. Qualquer política de controle cambial poderia impedir ou restringir o acesso da Companhia a dólares norte-americanos e, consequentemente, a sua capacidade de cumprir com suas obrigações em dólares norte-americanos relativas às suas ações, ADSs e notas em aberto, bem como causar um efeito adverso significativo em seus negócios, situação financeira e resultados das suas operações. Não é possível prever o impacto de tais medidas na economia brasileira.

A política cambial brasileira pode afetar a capacidade da Braskem de realizar remessas de valores para fora do Brasil para o cumprimento de obrigações relativas a títulos e valores mobiliários e de dívidas.

Segundo a regulamentação vigente no Brasil, não é necessário que empresas brasileiras obtenham autorização do Banco Central para a realização de pagamentos de garantias em favor de estrangeiros, tais como os detentores de ações, ADSs ou notas em aberto da Companhia. Não é possível garantir que tais regras continuarão vigentes à época em que a Braskem tiver de realizar pagamentos das obrigações referentes às suas ações, ADSs ou garantias nos termos das notas em aberto da Companhia. Caso tais regras ou sua interpretação sejam alteradas e a autorização do Banco Central passe a ser exigida, a Braskem poderá ter de solicitar autorização ao Banco Central para transferir os valores das obrigações para fora do Brasil, ou ainda realizar tais pagamentos com valores mantidos pela Braskem no exterior. Não é possível garantir que tal autorização seria obtida ou que tais recursos estariam disponíveis. Caso tal autorização não seja obtida, a Companhia pode não ser capaz de realizar os pagamentos aos detentores das ações, ADSs ou notas em dólares. Caso não seja possível obter as autorizações necessárias, conforme exigidas para o pagamento de valores devidos pela Braskem através da remessa de valores do Brasil, a empresa poderá buscar outras formas legais de realizar os pagamentos dos valores devidos no âmbito das ações, ADSs ou notas. No entanto, não é possível garantir a disponibilidade futura de mecanismos de remessa de valores e, mesmo que tais mecanismos estejam disponíveis no futuro, não é possível garantir a possibilidade de realização dos pagamentos devidos em relação às notas em aberto através de tais mecanismos.

Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses porque, como empresa brasileira, a Companhia está sujeita a diferentes regras e regulamentos, e os acionistas podem contar com menos direitos ou com direitos pouco definidos do que os previstos em leis de outras jurisdições, inclusive nos Estados Unidos.

Os detentores das ADSs não são acionistas diretos da Companhia, não podendo assim fazer valer os direitos de acionistas conferidos pelo estatuto da Companhia e pela Lei das Sociedades por Ações.

Os assuntos societários da Companhia são regidos por seu estatuto e pela Lei das Sociedades por Ações, que diferem dos princípios legais que se aplicariam se a Companhia tivesse sido constituída em uma jurisdição dos Estados Unidos, como o estado de Delaware ou de Nova York, ou em outro lugar fora do Brasil. Mesmo que o detentor de ADSs converta suas ADSs e passe a ser um acionista direto, seus direitos como detentor de ações preferenciais classe A correspondentes às ADSs nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no sentido de proteger seus interesses com relação a atos do conselho de administração, podem ser em menor número e menos bem definidos do que seriam de acordo com a legislação de outras jurisdições.

Embora a negociação com informações privilegiadas (insider trading) e a manipulação de preços sejam crimes previstos na legislação brasileira e estejam sujeitas a regulamentos em constante evolução promulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os mercados de valores no Brasil não são tão regulamentados e nem tão bem supervisionados como os mercados de valores norte-americanos ou em outras jurisdições. Ademais, regras e políticas contra self-dealing ou atinentes à preservação dos interesses dos acionistas podem ser menos bem definidas e menos executadas no Brasil do que nos Estados Unidos da América e em alguns outros países, o que pode colocar os detentores das nossas ações preferenciais classe A e das ADSs em uma situação de potencial desvantagem, em comparação com acionistas de sociedades constituídas em outras jurisdições. Relatórios sobre informações corporativas podem ser, ademais, menos completos ou informativos do que no caso de companhias abertas nos Estados Unidos da América ou em alguns outros países.

Os detentores de ADSs poderão enfrentar dificuldades em instaurar processos ou aplicar decisões judiciais contra a Companhia e outras pessoas

A Companhia é uma sociedade por ações organizada segundo as leis do Brasil, e todos os seus conselheiros e diretores, além dos auditores externos, residem ou estão localizados no Brasil. A maior parte dos ativos da Companhia e destas pessoas está localizada no Brasil. Com isso, os detentores de ADSs podem não conseguir apresentar citação contra a Companhia ou contra estas pessoas dentro dos Estados Unidos, ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar contra a Companhia ou estas pessoas decisões judiciais obtidas nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil. Além disso, uma vez que uma parcela substancial dos ativos da Companhia e todos os seus conselheiros e diretores estão localizados fora dos Estados Unidos, quaisquer decisões judiciais obtidas naquele país contra a Companhia, seus conselheiros ou diretores, pode não ser executável dentro dos Estados Unidos. Uma vez que as decisões de tribunais norte-americanos sobre responsabilidade civil com base na lei federal de títulos e valores mobiliários dos EUA só poderão ser executadas no Brasil observando determinadas condições, os detentores poderão enfrentar maiores dificuldades para proteger seus interesses no caso de processos contra a Companhia e seus conselheiros e diretores do que enfrentariam os acionistas de uma sociedade por ações norte-americana.

Decisões de tribunais brasileiros que exijam que os pagamentos das obrigações relativas a títulos ou garantias da Braskem sejam exigidas exclusivamente em reais.

Caso sejam instaurados processos em tribunais brasileiros buscando exigir que a Companhia cumpra as obrigações assumidas com relação às suas ações, ADSs ou garantias relativas às notas ou outro tipo de endividamento da Companhia, poderia ser exigido que a Braskem pague suas obrigações em outras moedas que não o Real. Qualquer decisão obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações relativas às ações, ADSs, garantias ou outras dívidas seria expressa em Reais. Não é possível garantir que o respectivo valor em Reais seja suficiente para cobrir plenamente os valores devidos aos detentores de ações, ADSs, notas ou outras dívidas exigidos em tal litígio.

Vendas reais ou potenciais de um número significativo de ações preferenciais classe A podem reduzir o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

A venda de uma quantidade substancial de nossas ações preferenciais classe A poderia exercer um efeito negativo sobre o preço de mercado das referidas ações e das ADSs. Caso sejam realizadas vendas significativas de ações preferenciais classe A pelos nossos acionistas controladores ou outro acionista através dos mercados de valores mobiliários, o preço de mercado das ações preferenciais classe A da Companhia e, por extensão, das ADSs poderá cair significativamente. Consequentemente, os detentores de ADSs podem não conseguir vender tais ADSs por preço igual ou superior ao de sua compra.

Detentores de ADSs ou de ações preferenciais classe A nos Estados Unidos podem não ter os mesmos direitos de preferência que os acionistas brasileiros possuem, de acordo com a legislação brasileira, na subscrição de ações resultantes de aumentos de capital realizados por nós.

Segundo a lei brasileira, se emitirmos novas ações em troca de caixa ou ativos como parte de um aumento de capital, com algumas exceções, devemos conceder a nossos acionistas direitos de preferência na ocasião da subscrição das ações correspondentes a suas respectivas participações em nosso capital social, de modo a permitir-lhes manter suas porcentagens existentes. Podemos não ter a permissão legal para garantir que os detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos possam exercer seus direitos de preferência em futuros aumentos de capital, a não ser que (1) protocolemos um termo de registro para uma oferta de ações resultantes do aumento de capital junto à U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), ou (2) a oferta de ações resultantes do aumento de capital se qualifique para obter a isenção das exigências de registro do Securities Act. Na ocasião de eventuais futuros aumentos de capital, iremos avaliar os custos e as potenciais obrigações associadas ao protocolo de um termo de registro para uma oferta de ações junto à SEC e quaisquer outros fatores que consideremos importantes para determinar se iremos ou não protocolar tal termo de registro. Não podemos garantir aos detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos que iremos protocolar um termo de registro junto à SEC de modo a lhes permitir participar de nossos eventuais aumentos de capital. Consequentemente, a participação desses detentores na Companhia pode ser diluída.

As leis fiscais brasileiras podem produzir um efeito adverso nos tributos aplicáveis à alienação de nossas ADSs e ações preferenciais.

Segundo a Lei no. 10.833, promulgada em 29 de dezembro de 2003, se um investidor não residente no Brasil vender seus ativos localizados no Brasil, a operação estará sujeita a tributação no Brasil, mesmo se tal alienação ocorrer fora do Brasil ou for realizada a outro investidor não residente. Alienações de nossas ADSs entre não residentes, entretanto, não estão atualmente sujeitas a tributação no Brasil. Ainda assim, caso o conceito de “alienação de ativos” seja interpretado como incluindo a alienação entre investidores não residentes de ativos localizados fora do Brasil, essa lei poderia resultar na incidência de impostos retidos na fonte em casos de alienação de ADSs efetuada entre investidores não residentes no Brasil. Em função do fato de que, na data deste relatório anual, a Lei no. 10.833/2003 não possui orientação judicial quanto a sua aplicação, não somos capazes de prever se uma interpretação que aplique tais leis fiscais a alienações de nossas ADSs entre não residentes poderia prevalecer nos tribunais brasileiros. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

A volatilidade e liquidez relativas dos mercados de valores brasileiros podem afetar negativamente os detentores de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos e outras jurisdições, e pode ser regulamentado de

forma diferente do que os investidores dos EUA estão acostumados. Fatores que podem afetar especificamente os mercados de ações brasileiros podem limitar a capacidade dos detentores de ADSs de vender ações preferenciais classe A objeto de ADSs pelo preço e no momento que desejarem, podendo gerar um impacto negativo sobre o preço de mercado das próprias ADSs.

Os acontecimentos econômicos e as percepções dos investidores sobre o risco em outros países, sejam eles desenvolvidos ou emergentes, podem afetar de forma significativa o preço de negociação de títulos brasileiros, incluindo as ações ordinárias e ADSs da Companhia, bem como os títulos de dívida em aberto.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado em vários níveis pelas condições econômicas e mercadológicas de outros países, tanto de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e algumas nações europeias, quanto de emergentes. Embora as condições econômicas em tais países possam ser significativamente diferentes das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a tais acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. O preço das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, tem estado sujeito historicamente à flutuação das taxas de juros nos Estados Unidos e à variação das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores por títulos de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida da Companhia. Isso poderia afetar de forma adversa o preço de mercado das ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida em aberto da Companhia e ainda dificultar o acesso pela Companhia ao mercado de capitais, afetando sua capacidade de financiar suas operações em condições aceitáveis.

Recentemente, a acentuada volatilidade no mercado brasileiro deveu-se, entre outros fatores, às incertezas relacionadas a ajustes das implicações das políticas do atual governo dos Estados Unidos, da política monetária dos EUA, do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, também chamado de Brexit, e suas consequências nos mercados financeiros internacionais, à maior aversão ao risco em países emergentes, e às incertezas sobre as condições macroeconômicas e políticas. A Companhia não possui controle ou pode prever os efeitos da administração, ações ou políticas do governo de Donald Trump. Ademais, a Companhia não possui controle sobre e nem pode prever os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Além disso, a Companhia está exposta à interrupção e volatilidade dos mercados financeiros globais devido a seus efeitos no ambiente econômico e financeiro, especialmente no Brasil, tais como a desaceleração econômica, aumento da taxa de desemprego, deterioração do poder de compra dos consumidores e indisponibilidade de crédito.

Tais interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais podem aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente econômico e financeiro brasileiro, afetando adversamente a Companhia.

Uma vez que a Braskem Finance Limited e a Braskem Netherlands Finance B.V. não possuem operações próprias, os detentores das notas em aberto emitidas pela Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V. dependem que a Braskem forneça à Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V., respectivamente, recursos suficientes para os pagamentos devidos no âmbito de tais notas.

As operações da Braskem Finance Limited, subsidiária integral da Braskem constituída nas Ilhas Cayman, e Braskem Netherlands Finance B.V., ou Braskem Netherlands Finance, subsidiária integral indireta da Braskem constituída sob as leis da Holanda, consistem exclusivamente na emissão e realização de pagamentos das respectivas notas e outras dívidas, e na utilização dos recursos obtidos com tais emissões, conforme permitido pelos acordos que regem tais emissões, inclusive a realização de empréstimo dos recursos obtidos com as notas e outras dívidas incorridas pela Braskem Finance Limited e Braskem Netherlands Finance à Braskem e suas controladas. Com isso, a capacidade da Braskem Finance Limited e da Braskem Netherlands Finance de pagamento do principal, juros e outros valores devidos pelas notas em aberto de suas emissões e outras dívidas dependerá das condições financeiras e resultados operacionais da Braskem e suas controladas, que são credoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, respectivamente. Na hipótese de uma eventual piora da condição financeira ou resultados operacionais da Braskem e suas controladas que são credoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, tais entidades podem não ser capazes de cumprir suas obrigações com relação à dívida perante a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso, o que levaria a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso a não dispor de recursos suficientes para repagar todos os valores devidos pelas ou com relação às respectivas notas em aberto.

Os pagamentos das garantias da Braskem serão subordinados às obrigações de dívida com garantia da Braskem e subordinadas efetivamente às obrigações de dívidas das controladas e coligadas da Braskem.

As notas em aberto serão plenamente garantidas pela Braskem sem garantia física (unsecured). As garantias da Braskem compreenderão obrigações sênior sem garantia física (senior unsecured obligations) da Braskem. As garantias farão jus aos mesmos direitos de pagamento que qualquer outra dívida sênior sem garantia física atual ou futura da Braskem. Embora as garantias garantam aos detentores das notas o direito direto, porém sem garantia física, sobre os ativos e patrimônio da Braskem, o pagamento das garantias será subordinado às dívidas com garantia (secured) da Braskem com relação aos ativos e patrimônio oferecidos em garantia para esta dívida.

Na hipótese de liquidação ou reestruturação societária da Braskem, quaisquer direitos dos detentores das notas sênior, através da execução das garantias, (i) com relação aos ativos da Braskem, inclusive o capital social das controladas e coligadas, estarão sujeitos ao direito prioritário dos credores com garantia (secured) da Braskem e, (ii) com relação aos ativos das controladas e coligadas, estarão sujeitos aos direitos prioritários dos credores de tais controladas e coligadas. A escritura das notas em aberto inclui uma cláusula que limita a capacidade da Braskem e das suas controladas de criar ou constituir gravames, embora tal limitação esteja sujeita a substanciais exceções.

O Complexo Petroquímico do México foi financiado através de uma estrutura de project finance, na qual o financiamento da construção deverá ser pago exclusivamente através do caixa gerado pela própria companhia e com oferecimento de garantias limitadas pelos acionistas. Dessa forma, tal estrutura de financiamento inclui garantias típicas para transações desse tipo, tais como ativos, recebíveis, geração de caixa e outros direitos da Braskem Idesa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Braskem possuía (1) dívida corporativa consolidada, líquida de custos de transação, de R\$ 29.291,5 milhões (US\$ 7.267,1 milhões) e (2) dívida consolidada da Braskem Idesa associada ao Complexo Petroquímico do México de R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões). Da dívida corporativa consolidada, R\$ 1.992,4 milhões (US\$ 494,3 milhões) correspondem à dívida não garantida pela Braskem S.A., R\$ 36,0 milhões (US\$ 8,9 milhões) à dívida garantida pela Braskem S.A., R\$ 27.262,7 milhões (US\$ 6.763,8 milhões) à dívida não garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.), e R\$ 0,6 milhões (US\$ 0,1 milhão) em dívida garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.).

A Braskem realiza parte das suas operações de negócio através de controladas e coligadas. Ao realizar os pagamentos das garantias das notas em aberto, a Braskem dependerá, parcialmente, do fluxo de caixa de tais controladas e coligadas, principalmente na forma de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio. A capacidade de tais controladas e coligadas de realizar o pagamento de dividendos à Braskem será afetada, entre outros fatores, por suas obrigações perante credores, exigências da legislação societária brasileira e de outras leis, e restrições impostas por acordos celebrados por ou relacionados a tais empresas. Caso tais controladas e coligadas não consigam realizar pagamentos de dividendos à Braskem devido à insuficiência de fluxo de caixa, a Braskem poderá ter de utilizar o seu próprio fluxo de caixa para realizar os pagamentos. Ademais, se essas controladas e coligadas não puderem pagar suas dívidas, elas podem ser objeto de processos de falência ou insolvência. Processos de falência ou insolvência dessas controladas e coligadas podem ter um efeito material negativo nas condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

As obrigações da Braskem com relação às garantias das notas em aberto são subordinadas a determinadas preferências legais.

Segundo a legislação brasileira, as obrigações da Braskem com relação às garantias das notas em aberto são subordinadas a determinadas preferências previstas em lei. No caso de liquidação, declaração de falência ou pedido de recuperação judicial da Braskem, tais preferências legais, inclusive ações pós-pedido de falência, ações de exigência de salários, remuneração, seguridade social, tributos e custas legais e direitos garantidos por bens, entre outros, terão preferência sobre demais ações, inclusive ações instauradas por quaisquer investidores com relação às garantias. Neste caso, a execução das garantias poderá não ocorrer, e os detentores das notas em aberto poderão não conseguir receber os valores devidos com relação às notas em aberto.

A lei de falências brasileira pode ser menos favorável aos detentores das ações, ADSs e notas em aberto da Companhia que as leis de falência ou insolvência de outras jurisdições.

Caso não seja capaz de pagar sua dívida, inclusive suas obrigações com relação às ações, ADSs e garantias das notas em aberto, a Companhia poderia ficar sujeita aos procedimentos de falência no Brasil. A lei de falência brasileira em vigor é substancialmente diferente, e pode ser menos favorável aos credores, se comparada às leis de outras jurisdições. Por exemplo, os detentores dos títulos de dívida em aberto poderão ter direito a voto limitado nas assembleias de credores em um contexto de recuperação judicial. Além disso, qualquer decisão judicial obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações das garantias seria geralmente expressa em Reais equivalentes ao valor em dólar convertido pela taxa de câmbio em vigor (1) na data do pagamento

efetivo, (2) na data em que a decisão judicial for proferida, ou (3) na data em que tiveram início os procedimentos de cobrança ou execução contra a Companhia. Consequentemente, no caso da falência da Companhia, todas as suas obrigações relacionadas a dívidas denominadas em moedas estrangeiras, inclusive as garantias, seriam convertidas em Reais pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração da falência pelo tribunal. Não é possível garantir que tal taxa de câmbio corresponderá à remuneração total devida pelo montante investido nos títulos de dívida em aberto acrescida de juros acumulados.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

De acordo com a IHS, a Companhia é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, em termos de capacidade anual de produção de suas 29 plantas no Brasil, seis plantas nos Estados Unidos, duas plantas na Alemanha e quatro plantas no México em 31 de dezembro de 2019. É também a única produtora de eteno, polietileno e polipropileno do Brasil. Produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos e termoplásticos, com foco estratégico em resinas termoplásticas, inclusive polietileno, polipropileno e PVC.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de negócios da Companhia estão organizadas em cinco unidades de negócios de produção, que correspondiam aos seus principais processos de produção, produtos e serviços. Eram eles:

- Unidade de Químicos (anteriormente Unidade de Petroquímicos Básicos), que inclui a produção e a venda de químicos no Complexo Químico de Camaçari, na Bahia, o Complexo Químico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, o Complexo Químico localizado em Capuava, no estado de São Paulo, ou o Polo de São Paulo, e o Complexo Químico localizado em Duque de Caxias Polo do Rio de Janeiro e o fornecimento da energia elétrica produzida nesses polos para produtores de segunda geração, incluindo produtores detidos ou controlados pela Companhia. Este segmento respondia por uma receita líquida de R\$ 27.172,3 milhões, ou 42,3%, da receita líquida consolidada de todos os segmentos divulgados, incluindo a receita líquida para as outras unidades de negócio da Companhia;
- Unidade de Poliolefinas, que inclui a produção e a venda de polietileno, que inclui a produção do “polietileno verde” fabricado a partir de matéria-prima de fonte renovável, e polipropileno produzido pela Companhia no Brasil. Este segmento respondia por uma receita líquida de R\$ 21.191,9 milhões, ou 33,0%, da receita líquida consolidada de todos os segmentos divulgados, incluindo a receita líquida para as outras unidades de negócio da Companhia;
- Unidade dos EUA e da Europa, que inclui a produção, as operações e a venda de polipropileno da Companhia nos Estados Unidos e na Alemanha. Este segmento respondia por uma receita líquida de R\$ 10.044,3 milhões, ou 15,7%, da receita líquida consolidada de todos os segmentos divulgados, incluindo a receita líquida para as outras unidades de negócio da Companhia;
- Unidade do México, que inclui a produção, operação e venda de eteno, polietileno de alta densidade (PEAD) e polietileno de baixa densidade (PEBD) pela Companhia no México. Este segmento respondia por uma receita líquida de R\$ 3.051,4 milhões, ou 4,8%, da receita líquida consolidada de todos os segmentos divulgados, incluindo a receita líquida para as outras unidades de negócio da Companhia; e
- Unidade de Vinílicos, que inclui a produção e venda de PVC e soda cáustica. Este segmento respondia por uma receita líquida de R\$ 2.692,8 milhões, ou 4,2%, da receita líquida consolidada de todos os segmentos divulgados, incluindo a receita líquida para as outras unidades de negócio da Companhia.

Em 2017, 2018 e 2019, 53,1%, 54,8% e 54,5% da receita líquida da Companhia, respectivamente, foi gerada pelas operações no Brasil, enquanto 46,9%, 45,2% e 45,5% da receita líquida em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, foi gerada pelas operações internacionais.

Estratégia da Companhia

Nosso objetivo estratégico é atendermos as necessidades de nossos clientes na cadeia de valor de químicos e plástico de modo sustentável e maximizando o retorno sobre o capital investido por nossos acionistas, com foco em:

- polietileno (PE), polipropileno (PP), policloreto de vinila (PVC), Químicos e Química Renovável; e
- Brasil e Américas, incluindo a Europa como plataforma de exportação

Os principais pilares da estratégia incluem:

- ***Produtividade e Competitividade***

A indústria petroquímica está em constante evolução por meio de investimentos na base atual de ativos, avanços em inovação e tecnologia, e acréscimo de novas capacidades com maior produtividade e competitividade. Assim, para manter nossa posição de liderança no setor, um elemento-chave de nossa estratégia é buscar melhorias para a produtividade e competitividade das nossas operações atuais, com foco em na eficiência e excelência operacional, eficácia comercial e de logística, e liderança de custo e diferenciação através de nossos relacionamentos com clientes.

Inovação e tecnologia continuam sendo caminhos importantes para aumentar a produtividade e competitividade, e atualmente estamos focando esforços em desenvolvimento e inovação para aprimorar nossas operações constantemente. O foco em inovação se estende não apenas a operações e ao nosso portfólio de produtos, mas também a novos modelos de gestão e práticas de negócios. Buscamos nos posicionar de modo a adotar e implementar novas tecnologias e soluções digitais que tragam mais eficiência para nossos processos industriais e gestão de negócios.

Essa estratégia nos permitirá garantir ótimo desempenho operacional, em termos de confiabilidade, otimização da produção, redução de custos, disciplina de investimentos e melhorias de nossos processos industriais.

- ***Diversificação de matérias-primas***

Matéria-prima é um elemento-chave na competitividade da indústria petroquímica, correspondendo a grande parte dos custos de produção. Matérias-primas petroquímicas acompanham a natureza volátil dos mercados de commodities, com o diferencial competitivo entre as diferentes matérias-primas variando ao longo do tempo e apresentando oportunidades diferentes em regiões específicas.

Estamos constantemente em busca de diversificar nossa matriz da matéria-prima para reduzir a volatilidade de nossos resultados, reduzir riscos relacionados à disponibilidade de matéria-prima e nos posicionar para capturar oportunidades. Atualmente, estamos trabalhando para aumentar nossa exposição ao gás natural, diversificando para além da nafta ao mesmo tempo em que investimos na flexibilidade de nossos ativos para operarem à base de diferentes matérias-primas.

Em 2017, demos início a um projeto que nos permite produzir até 15% do eteno a partir do etano no Polo de Camaçari, através de um contrato de longo prazo de fornecimento de etano com um fornecedor localizado nos EUA, com preço baseado na referência Mont Belvieu, e em 2018 a Braskem foi capaz de operar os ativos tirando vantagem da maior flexibilidade proporcionada pelo complexo. Em 2019, 1,5% da produção de etileno do Polo de Camaçari era baseada em etano. Também estamos focados em capturar oportunidades em matéria-prima disponíveis em nossa base atual de ativos operando nossos ativos de PP nos EUA e a central petroquímica no México em plena capacidade, capturando assim vantagens competitivas em propeno e etano no mercado norte-americano e garantindo contratos de matéria-prima competitivos com perspectiva de longo prazo.

Além disso, estamos constantemente monitorando oportunidades para expandir nossa base de ativos em regiões que ofereçam vantagens em matérias-primas e posicionar nossos ativos para capturar oportunidades locais em matérias-primas, diversificando ainda mais nossa matriz de matéria-prima, aumentando a competitividade e reduzindo a exposição a riscos relacionados a matérias-primas.

- ***Diversificação Geográfica***

Mercados regionais são influenciados pelo equilíbrio local entre oferta e demanda, fatores macroeconômicos e o cenário político. Ter presença local em um dado mercado não garante apenas acesso mais fácil a clientes regionais, oportunidades em matérias-primas e políticas industriais, mas também expõe a empresa a uma variedade de riscos relacionados a decisões governamentais, disponibilidade de matéria-prima e crescimento da demanda. Ter uma presença diversificada é importante para garantir acesso a oportunidades regionais, mas também para ajudar a proteger nossas operações contra riscos locais.

Um pilar importante de nossa estratégia é a diversificação geográfica, expandindo nossa presença global para além do Brasil e aumentando nossa escala competitiva em PE e PP, fortalecendo nossa liderança nas Américas.

A Companhia deu início à diversificação geográfica em 2010 com a aquisição dos ativos da Sunoco Chemicals nos Estados Unidos, avançando no ano seguinte com a aquisição dos ativos de PP da Dow nos EUA e na Europa, e posteriormente em 2016 com o início das atividades da nossa central petroquímica de etano greenfield no México, que é integrada com três plantas de polietileno. Em 2017, a Braskem deu início às operações de uma nova planta de polietileno de ultra-alto peso molecular (PEUAPM), também chamado de UTEC®, nos EUA, fortalecendo nossa posição como uma das maiores fabricantes do mundo, e aprovamos a construção de uma nova unidade de PP no mesmo país, consolidando a maior linha de produção de PP nas Américas. que atingiu, em 2019, importantes marcos na construção, e permanece em linha para iniciar as suas operações em 2020.

A Braskem pretende continuar sua estratégia de diversificação geográfica, ao mesmo tempo fortalecendo sua posição nas Américas em PE e PP.

- ***Pessoas, Governança e Reputação***

Estamos comprometidos a fortalecer nossa imagem e reputação entre os principais públicos de relacionamento – integrantes, sociedade e investidores - por meio de avanços em nosso sistema de conformidade, sustentabilidade, inovação e gestão de pessoas, ao mesmo tempo em que fortalecemos nossa cultura e hignidez financeira.

Estamos comprometidos a reforçar nosso sistema de conformidade, garantindo o envolvimento e a responsabilidade de todos os líderes e implementando todas as políticas e ações definidas pelo nosso Comitê de Conformidade, guiados pela transparência, integridade e ética.

A sustentabilidade continuará a ser um aspecto importante da nossa estratégia, e continuaremos a impulsionar melhorias em nossos indicadores de saúde, meio ambiente, segurança e ecoindicadores, e a fortalecer nossa influência em agendas locais e internacionais de desenvolvimento sustentável.

Na gestão de pessoas, pretendemos desenvolver um ambiente de trabalho que reforce a diversidade e estimule a atração e integração de jovens talentos, preparando nossa equipe para a crescente internacionalização da nossa companhia, e a companhia para os novos paradigmas de gestão de pessoas.

Com isso, pretendemos continuar a fortalecer nossa imagem e reputação junto aos nossos públicos de relacionamento, nos posicionando como uma companhia global, inovadora e orientada para o ser humano, que cultiva relacionamentos fortes e gera valor para todos, oferecendo soluções sustentáveis em químicos e plásticos.

Histórico e desenvolvimento da Companhia

Os negócios da Companhia tiveram início quando o Grupo Odebrecht (formado por Odebrecht S.A. e suas subsidiárias) e o Grupo Mariani adquiriram o controle da Copene, um Complexo Petroquímico de matérias-primas localizado no município de Camaçari, em julho de 2001, e então consolidaram seus ativos no setor petroquímico com a Copene. De 2001 a 2004, a Companhia passou por uma reestruturação societária com a incorporação de diversas companhias adquiridas anteriormente. Além disso, adquiriu a Polialden em 2005 e a Politeno em 2006.

Por meio de uma parceria com a Petrobras, a Companhia deu início à consolidação do Polo de Triunfo no Brasil em março de 2007 com a aquisição dos ativos petroquímicos do grupo Ipiranga. Em novembro de 2007, a Companhia assinou um contrato com a Petrobras e a Odebrecht, que determinava a cessão de parte dos ativos petroquímicos de tais empresas à Braskem. Em setembro de 2008, a Ipiranga Petroquímica, a Petroquímica Paulínia e a parcela cindida da Ipiranga Química foram incorporadas à Companhia. Em maio de 2009, foi aprovada a fusão da Companhia com a Triunfo.

Em janeiro de 2010, a Companhia anunciou a aquisição da Quattor, com o objetivo de fortalecer o setor petroquímico brasileiro e posicionar a Companhia entre as cinco maiores e mais competitivas empresas petroquímicas do mundo. Em fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a aquisição dos ativos de polipropileno da Sunoco Chemicals, a quarta maior produtora dessa resina nos Estados Unidos. A aquisição representou um passo

importante em direção ao fortalecimento da estratégia de internacionalização da Companhia, que combina o seu crescimento no mercado norte-americano com um acesso alternativo a matérias-primas competitivas e aos principais mercados consumidores. Como resultado dessa aquisição, a Companhia tornou-se líder em resinas termoplásticas nas Américas, consolidando sua posição como o principal player do mercado petroquímico internacional, e o terceiro maior player global do setor de polipropileno. Em 2010, a Braskem inaugurou sua planta de eteno verde em Triunfo, Rio Grande do Sul, o que a tornou líder mundial em biopolímeros, e lançou a marca I'm green™, que identifica os produtos da Braskem feitos a partir de fontes renováveis.

Em julho de 2011, a Companhia anunciou a aquisição dos negócios de polipropileno da Dow Chemical, que incluíam quatro unidades industriais (duas plantas nos Estados Unidos e duas plantas na Alemanha). Os ativos dos Estados Unidos, localizados em Freeport e Seadrift, no estado do Texas, possuem capacidade anual combinada de produção de 545.000 toneladas, o que representou um aumento de 50% na capacidade anual de produção de polipropileno nos Estados Unidos. Os ativos na Alemanha, localizados nas cidades de Wesseling e Schkopau, possuem capacidade anual combinada de produção de 545.000 toneladas. A aquisição representou um passo importante na consolidação da estratégia internacional da Companhia, posicionando-a como a maior produtora de polipropileno nos Estados Unidos.

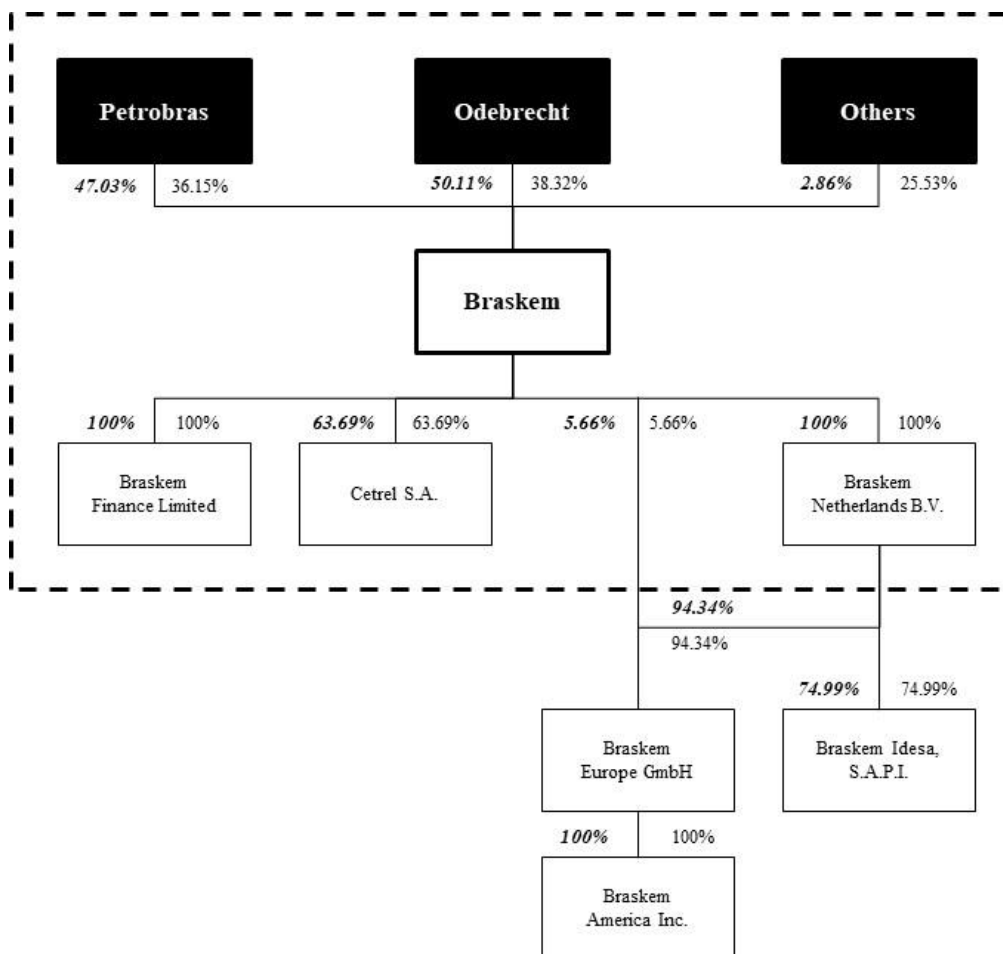
Início das Operações da Unidade do México

Em abril de 2016, a Braskem Idesa, nossa joint-venture com o grupo mexicano Idesa, atingiu um importante marco com a produção do primeiro lote de polietileno no Polo Petroquímico do México após um processo aumento gradual das operações, em dezembro de 2015, com o início das operações da área de utilidades, seguido pelo início de operações da central petroquímica em março de 2016.

Localizado no estado de Veracruz, o Complexo Petroquímico do México contempla um cracker de etano, integrado a três plantas de polietileno, além das plantas de utilidades (energia, água e vapor). O fornecimento de etano é assegurado por um contrato de 20 anos com a Pemex TRI, cujo preço está atrelado ao preço do gás nos EUA.

Estrutura societária da Companhia

O quadro a seguir mostra a estrutura acionária e a estrutura societária das principais subsidiárias da Companhia na data deste relatório anual. Os percentuais em **negrito e itálico** representam a porcentagem, direta e indireta, de ações votantes detidas por cada entidade, enquanto as porcentagens não em **negrito e itálico** representam a porcentagem, direta e indireta, do capital total detido por cada entidade.



Em novembro de 2017, a Braskem Petroquímica Ltda., ou Braskem Petro, foi incorporada pela Braskem S.A. Essa operação simplificou a estrutura societária da Companhia consolidando suas atividades para reduzir custos financeiros e operacionais.

Em janeiro de 2019, a Odebrecht informou à Companhia sobre a Reestruturação da Odebrecht, em vigor em 31 de dezembro de 2018. Para mais informações sobre a Reestruturação da Odebrecht, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Acontecimentos Recentes—Reestruturação da Odebrecht”.

O website da SEC na internet (www.sec.gov) contém os relatórios, procurações e manuais de votação e outras informações relativas a empresas que arquivam ou fornecem documentos eletronicamente para a SEC, inclusive a Companhia. O website da Companhia na internet é www.braskem.com.br e a página do departamento de relações com investidores da Companhia é www.braskem-ri.com.br. As informações contidas no website da Companhia, na página do departamento de relações com investidores ou as informações que podem ser acessadas a partir de tais websites não estão incluídas neste relatório anual e não estão incorporadas neste relatório anual por referência.

A Companhia é uma sociedade por ações organizada segundo as leis do Brasil. Sua sede social está localizada à Rua Eteno, 1561, Polo Petroquímico, Camaçari, Bahia, CEP 42810-000, Brasil, e o seu número de telefone neste endereço é +55 71 3413-2102. A sua principal sede administrativa está localizada à Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05501-050, Brasil, e o seu número de telefone neste endereço é +55 11 3576-9000.

Unidade de Químicos

Nomenclatura do Segmento

Em setembro de 2017, nossa Unidade de Petroquímicos Básicos passou a se chamar “Unidade de Químicos”, para refletir a nomenclatura utilizada por outras empresas do mesmo mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com a IHS, a Unidade de Químicos contava com uma das maiores capacidades de produção anual entre todos os produtores de primeira geração das Américas. Somando-se a receita líquida para outras unidades, a Unidade de Químicos registrou receita líquida de R\$ 27.172,3 milhões em 2019, ou 42,3% da receita líquida de todos os segmentos divulgados da Companhia.

Nossa Unidade de Químicos consiste em operações de Químicos conduzidas pela Companhia no Polo de Camaçari, no Polo de Triunfo, no Polos de São Paulo e no Polo do Rio de Janeiro.

A Unidade de Químicos produz:

- olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno e buteno-1;
- Produtos BTX;
- combustíveis, tais como gasolina automotiva, gás liquefeito de petróleo, ou GLP, etil-térrio-butil-éter, ou ETBE, e metil-térrio-butil-éter, ou MTBE;
- intermediários, tais como cumeno;
- solventes alifáticos, aromáticos e hidrogenados; e
- especialidades, como isopreno, dicitlopentadieno, ou DCPD, piperileno, noneno, tetrâmero, poliisobuteno, ou PIB, e resinas hidrocarbônicas.

Os produtos da Unidade de Químicos são usados primordialmente na fabricação de produtos petroquímicos intermediários de segunda geração, inclusive aqueles fabricados pela Unidade de Poliolefinas e pela Unidade de Vinílicos. A Unidade também fornece a outros produtores de segunda geração em cada Complexo Petroquímico em que atua e para outras empresas localizadas fora destes polos, além de prestar serviços a tais produtores. Em 2019, 45,3% da receita líquida da Unidade de Químicos foi proveniente de vendas inter-companhias de petroquímicos básicos, 56,5% da venda de petroquímicos básicos a terceiros.

Produtos da Unidade de Químicos

As outras unidades de negócios e os fabricantes de petroquímicos terceirizados utilizam eteno e propeno produzidos pela Unidade de Químicos para produzir produtos de segunda geração, tais como polietileno, polipropileno e PVC. Também vendemos butadieno e diversos aromáticos, inclusive produtos BTX, e intermediários, tais com o cumeno, a produtores terceirizados de petroquímicos, para uso como matérias-primas na produção de diversos produtos de segunda geração, como borracha sintética, elastômeros, resinas, fibras de nylon, etil benzeno (usado para fabricar estireno monômero-poliestireno), cumeno, benzeno alquil linear, ácido tereftalático purificado, dimetil tereftalato, bisfenol A, um insumo da produção de resinas de policarbono, anidrido ftálico, plastificantes e tintas.

A tabela a seguir apresenta a composição do volume de vendas de petroquímicos básicos da Unidade de Químicos (excluindo vendas a outras unidades) nos períodos indicados.

Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
	<i>(milhares de toneladas)</i>		
Vendas no mercado interno:			
Eteno	464,1	509,1	523,6
Propeno	341,9	345,8	360,4
Cumeno	219,0	234,1	199,8
Butadieno	161,0	192,0	183,8
Produtos BTX ⁽¹⁾	618,7	648,0	644,6
Gasolina	1.007,3	942,9	925,9
Outros	443,8	492,0	477,3
Total das vendas de Químicos no mercado interno	3.255,8	3.364,5	3.315,5
Total das exportações de Químicos	1.060,9	1.028,9	1.320,1
Total das vendas de Químicos	4.316,7	4.393,4	4.635,6

(1) Inclui benzeno, tolueno e paraxileno.

Adicionalmente, inclui as seguintes vendas a outras unidades:

Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
	<i>(milhares de toneladas)</i>		
Eteno	2.584,9	2.779,6	2.888,8
Propeno	944,0	969,5	1.041,1

Instalações industriais da Unidade de Químicos

A administração acredita que os processos tecnológicos empregados nas plantas da Unidade de Químicos da Companhia estão entre os mais avançados do mundo. A Unidade de Químicos possui e opera:

- cinco importantes unidades de produção de Químicos no Complexo Petroquímico de Camaçari (duas unidades de olefinas, duas de aromáticos e uma de utilidades);
- cinco importantes unidades de produção de Químicos no Complexo Petroquímico de Triunfo (duas unidades de olefinas, uma de eteno, uma de aromáticos e uma de utilidades);
- três unidades de produção de Químicos no Polo de São Paulo (uma unidade de olefinas, uma de aromáticos e uma de utilidades); e
- duas unidades de produção de Químicos no Polo do Rio de Janeiro (uma unidade de olefinas e uma de utilidades).

O termo "unidade" tem a acepção de um conjunto de plantas interligadas com a finalidade de produzir olefinas, aromáticos ou utilidades.

A tabela a seguir apresenta os principais produtos da Unidade de Químicos, a capacidade de produção anual em 31 de dezembro de 2019 e a produção anual nos períodos apresentados.

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção		
		Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	
<i>(em toneladas)</i>				
Olefinas:				
Eteno	3.952.000	3.185.203	3.399.610	3.518.658
Propeno	1.585.000	1.310.028	1.324.358	1.445.887
Butadieno	480.000	397.762	394.998	430.040
Aromáticos:				
Produtos BTX ⁽¹⁾	1.367.000	825.253	841.485	977.184

(1) Consiste em benzeno, tolueno e paraxileno.

Matérias-primas da Unidade de Químicos

A principal matéria-prima utilizada pela Companhia na fabricação de produtos químicos é a nafta, com capacidade de consumo total de 10 milhões de toneladas por ano. Um milhão de toneladas de nafta podem ser substituídas por condensado, o que tem sido feito nos últimos anos. A gasolina natural é outra matéria-prima que pode ser utilizada como substituta da nafta. A central petroquímica localizada no Rio de Janeiro utiliza etano e propano, e consome 0,4 milhão de toneladas de cada uma dessas matérias-primas anualmente. A central petroquímica de São Paulo é capaz de operar com gás de refinaria em quantidade equivalente a cerca de 15% da capacidade de produção de eteno.

Nafta

A nafta, um produto derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima empregada na fabricação dos produtos químicos e representa o principal item do custo de produção e custo operacional da Unidade de Químicos. A Companhia também usa o condensado como matéria-prima no Polo de Triunfo. A tabela a seguir apresenta a média dos preços da nafta referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço ARA, nos períodos indicados.

	2019	2018	2017
		<i>(em US\$)</i>	
Média ⁽¹⁾	US\$505,33	US\$601,26	US\$483,84
Mês encerrado em:			
Janeiro	459,16	592,23	499,37
Fevereiro	499,83	555,15	498,26
Março	533,15	571,44	459,41
Abril	563,16	607,20	467,94
Mai	544,57	666,82	434,62
Junho	472,94	632,55	400,68
Julho	503,46	642,73	424,81
Agosto	446,86	640,60	459,16
Setembro	479,46	676,13	503,96
Outubro	491,00	661,82	519,13
Novembro	529,99	505,59	571,73
Dezembro	540,33	462,87	566,98

(1) Os dados da coluna "Média" representam a média dos preços mensais médios da nafta durante cada ano respectivo.

Fonte: HIS e Inteligência de Mercado Global da Braskem.

Dados de fornecimento e precificação da Unidade de Químicos

Nafta e Condensado

A tabela a seguir mostra a distribuição das compras de nafta mais condensado pela Unidade de Químicos nos períodos indicados e por localização geográfica dos fornecedores.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Brasil	37%	43%	53%
Argélia	11%	19%	18%
Europa	16%	14%	6%
América do Sul	10%	10%	10%
América do Norte	16%	5%	4%
África Ocidental	4%	4%	6%
Outros	6%	5%	3%
Total.....	100%	100%	100%

Contratos de fornecimento com a Petrobras

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia e a Petrobras firmaram Contrato de Compra de Nafta por um período de cinco anos. Esse contrato substituiu o contrato entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari e substituiu o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Triunfo, no Polo Petroquímico de Camaçari e no Polo Petroquímico de São Paulo. O contrato tem vencimento em dezembro de 2020.

Nos termos desse contrato:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar nafta por um período de cinco anos às plantas de Químicos do Complexo Petroquímico de Camaçari, do Complexo Petroquímico de Paulínia e do Complexo Petroquímico de Triunfo, para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a comprar um volume mensal mínimo de nafta;
- a Companhia fornece à Petrobras uma ordem firme de compra de nafta a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de nafta que comparará nos seis meses seguintes;
- a Companhia pode solicitar volumes de nafta acima da ordem firme mensal, que a Petrobras poderá fornecer, a seu critério;
- o preço da nafta pago pela Companhia é equivalente a 102,1% da referência ARA;
- o contrato pode ser rescindido ou alterado na hipótese de ocorrência de fatos extraordinários e imprevistos que provocarem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- qualquer parte pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, se (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer e persistir por mais de 90 dias uma situação de força maior; (3) qualquer parte transferir ou der como garantia a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da outra parte; (4) houver uma alteração no controle ou no objeto social de uma das partes que entre em conflito com o objeto do contrato ou (5) houver dissolução de uma das partes; ou (6) qualquer parte deixar de cumprir com suas obrigações previstas no contrato; e
- a Petrobras pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, no caso de falência ou liquidação da Companhia.

Outros contratos de fornecimento

Dentro da estratégia de diversificar as fontes de suprimento de nafta, a Companhia está adquirindo nafta por meio de acordos de fornecimento anual com fornecedores internacionais.

Compras de nafta no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia compra ocasionalmente nafta no mercado à vista de fornecedores estrangeiros localizados na África, na Europa, na América do Norte e na América Latina.

Compras de condensado no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia ocasionalmente compra condensado no mercado à vista de fornecedores.

Etano e propano

O etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela Companhia para produzir seus produtos químicos no Polo do Rio de Janeiro e representam o principal custo de produção e operacional da unidade de Químicos do Polo do Rio de Janeiro. O preço do etano e do propano comprados pela Companhia varia principalmente de acordo com as mudanças no preço internacional em dólares desses insumos.

- em dezembro de 2000, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de fornecimento de etano e propano. O prazo inicial desse contrato termina em janeiro de 2021 e ele é automaticamente renovável por um período de dois anos, a menos que uma das partes avise a outra, por escrito e com pelo menos um ano de antecedência, de sua intenção de não renová-lo. Nos termos desse contrato, a Petrobras concorda em vender e entregar etano e propano à planta de químicos da Companhia no Polo do Rio de Janeiro para uso exclusivo como matéria-prima;
- em 2019, a Petrobras informou à Companhia que não renovaria tal contrato nos mesmos termos. A Companhia atualmente negocia os termos e condições de um futuro contrato de compra e venda de etano e propano com a Petrobras, que entraria em vigor após o vencimento contrato atual, em 2021. Atualmente, não é possível prever que o impacto dos novos termos e condições de um contrato futuro e que qualquer impossibilidade de negociar com a Petrobras não prejudicaria a capacidade da Companhia de atender suas necessidades de etano e propano;
- a Companhia fica obrigada a comprar e a Petrobras deve entregar um volume anual mínimo de etano e/ou propano;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de etano e propano a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de etano e propano que comprará nos quatro meses imediatamente seguintes;
- o preço do etano e do propano tem por base o preço Mont Belvieu; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 60 dias; (2) ocorrer evento de força maior que persista por mais de 365 dias; (3) a Companhia transferir ou der como garantia a um terceiro a totalidade ou parte dos seus direitos e obrigações pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras; e (4) dissolução, falência ou liquidação da RioPol.

A Braskem também possui um contrato de fornecimento de etano com a Enterprise Products Operating LLC, ou Enterprise Products, para o fornecimento de etano dos Estados Unidos ao Brasil. O contrato é válido até 2027. O preço do etano tem como base o preço do etano Mont Belvieu mais Taxa de Terminal, base FOB USGC. A logística para transportar o etano ao Brasil é gerida pela Braskem.

Desde fevereiro de 2017, a Braskem tem a capacidade de receber etano importado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O etano importado é marginal comparado ao fornecimento doméstico, sendo que a quantidade importada em 2019 foi de 35,3 mil toneladas e, em 2018, 44,2 mil toneladas.

Desde novembro de 2017, a Braskem tem a capacidade de consumir etano na central petroquímica na Bahia, substituindo parcialmente a nafta. A Braskem tem investido na flexibilização da operação para substituir a nafta por etano em uma proporção equivalente a 15% da produção de eteno do ativo.

O ano de 2018 foi o primeiro em que a Companhia operou a central petroquímica na Bahia utilizando como matéria-prima etano importado. Do total de eteno produzido pela central petroquímica, 1,5% utilizou etano como matéria-prima em 2019 e 11% em 2018.

Gás de Refinaria

Em janeiro de 2005, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de compra e venda de vapor de gás de refinaria, dos quais separamos o eteno e o propeno. Esse contrato prevê que a Companhia e a Petrobras deverão negociar sua renovação antes de seu término em 2020 e que, na eventualidade de a Petrobras não pretender renovar o contrato, ela deverá notificar a Companhia com antecedência mínima de dois anos do término do contrato e cumprir todos os termos e condições do contrato até 2028.

Nos termos do contrato, que representa 100% do fornecimento de gás de refinaria:

- a Companhia se compromete a adquirir, e a Petrobras a vender, um volume mínimo diário de gás de refinaria;
- o preço do gás de refinaria tem por base diversas referências de mercado;
- o contrato será alterado na hipótese de ocorrência de fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior que impeça a execução do contrato ; (3) a Companhia transferir ou der em garantia pelo endividamento a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos, obrigações e créditos pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras, a menos que o terceiro seja um membro do grupo econômico da Companhia; (4) dissolução ou falência da Braskem S.A.; ou (5) mudança na estrutura empresarial, incorporação, venda, cisão ou outra forma de reorganização societária da Braskem S.A. que entre em conflito com o objetivo do contrato ou impeça sua execução;

Em dezembro de 2017, a Petrobras informou à Companhia que não renovaria tal contrato nos mesmos termos. A Companhia atualmente negocia os termos e condições de um futuro contrato de compra e venda de vapor de gás de refinaria com a Petrobras, que entraria em vigor após o vencimento contrato atual, em 2028. Neste momento, não é possível prever o impacto dos novos termos e condições de um eventual contrato futuro, sendo que qualquer impossibilidade de negociar com a Petrobras poderia prejudicar a capacidade da Companhia de atender suas necessidades de gás de refinaria.

Energia Elétrica

Para abastecer suas operações industriais no Brasil, que representaram 79% do nosso consumo elétrico no mundo em 2019, a Companhia gerou 24% da energia que consome. Já 26% da demanda da Companhia em 2019 foi fornecida e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), estatal brasileira de geração de energia elétrica, nos termos de um acordo de compra de energia, válido até 2037. O restante é fornecido principalmente mediante contratos de longo prazo com diversas distribuidoras no Mercado Livre de Energia.

- No Polo da Bahia, a Companhia gera 34% da energia que consome, e cerca de 55% da demanda é fornecida pela CHESF. O restante é adquirido principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Alagoas, 57% do consumo de energia é fornecido pela CHESF. Assim, a energia restante do Polo de Alagoas é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Triunfo, a Companhia gera 33% da energia consumida, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.

- No Polo de São Paulo, a Companhia gera 11% do consumo de energia, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.
- No Polo do Rio de Janeiro, a energia consumida é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.

Gás Natural

O gás natural é fornecido para as operações industriais da Companhia no Brasil por meio de contratos de longo prazo no mercado regulado por empresas que possuem licenças governamentais e exclusividade de entrega em cada estado. O gás natural utilizado pelas operações da Companhia no Brasil em 2019 representou 65% do consumo total da Braskem.

- No Complexo da Bahia, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás da Bahia (Bahiagás), que representa 49% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo de Alagoas, o gás natural é fornecido pela Gás de Alagoas S.A. (Algás), que representa 14% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio Grande do Sul, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), que representa 15% do consumo no Brasil.
- No Complexo de São Paulo, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás do Estado de São Paulo (Comgás), que representa 20% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio de Janeiro, o gás natural é fornecido pela Naturgy Brasil, que representa 4% do consumo no Brasil.

Outros

No Polo de Triunfo, a Companhia também adquire metanol para a obtenção de MTBE e etanol para a produção do “polietileno verde”. O metanol é importado, e seu preço é definido com base nas cotações de mercados internacionais. O etanol é adquirido no mercado interno de diversos produtores. No Complexo da Bahia, a Companhia também adquire etanol para a produção de ETBE.

Vendas e comercialização da Unidade de Químicos

A Companhia comercializa a maior parte dos seus produtos Químicos no Brasil a produtores petroquímicos terceirizados. O restante da produção de Químicos é vendida a clientes dos Estados Unidos, da Europa, da América do Sul e da Ásia. A tabela a seguir demonstra nossa receita líquida no mercado interno e exportações, excluindo vendas intercompanhias, da nossa Unidade de Químicos para os anos indicados abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Receita líquida⁽¹⁾:			
Vendas no mercado interno	11.002,5	12.309,9	9.367,7
Exportações.....	3.820,4	4.077,0	4.182,5
Receita líquida total.....	14.822,9	16.386,9	13.550,2

(1) Não inclui vendas inter-companhias

Vendas no mercado interno de Químicos

De acordo com a estratégia comercial da Companhia, a Unidade de Químicos está focada na formação de relacionamentos de longo prazo com os clientes e celebração de contratos de fornecimento de longo prazo, os quais preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas mensalmente. Os preços no mercado interno são

baseados em diversas referências internacionais de mercado. Em 2019, a receita líquida da Unidade de Químicos a terceiros representou 70,2% da receita líquida daquela unidade.

Exportação de Químicos

Os preços no mercado internacional também são baseados nas referências internacionais, que variam geralmente conforme a região para a qual o produto é exportado.

A Companhia está empenhada em manter a posição de liderança que ocupa no mercado brasileiro, continuando, ao mesmo tempo, a usar as exportações como proteção das suas operações e para controlar o equilíbrio entre demanda e produção. Como a Companhia exporta grandes volumes de determinados produtos, ela também desenvolve relacionamentos de longo prazo com clientes internacionais através de contratos para minimizar a sua exposição às condições do mercado e mitigar riscos. Em 2019, a receita líquida de exportações da Unidade de Químicos a terceiros representou 29,7% da receita líquida daquela unidade.

Adicionalmente, aplicamos nosso conhecimento de negociação de commodities para as operações de revenda da nafta e etano nos mercados internacionais. A fim de atender às exigências dos craqueadores de nafta e etano (em termos de tempo, preço e qualidade), mantemos um fornecimento excedente de matérias-primas e revendemos o excesso no mercado spot. Em 2019, as operações de revenda registraram receita de R\$ 790,3 milhões.

Concorrência

Nossos clientes de químicos, em sua maioria produtores petroquímicos de segunda geração cujas plantas se localizam nos Polos Petroquímicos brasileiros, teriam dificuldade em obter seus insumos de outras fontes por preços mais baixos em razão do alto custo de transporte desses produtos bem como de outras dificuldades logísticas. Ademais, como o Brasil logrou a autossuficiência na produção de olefinas, atendendo a demanda interna, as importações desses produtos são geralmente esporádicas e em regra associadas às paradas programadas para manutenção de plantas ou para cobrir a demanda interna não atendida.

Ao longo dos últimos anos, conforme aumentou a diferença no custo das matérias-primas nafta e gás para craqueadores de petroquímicos, muitos craqueadores que utilizam gás como matéria-prima têm se tornado produtores de baixo-custo nos mercados mundiais e observado uma melhora em suas margens em comparação aos craqueadores de nafta. Contudo, uma vez que craqueadoras à base de gás podem produzir menos coprodutos e subprodutos gerados pelas craqueadoras à base de nafta, tais como propeno, butadieno e produtos BTX, e em menores quantidades, houve um aumento nos preços destes produtos no mercado internacional. Como consequência dos preços mais altos para tais coprodutos e subprodutos, nossa receita líquida com a exportação destes produtos aumentou. A concorrência desses produtos nos mercados internacionais baseia-se principalmente no preço dos produtos entregues e aumentou desde meados de 2008, quando foi rompido o equilíbrio entre oferta e demanda, devido ao impacto da crise global financeira e creditícia nos consumidores desses produtos. Nos mercados internacionais de nossos Químicos, a concorrência está representada por um grande número de produtores, alguns deles substancialmente maiores e contando com recursos financeiros, de fabricação, tecnológicos e de marketing expressivamente maiores que os da Companhia.

Unidade de Poliolefinas

Em 31 de dezembro de 2019, nossas plantas de produção de poliolefinas registraram a maior capacidade média anual de produção entre todos os produtores de segunda geração de produtos de poliolefinas na América Latina. A Unidade de Poliolefinas gerou uma receita líquida de R\$ 21.191,9 milhões em 2019, ou 33,0%, da receita líquida de todos os segmentos divulgados da Companhia.

Nossa Unidade de Poliolefinas é composta por operações conduzidas pela Companhia nas nove unidades de polietileno e cinco unidades de polipropileno no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro.

Produtos da Unidade de Poliolefinas

Nossa Unidade de Poliolefinas produz:

- polietileno, inclusive PEBD, PEBDL, PEAD, polietileno de ultra alto peso molecular (PEUAPM), EVA e “polietileno verde” de fontes renováveis; e

- polipropileno.

A Companhia fabrica um amplo leque de poliolefinas destinados a bens de consumo e aplicações industriais, abrangendo:

- filmes de plástico para embalagem de produtos alimentícios, agrícolas e industriais;
- garrafas, sacolas de compras e outros recipientes para bens de consumo;
- autopeças;
- produtos de engenharia e infraestrutura; e
- utilidades domésticas.

A tabela a seguir apresenta a composição do volume de vendas da Unidade de Poliolefinas por linha de produto e por mercado nos anos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(milhares de toneladas)</i>		
Vendas no mercado interno:			
Poliétileno ⁽¹⁾	1.789,7	1.788,3	1.795,4
Polipropileno	1.142,8	1.143,3	1.165,0
Outros	—	—	—
Total das vendas no mercado interno	2.932,5	2.931,7	2.960,4
Total das exportações	1.391,8	1.257,3	1.438,3
Total vendas Unidade Poliolefinas	4.324,3	4.189,0	4.398,7

(1) Inclui EVA e PE Verde.

Prestamos assistência técnica aos clientes com o fim de atender suas necessidades específicas, adaptando e modificando nossos produtos de polietileno e polipropileno. A Companhia acredita que a diversidade de processos tecnológicos nas plantas de poliolefinas constitui uma vantagem competitiva no atendimento às necessidades dos clientes.

Instalações industriais da Unidade de Poliolefinas

Em 31 de dezembro de 2019, a Unidade de Poliolefinas contava com 14 plantas. A Unidade de Poliolefinas opera cinco plantas localizadas no Complexo Petroquímico de Triunfo, três plantas no Complexo Petroquímico de Camaçari, quatro plantas no Complexo Petroquímico de São Paulo e duas plantas no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

A próxima tabela mostra, para os principais produtos de Poliolefinas da Companhia, a capacidade anual de produção em 31 de dezembro de 2019 e a produção anual dos anos indicados.

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção		
		Exercício findo em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
		<i>(em toneladas)</i>		
Poliétileno:				
PEBD/EVA ⁽¹⁾	795.000	675.075	663.285	682.030
PEAD/PEBDL/PEUAPM ⁽²⁾	2.260.000	1.935.752	2.009.389	2.066.004
Polipropileno ⁽³⁾	1.850.000	1.638.974	1.592.480	1.711.741

(1) Representa a capacidade e a produção das cinco linhas com capacidade de produção variável (swing) capazes de produzir dois tipos de resina.

(2) Representa a capacidade e a produção das oito linhas com capacidade de produção variável (swing), capazes de produzir dois tipos de resinas. A capacidade varia dependendo da produção efetiva.

(3) Representa a capacidade e a produção de cinco plantas.

Em setembro de 2010, a Companhia passou a produzir eteno em uma nova planta do Polo de Triunfo, que produz eteno "verde" utilizando etanol proveniente da cana de açúcar recebido por meio do Terminal Santa Clara como sua principal matéria-prima. Essa planta tem capacidade de produção anual de 200.000 toneladas de eteno.

Matérias-primas da Unidade de Poliolefinas

Eteno e propeno

Os custos da compra de eteno e propeno, que são os custos diretos mais significativos associados à produção de polietileno e polipropileno da Companhia, responderam, em conjunto, por 85.2% do total de custos variáveis de produção da Unidade de Poliolefinas em 2019. No mesmo período, a Unidade de Poliolefinas adquiriu a totalidade de suas necessidades de eteno e parte das suas necessidades de propeno da Unidade de Químicos.

Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Subsidiárias

A Braskem celebrou diversos contratos de propeno que possuem diferentes datas de vencimento entre maio de 2021 e dezembro de 2029, com preços determinados com base em referências internacionais para garantir a competitividade da matéria-prima. Em 2016, a Braskem celebrou um acordo de cinco anos com a Petrobras para o fornecimento de propeno pela Refap S.A., controlada da Petrobras. Tal contrato de fornecimento também é precificado com base em referências internacionais.

A Petrobras pode rescindir tais contratos, sem aviso prévio, se: (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior, embora alguns desses contratos exijam que tal evento persista por mais de 180 dias; (3) for transferida ou dada como garantia a totalidade ou parte dos direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da Petrobras; (4) houver uma alteração na administração ou no objeto social da Braskem que entre em conflito com o objeto do contrato; (5) ocorrer a dissolução, falência ou liquidação da Braskem; e (6) ocorrer alteração do tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou qualquer outra reestruturação corporativa da Braskem que entre em conflito ou impeça a execução do objeto do contrato.

Contratos para Fornecimento de Etanol

A Braskem mantém diversos contratos de etanol com grandes produtores desse combustível para abastecimento de sua nova planta, que produz eteno utilizando etanol proveniente da cana de açúcar. Tais contratos de fornecimento possuem diferentes datas de vencimento até julho de 2021. Nos termos desses contratos, temos ou teremos o dever de adquirir uma quantidade anual de etanol suficiente para suprir pelo menos 90% da capacidade dessa planta de eteno. O preço que pagaremos nos termos desses contratos é ou será determinado com referência no preço mensal do álcool hidratado carburante, conforme publicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura (CEPEA/ESALQ).

Também compramos etanol no mercado à vista, a fim de complementar o fornecimento obtido por meio desses contratos. O preço que pagamos pelo etanol nos termos da maior parte desses contratos é determinado com referência em indicadores de mercado.

Outros Materiais e Utilidades

A Unidade de Poliolefinas também utiliza buteno e n-hexano como matérias-primas na produção de PEAD e PEBDL. O buteno é fornecido pela Unidade de Químicos e o n-hexano é importado de fornecedores da África do Sul, África e da região do Golfo dos EUA.

As Plantas Unipol de polietileno, nos Polos Petroquímicos de Camaçari e do Rio de Janeiro utilizam catalisadores fornecidos pela Univation Technologies. A planta de PEAD no Complexo Petroquímico de São Paulo utiliza catalisadores fornecidos pela W.R. Grace & Co. Os catalisadores utilizados nas plantas com linha de produção swing de PEBDL/PEAD são adquiridos da Basell Poliolefine Italia S.R.L. e Equistar Chemicals, L.P., ou, conjuntamente, Basell. A Companhia produz seus próprios catalisadores para as plantas de PEAD slurry nos Polos de Triunfo e Camaçari, e compra os insumos necessários para produzir esses catalisadores de diversos fornecedores a preços de mercado. As unidades de polipropileno da Companhia utilizam catalisadores fornecidos principalmente pela Basell, sendo que alguns catalisadores são importados de fornecedores dos Estados Unidos e da Europa.

Vendas e comercialização da Unidade de Poliolefinas

A Unidade de Poliolefinas vende produtos de polietileno e polipropileno para mais de 1.400 clientes no mundo todo. A Companhia dispõe de um mix diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Os clientes da Unidade de Poliolefinas são, em geral, produtores de terceira geração que fabricam ampla variedade de bens de consumo e produtos industriais à base de plástico.

A tabela a seguir demonstra nossa receita líquida no mercado interno e exportações da nossa Unidade de Poliolefinas para os anos indicados abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Receita líquida:			
Vendas no mercado interno	R\$14.799,7	R\$16.116,8	R\$13.856,4
Exportações:			
América do Sul (exclui Brasil)	3.073,1	3.261,7	3.289,8
Europa	1.419,2	1.154,4	607,7
América do Norte	723,9	467,7	683,8
Ásia	987,0	940,2	269,1
Outros	189,1	543,1	943,6
Total das exportações	6.392,2	6.367,0	5.794,0
	<u>R\$21.191,9</u>	<u>R\$22.483,9</u>	<u>R\$19.650,4</u>

Vendas no mercado interno

A Companhia se empenha em formar relacionamentos duradouros com seus clientes. Dada a natureza cíclica dos mercados de seus produtos petroquímicos, a administração acredita que é possível reforçar a fidelidade dos clientes nos períodos de menor demanda de polietileno e polipropileno, proporcionando uma fonte segura de suprimento a esses clientes nas épocas de demanda elevada. A Braskem trabalha em estreita relação com seus clientes para prestar assistência técnica e coordenar a produção e entrega dos seus produtos. Os clientes submetem propostas anuais apresentando uma estimativa de suas necessidades mensais para o ano vindouro com relação a cada um de nossos produtos de poliolefinas, inclusive especificações técnicas, prazos de entrega e condições de pagamento propostas. A Companhia avalia mensalmente as propostas com o fim de efetuar eventuais ajustes que sejam necessários, monitorar e assegurar fornecimento adequado para cada cliente. Apesar de ter uma base de clientes regular no mercado interno, os preços em tais mercados variam conforme as negociações mensais no mercado spot. Tanto o volume de vendas por cliente quando os tipos de produtos adquiridos pelos clientes podem variar mensalmente.

Além das vendas diretas a clientes, a Unidade de Poliolefinas vende produtos no Brasil por intermédio de distribuidores independentes exclusivos. A Unidade de Poliolefinas conta com cinco distribuidores, através dos quais distribuímos nossos produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista. A Companhia escolheu seus distribuidores com base em sua capacidade de prestação de serviços completos a seus clientes e com base no seu histórico. Esses distribuidores vendem seus produtos de polietileno e polipropileno a fabricantes com necessidades de volume menores, podendo agrupar vários pedidos de entrega. Eles possuem uma ampla rede de cobertura no Brasil e, com isso, expandem a marca Braskem.

Além disso, ao oferecer atendimento personalizado e atender clientes menores por meio de uma rede de distribuidores, os gerentes de conta focam seus esforços na prestação de serviço de alta qualidade a um número menor de clientes diretos de grande e médio porte.

Exportações

O volume de exportações de poliolefinas varia, geralmente, com base no nível da demanda interna e na disponibilidade da produção total dos produtos da Companhia. A Unidade de Poliolefinas possui escritório de vendas na Argentina, Chile, Peru e Colômbia, usados para consolidar os esforços de marketing na América do Sul, um dos mercados chave da Companhia fora do Brasil nessa Unidade de Negócios. A Unidade de Poliolefinas também conta com a força de vendas na Europa, México e EUA para aumentar a rentabilidade das vendas. Em cada uma das regiões, a Companhia possui estratégias comerciais específicas com relação às exportações vindas do Brasil, que complementam sua disponibilidade local de produtos.

A Companhia estabeleceu uma posição estratégica no mercado de poliolefinas na América do Sul, América do Norte e na Europa por meio de vendas diretas regulares, distribuidores locais e agentes que conhecem seus respectivos mercados. A estratégia de ampliar a presença nesses mercados estrangeiros destina-se, entre outros aspectos, a reduzir a exposição da Companhia à natureza cíclica do mercado internacional a vista de poliolefinas, por meio da formação de relações duradouras com clientes nos países vizinhos. A presença local da Companhia nos Estados Unidos e na Europa permite seu melhor posicionamento nestes mercados e a venda de produtos da Unidade de Poliolefinas por meio da Unidade dos Estados Unidos e Europa.

O principal foco da Unidade de Poliolefinas é manter a posição de liderança no Brasil e na América do Sul, reforçando o comprometimento com a cadeia de indústria de plástico da região, mantendo a sua posição de liderança em poliolefinas através da contínua presença local e fornecimento regular de produtos.

Preços e condições de vendas

A Companhia calcula os preços dos seus produtos de acordo com referências de preço internacionais. Além disso, o processo de precificação leva em conta o segmento, volume e outras informações. Os clientes da Companhia no Brasil podem efetuar pagamento integral contra entrega ou optar por venda a prazo, que requer pagamento integral entre três e 60 dias após a entrega. São cobrados juros dos clientes brasileiros que escolhem opção de pagamento a prazo com base nas taxas vigentes no mercado.

Além das vendas estratégicas para a América do Sul, Europa, México e Estados Unidos, as exportações da Unidade de Poliolefinas a compradores da Ásia e África são realizadas em geral por meio do mercado à vista internacional. A base de clientes nesses mercados consiste principalmente de empresas comerciais exportadoras e distribuidores. A precificação é baseada nos preços praticados no mercado à vista internacional.

Concorrência

A Braskem é o único produtor de polietileno e polipropileno no Brasil. Ela concorre com produtores de poliolefinas do mundo todo. Em 2019, as importações brasileiras de polietileno e polipropileno registraram alta de 8,0%, o que representou 31,4% do consumo brasileiro de poliolefinas.

Também competimos pelas exportações de nossos produtos de poliolefinas para outros países da América Latina e também nos mercados da América do Norte, Ásia e Europa. Assim como a Braskem, tais concorrentes também possuem um amplo portfólio de produtos, amplas capacidades de pesquisa e desenvolvimento e capacidade de produção suficiente. A posição competitiva da Companhia em mercados internacionais está baseada no seu relacionamento com clientes, amplo portfólio de produtos, qualidade do produto, atendimento e suporte ao cliente.

A Companhia é o único produtor de polietileno verde produzido a partir de cana-de-açúcar do mundo, 100% verificado pelo ASTM D6866.

Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa inclui:

- as operações da Braskem America, que consistem em cinco unidades de polipropileno nos Estados Unidos e uma unidade de Polietileno de Ultra-Alto Peso Molecular UTEC®; e
- as operações de duas unidades de polipropileno na Alemanha.

Em 31 de dezembro de 2019, as instalações da Unidade EUA e Europa apresentavam a maior capacidade de produção de polipropileno dos Estados Unidos. A Unidade dos EUA e da Europa gerou uma receita líquida de R\$ 10.044,3 milhões em 2019, ou 15,7%, da receita líquida de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas inter-segmentos.

Em junho de 2014, a Companhia anunciou a construção de uma linha de produção de PEUAPM na unidade de La Porte, Texas, que começou a produzir UTEC® no primeiro trimestre de 2017. A Companhia acredita que a produção de PEUAPM especializado da nova linha deve complementar o atual portfólio de produtos, além de permitir acesso a novos mercados e desenvolvimento de parcerias com clientes atuais e futuros.

Produtos da Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa produz polipropileno. O volume de vendas de polipropileno desta unidade foi de 1.925.036 toneladas em 2019, 1.923.227 toneladas em 2018 e 2.116.529 toneladas em 2017. Para uma descrição dos usos dos produtos de polipropileno, vide “—Unidade de Poliolefinas”.

Unidades de Produção da unidade EUA e Europa

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção anual em 31 de dezembro de 2019 das plantas de polipropileno da Unidade EUA e Europa, bem como a produção anual para os anos apresentados.

Unidade	Capacidade e Anual de Produção	Produção		
		Exercício findo em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
		(em toneladas)		
Estados Unidos	1.570.400	1.435.298	1.388.600	1.521.894
Alemanha	625.000	494.241	523.797	591.417

Matérias-primas da Unidade EUA e Europa

Propeno

O maior custo direto associado à produção de polipropileno pela Unidade EUA e Europa é o custo da compra do propeno.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha contratos de fornecimento com diversos fornecedores. As fórmulas de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento são geralmente baseadas em preços de mercado.

Por conta da produção crescente de gás natural e da produção relacionada de gás natural liquefeito, diversas companhias anunciaram planos para construir plantas de desidrogenação de propano (PDH) para a produção de propeno. A Braskem firmou um contrato de longo prazo de propeno de 15 anos com uma destas empresas, a Enterprise Products, que concluiu a construção de uma planta de PDH no Texas em 2017 com capacidade anual de 750 mil toneladas. A Companhia espera que esse contrato com um produtor renomado proporcione um fornecimento competitivo de propeno a longo prazo, utilizando como matéria-prima shale gas e outras fontes não tradicionais. A planta iniciou suas operações no final de 2017. Segundo o acordo, os preços desses contratos serão determinados com base no preço de mercado do propano e outros custos de mercado.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno na Alemanha através de um contrato de fornecimento de longo prazo que prevê o fornecimento de 84% do propeno necessário nessas plantas. A Companhia possui dois principais contratos na Alemanha. Um deles tem vencimento em setembro de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se rescindido por uma das partes. Já o outro contrato tem vencimento em dezembro de 2023. A Companhia celebrou um terceiro contrato com vencimento no final de 2020, aumentando o fornecimento das suas plantas para 87% das necessidades de propeno. A fórmula de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento é baseada em preços de mercado. A Companhia adquire o propeno utilizado em suas plantas na Europa com base em preços de contratos mensais de propeno na Europa (conforme divulgados pelo ICIS-LOR).

Vendas e Marketing da Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa vende produtos de polipropileno para cerca de 465 clientes. A Companhia dispõe de um mix diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Em geral, os clientes da Unidade EUA e Europa são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima.

A tabela a seguir apresenta a receita líquida da Unidade EUA e Europa para os anos indicados abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(em milhões de reais)</i>		

Receita líquida:

EUA e Europa.....	10.044,3	11.724,8	9.854,5
-------------------	----------	----------	---------

28% das vendas de polipropileno na Unidade EUA e Europa são realizadas através de contratos de fornecimento de longo prazo com nossos clientes. Esses contratos têm em geral um prazo inicial de dois anos, sendo automaticamente renováveis por períodos de um ano, a menos que uma parte notifique a outra de sua intenção de não renovar. Os contratos também preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais.

O restante da produção de polipropileno da Unidade EUA e Europa é comercializada através de (1) sua força de vendas direta que procura formar relacionamentos de fornecimento com clientes nacionais e estrangeiros, (2) um número seletivo de distribuidores autorizados a representar a marca Braskem nos mercados norte-americano e europeu, (3) revendedores que comercializam esses produtos com marcas próprias nos mercados norte-americano e europeu, e (4) revendedores destes produtos em mercados internacionais.

Concorrência

A Unidade EUA e Europa é basicamente um negócio de commodities e compete com companhias locais, regionais e internacionais, algumas das quais têm mais recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros do que a Companhia. Embora os fatores concorrenciais variem entre as linhas de produtos, a posição competitiva da Companhia se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas e de produção, preços de venda, qualidade e tecnologia dos produtos, tecnologia de fabricação, acesso a novos mercados, proximidade de mercados e atendimento e assistência ao cliente.

Nossos principais concorrentes em vendas de polipropileno na América do Norte são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, a demanda ocorre em função do crescimento econômico na América do Norte e no restante do mundo.

Nossos principais concorrentes em vendas de polipropileno na Europa são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, a demanda ocorre em função do crescimento econômico na Europa e no restante do mundo.

Unidade do México

A Braskem e o Idesa, S.A. um dos principais grupos petroquímicos do México, formaram a Braskem Idesa S.A.P.I. em abril de 2010, em que a Braskem possui 75% do capital total e o Idesa possui os 25% restantes, com o objetivo de desenvolver, construir e operar o Complexo Petroquímico do México, no estado mexicano de Veracruz. Em abril de 2016, a Braskem Idesa iniciou a operação comercial do Complexo Petroquímico do México. Como resultado do início das operações do Complexo Petroquímico do México, a Companhia passou a reconhecer os resultados da unidade de negócios do México como um segmento separado em suas demonstrações financeiras nas datas e períodos findos após 1º de janeiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, a Unidade do México apresentava a maior capacidade de produção de polietileno do México. A Unidade do México gerou uma receita líquida de R\$ 3.051,4 milhões em 2019, ou 4,8%, da receita líquida de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas inter-segmentos.

Produtos da Unidade do México

O negócio do México produz eteno, PEAD e PEBD no Complexo Petroquímico do México. Todo o eteno produzido pelo Complexo Petroquímico do México é utilizado como matéria-prima para a produção de polietileno no complexo. Em 2019, a unidade registrou volume de vendas de 813.105 toneladas de polietileno. Assim como a Unidade de Poliolefinas, o Complexo Petroquímico do México fabrica uma ampla linha de grades de polietileno para aplicações finais e industriais, incluindo filmes plásticos para embalagens industriais e de alimentos, garrafas, sacolas de compra e outros bens de consumo, recipientes, peças automotivas e eletrodomésticos.

As tecnologias selecionadas para a Unidade México são comprovadas e consideradas modernas com excelente registro de rastreamento no mercado petroquímico, sendo uma vantagem competitiva no atendimento aos clientes

da Braskem para atender suas necessidades específicas através da adaptação e modificação de produtos de polietileno.

Instalações de Produção na Unidade do México

A Unidade do México opera quatro unidades industriais localizadas no Complexo Petroquímico do México, entre elas:

- uma central (cracker) de eteno, com capacidade anual de produção de 1.050 mil toneladas de eteno, que entrou em operação em março de 2016;
- duas plantas de polietileno de alta densidade, com capacidade combinada de produção de 750 mil toneladas, que entraram em operação em abril de 2016; e
- uma planta de polietileno de baixa densidade, com capacidade combinada de produção de 300 mil toneladas por ano, e que entrou em operação em junho de 2016.

Unidade	Capacidade e Anual de Produção	Produção		
		Exercício findo em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
(em toneladas)				
México (Polietileno)	1.050.000	800.783	808.388	923.540

Matérias-Primas da Unidade do México

A principal matéria-prima utilizada no Complexo Petroquímico do México é o etano, além de outras matérias-primas como hexeno, propeno e polialdeído (PAL). Outros químicos, catalisadores, aditivos e utilidades, como gás natural, eletricidade e nitrogênio, são utilizados na produção de polietileno no Complexo Petroquímico do México.

Etano

Etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. O preço do etano adquirido pela Companhia varia conforme a flutuação de preço da referência internacional do insumo em dólares. A Companhia atualmente compra a maior parte de seu suprimento de etano, que é a principal matéria-prima usada no processo de produção de polietileno da Companhia da Pemex TRI, uma empresa estatal mexicana que é controlada da Pemex, a empresa estatal de petróleo e gás do México, de acordo com um contrato de fornecimento de etano.

Eteno

Todo o eteno produzido pelo Complexo Petroquímico do México é consumido pelas plantas de polietileno do próprio complexo.

Outros Materiais e Utilidades

A Unidade do México utiliza gás natural como o principal combustível do seu processo de produção, fornecido pela PEMEX por meio da CENAGAS.

A Unidade do México utiliza hexeno como matéria-prima na fabricação de PEAD. A Companhia importa o hexeno utilizado no Complexo Petroquímico do México de fornecedores nos Estados Unidos.

A Unidade do México utiliza catalisadores fornecidos pela Ineos Europe Limited.

Contratos de Fornecimento da Unidade do México

Etano

A Braskem Idesa possui contrato de fornecimento de etano com a Pemex TRI, controlada da Pemex, celebrado em 19 de fevereiro de 2010, segundo o qual a Pemex TRI é obrigada a fornecer, e a Braskem Idesa é obrigada a adquirir, 66 mil barris por dia de etano para o Complexo do México durante 20 anos a preços baseados na maior referência entre etano puro Mont Belvieu ou Gás Natural Henry Hub, preços internacionais de referência em dólares destas matérias-primas. Nos termos do contrato, qualquer volume diário rejeitado pela Braskem Idesa poderia ser adquirido em parcelas durante as entregas subsequentes até que não haja mais volumes em aberto. O contrato foi celebrado em junho de 2015, vence inicialmente em 2035 e é renovável por três períodos consecutivos de cinco anos, desde que fornecido, por qualquer das partes, aviso prévio da intenção de renovação pelo menos dois anos antes do seu vencimento. A Pemex TRI poderá rescindir o contrato nos seguintes casos: (1) falta de pagamento pela Braskem Idesa por mais de 180 dias após a notificação, ou (2) parada emergencial das operações ou evento de força maior com duração superior a 48 meses.

O contrato de fornecimento de etano inclui cláusula de desempenho de entrega de volume de longo prazo que exige que a Pemex TRI cumpra com a entrega de um volume de etano durante um período de seis meses equivalente a 70% do volume acordado nos termos do contrato de fornecimento de etano (“Teste de Desempenho de Longo Prazo”). Em janeiro de 2020, as entregas de volumes da Pemex TRI nos termos do Teste de Desempenho de Longo Prazo encontravam-se próximas, porém acima, do limite de 70%. Caso a Pemex TRI não cumpra o Teste de Desempenho de Longo Prazo, além do impacto negativo direto sobre os volumes de produção do Complexo do México, isso pode (i) fazer com que a Companhia não consiga gerar caixa o suficiente para fazer o serviço de sua dívida com credores nos termos do Financiamento Braskem Idesa, (ii) fazer com que esses credores antecipem essa dívida e/ou (iii) exigir que a Braskem Idesa exerça uma opção de venda e rescisão contra a Pemex TRI que obrigaria a Pemex TRI a comprar o Complexo do México da Companhia. Para mais informações, consulte “Item 3. Informações Principais—Riscos Relacionados à Companhia e à Indústria Petroquímica—A Companhia depende do etano fornecido pela Pemex TRI no México” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures – Complexo Petroquímico do México”.

Energia Elétrica

O Complexo Petroquímico do México conta como sua própria usina geradora de energia elétrica, composta por uma turbina a gás e duas turbinas a vapor, que geram mais de 100% das necessidades de energia do Complexo. Adicionalmente, o Complexo Petroquímico do México está conectado à rede de alta tensão da Comisión Federal de Electricidad (distribuidora de energia elétrica estatal do México) como fonte de back-up e para a venda de energia sobressalente no mercado spot. O Complexo Petroquímico do México gera todo o vapor que consome, enquanto suas necessidades de água são supridas pela Comisión Nacional del Agua (gestora de água estatal do México) nos termos de um contrato com vencimento em 2022 e possibilidade de renovação.

De maneira geral, a Companhia acredita contar com fontes alternativas suficientes e a preços razoáveis para cada um dos insumos utilizados no processo produtivo de polietileno, de tal forma que a perda de qualquer fornecedor individual não produziria um efeito material adverso em suas operações.

A principal matéria-prima utilizada para geração de energia é o gás natural, que é fornecido principalmente pela Pemex por meio da Cenagas, mas também por outros fornecedores de gás natural no México.

Vendas e Marketing da Unidade do México

A Unidade do México comercializa produtos de polietileno para aproximadamente 250 clientes no mercado mexicano. A Companhia dispõe de um mix diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Em geral, os clientes da Unidade do México são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima.

Vendas para o Mercado Interno Mexicano

No primeiro ano completo de operação do Complexo do México, desde seu início, a Companhia se concentrou no mercado interno e na obtenção da aprovação dos seus produtos pelos clientes. Uma de suas prioridades tem sido desenvolver relacionamentos de longo prazo com seus clientes e, devido à natureza dos mercados para os seus

produtos de polietileno, a Companhia acredita ser capaz de fortalecer a fidelidade de clientes durante períodos de menor demanda por polietileno ao tornar-se uma fonte confiável de fornecimento para tais clientes em períodos de alta demanda. A Companhia trabalha em proximidade com seus clientes para atender as suas necessidades, oferecer assistência técnica e coordenar a produção e entrega dos seus produtos.

Considerando a infraestrutura logística e os centros de logística do Completo do México em diferentes regiões, a Companhia consegue projetar a demanda dos clientes por região. Assim, é possível prever e planejar a produção e a logística com o intuito de disponibilizar os produtos em tempo hábil e nos pontos de expedição. Com a carteira de produtos pode ser ajustada à natureza da demanda do mercado mexicano, a Companhia possui uma maior flexibilidade para se adaptar e atender melhor tal mercado.

Além da venda direta de polietileno para clientes, a Unidade do México comercializa produtos no México através de distribuidoras independentes. A Unidade do México é atendida por distribuidoras através das quais a Companhia distribui seus produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

As distribuidoras são escolhidas com base na sua capacidade de fornecer serviços completos aos clientes, inclusive na sua capacidade de elaborar os produtos da Companhia de maneira customizada. Tais distribuidoras comercializam os produtos de polietileno da Companhia para fabricantes com necessidades menores de volume e são capazes de combinar diversos pedidos de entrega aos clientes, os quais não seriam economicamente viáveis de a companhia atender. Além disso, ao atender clientes menores através de uma rede de distribuidoras, os gerentes de conta da Companhia podem concentrar seus esforços em prestar serviços de alta qualidade para um número menor de grandes clientes, atendidos diretamente.

Exportações

O principal foco da Unidade do México é manter a posição de liderança da Companhia no mercado mexicano, mantendo seu volume de exportações com o objetivo de administrar a relação entre a sua capacidade de produção e a demanda interna por seus produtos. A Companhia acredita que sua presença contínua em mercados internacionais é essencial para administrar qualquer excesso de capacidade no mercado interno mexicano. O excesso de volume é exportado para diversas regiões, como América do Norte, Ásia e Europa, utilizando as forças de vendas já existentes e complementando a carteira nessas regiões, junto com os produtos exportados do Brasil. A fim de fazer uso dos canais de venda já estabelecidos da Braskem nos Estados Unidos e na Europa, a estratégia de exportações da produção da unidade do México, para essas regiões, consiste em desenvolver e reter clientes, procurando aumentar o valor agregado nas exportações, especialmente considerando a competitividade logística para atender os Estados Unidos. Esse novo complexo de polietileno reforça a posição da Braskem com os clientes de polietileno do mundo todo, melhorando a sua posição na América do Norte.

Preços e condições de vendas

O preço de venda de polietileno no mercado interno mexicano é calculado com base nos preços de exportação norte-americanos. Os clientes da Companhia no México podem pagar o montante integral no momento da entrega ou optar por pagamento a prazo, exigido integralmente dentro de 60 dias, em média, após a entrega para a maior parte dos clientes.

As exportações do Complexo do México consistem em volumes enviados a Ásia, Europa e EUA por meio tradings e distribuidoras. A precificação é baseada em referências de preços de mercados internacionais. Conforme discutido no item “–Exportações” acima, desde o início de 2017, a Unidade do México tem se concentrado em exportar seus produtos diretamente para clientes nos Estados Unidos e Europa, com aumento do valor líquido das exportações.

Concorrência

A Companhia possui a maior capacidade anual de produção de polietileno do México. No país, ela concorre com uma subsidiária da Pemex e com importadores de polietileno, principalmente produtores localizados nos Estados Unidos e no Canadá. A Companhia concorre pelas exportações dos seus produtos de polietileno com produtores outros países da América Latina e mercados dos Estados Unidos. O segmento de exportação da Companhia é um negócio de commodities, concorrendo com uma série de produtores de resinas, alguns deles contando com recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros maiores que os da Companhia. A posição competitiva da Braskem nos mercados de exportação em que atua se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas, preços de venda, qualidade dos produtos e atendimento e assistência ao cliente.

Unidade de Vinílicos

A Companhia era líder na produção de PVC no Brasil com base em seu volume de vendas e capacidade instalada em 2019. Em 31 de dezembro de 2019, suas fábricas de PVC apresentaram a segunda maior capacidade média anual de produção da América Latina. A Unidade de Vinílicos gerou uma receita líquida de R\$ 2.692,8 milhões em 2019, ou 4,2%, da receita líquida de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas inter-segmentos.

Nossa produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro, eteno e outras matérias-primas. O principal uso do PVC é para tubos e conexões e outros produtos relacionados ao mercado de construção civil. A Unidade de Vinílicos também fabrica soda cáustica, que é principalmente utilizada por fabricantes de alumínio, papel e celulose e sabonete.

Em 2019, a participação da Companhia no mercado brasileiro de PVC correspondia a aproximadamente 48% e no mercado brasileiro de soda cáustica, de 16% (excluindo o consumo de alumina por companhias localizadas no norte e nordeste do Brasil), com base no volume de vendas da Unidade de Vinílicos.

Produtos da Unidade de Vinílicos

A tabela a seguir apresenta a composição das vendas da Unidade de Vinílicos por linha de produto nos exercícios indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(milhares de toneladas)		
PVC	491,3	490,1	525,7
Soda cáustica	243,2	344,2	407,5
Outros ⁽¹⁾	72,1	85,9	103,7
Total das vendas no mercado interno	806,7	920,5	1.036,9
Total das exportações	22,2	49,4	89,6
Total vendas Unidade de Vinílicos	828,8	969,9	1.126,5

(1) Inclui cloro, hidrogênio, soda cáustica em flocos e hipoclorito de sódio.

Instalações industriais da Unidade de Vinílicos

A Companhia possui cinco unidades de produção de vinílicos. Duas estão localizadas no Complexo Petroquímico de Camaçari e três outras estão localizadas no estado de Alagoas.

A tabela abaixo mostra, para cada um dos principais produtos de vinílicos, a capacidade anual de produção em 31 de dezembro de 2019 e a produção anual nos exercícios apresentados.

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção Exercício findo em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
		(em toneladas)		
PVC	710,0	461,1	533,2	611,2
Soda Cáustica	539,0	123,2	317,8	409,0

Matérias-primas da Unidade de Vinílicos

Eteno

O custo direto mais significativo associado à produção de PVC é o custo do eteno, que em 2019 respondeu por 21% do custo total dos produtos vendidos da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Químicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos.

Energia Elétrica

A energia elétrica constitui componente significativo do custo de nossa produção de cloro e soda cáustica. Em 2019, representou 10% do custo total de produtos vendidos da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Vinílicos recebe eletricidade de diversas geradoras mediante contratos de compra de energia de longo prazo (vide Unidade de Químicos – Dados de fornecimento e precificação da Unidade de Químicos – Energia Elétrica).

Sal

Em 2019, a Companhia consumiu 212.000 toneladas de sal. O sal representou 1% do custo total de produtos vendidos da Unidade de Vinílicos em 2019.

No entanto, as operações de mineração de sal na mina da Companhia foram interrompidas em maio de 2019, conforme descrito no “Item 3. Principais Informações—Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Companhia e à Indústria Petroquímica—Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais—Alagoas – Atividades de Mineração”. A produção de soda cáustica e dicloroetano na instalação de cloro-soda da Companhia localizada no estado de Alagoas também foi interrompida devido à falta de sal. O dicloroetano (EDC) é consumido na produção de PVC. Por causa da interrupção, a Companhia precisou importar 139.000 toneladas de soda cáustica para fornecer a seus clientes e 295.000 toneladas de EDC para abastecer suas instalações de PVC localizadas no estado de Alagoas e no Polo de Camaçari.

Buscando retomar as operações de cloro-soda da Companhia, a Companhia lançou um projeto para modificar a base de matérias-primas de suas plantas de cloro-soda, adquirido sal marinho de terceiros no Brasil e no exterior. O produto será estocado, dissolvido em água pra fazer salmoura e tratado e enviado para processamento. O custo estimado do projeto é de R\$ 59,3 milhões, dos quais R\$ 21,2 milhões já foram desembolsados em 2019. Vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Outros Investimentos—Mudança de tecnologia na instalação de cloro-soda da Companhia em Alagoas.”

Vendas e Comercialização de nossa Unidade de Vinílicos

Existe uma ligação estrutural entre os mercados de PVC e soda cáustica porque a soda cáustica é um coproduto da produção do cloro necessário para produzir PVC. Na maior parte do tempo, quanto maior a demanda por PVC, maior será a produção de soda cáustica, levando a um aumento de oferta deste produto e, geralmente, a preços mais baixos. Por outro lado, quando a demanda de PVC é baixa, os preços da soda cáustica tendem a subir.

Realizamos a maioria de nossas vendas de PVC e soda cáustica diretamente a clientes brasileiros, porém utilizamos distribuidores independentes no atendimento de clientes de soda cáustica. Contudo, a Unidade de Vinílicos mantém relações contratuais por meio de cinco centros de distribuição, que fornecem suporte logístico, localizados em Paulínia e Barueri, ambas no estado de São Paulo, em Joinville, no estado de Santa Catarina, em Extrema, no estado de Minas Gerais e em Araucária, no estado do Paraná. Ademais, operamos, de maneira não exclusiva, doze unidades de armazenagem de PVC e cinco unidades de tancagem em terminais para soda cáustica, estrategicamente situadas ao longo da costa brasileira, o que os permite entregar nossos produtos a clientes no formato “just-in-time”. A Unidade de Vinílicos atua em estreita colaboração com seus clientes, trabalhando em conjunto para melhorar produtos existentes, bem como desenvolver novas aplicações para PVC. Nossos grupos de comercialização e assistência técnica também prestam consultoria a clientes e clientes em potencial que estejam considerando a instalação de equipamentos industriais para fabricação de produtos finais de PVC.

Além disso, a Unidade de Vinílicos fornece ao mercado brasileiro o PVC emulsão e outros copolímeros com valor mais alto por importações da Colômbia por meio de contrato com a Mexichem. Nossos clientes principais atuam nos setores de laminados, calçados e automóveis. Esses produtos representaram 1,7% do volume consolidado de vendas da Companhia em 2019.

Preços e condições de vendas

Determinamos os preços internos de nossas resinas de PVC tomando por referência principalmente os preços pagos por produtores de terceira geração brasileiros por importações de PVC, que em geral refletem o preço no mercado à vista do Nordeste da Ásia. O prazo de entrega, qualidade e serviços técnicos também afetam os níveis de vendas das resinas de PVC. Estabelecemos nossos preços internos de soda cáustica com base no preço de mercado internacional.

Concorrência

PVC

A Braskem e a Unipar Indupa (antiga Carbocloro e Solvay), ou Unipar, são os dois únicos produtores de PVC do Brasil. A capacidade de produção anual instalada da Unipar no Brasil é de 300.000 toneladas, em comparação com a capacidade anual de produção da Companhia de 710.000 toneladas. As fábricas da Unipar no Brasil estão localizadas em São Paulo e, portanto, mais próximas do principal mercado de PVC do Brasil do que nossas instalações. No entanto, acreditamos que nossas capacidades verticais de produção, nosso forte atendimento ao consumidor e nossos programas de assistência técnica nos possibilitam compensar qualquer desvantagem competitiva devido à distância e concorrer de forma eficiente com a Unipar.

A Companhia também concorre com a planta da Unipar na Argentina e com outros importadores de PVC. A Unipar tem uma planta de PVC na Argentina, além de suas instalações no Brasil. As importações de todas as regiões representaram 34% do consumo brasileiro de PVC em 2019. O PVC produzido no país tem atualmente preços competitivos em relação ao PVC importado, considerando que o nosso preço é baseado no mercado internacional.

A Braskem também concorre com outros produtores de termoplásticos que fabricam os mesmos produtos de PVC ou substitutos de produtos da linha de PVC da Companhia. As resinas termoplásticas, principalmente polietileno e polipropileno, são aplicadas em alguns casos como substitutas do PVC. Madeira, vidro e metais também são em alguns casos utilizados como substitutos do PVC.

Soda Cáustica

De acordo com a IHS e a Associação Brasileira da Indústria de Álcali, Cloro e Derivados (Abiclor), os três maiores produtores de soda cáustica no Brasil, incluindo a Braskem, responderam por 89% da capacidade do país em 2019. A maioria dos produtores domésticos opera de forma local ou regional, com exceção da Braskem e de outro produtor localizado na região nordeste do Brasil que opera no país inteiro por meio de unidades de tancagem localizadas na costa brasileira. As importações representaram 42% do consumo total de soda cáustica no Brasil em 2019, excluindo importações da Braskem.

Os principais concorrentes no mercado de soda cáustica em outras partes da América do Sul são a outras companhias petroquímicas internacionais que operam no Brasil e produtores localizados na Costa do Golfo dos EUA.

Tecnologia, pesquisa e desenvolvimento

Licenças tecnológicas

A Companhia depende da tecnologia de terceiros para os processos produtivos em várias de suas instalações, incluindo as centrais petroquímicas e unidades fabris de PE e PP. As operações da Companhia podem ser afetadas negativamente se as licenciadoras terceiras não renovarem ou não continuarem a oferecer suporte técnico suficiente nos termos dos contratos de licenciamento ou suporte técnico firmados com a Companhia.

A maioria dos contratos de licenciamento originais, referentes às unidades de Químicos da Companhia no Brasil, já venceu. No entanto, novos Contratos de Suporte Técnico foram firmados para otimização do desempenho das plantas. Não foram firmados contratos de licenciamento para construção de plantas desde 2016. No México, a Companhia tem um Contrato de Licenciamento em vigor referente à central petroquímica.

A Companhia opera unidades de Vinílicos somente no Brasil. O contrato de licenciamento mais recente, relativo às unidades de Vinílicos, foi assinado em 2008 e rescindido em 2013. Os efeitos de tal contrato de licenciamento com relação ao período temporário após a rescisão permaneceram até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e atualmente não há contrato de suporte técnico em vigor. Não foram firmados contratos de licenciamento para construção de plantas desde 2016.

No tocante às unidades de Poliolefinas, a Braskem utiliza diversas tecnologias de processo licenciadas junto a grandes companhias licenciadoras, de acordo com contratos sem exclusividade firmados no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha. Para algumas dessas licenças, a Braskem paga royalties com base no volume produzido a partir da utilização da tecnologia licenciada em cada trimestre, além de participar de encontros de intercâmbio técnico para compartilhar e receber informações sobre melhorias nos termos do respectivo contrato de licenciamento ou de

suporte técnico. Para alguns projetos específicos, a Braskem celebrou contratos de desenvolvimento conjunto com as licenciadoras originais e/ou outros parceiros de tecnologia de acordo com prazos exclusivos e condições de compartilhamento de custos. Não foram firmados contratos de licenciamento para construção de plantas desde 2016.

Pesquisa e desenvolvimento

A capacidade da Companhia de competir nos mercados onde atua depende de sua capacidade de integrar novas tecnologias desenvolvidas pela Braskem e por terceiros, a fim de baixar custos e oferecer novos produtos. Além disso, a capacidade de desenvolver novos produtos e customizar produtos já existentes reforça os relacionamentos com os clientes.

A Companhia desenvolve tecnologias em seus centros de pesquisa e desenvolvimento: (1) Centro de Inovação e Tecnologia em Triunfo, Rio Grande do Sul, Brasil; (2) Centro de Inovação e Tecnologia em Pittsburgh, Pensilvânia, EUA; (3) Centro de Pesquisa em Química Renovável em Campinas, São Paulo, Brasil; (4) Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Processos em Mauá, São Paulo, Brasil; (5) Centro Técnico Europeu, em Wesseling, Renânia do Norte-Vestfália, Alemanha; e (6) Centro Técnico mexicano em Nanchital, Vera Cruz, México, onde desenvolvemos novos processos, produtos e aplicações para diversos segmentos do mercado e que reuniam 297 funcionários em 31 de dezembro de 2019. Através destes centros, a Companhia coordena e executa programas de pesquisa e desenvolvimento, que incluem operações de: (1) plantas-piloto; (2) laboratórios de catálise, polimerização e ciência de polímeros; e (3) engenharia de processos e pesquisa com fontes renováveis.

A Braskem continua empreendendo esforços para desenvolver soluções de produtos a partir de matérias-primas renováveis por meio de projetos internos e colaborações e parcerias com terceiros diversos.

Em novembro de 2017, a Braskem e a dinamarquesa Haldor Topsoe, líder mundial em catalisadores e ciência de superfícies, assinaram um acordo de cooperação tecnológica para desenvolver uma rota pioneira de produção de monoetileno glicol (MEG) proveniente do açúcar. Com o acordo, a Braskem busca expandir sua carteira de produtos renováveis para oferecer novas soluções que complementam seu polietileno a partir de matéria-prima renovável comercializada com o selo I'm greenTM.

Em 2019, para acelerar seus esforços com relação a soluções em economia circular, a Companhia criou uma plataforma de inovação em reciclagem para fortalecer a reputação da Companhia como líder em sustentabilidade. A plataforma coordena todos os esforços com relação à reciclagem química e mecânica de resíduos plásticos, com intenção de converter plástico pós consumo em resinas recicladas. O foco da Companhia é expandir seu portfólio com resinas recicladas certificadas.

Manutenção

A maior parte dos nossos serviços de manutenção é realizada por terceiros. A título exemplificativo, mantemos contratos com a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), uma subsidiária do acionista controladora da Companhia, Odebrecht, a Asea Brown Boveri Ltd., Rip Serviços Industriais S/A, Sulzer Ltda. e outros prestadores de serviço tendo por objeto a manutenção da Unidade de Petroquímicos Básicos dos Polos de Camaçari e de Triunfo. Realizamos, ademais, algumas de nossas atividades de manutenção periódica, através de nossa pequena equipe de técnicos de manutenção, aos quais incumbe também coordenar o planejamento e a execução dos serviços de manutenção realizados por terceiros.

Unidade de Químicos

A manutenção periódica das plantas de químicos requer a paralisação total das plantas de tempos em tempos, sendo o trabalho geralmente concluído em 30 a 45 dias. Ocasionalmente procedemos a outras interdições breves de nossas operações sem afetar de maneira relevante nossa produção, principalmente para fins de manutenção, regeneração de catalisadores e limpeza de equipamentos. Além disso, como possuímos duas unidades independentes de Olefinas e duas unidades independentes de Aromáticos no Polo de Camaçari e duas unidades independentes de Olefinas no Polo de Triunfo, podemos dar continuidade à produção de químicos sem interrupção, ainda que certos serviços de manutenção estejam em curso.

Programação das próximas paradas:

- unidades Olefinas e Aromáticos do Polo de São Paulo em 2020;

- unidades Olefinas 1 e Aromáticos 1 do Polo de Triunfo em 2021;
- unidades Olefinas 2 e Aromáticos 2 do Polo de Camaçari em 2023; e
- unidade Olefinas do Polo do Rio de Janeiro em 2024.

Plantas da Unidade de Poliolefinas, Vinílicos e EUA e Europa

A Companhia mantém um programa de manutenção periódica de cada uma das plantas de poliolefinas. A produção em cada uma das plantas da Unidade de Poliolefinas é em geral interrompida por 7 a 20 dias a cada 2 a 3 anos para permitir vistoria e manutenção periódicas. Além disso, são feitas outras breves interrupções para fins de manutenção que não afetam de maneira relevante a produção de poliolefinas. É feita a coordenação dos ciclos de manutenção das plantas de poliolefinas com aqueles das plantas de petroquímicos básicos. Embora as instalações de químicos precisem ser fechadas por até 30 dias para manutenção, as instalações de poliolefinas podem ser fechadas por períodos menores, já que sua operação e manutenção são menos complexas que as das instalações de químicos. Da mesma forma, as unidades dos EUA e Europa procuram coordenar os ciclos de manutenção com as rotinas dos seus maiores fornecedores.

Dispomos de um programa de manutenção periódica para cada uma de nossas plantas de vinílicos. Nossas plantas de PVC de Camaçari e Alagoas são em geral paralisadas por 15 a 20 dias a cada dois anos, permitindo sua vistoria e manutenção periódica. Nossa planta de soda cáustica e cloro de Alagoas para uma vez por ano, durante três dias, para manutenção de diferentes partes da planta. A planta de soda cáustica e cloro de Camaçari não requer paralisações prolongadas para manutenção, sendo paralisada durante dois ou três dias a cada ano.

Legislação ambiental

A Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas, está sujeita a severas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo e disposição de resíduos sólidos e perigosos e à descarga de poluentes no ar, na água e no solo. Os produtores petroquímicos estão algumas vezes sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

As despesas anuais consolidadas da Companhia com atendimento ao controle ambiental somaram R\$ 369,8 milhões em 2019, R\$ 329,3 milhões em 2018 e R\$ 330,1 milhões em 2017, que incluíram investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivos ambientais e outras despesas ambientais.

Os custos e investimentos relacionados a questões de meio ambiente, saúde ou segurança estão sujeitos a exigências regulatórias em desenvolvimento, e dependerão do momento de promulgação e entrada em vigor de normas específicas que imponham as exigências.

Atendimento às Leis Ambientais no Brasil

O governo brasileiro promulgou uma Lei de Crimes Ambientais em 1998 impondo sanções criminais a pessoas físicas e jurídicas que causem danos ambientais. As pessoas jurídicas que estiverem poluindo poderão ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser impedidas de firmar contratos com o governo, ser obrigadas a reparar os danos por elas causados e perder o direito a certos benefícios e incentivos fiscais. Os diretores, conselheiros e demais pessoas físicas poderão cumprir penas de até cinco anos de detenção por crimes ambientais.

A Companhia toma todas as medidas razoáveis para garantir que suas operações atendam, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. Os processos de auditoria interna e o sistema de gestão em prática da Companhia têm por objetivo garantir que as licenças que vencerão sejam renovadas de forma tempestiva. No entanto, mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis poderão exigir que a Companhia revise suas normas, o que pode levar tempo para ser implementado. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Ademais, a Companhia e alguns de seus diretores receberam notificações eventuais referentes a violações ambientais de menor gravidade e estão ou estiveram sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras.

Licenças de funcionamento

As leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças e alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças e alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$ 500 a R\$ 50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor sanções civis e criminais.

Cada estado no qual operamos possui suas próprias regras ambientais e as autoridades de cada estado emitiram permissões de operação que devem ser renovadas periodicamente. Além disso, todos os projetos de instalação e operação de instalações industriais no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro estão sujeitas a aprovação de diversas agências de proteção ambiental, que devem aprovar os projetos instalados anteriormente ao início das operações, além de renovar tais aprovações periodicamente. As autoridades estaduais emitiram permissões de operações para todas plantas, conforme segue: Polo de Camaçari (BA), Polo de Triunfo (RS), Polo de São Paulo e unidades de Cubatão, Santo André, Mauá e Paulínia (SP), Polo do Rio de Janeiro (RJ) e plantas de Alagoas (AL). A Companhia envia todos os esforços razoáveis para garantir que suas operações no Brasil estejam em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais brasileiros atualmente em vigor e que ela tenha um processo de auditoria interna e um sistema de gestão em prática que assegure que as licenças que vencerão sejam renovadas de forma tempestiva.

Resíduos industriais

A Companhia Riograndense de Saneamento, ou Corsan, companhia estatal do meio ambiente, opera um sistema integrado para o tratamento de efluentes líquidos, ou Sitel, no Complexo Petroquímico de Triunfo. O Sitel trata a água residual gerada pela Companhia e por outros produtores petroquímicos em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada no Complexo Petroquímico de Triunfo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição de água residual contaminada. A água residual gerada pela Companhia no Polo do Rio de Janeiro é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição da água residual contaminada. Os resíduos sólidos perigosos são coprocessados em fornos de cimento ou incinerados, enquanto outros tipos de resíduos sólidos são despejados em aterros sanitários aprovados pela Companhia.

A água residual gerada pela Companhia no Polo de São Paulo é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também conta com um sistema de coleta e descarte de água residual contaminada, enquanto resíduos perigosos gerados no Polo de São Paulo são incinerados em fornos de cimento e outros tipos de resíduos sólidos são descartados em aterros sanitários.

Nas instalações da Companhia na Bahia, toda a água residual é transportada para a instalação de tratamento de água residual da Companhia na Cetel. Os resíduos sólidos e líquidos perigosos são incinerados em altas temperaturas e os resíduos sólidos não perigosos são coprocessados e enviados a clientes de cimento para serem utilizados como energia em fornos de cimento.

No Complexo de Alagoas, os resíduos organoclorados são incinerados, formando vapor e efluentes. Todos os efluentes passam pela estação de tratamento localizada no complexo. Os resíduos sólidos são separados e descartados em aterros.

Além disso, a Companhia possui uma série de programas de reciclagem, que incluem a reciclagem de resíduos sólidos e efluentes. A Companhia recicla ou reutiliza 42,9 % do resíduo sólido gerado por suas instalações e 25,3 % da água utilizada em seus processos de produção.

Mercurio

Em 31 de dezembro de 2019, a Braskem possuía uma planta de cloro-soda na Bahia baseada na tecnologia de célula de mercúrio. Em 20 de abril de 2020, a planta de cloro-soda da Companhia na Bahia foi fechada após o fim da vida útil da instalação e será descomissionada. A estratégia de descomissionamento preferencial envolve a descontaminação e demolição da estrutura e a Companhia atualmente está planejando as estratégias mais apropriadas para destinação de resíduos e remediação de áreas contaminadas, que espera que sejam implementadas logo após o fechamento da planta.

Cumprimento da Legislação Ambiental dos Estados Unidos

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos que disciplinam a descarga de efluentes, armazenagem, manejo, gestão, transporte e descarte de material perigoso, resíduos industriais e outros materiais no ambiente; o uso, armazenagem e manejo de vários tipos de produtos e materiais; e proteção da saúde e segurança e do meio ambiente. Em muitos casos, licenças específicas devem ser obtidas para tipos específicos de operações, emissões ou descartes. Por exemplo, as instalações nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia devem manter diversas permissões relativas à qualidade do ar e tratamento de água residual industrial, e cumprir com as exigências regulatórias relativas à gestão de resíduos. A Companhia detém as permissões necessárias para operar suas instalações. A Companhia toma todas as medidas razoáveis para garantir que suas operações nos Estados Unidos atendam em todos os aspectos relevantes às leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais em vigor naquele país.

Como ocorre com o setor petroquímico dos Estados Unidos em geral, o cumprimento das leis e regulamentos existentes e previstos aumenta o custo total de operação das atividades das plantas nos EUA, incluindo custos operacionais e custos de capital para construir, manter e modernizar equipamentos e dependências. Essas leis e regulamentos exigem e prevê-se que continuarão a exigir que a Companhia incorra em dispêndios de capital e despesas.

A Clean Air Act, lei promulgada em 1990 nos Estados Unidos, determina que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) deve estabelecer as Normas Nacionais de Qualidade do Ar Ambiente (NAAQS) para poluentes considerados prejudiciais à saúde pública e ao meio-ambiente. A Clean Air Act requer uma revisão periódica dos conceitos científicos nos quais as normas são baseadas, e das normas em si. NAAQS para o ozônio e partículas finas (conhecidas como PM_{2.5}), promulgadas pela EPA, resultaram na identificação de áreas de não conformidade em todo o país, entre elas determinadas áreas nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia, locais onde a Braskem America opera instalações. Como resultado dessas designações de não conformidade pela EPA, as agências locais ou estaduais de controle da poluição do ar irão aplicar exigências de licenciamento e/ou controle com o objetivo de reduzir emissões de precursores de ozônio (óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis) e partículas finas (inclusive das normas precursoras PM_{2.5}), de forma a demonstrar o cumprimento das NAAQS aplicáveis. Tais exigências podem incluir a imposição de exigências de compensação e poderiam resultar em maiores exigências de controle de emissões. Além disso, em 24 de agosto de 2016, a EPA finalizou as exigências para órgãos estaduais e locais encarregados da norma atual PM_{2.5} NAAQS. Tais exigências podem levar a exigências adicionais específicas por estado, visando reduzir as taxas de emissão permitidas pelo PM_{2.5} ou normas precursoras de poluentes. Em outubro de 2015, a EPA reduziu o limite NAAQS primário e secundário para ozônio de 0,075 ppm para 0,070 ppm. Tais exigências estaduais específicas seriam aplicáveis através de processos plurianuais. Quaisquer regulações implementando a mudança não devem entrar em vigor nos próximos anos.

Além das exigências de licenciamento e/ou controle que podem resultar da implementação das NAAQS em nível estadual e municipal, a EPA pode promulgar novos ou revisados Padrões de Desempenho de Fontes Novas ou Padrões de Emissão Nacional de Poluentes Perigosos federais que seriam aplicados a certas operações e podem exigir a instalação ou modernização dos equipamentos de controle a fim de satisfazer os limites aplicáveis de emissões e/ou normas operacionais segundo tais programas regulatórios. Os regulamentos atualmente propostos pela EPA nessa área não seriam especificamente aplicáveis às operações da Braskem America.

Adicionalmente, existem diversas medidas legislativas e reguladoras a respeito de emissões de gases do efeito estufa em várias etapas de análise, discussão ou implantação pelo Congresso dos Estados Unidos e pela EPA. Em outubro de 2015, a EPA concluiu novas regulamentações (conhecidas como Plano de Energia Limpa) visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa de unidades geradoras elétricas atuais, novas e reformadas. Em fevereiro de 2016, a Suprema Corte suspendeu a implementação do Plano de Energia Limpa aguardando análise judicial. Em 16 de outubro de 2017, a EPA propôs a revogação do Plano de Energia Limpa, mas tal proposta não foi finalizada. Em 21 de agosto de 2018, a EPA propôs a substituição do Plano de Energia Limpa pela Norma de Energia Limpa Acessível. Embora neste momento não seja possível prever o impacto final dessas regulamentações sobre a Braskem America e a indústria petroquímica dos Estados Unidos em geral, elas poderiam acarretar no aumento dos custos de utilidades incorridos na operação e manutenção das instalações da Companhia nos Estados Unidos. Ademais, os regulamentos futuros que venham a limitar as emissões de gases do efeito estufa ou o teor de carbono de produtos, que visem setores específicos como o da fabricação de produtos petroquímicos, poderiam afetar negativamente a capacidade da Companhia de levar adiante as atividades da Braskem America, podendo também fazer diminuir a demanda de seus produtos. Os regulamentos atualmente propostos pela EPA nessa área não seriam especificamente aplicáveis às operações da Braskem America.

Cumprimento da Legislação Ambiental do México

A Braskem Idesa no México está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que disciplinam a descarga de efluentes e emissões no ambiente; a geração, armazenamento, manejo, gestão, transporte e descarte de resíduos perigosos, resíduos industriais e outros tipos de resíduos; o uso, armazenamento e manejo de diversos tipos de produtos e materiais; e a proteção da saúde humana, segurança e meio ambiente. Licenças específicas podem ser exigidas para certos tipos de operações.

A Produção de Eteno e Misturas De Hidrocarbonetos Aromáticos requer permissão da Secretaria de Energia e Comissão Federal sobre Riscos Sanitários (COFEPRIS) relacionada à gestão de riscos e saúde pública. A legislação mexicana regulamenta a emissão de partículas, ozônio, fontes fixas e tudo o que for relacionado a gases do efeito estufa. Existem ainda leis sobre recursos hídricos, tratamento de efluentes e condições específicas para descarte dos efluentes. A Companhia toma todas as medidas razoáveis para garantir que suas operações no México atendam em todos os aspectos relevantes às leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais em vigor naquele país.

No México, a Procuradoria Federal de Proteção ao Meio Ambiente (PROFEPA) verifica o cumprimento dos regulamentos e licenças do país por meio de auditoria.

A violação de regulamentos mexicanos pode levar a multas econômicas e sanções administrativas, incluindo a parada de operações em determinados casos.

Cumprimento da Legislação Ambiental na Alemanha e na União Europeia

As operações da Companhia na Alemanha estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais alemãs, bem como regulamentos que regem a descarga de efluentes e emissões no meio ambiente, bem como o manuseio e descarte de resíduos industriais ou relacionados à proteção do meio ambiente e gestão de resíduos. As operações da Companhia na Alemanha atendem em todos os aspectos materiais às leis ambientais alemãs federais, estaduais e locais, bem como os regulamentos em vigor.

Assim como no setor petroquímico da União Europeia em geral, o atendimento a leis e regulamentos alemães existentes e futuros aumenta o custo global de operar os negócios na Europa, inclusive custos operacionais e custos de construção, manutenção e atualização de equipamentos e instalações. Tais leis e regulamentos exigem, e devem continuar a exigir, que a Companhia realize gastos de capital e de despesas.

Nas instalações de Schkopau e Wesseling na Alemanha, a Companhia deve manter permissões de gestão de ar, radiação, água residual e resíduos emitidas. A Companhia detém todas as permissões necessárias.

Além disso, as instalações em Wesseling e Schkopau, na Alemanha, estão sujeitas aos regulamentos europeus relativos a gases do efeito estufa e um programa de limite e comercialização de tais emissões. A Companhia adquiriu créditos suficientes de CO₂ para compensar as emissões das operações até 2019/2020, considerando condições normais de operação. A Companhia irá adquirir qualquer licença adicional necessária para o mercado de comercialização de emissões. A Companhia não possui conhecimento de qualquer nova regulamentação ambiental que possa afetar de forma relevante suas operações na Europa. Da mesma forma, a Companhia não pode estimar o potencial impacto financeiro de quaisquer regulamentos futuros da União Europeia ou da Alemanha.

Sustentabilidade

Em abril de 2018, o conselho de administração da Companhia aprovou a sua política de desenvolvimento sustentável global. O objetivo da política é incentivar o crescimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social através do desenvolvimento de soluções sustentáveis relacionadas à produção de produtos químicos e plásticos. Com relação a tais objetivos, a Companhia desenvolveu uma abordagem baseada em três frentes: (1) busca e desenvolvimento de fontes e operações sustentáveis, (2) desenvolvimento e entrega de um portfólio de produtos e serviços sustentáveis, e (3) parceria com clientes para a oferta de soluções sustentáveis que beneficiem a sociedade como um todo.

Economia Circular

Em linha com o propósito da Companhia de contribuir para a transição de uma economia linear para uma economia circular, demonstrando efetivamente o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Braskem anunciou o seu posicionamento global chamado de “Posicionamento da Braskem em Economia Circular”.

Através desse posicionamento, a Braskem assumiu o compromisso voluntário de que todas as suas unidades industriais adotem as melhores práticas para reduzir ainda mais a perda de pellets (matéria-prima para a produção

de produtos plásticos, formato através do qual a maioria dos seus produtos são comercializados) nos seus processos industriais até 2020 e aderiu aos compromissos setoriais de trabalhar para que a totalidade das embalagens plásticas sejam reutilizadas, recicladas ou recuperadas até 2040.

No posicionamento, a Braskem anunciou ainda as principais iniciativas globais para o atingimento dessas metas, sendo elas: (i) trabalhar com os clientes e cadeias de valor na concepção de novos produtos para ampliar a eficiência, a reciclagem e a reutilização; (ii) aumentar o investimento em produtos renováveis; (iii) desenvolver e apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e da cadeia de reciclagem; (iv) programas de engajamento de consumidores em consumo consciente, descarte correto e reciclagem; (v) utilização de ferramentas científicas para escolher as opções mais sustentáveis; (vi) adoção de indicadores de reciclagem para embalagens plásticas; (vii) parcerias para a compreensão, prevenção e solução do problema do lixo nos mares; e (viii) incentivo a políticas para melhoria da gestão de resíduos.

Imobilizado

Nossos imóveis consistem principalmente de instalações de produção de petroquímicos em:

- Camaçari, no estado da Bahia;
- Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul;
- Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro;
- São Paulo, Paulínia, Cubatão, Santo André e Mauá, no estado de São Paulo;
- Maceió e Marechal Deodoro, no estado de Alagoas;
- nos Estados Unidos em La Porte, Freeport e Seadrift, estado do Texas; Marcus Hook, estado da Pensilvânia; Neal e West Virginia;
- na Alemanha, em Schkopau e Wesseling; e
- no México, em Coatzacoalcas.

Para mais informações, vide Nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ao final deste relatório.

A sede executiva da Companhia está localizada em São Paulo, estado de São Paulo, com um escritório de apoio administrativo na cidade de Salvador, Bahia. A Companhia também tem participações em investimentos localizados em outras partes do país. Todas as instalações de produção são de propriedade da Companhia, mas em geral os escritórios administrativos são alugados.

A tabela a seguir apresenta os imóveis da Companhia em 31 de dezembro de 2019 segundo a localização das instalações, o tipo de produtos e a dimensão da planta.

Tipo de produto ou serviço	Local das instalações	Dimensão da planta <i>(em hectares)⁽¹⁾</i>
Químicos.....	Triunfo	152,8
Químicos.....	Santo André	74,1
Químicos.....	Camaçari	65,5
Químicos.....	Duque de Caxias	53,0
Químicos.....	México	23,6
Polipropileno	Paulínia	39,7
Polietileno	Triunfo	30,5
Polietileno	Camaçari	24,5
Polietileno	Cubatão	17,6
Polietileno	Santo André	15,8
Polietileno	Duque de Caxias	15,0
Polietileno	México	14,9

Tipo de produto ou serviço	Local das instalações	Dimensão da planta (em hectares) ⁽¹⁾
Polipropileno	La Porte, Texas	87,0
Polipropileno	Neal, West Virginia	27,1
Polipropileno	Mauá	15,8
Polipropileno	Duque de Caxias	15,0
Polipropileno	Camaçari	13,2
Polipropileno	Triunfo	10,0
Polipropileno	Marcus Hook, Pensilvânia	6,9
Polipropileno	Freeport, Texas	8,9
Polipropileno	Seadrift, Texas	2,5
Polipropileno	Schkopau, Alemanha	3,7
Polipropileno	Wesseling, Alemanha	26,0
Soda cáustica/cloro	Maceió	15,0
PVC/soda cáustica/cloro	Camaçari	12,6
PVC	Marechal Deodoro	186,7
Centro de distribuição	Vila Prudente/Capuava	3,2

(1) Um hectare equivale a 10.000 metros quadrados.

Acreditamos que todas as nossas instalações de produção estejam em boas condições de funcionamento. Em 31 de dezembro de 2019, o valor líquido contábil consolidado do ativo imobilizado perfazia R\$ 32.315,2 milhões.

As seguintes propriedades estão hipotecadas ou empenhadas em garantia de algumas de nossas operações financeiras: (1) planta de químicos e planta de polietileno no Polo de Triunfo; (2) planta de cloro-soda e planta de PVC no Polo de Camaçari; (3) planta de químicos e planta de polietileno no Polo de São Paulo; (4) planta de cloro-soda e planta de PVC no estado de Alagoas; (5) planta de químicos, planta de polietileno e planta de polipropileno no Polo do Rio de Janeiro; e (6) planta de químicos e plantas de polietileno localizadas no México.

Seguros

Além das apólices descritas abaixo para nossas operações domésticas e internacionais, mantemos outras apólices de seguro para riscos específicos, como cobertura geral e responsabilidade por produto, cobertura de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, acidentes de trabalho, carga marítima e transportadoras, entre outros.

Acreditamos que nossa cobertura de seguro seja razoável em termos de valores e compatível com os padrões aplicáveis a companhias com operação no setor químico global.

Operações no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha

A Companhia mantém seguros para todas as suas plantas contra danos materiais e consequente interrupção de atividades por meio de apólices abrangentes contra “todos os riscos”.

O programa de seguro contra “todos os riscos” para as nossas plantas no Brasil possui valor de reposição total de US\$ 34,5 bilhões para danos à propriedade. O programa de seguro foi contratado através de apólices diversas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha junto a grandes seguradoras. Tais seguradoras são a Mapfre (rating S&P BBB+), Inbursa (rating S&P AAA) e FM Global (rating S&P A+). As apólices atuais são válidas até abril de 2020.

A tabela abaixo mostra as informações adicionais relacionadas às apólices de seguro contra riscos.

Apólice / Região US\$ bilhões	Valor em risco — Dano à Propriedade	Dano à Propriedade Combinado e Limite de Interrupção do Negócio	Comentários
Brasil	26,4	3,4	—
México ⁽¹⁾	6,1	2,9	—
EUA e Alemanha.....	2,0	0,5	O limite aumentou de US\$ 330 milhões para US\$ 500 milhões

(1) Inclui cobertura contra atos de terrorismo.

As apólices oferecem cobertura para perdas causadas por ou oriundas de acidentes com incêndios, explosão e panes em maquinário, entre outros, e a consequente interrupção do negócio, com períodos de indenização de no máximo 12 a 33 meses, dependendo na planta e/ou da cobertura.

Como parte de seu programa, a Companhia também possui seguros de responsabilidade civil geral e para produtos para suas operações, que cobrem perdas por danos para terceiros causados por suas operações e produtos. A Braskem possui cobertura para passivos ambientais e atividades de remediação como custos com limpeza. Essas apólices possuem limite de US\$ 50 milhões para o México, US\$ 50 milhões para o Brasil e US\$ 25 milhões para Estados Unidos e Alemanha (cobertura inclusa nas apólices de responsabilidades civis gerais + guarda-chuva).

Novos projetos podem ser segurados contra Todos os Riscos de Construção/Montagem sob apólices de propriedade existentes, ou por apólice separada específica para o projeto.

A Companhia está exposta significativamente a riscos operacionais, e a sua política de seguros exige que a cobertura de seguro seja contratada através de um programa de seguro complexo envolvendo diversas seguradoras e resseguradores no mercado, as quais possuem capacidade limitada e variável para oferecer apólices de seguro ao longo do tempo. Para buscar alternativas para a composição de proteções, foi identificada a possibilidade de transferência de riscos operacionais através da seguradora mútua “OIL”. A OIL é líder global no setor de energia, nos segmentos de óleo e gás, refino, químicos e petroquímicos, energia elétrica e mineração, contando com US\$ 3 trilhões de ativos segurados e um portfólio seletivo de segurados. Além de fornecer uma capacidade estável para a Braskem, a OIL conta com uma estrutura na qual há cooperação recíproca entre os segurados que participam em um ambiente de risco conhecido, além de um custo administrativo menor se comparado ao mercado de seguros comercial, oferecendo prêmios menos voláteis e potencialmente mais competitivos.

Conformidade

A Braskem adotou uma Política de Conformidade na Atuação com Ética, Integridade e Transparência e diversas políticas internas criadas para orientar seus administradores, funcionários e terceiros e reforçar seus princípios e normas de comportamento ético e conduta profissional. A Companhia mantém ainda um Canal de Ética, disponível para funcionários e não funcionários. Todas as denúncias são investigadas e encaminhadas para avaliação do Comitê de Ética.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia identificou uma deficiência material em seu ambiente de controle: recursos insuficientes com nível adequado de conhecimento, treinamento, domínio e competências proporcional às

nossas exigências de divulgação financeira. Isso resultou em uma deficiência material na avaliação de riscos da Companhia, uma vez que não tinha os recursos necessários para efetivamente projetar e executar seus processos e controles da avaliação de riscos. Além disso, conforme descrito abaixo, a Companhia tinha vários controles ineficientes que também indicavam a existência de deficiências materiais em seus componentes de informações, comunicação e monitoramento dos controles internos das divulgações financeiras. Essas deficiências materiais resultaram nas seguintes deficiências de controle que foram deficiências materiais ou formaram deficiências materiais: (i) projeto e operação ineficientes dos controles gerais de tecnologia da informação (GITCs) relacionados à gestão de mudança de acesso de usuário e de programas sobre alguns sistemas operacionais de TI, bases de dados e aplicativos acessórios que dão suporte aos processos de divulgação financeira da Companhia, resultando em controles de processos de negócios dependentes dos sistemas de TI afetados, especificamente a completude e a precisão das informações desses sistemas, também considerados ineficientes por causa do impacto negativo sobre eles. Além disso, existiam controles ineficazes com relação aos relatórios do sistema de ERP da Companhia e a ausência de controle com relação às planilhas usadas na operação de determinados controles; (ii) projeto e operação ineficientes de controles dentro do processo de divulgação financeira que inclui a consolidação, a análise de transações complexas e incomuns, a revisão de lançamentos manuais no livro diário e a preparação e revisão das demonstrações financeiras, incluindo a aplicação técnica dos princípios contábeis geralmente aceitos e a aplicabilidade de divulgações exigidas; (iii) operação ineficiente de controles com relação às contingências legais relacionadas principalmente à completude da avaliação de contingências legais; (iv) operação ineficiente dos controles sobre a contratação e pagamento de serviços jurídicos; (v) controles ineficazes sobre a quantidade de produtos enviados para operações de vendas. Vide “Item 15. Controles e Procedimentos”. A administração está envolvida ativamente no desenvolvimento e implementação de esforços de remediação para correção das deficiências descritas acima.

Além disso, a Companhia implementou e aprimorou procedimentos e atividades de controle que permitiram solucionar uma deficiência material descrita no relatório anual de 2018 do Formulário 20-F: em 2019, o departamento de matéria-prima implementou novos controles com relação à supervisão de compras e pagamentos de matérias-primas. Estes controles conseguiram garantir que a matéria-prima recebida dos fornecedores fosse adequada em termos de quantidade e qualidade. Estes esforços garantiram a remediação de deficiências relevantes relacionados a projeção de controles ineficazes da compra de matérias-primas. A Companhia implementou essas medidas de remediação e testou os controles relacionados com sucesso. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu que essas deficiências materiais descritas em seu relatório anual no Formulário 20-F do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram remediadas. Vide “Item 15. Controles e Procedimentos”.

ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO SOLUCIONADOS DOS FUNCIONÁRIOS

Não se aplica.

ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A discussão a seguir acerca da situação financeira da Companhia e seus resultados operacionais deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e referentes aos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, incluídas neste relatório anual, bem como com as informações constantes de “Apresentação de informações financeiras e outras informações” e do “Item 3. Principais informações—Dados financeiros selecionados”.

A discussão a seguir contém declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas, especialmente com relação à recente pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e impactos relacionados em resultados operacionais históricos e futuros e condição financeira da Companhia. Os resultados efetivos da Companhia poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nas declarações prospectivas em decorrência de vários fatores, inclusive daqueles que constam da seção "Advertência sobre declarações prospectivas", dos que constam do "Item 3: Informações Principais—Fatores de Risco."

Visão geral

O resultado das operações foi influenciado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e continuará a ser influenciado no futuro por diversos fatores, tais como:

- O crescimento do PIB nas regiões em que a Companhia opera foi como segue:
 - o PIB do Brasil registrou crescimento de 1,1% em 2019, comparado a 1,1% em 2018 e 1,0% em 2017, o que impactou a demanda pelos nossos produtos e, consequentemente, nosso volume de vendas;
 - o PIB dos EUA registrou crescimento de 2,3% em 2019, comparado a 2,9% em 2018 e 2,5% em 2017, o que impactou a demanda pelos nossos produtos e, consequentemente, nosso volume de vendas;
 - o PIB da Europa registrou crescimento de 1,2% em 2019, comparado a 2,2% em 2018 e de 2,5% em 2017, o que impactou a demanda pelos nossos produtos e, consequentemente, nosso volume de vendas;
 - o PIB do México contraiu 0,1% em 2019, comparado com um crescimento de 2,1% em 2018 e de 2,0% em 2017, o que impactou a demanda pelos nossos produtos e, consequentemente, nosso volume de vendas; e
 - De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões;
- expansão da capacidade global de produção dos produtos vendidos pela Companhia e a taxa de crescimento da economia global;
- preço da nafta, a principal matéria-prima da Companhia, no mercado internacional, expresso em dólares norte-americanos, que tem um efeito significativo no custo de produção dos nossos produtos e que apresentou volatilidade nos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2019, variando entre US\$ 447 e US\$ 563 por tonelada em 2019, US\$ 463 e US\$ 676 por tonelada em 2018 e US\$ 400 e US\$ 571 por tonelada em 2017;
- preços internos médios dos principais produtos da Companhia em dólares norte-americanos, que apresentam flutuação significativa, com base nas oscilações dos preços internacionais desses produtos que, por sua vez, têm alta correlação com os custos de matérias-primas;
- taxas de utilização da capacidade das centrais petroquímicas da Companhia, que diminuiu em 2019 em virtude: (i) da diminuição na taxa de utilização da central petroquímica na Bahia, resultante do fechamento das plantas de cloro-soda e dicloroetano em Alagoas; (ii) da parada programada de uma das linhas de produção da Companhia na central petroquímica da Bahia no quarto trimestre de 2019; (iii) da diminuição da taxa de utilização das centrais petroquímicas no Rio Grande do Sul, devido a problemas logísticos; e (iv) da queda na lucratividade marginal das exportações de resina da Companhia;
- política industrial governamental;
- variações da taxa de câmbio real/dólar, incluindo a desvalorização do real frente ao dólar de 4,0% em 2019 e 14,5% em 2018, comparada a uma valorização de 8,3% em 2017;

- nível da dívida em aberto da Companhia, oscilações nas taxas de juros referenciais no Brasil, o que afeta as despesas de juros sobre a dívida em reais a juros variáveis e a receita financeira sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa, e oscilações na taxa LIBOR, que afetam as despesas de juros sobre a dívida em dólares a juros variáveis;
- taxa de inflação no Brasil, que foi de 7,7% em 2019, 7,1% em 2018, e -0,4% em 2017, sempre de acordo com o índice IGP-DI, e efeitos da inflação sobre as despesas operacionais em reais e a dívida expressa em reais que é corrigida pelos efeitos da inflação ou remunerada a juros parcialmente ajustados pela inflação; e
- políticas fiscais e obrigações fiscais.

A situação financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por um elenco de fatores que incluem:

- nossa capacidade de gerar fluxos de caixa a partir de nossas operações e nossa liquidez;
- a taxas de juros em vigor nos mercados nacional e internacional e flutuação das taxas de câmbio, que afetam o serviço da nossa dívida;
- nossa capacidade de continuar tomando empréstimos de instituições financeiras internacionais e nacionais e de vender nossos títulos de dívida nos mercados de capitais no Brasil e no exterior, que é influenciada por uma série de fatores discutidos adiante, incluindo o efeito prejudicial no novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia mundial e sobre o negócio, a situação financeiro e os resultados operacionais da Companhia;
- nossas necessidades de investimento de capital, que consistem primordialmente na manutenção de nossas instalações operacionais, na expansão da capacidade de produção e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento; e
- a exigência, em consonância com a legislação societária brasileira e nossos estatutos, de pagar dividendos anuais em montante equivalente a pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, a menos que o conselho de administração considere tal prática incompatível com a situação financeira da Companhia e que essa decisão do conselho seja ratificada pelos acionistas.

Acontecimentos recentes

Impacto do novo coronavírus (COVID-19)

A disseminação rápida e global do novo coronavírus (COVID-19) gerou uma interferência econômica global e incertezas, incluindo para o negócio da Companhia.

Em março de 2020, considerando a evolução da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), formamos um comitê de crise com o objetivo de estabelecer procedimentos globais com foco na saúde dos membros da equipe e a continuidade das operações da Companhia. A Companhia tomou as seguintes medidas: (i) recomendação de que todos os membros da equipe e terceirizados trabalhassem remotamente; (ii) definição de uma equipe mínima nas áreas industriais para garantir questões de segurança e continuidade operacional; (iii) proibição de todas as viagens de negócios nacionais e internacionais, exceto em casos excepcionais; (iv) determinação de quarentena pessoal para qualquer membro de equipe ou terceirizado que tenha retornado de uma viagem internacional ou de áreas de alto risco, independentemente se viagem a negócio ou por motivos pessoais; (v) recomendação de que reuniões internas e presenciais com mais de 20 pessoas sejam evitadas e proibição de participação em eventos corporativos com 50 pessoas ou mais; (vi) recomendação de que terceirizados e fornecedores que não sejam rotineiros não visitem nossas instalações e proibição de acesso às nossas instalações por visitantes ou terceiros que venham de áreas de alto risco; (vii) criação de cronogramas em conjunto com clientes e comunidades locais para otimizar a distribuição dos produtos da Companhia de forma a ajudar a combater a pandemia.

Ademais, em linha com seus valores de segurança principais, a Companhia começou a operar suas plantas industriais com equipes reduzidas. A redução de aproximadamente 50% no número de membros das equipes industriais e terceirizados permitiu que a Companhia mantivesse suas equipes seguras ao mesmo tempo em que manteve a confiabilidade de suas operações.

As taxas de utilização das plantas da Companhia serão ajustadas considerando a demanda de mercado e o potencial de oportunidades para exportações para outras regiões que possam surgir, especialmente com a retomada das atividades na Ásia. A Companhia realizou os seguintes ajustes principalmente até agora:

- Brasil: redução na produção de eteno para aproximadamente 65% de sua capacidade total, que é de 3,6 milhões de toneladas por ano; e
- Estados Unidos: redução na produção de polipropileno para aproximadamente 85% de sua capacidade total, que é de 1,6 milhões de toneladas por ano.

A Companhia também tomou uma série de medidas para preservar a liquidez a fim de manter sua força financeira e resiliência como empresa, tais como:

- saque [*drawdown*] de sua linha de crédito rotativo no valor de US\$ 1 bilhão;
- redução de despesas administrativas em aproximadamente 10%;
- redução de investimentos planejados para 2020 de US\$ 721 milhões para US\$ 600 milhões;
- adiamento do pagamento de contribuições sociais no Brasil; e
- otimizações de capital de giro.

A Companhia realizou ações críticas em quatro frentes principais: (i) ações tomadas em conjunto com os clientes e parceiros comerciais da Companhia para transformar resinas plásticas e substâncias químicas em itens essenciais para combater o novo coronavírus (COVID-19), especialmente máscaras cirúrgicas, embalagem para álcool líquido e em gel, água sanitária e impressão 3D de hastes para máscaras de proteção; (ii) doação de GLP para hospitais; (iii) ações para apoiar clientes e cadeias de suprimento, especialmente empresas pequenas e médias; e (iv) doação de kits de higiene e cestas básicas para comunidades afetadas no entorno das plantas da Companhia.

Em 31 de março de 2020, a Companhia tinha um capital de giro líquido positivo de R\$ 5,8 bilhões, a maioria de seus passivos a vencer no longo prazo e 96,9% de sua dívida total era denominada em dólares norte-americanos, nos termos de sua política financeira. A Companhia está confortável com essa exposição ao dólar norte-americano, uma vez que parte significativa de sua renda a ser gerada nos próximos anos que poderia ser usada para pagar sua dívida está direta ou indiretamente denominada em dólares norte-americanos.

Durante períodos em que o real desvaloriza de forma significativa em relação ao dólar norte-americano, a Companhia está sujeita a um efeito adverso com a variação cambial em sua dívida, parte da qual é reconhecida em seus resultados para o período e parte da qual é incorporada em seu capital pelo mecanismo de contabilidade de hedge.

No primeiro trimestre de 2020, o real desvalorizou 29% em relação ao dólar norte-americano. A variação cambial negativa do trimestre gerará um efeito de caixa no vencimento dos passivos da Companhia, está concentrada no longo prazo dado ao perfil de vencimento da sua dívida e não coloca em risco sua posição de liquidez no contexto dos seus esforços para conter os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nos negócios da Companhia.

Devido às incertezas resultantes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) com relação à economia global, é impossível prever com exatidão os efeitos adversos no capital e posição financeira da Companhia e suas subsidiárias. A Companhia está avaliando continuamente os efeitos da pandemia, o que poderá fazer com que constitua provisões para redução do valor recuperável de ativos nos próximos trimestres.

Com base nos dados operacionais preliminares da Companhia para maio de 2020 e no impacto esperado, divulgado publicamente, sobre determinados setores em que seus clientes operam (como o setor de construção e o automotivo), a Companhia acredita que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) poderá afetar negativamente o seu negócio de diversas formas, incluindo, entre outros, com a redução do volume da sua produção, volumes de vendas e receita líquida, aumento de determinados custos e redução da sua margem bruta.

Vide “Item 3. Principais Informações—Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Companhia e à Indústria Petroquímica—Pandemias ou epidemias de saúde globais ou regionais, incluindo o novo coronavírus (COVID-19), podem afetar negativamente o negócio, condição financeira e resultado das operações da Companhia.”

Contratação de Linha de Crédito Rotativo

Em maio de 2018, a Braskem e várias de suas subsidiárias contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais para um valor principal de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão), com vencimento em maio de 2023. Em abril de 2020, a Companhia pegou emprestado o valor de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão) nesta linha de crédito. Na data deste relatório anual, o valor em aberto nos termos da linha de crédito era de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhões).

Contratos de Nafta com o Petrobras

Em junho de 2020, a Companhia celebrou novos contratos com a Petrobras para fornecimento de nafta petroquímica para as suas unidades industriais na Bahia e no Rio Grande do Sul. Os contratos, com prazo de cinco anos após o término do contrato atual com a Petrobras, estabelecem o fornecimento de um volume anual mínimo de 650 mil toneladas e, a critério da Petrobras, um volume adicional de até 2,8 milhões de toneladas por ano, pelo preço de 100% do preço referência ARA.

Além disso, para garantir acesso ao sistema de logística de nafta no Rio Grande do Sul, a Braskem também renovou o contrato de armazenamento com a Petrobras e o contrato de transporte e armazenamento com a Petrobras Transporte S.A.

Outros Acontecimentos

Em janeiro de 2020, o valor de R\$ 3,7 bilhões, que havia sido anteriormente congelado em 26 de junho de 2019 por decisão do juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, foi integralmente reembolsado à Companhia. Conforme divulgado em um fato relevante em 6 de janeiro de 2020, do valor de R\$ 3,7 bilhões, R\$ 1,7 bilhão foi transferido a uma conta bancária controlada pela Braskem especificamente para o financiamento do programa de compensação financeira e apoio à realocação, conforme previsto no acordo descrito abaixo. Para mais informações, consulte “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais—Alagoas – Atividades de Mineração”.

No dia 14 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas no valor de R\$40,0 milhões para a implementação de um Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais para residentes e trabalhadores nos bairros afetados pelo incidente geológico nos arredores da mina de sal da Companhia no estado de Alagoas. O programa consiste em suporte à construção de creches e escolas e à administração de programas de treinamento profissional, bem como suporte para iniciativas da defesa civil de contratação de profissionais capacitados para continuar o monitoramento das áreas de risco nos distritos afetados pelo incidente. Para mais informações, consulte “Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais—Alagoas – Atividades de Mineração”.

Apresentação financeira e políticas contábeis

Apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para cada exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório anual no Formulário 20-F não são equivalentes às demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, emitidas de acordo com as exigências das leis, dos regulamentos e das práticas contábeis do Brasil. A data de autorização da emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas é diferente da data em que as demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas no Brasil. Assim, há diferenças devido a eventos de ajuste e não ajuste subsequentes ao período de divulgação, nos termos da norma IAS 10 – Eventos subsequentes ao Período de Divulgação.

A emissão das demonstrações financeiras estatutárias (individuais e consolidadas) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada em 3 de abril de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

e as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), e as demonstrações foram arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 3 de abril de 2020.

Unidades de negócios e apresentação de dados financeiros das unidades

Acreditamos que a estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2019 refletia as atividades de negócios da Companhia e correspondia aos seus principais produtos e processos de produção. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cinco unidades de produção e segregou seus resultados em cinco segmentos correspondentes para refletir essa estrutura organizacional:

- *Químicos (anteriormente Petroquímicos Básicos)* - A unidade inclui (1) a produção e venda de químicos no Polo Petroquímico de Camaçari, no Polo Petroquímico de Triunfo, no Polo Petroquímico de São Paulo e no Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, e (2) nosso suprimento de utilidades produzidas nestes polos para produtores de segunda geração, inclusive alguns produtores detidos ou controlados pela Companhia.
- *Poliolefinas* - Este segmento inclui a produção no Brasil e a comercialização de polietileno, incluindo a produção de “polietileno verde” a partir de fontes renováveis, e polipropileno pela Companhia.
- *Vinílicos* - A unidade inclui a produção e venda de PVC e soda cáustica.
- *EUA e Europa* - Esse segmento inclui as operações das cinco plantas de polipropileno localizadas nos Estados Unidos e as operações das duas plantas de polipropileno na Alemanha.
- *México* - Este segmento inclui as operações das plantas de polietileno da Companhia no estado de Veracruz, México.

Principais Políticas Contábeis

A apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais em conformidade com as IFRS exige que façamos certas avaliações e estimativas sobre os efeitos de questões que possuem naturezas incertas e que afetem o valor contábil de nosso ativo e passivo. Os resultados efetivos poderão diferir dos resultados previstos. A fim de permitir um entendimento de como realizamos nossas avaliações e previsões de eventos futuros, inclusive as variáveis e pressupostos subjacentes às estimativas e a sensibilidade de tais avaliações a diferentes variáveis e condições, incluímos comentários relacionados às seguintes principais políticas contábeis nos termos das IFRS:

- *Redução ao valor recuperável e depreciação e amortização do ativo imobilizado e ativos não financeiros.* O saldo de ágio em 31 de dezembro de 2019 somava R\$ 2.058,9 milhões. O valor do imobilizado e de outros ativos não circulantes, incluindo o intangível (exceto ágio baseado em expectativa de lucratividade futura) é analisado em termos da possível redução ao valor de recuperação sempre que fatos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A recuperabilidade do valor do ágio, baseado em expectativa de lucratividade futura, é analisada anualmente. É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável pelo valor da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre (1) o valor justo do ativo menos custos de venda, e o (2) valor em uso. Para fins de avaliação de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem ingressos de caixa separadamente identificáveis, que possam ser unidades geradoras de caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tiverem sofrido uma redução ao valor recuperável são analisados para possível reversão da redução em cada data de relatório. Os testes de verificação de redução ao valor recuperável de ágio consideram as operações (1) no Polo de Triunfo, (2) no Polo de Camaçari e (3) na Unidade de Vinílicos.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos estavam agrupados de acordo com as seguintes UGC:

Brasil:

- UGC Polo de Camaçari (NE): engloba ativos das plantas de etileno e de PE localizadas na região nordeste;
- UGC Vinílicos: representada por ativos das plantas de PVC cloro-soda localizadas no Brasil;

- UGC Polo de Triunfo (NE): engloba ativos das plantas de etileno, propeno, PE e PP localizadas na região sul;
- UGC Polo Petroquímico do Rio de Janeiro (RJ): engloba ativos das plantas de etileno, propeno, PE e PP localizadas no estado do Rio de Janeiro;
- UGC Polo Petroquímico de São Paulo (SP): engloba ativos das plantas de etileno e PE localizadas nas cidades de Santo André e Cubatão, no estado de São Paulo;
- UGC Paulínia: engloba ativos da planta de PP localizada em Paulínia, no estado de São Paulo;
- UGC ABC, região da Grande São Paulo: engloba ativos da planta de PP localizada no estado de São Paulo;

Estados Unidos e Europa:

- UGC Polipropileno EUA: existem cinco plantas de PP localizadas nos Estados Unidos, os ativos de cada planta representam a UGC;
- UGC Polipropileno Europa: existem duas plantas de PP localizadas na Europa, os ativos de cada planta representam a UGC;

México:

- UGC México: composta por ativos das plantas de etileno e PE localizadas no México.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez um teste de redução do valor recuperável dos saldos de ágio mostrados na tabela abaixo:

	<u>Ágio</u>
	<i>(em milhares de reais)</i>
UGC	
Polo de Triunfo.....	1.390.741
Polo de Camaçari.....	475.780
Unidade de Vinílicos	192.353

A determinação do valor em uso envolve julgamentos e presunções para determinar o fluxo de caixa descontado conforme descrito na Nota 3.2.3(b) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas. O WACC adotado foi de 10,69% por ano. A taxa de inflação adotada para perenidade foi de 3,5%.

O valor recuperável baseado no valor justo menos o custo de alienação tem como base o fluxo de caixa descontado, compatível com uma perspectiva participativa de mercado, menos custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação. As principais presunções consideram uma taxa de desconto pós-tributo de 12,87% a.a. e uma taxa média de crescimento de 2% a.a.

Dado o impacto potencial sobre o fluxo de caixa da “taxa de desconto” e “perenidade”, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com base nas mudanças dessas variáveis, considerando +0,5% sobre a taxa de desconto e -0,5% sobre a perenidade. Com base nas análises conduzidas pela administração da Companhia, não houve necessidade de registrar perdas por redução ao valor recuperável em relação aos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	<u>+0.5% sobre a taxa de desconto</u>	<u>-0.5% sobre a perenidade</u>
	<i>(em milhares de reais)</i>	
UGC		
Polo de Triunfo.....	18.472.786	19.091.510

Polo de Camaçari.....	5.634.385	5.795.452
Unidade de Vinílicos	3.179.141	3.302.724

As principais premissas utilizadas para a projeção do fluxo de caixa referem-se às projeções para indicadores macroeconômicos, preços internacionais e globais e demanda local nos países onde a Braskem possui plantas de produção em operação.

Os indicadores macroeconômicos incluem itens como câmbio, inflação e taxas de juros, entre outros.

Os preços dos produtos petroquímicos são obtidos de projeções elaboradas pela IHS. No entanto, os preços finais levam em consideração as discussões em reuniões de comitês internos específicos e o conhecimento dos especialistas da Companhia na elaboração de referências para cada mercado. Na maioria dos casos, para um período projetado, os preços determinados internamente são revisados em relação aos projetados originalmente pela consultoria internacional.

Como no caso dos preços, dados de demanda global também são contratados de uma empresa de consultoria específica e, nos mercados em que a Companhia atua mais diretamente, são consideradas variáveis adicionais na definição da demanda local.

Não registramos redução ao valor recuperável nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, a administração entende que nenhuma unidade geradora de caixa corria risco de redução ao valor recuperável.

- *Avaliação de instrumentos financeiros derivativos.* A volatilidade do mercado de câmbio e da taxa de juros no Brasil gerou mudanças significativas nas cotações e taxas de juros futuras no curto prazo, provocando alterações relevantes no valor de mercado dos swaps e outros instrumentos financeiros. A Companhia utiliza swaps, contratos a termo e outros instrumentos financeiros derivativos para gerenciar os riscos atinentes a variações cambiais, de juros e do preço de commodities. Tais instrumentos são registrados ao valor justo de mercado estimado, com base nas cotações de mercado de instrumentos similares, que levam em consideração as curvas de mercado confiáveis de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de commodities.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.* O reconhecimento e o valor dos ativos de impostos diferidos dependem da geração futura de lucro tributável, que requer o uso de uma estimativa do desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão incluídas no plano de negócios da Companhia, sendo que as principais projeções variáveis são feitas com base na recomendação de consultorias externas especializadas e no desempenho histórico e planejamento estratégico da Companhia. São reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos de acordo com as diferenças entre o valor contábil nas demonstrações financeiras e a base tributária de ativos e passivos, usando as alíquotas de imposto em vigor. A possibilidade de recuperação de impostos e contribuições diferidos ativos é avaliada periodicamente, sendo seu valor contábil reduzido com base no lucro tributável histórico, lucro tributável projetado e época prevista de eventuais reversões das diferenças temporárias existentes. Se alguma das controladas da Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança relevante nas alíquotas de imposto efetivas no prazo em que as correspondentes diferenças tributárias passam a ser tributáveis ou dedutíveis, a administração avalia a necessidade de reduzir em parte ou no todo o valor contábil dos impostos e contribuições diferidos ativos.
- *Provisões e Contingências.* A Companhia é parte em numerosos processos judiciais e administrativos, conforme descrito no “Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais” e nas Notas 24 e 25 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

As provisões são registradas quando há obrigação vigente (legal ou contratual) em virtude de um evento passado, sendo mais provável que haja uma necessidade de saída de recursos para quitar a obrigação. Os passivos contingentes estão principalmente relacionados a discussões em processos judiciais e administrativos decorrentes em sua maioria de ações trabalhistas, societárias, cíveis e tributárias.

A administração da Companhia, baseada em sua avaliação e no parecer de consultores jurídicos externos, classifica esses processos com base na probabilidade de perda, conforme segue:

- perda provável: processos em relação aos quais existe uma maior probabilidade de perda do que de um resultado favorável;

- perda possível: processos em relação aos quais a possibilidade de perda é maior do que a remota e menor do que a provável. Para essas ações, a Companhia não reconhece uma provisão e divulga as questões mais relevantes na nota 24.2 das suas demonstrações financeiras auditadas.

As provisões para ações trabalhistas, societárias, cíveis e tributárias correspondem ao valor da causa, mais encargos no valor estimado das perdas prováveis. Nos termos da norma IFRS 3, na data de aquisição em operações de combinação de negócios, um passivo contingente é registrado quando representa uma obrigação vigente.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relativas aos resultados dos processos e à possibilidade de desembolsos futuros podem variar conforme os seguintes fatores: (i) tribunais superiores podem proferir decisão em um caso similar envolvendo outra companhia, adotando uma interpretação final da matéria, adiantando o término do processo envolvendo a Companhia, sem desembolso ou necessidade de qualquer acordo financeiro no processo; e (ii) programas para o incentivo do pagamento de dívidas no Brasil nas esferas estadual e federal, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso menor do que aquele reconhecido na provisão ou menor do que o valor da causa.

- *Vida útil de ativos de longa duração.* Reconhecemos a depreciação de ativos de longa duração com base na sua vida útil estimada, que, por sua vez, é baseada nas informações de fabricantes de máquinas e equipamentos, nível das operações das fábricas, qualidade das manutenções preventivas e corretivas e projeções de obsolescência de ativos tecnológicos. Entretanto, a vida útil real pode variar com base no estado atual das tecnologias em cada unidade. A vida útil do ativo de longa duração também afeta o teste de redução ao valor recuperável. A determinação dessa redução envolve julgamentos e estimativas para concluir se o ativo está oferecendo um retorno adequado em relação ao seu valor contábil. Não acreditamos que haja indicações de mudanças significativas nas estimativas e premissas usadas no cálculo de redução ao valor recuperável de ativos de longa duração. Entretanto, se os resultados reais não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas em fluxos de caixa futuros estimando o valor justo dos ativos, poderíamos estar expostos a perdas potencialmente significativas.

Mudanças nas principais políticas contábeis

IFRS 16 – Arrendamentos

Esse pronunciamento substituiu as normas anteriores sobre arrendamentos, inclusive a IAS 17 – Arrendamentos e as interpretações correspondentes, como IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27.

Para a transição, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada, isto é, aplicou os requisitos da norma de arrendamento a todos os contratos existentes na data de adoção inicial, isto é, 1º de janeiro de 2019. Portanto, as informações e os saldos não foram consolidados para fins de comparação.

Após a data da primeira aplicação, em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos eram reconhecidos como ativo com direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo de arrendamento é disponibilizado à Companhia. Para cada ativo com direito de uso mensurado, um passivo equivalente foi registrado. O pagamento é registrado como uma redução do passivo de arrendamento. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo exequível do arrendamento, aplicando uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. O ativo com direito de uso é desvalorizado por meio do método linear, considerando o menor período entre a vida útil do ativo e o prazo exequível do arrendamento.

Definição de um Arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinou no início do contrato se um acordo era ou continha um arrendamento nos termos do IFRIC 4 - Determinando se um Acordo contém um Arrendamento. Atualmente, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de um arrendamento, de acordo com a norma IFRS 16 – Arrendamentos.

Como arrendatária

Para determinar o prazo exequível do arrendamento, a administração da Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para o exercício da opção de prorrogação ou criem desincentivos econômicos pelo não exercício da opção de rescisão antecipada.

Ao adotar a norma IFRS 16, a Companhia reconheceu seus passivos de arrendamento no tocante a contratos de arrendamento anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” nos termos da IAS 17. Até as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos desses arrendamentos, descontados quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

Para os arrendamentos anteriormente classificados como “arrendamentos financeiros”, a Companhia reconheceu o ativo e o passivo de arrendamento considerando o valor imediatamente anterior à data da primeira adoção.

Na data da adoção, os ativos e os passivos dos contratos de arrendamento foram mensurados no seu valor atual, considerando os pagamentos de cada contrato, descontando a taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na primeira adoção foi de 5,58% p.a. O passivo de arrendamento considera o valor líquido atual dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- pagamentos variáveis baseados em taxas ou índices;
- contas a pagar ao arrendador esperadas, relacionadas ao valor residual garantido;
- preço de exercício de uma opção de compra, se houver certeza razoável que o arrendatário irá exercer a opção; e
- pagamento de multas pela rescisão do arrendamento se estabelecido no contrato a opção de exercício do arrendatário.

Compromissos de arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2018	3.257.982
---	------------------

Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019

Compromissos de arrendamento descontados pela taxa incremental na data da aplicação inicial	2.177.138
(+) Arrendamentos financeiros em 31 de dezembro de 2018	100.557
(-) Arrendamentos de curto prazo reconhecidos imediatamente no resultado ...	(103.929)
(-) Contratos de baixo valor reconhecidos imediatamente no resultado	(1.071)
(+): Opções de prorrogação com razoável certeza de serem exercidas	119.770
Total.....	2.292.465

Os ativos com direito de uso foram mensurados pelo valor dos passivos de arrendamento, ajustados pelo valor de pagamentos adiantados e provisões para pagamentos de arrendamento em relação ao arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019. Não houve arrendamentos onerosos que exigiram ajuste em relação aos ativos com direitos de uso na data da primeira adoção.

Na primeira adoção, a Companhia usou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma IFRS 16:

- Não reavaliar se o contrato é ou contém qualquer arrendamento na data de adoção inicial. Em vez disso, aplicou a norma a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos;
- Optar por não separar componentes não relacionados a arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, portanto, um único componente de arrendamento;
- Não registrar contratos que, na data de adoção inicial, terminem dentro de 12 meses; contanto que a Companhia não tenha certeza razoável do exercício da opção de compra no término do contrato;
- Não registrar contratos com valor baixo (R\$ 30 para companhias no Brasil e US\$ 10 para controladas estrangeiras), em conformidade com a política definida pela administração.

- excluiu os custos iniciais diretos com mensuração do direito de uso do ativo na data de adoção inicial;
- Utilizou a retrospectiva, como determinar o prazo do arrendamento, se o contrato estabelecer opções para postergar ou rescindir o arrendamento, entre outros; e
- Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com característica razoavelmente similares (como arrendamentos com prazos de arrendamento remanescentes similares, para uma classe similar de ativos subjacentes em um ambiente econômico similar e em moedas de financiamento similares – “carteiras”).

Arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros segundo a IAS 17

A Companhia arrenda alguns equipamentos classificados como arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Em relação a esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo do direito de uso e o passivo do arrendamento em 1º de janeiro de 2019 era determinado no valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento nos termos da IAS 17 imediatamente antes dessa data.

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A nova interpretação estabelece requisitos para o reconhecimento e a mensuração em situações em que a Companhia tenha definido, durante o processo do cálculos de impostos sobre o lucro líquido (imposto de renda e contribuição social), o uso de tratamentos fiscais que poderiam ser interpretados como incertos e, portanto, poderiam ser questionados pelas autoridades fiscais.

A Companhia concluiu as análises sobre a aplicação dessa norma e não identificou impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor

Novas normas e alterações de normas vigentes entrarão em vigor anualmente a partir de 1º de janeiro de 2020. Embora algumas dessas normas e alterações possam ser adotadas de maneira antecipada, a Companhia optou por não fazer a adoção antecipada das seguintes normas e interpretações novas na elaboração das suas demonstrações financeiras:

- mudanças nas referências à estrutura conceitual da norma IFRS;
- definição de negócio (mudanças na norma IFRS 13);
- definição de relevância (alterações ao IAS 1 e ao IAS 8); e
- IFRS 17 – Contratos de seguro.

Não é esperado que as normas e interpretações alteradas produzam um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A Companhia passou a adotar as normas “IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes” e “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas contábeis, as informações comparativas nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas não foram reapresentadas para atender às exigências das novas normas.

Os efeitos da aplicação inicial dessas normas são atribuídos principalmente à:

- mudança na metodologia de cálculo da redução no valor recuperável de acordo com o IFRS 9;
- apresentação de contraprestações variáveis (bonificações) deduzidas diretamente da receita de venda;

- alteração da classificação e mensuração dos ativos financeiros; e
- alteração na contabilização das operações de opção de compra e venda de dólar designados para hedge accounting.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A norma IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando a receita deve ser reconhecida e como ela é medida. A IFRS 15 substitui a norma IAS 18 – Receitas.

A Companhia adotou a IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos da IFRS 15 ao período comparativo apresentado (2017).

A Companhia não teve mudanças significativas no momento e na mensuração de sua receita de vendas para as obrigações de desempenho identificadas, que são:

- entrega do produto vendido – a obrigação de desempenho se encerra no momento que o controle do produto é transferido para o cliente. Para a Companhia não houve diferença entre a IAS 18 – Receitas e a IFRS 15 do momento de reconhecimento da receita associada a essa obrigação de desempenho.
- contratação de frete para entrega dos produtos – a obrigação de desempenho da Companhia para contratação do frete para entrega do produto vendido se encerra quando o serviço é concluído. A Companhia não alterou o momento do reconhecimento dessa obrigação e continua a reconhecê-la na finalização da entrega dos produtos vendidos. A Companhia considera que o impacto no resultado de quaisquer mudanças no momento do reconhecimento da obrigação de desempenho associada ao frete é imaterial.

A Companhia tem como prática contratual com alguns clientes conceder bonificação por atingimento de metas de faturamento. Para os clientes que a Companhia estima que atingirão tal meta e que por isso receberão uma bonificação, os valores devidos são provisionados mensalmente.

A Companhia considera descontos comerciais concedidos nas faturas dos clientes como parte do valor justo da receita reconhecida, conforme estabelecia a norma aplicável até 31 de dezembro de 2017 (IAS 18). Assim, os descontos comerciais concedidos nas faturas aos clientes não resultaram em mudanças devido à adoção ou mensuração de seu reconhecimento contábil de acordo com a IFRS 15.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros estabelece exigências para o reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação – Ativos Financeiros

A IFRS 9 introduziu uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos e suas características de fluxo de caixa são administrados.

Essa norma contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado (“CA”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as classificações da IAS 39 de “mantidos para vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda”. A IFRS 9 exige que a classificação dos ativos financeiros seja com base no modelo de negócio da entidade para gestão de seus ativos financeiros.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro, no escopo da norma, nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado como um todo para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não teve impacto significativo na contabilização de suas aplicações financeiras resultante das novas exigências da IFRS 9. Entretanto, como alguns recebíveis de clientes são vendidos

para instituições financeiras e desreconhecidos antes do seu vencimento (Nota 7 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas), a Companhia classificou parte de seus recebíveis que são passíveis de venda como VJORA.

A tabela a seguir e notas explicativas correspondentes explicam as categorias de mensuração originais, de acordo com a IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9 para cada classe de ativo financeiro em 1º de janeiro de 2018.

O efeito na adoção da IFRS 9 no saldo contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 é referente:

- (i) à nova metodologia de cálculo da redução no valor recuperável; e
- (ii) ao cálculo do valor justo para os recebíveis que, de acordo com o modelo de negócio da Companhia, podem ser vendidos antes de seus vencimentos.

Classificação por categoria				Valor contábil em 1º de janeiro de 2018	
		IAS 39	IFRS 9	IAS 39	IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado	1.428.766	1.428.766
Investimentos no Brasil	Empréstimos e recebíveis		Valor justo através do resultado	1.706.784	1.706.784
Investimentos fora do país	Mantidos para negociação		Valor justo através do resultado	639.543	639.543
				3.775.093	3.775.093
Aplicações financeiras					
LFTs e LFs	Mantidos para negociação		Valor justo através do resultado	1.816.889	1.816.889
Depósitos a prazo	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado	440.616	440.616
Depósitos a prazo	Mantidos para negociação		Valor justo através do resultado	15.764	15.764
Outros	Mantidos para negociação		Valor justo através do resultado	39.739	39.739
				2.313.008	2.313.008
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado	3.244.851	3.235.463
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis		Valor justo através de outros resultados abrangentes	73.841	73.240
Derivativos	Ativos financeiros medidos ao valor justo		Valor justo através do resultado	74.378	74.378

Redução ao valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas de crédito esperadas, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao CA ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência no prazo de 12 meses após a data de referência, e que não tenham risco de crédito aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida de um instrumento financeiro. A mensuração dessas perdas de créditos se aplica quando o risco de crédito de um ativo financeiro na data de referência tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A avaliação da Companhia indicou que a aplicação do modelo de perda de crédito esperada, conforme exigência da IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 teve o efeito de R\$ 9,4 milhões, líquido de imposto.

Os julgamentos de como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito da Companhia são determinados por estágios que podem ser observados na Nota 7 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas.

Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que seja aplicada uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novas exigências de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge.

Na adoção da IFRS 9, a Companhia optou por contabilizar mudanças no valor justo de elemento futuros separadamente, como custo de hedge. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2018, essas mudanças passaram a serem reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem às exigências da IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente, incluindo:

- (i) isenção permitida para não reapresentação de informações comparativas de períodos anteriores decorrentes de alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas;
- (ii) novos requerimentos de contabilidade de hedge;
- (iii) as seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção:
 - determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido;
 - designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

Principais fatores que afetam o resultado das operações da Companhia

Crescimento do PIB dos Países em que a Companhia Opera e da Demanda Doméstica pelos Produtos da Companhia no Brasil

Em 31 de dezembro de 2019, as vendas no Brasil representavam 54,5% da receita líquida da Companhia, incluindo vendas inter-segmentos. Portanto, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país e de outros países nos quais opera. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa e do México.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do consumo interno aparente de polietileno, polipropileno e PVC nos períodos apresentados.

	31 de dezembro de				
	2019	2018	2017	2016	2015
PIB brasileiro.....	1,1%	1,1%	1,0%	(3,6)%	(3,8)%
Consumo brasileiro aparente de polietileno.....	2,5%	3,2%	4,8%	(1,3)%	(3,2)%
Consumo brasileiro aparente de polipropileno	2,2%	1,9%	5,9%	1,1%	(8,3)%
Consumo brasileiro aparente de PVC.....	1,4%	1,4%	(1,9)%	(2,3)%	(16,0)%

Fonte: Governo brasileiro e Tendências Consultoria.

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente, e, segundo acreditamos, é provável que a flutuação persista. A administração da Companhia acredita que o impacto sobre o crescimento no Brasil afetará a sua receita líquida e resultados operacionais futuros e que um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução de nossa receita líquida futuras, causando efeito negativo em nossos resultados operacionais.

Em 2017, os indicadores econômicos do Brasil apresentaram sinais de lenta recuperação. Com isso, o consumo de resinas termoplásticas no Brasil cresceu 5,9% para polipropileno e 4,8% para polietileno. Já o consumo de PVC seguiu afetado pela contração do setor de construção civil, registrando queda de 1,9%.

Em 2018, o Brasil passou por uma recuperação em indicadores econômicos e, devido ao fortalecimento da atividade econômica, o volume de resinas termoplásticas consumido no país cresceu 1,9% para o polipropileno e 3,2% para o polietileno. O mercado de PVC teve um crescimento de 1,4% pela primeira vez após quatro anos de contração.

Em 2019, a economia do Brasil continuou se recuperando e, consequentemente, o volume de resinas termoplásticas consumido no país cresceu 2,2% para o polipropileno e 2,5% para o polietileno. O mercado de PVC permaneceu estável em comparação a 2018.

De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB do Brasil dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões.

Cenário Macroeconômico no Brasil

A tabela a seguir apresenta dados de inflação, taxas de juros e câmbio em relação ao dólar para os períodos findos nas respectivas datas:

	31 de dezembro de				
	2019	2018	2017	2016	2015
Crescimento/Redução do PIB ⁽¹⁾	1,1%	1,1%	1,0%	(3,6)%	(3,8)%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	7,3%	7,5%	(0,42)%	7,2%	10,5%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,3%	3,7%	2,9%	6,2%	10,7%
CDI ⁽⁴⁾	4,6%	6,40%	6,99%	13,6%	14,1%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar	4,0%	17,1%	1,5%	4,3%	41,8%
Taxa de câmbio no final do período (por US\$1,00)...	R\$4,0307	R\$3,8748	R\$3,3080	R\$3,2591	R\$3,9048

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Banco Central e Bloomberg

(1) PIB do Brasil de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA.

(2) Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(4) A taxa CDI é a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário no Brasil (na última data do período respectivo).

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar porque:

- uma parcela substancial da receita líquida da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar;
- os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda;
- algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e
- a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares.

Flutuações do real afetarão o custo da nafta e de outras matérias-primas atreladas ao dólar ou importadas. O preço da nafta está atrelado ao dólar. A fórmula de precificação estipulada no contrato com a Petrobras para a compra de nafta para as plantas de petroquímicos básicos no Polo de Camaçari e no Polo de Triunfo incluem um fator que ajuste o preço de modo a refletir a taxa de câmbio real/dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção de nossos produtos aumentam e nós geralmente procuramos aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de nossos produtos. Na medida em que nossos aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, nosso lucro operacional diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção de nossos produtos diminui e geralmente diminuímos os preços de nossos produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de nossos produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que podemos efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a nossos clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Braskem pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Braskem pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvaloriza e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Braskem), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida consolidada da Companhia em dólares representava 96% do total da dívida em aberto, incluindo a dívida garantida da Companhia referente ao Complexo Petroquímico do México. Sem esta última, a dívida consolidada da Companhia em dólares representava 94% do total da dívida em aberto.

Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar:

- os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais;
- o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e
- as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia, em 1º de maio de 2013, 10 de outubro de 2017, 28 de fevereiro de 2019, 2 de maio de 2019, 1º de novembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

A valorização do real frente ao dólar exerce os efeitos inversos.

As vendas de exportação e as vendas de nossa Unidade de Negócios EUA e Europa, que nos capacitam a gerar recebíveis devidos em moedas estrangeiras, tendem a proporcionar um hedge natural contra nossas obrigações de serviço da dívida expressas em dólares, mas não as cobrem integralmente. Com vistas à mitigação adicional de nossa exposição ao risco cambial, procuramos, sempre que possível, celebrar empréstimos para financiamento de exportações visando suprir nossas necessidades de capital de giro, cuja cobertura fica geralmente disponível a custos mais baixos, já que está atrelada a exportações em dólares.

O real desvalorizou com relação ao dólar norte-americano do meio de 2011 ao início de 2016, e novamente do início de 2018 a 2020. Especificamente, durante 2015, por conta das condições econômicas ruins do Brasil, incluindo como resultado da instabilidade política, o real depreciou a uma taxa muito mais alta que nos anos anteriores e uma tendência similar ocorreu durante 2018 e 2019. Em 31 de março de 2020, o real caiu ao seu nível mais baixo desde sua criação, a R\$ 5,1987 por US\$ 1,00. No geral, em 2015, o real desvalorizou 47,0%, alcançando R\$ 3,9048 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015. Em 2016, o real teve uma flutuação significativa, especificamente como resultado da instabilidade política do Brasil, valorizando 16,5%, a R\$ 3,2591 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016. Em 2017, o real desvalorizou 1,5% com relação ao dólar norte-americano, terminando o ano a uma taxa de câmbio de R\$ 3,3080 por US\$ 1,00. Em 2018, o real desvalorizou 14,6% com relação ao dólar norte-americano, terminando o ano a uma taxa de câmbio de R\$ 3,8748 por US\$ 1,00, especialmente como resultado das taxas de juros mais baixas no Brasil, que reduziram o volume de moeda estrangeira depositado no Brasil na “*carry trade*”, bem como as incertezas com relação às eleições presidenciais realizadas em outubro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano relatada pelo Banco Central foi de R\$ 4,0307 por US\$ 1,00, em 29 de maio de 2020, era de R\$ 5,4263 por US\$ 1,00. Não há como garantir que o real não irá desvalorizar ou valorizar mais ainda com relação ao dólar norte-americano.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 45,5% da receita líquida foi gerada pela venda de produtos fora do Brasil, em comparação a 45,2% em 2018 e 46,9% em 2017. A receita líquida gerada pela venda de produtos fora do Brasil apresentou redução de 9,1% em 2019, comparado a 13,4% em 2018 e 0,4% em 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as vendas para clientes localizados em outros países das Américas que não o Brasil representaram 63,4% das vendas no exterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as vendas para clientes na Europa responderam por 18,9% das vendas no exterior, enquanto as vendas para clientes no Leste Asiático e Outros representaram 17,8% de tais vendas.

As vendas fora do Brasil são importantes para a Companhia para fins de diversificação em relação ao equilíbrio regional entre oferta e demanda, fatores macroeconômicos e ao ambiente político. Em linha com a estratégia da companhia, as vendas fora do Brasil afetam seu desempenho financeiro ao fazer o *hedge* de suas operações contra riscos vinculados ao Brasil.

De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões. Assim, a previsão é que nossas vendas fora do Brasil sofram um efeito adverso.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional de nossos produtos, levando a aumento dos preços internos e das margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas à escassez e ao aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos:

- as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos;
- quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade;
- aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e
- uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

Diversas empresas petroquímicas anunciaram planos para construir significativa capacidade adicional de produção de eteno nos próximos anos, produção esta cujo percentual de 56,1% está previsto para se concentrar no Nordeste da Ásia. De acordo com a IHS, capacidade anual global de eteno de 46,3 milhões está programada para ativação entre 2.020 e 2.025, incluindo 21,2 milhões de toneladas de capacidade anual da China. De acordo com a IHS, a maior parte da nova capacidade na China será baseada na flexibilidade de matéria-prima, permanecendo a nafta como a principal matéria-prima, porém com opção de craqueamento a partir de líquidos do gás natural, petróleo e resíduos. Além disso, a expansão da capacidade de eteno é com frequência objeto de atrasos, e não é possível prever quando, e se, a capacidade adicional planejada será ativada.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) causou um impacto significativo nos mercados e nas atividades econômicas no mundo, e sua gravidade, magnitude e duração são altamente incertas, mudam rapidamente e são difíceis de prever. De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB do Brasil dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões.

No longo prazo, a tendência é que o período de baixa seja suavizado e no futuro se converta em alta novamente, à medida que o setor aguarda para tomar decisões sobre novos investimentos enquanto o comércio global encontra o equilíbrio e o mundo absorve novas capacidades. Além disso, os projetos com previsão de início em um futuro mais distante têm maior chance de serem adiados ou cancelados, uma vez que o cenário pode mudar, matérias-primas podem se tornar mais ou menos vantajosas e as curvas do custo caixa podem mudar.

Em 2019, a economia mundial diminuiu para o seu ritmo mais lento desde a crise financeira de 2008. Durante o ano, o impacto da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, a desaceleração da economia chinesa, a contração do setor automotivo na Europa, especialmente na Alemanha, as incertezas associadas ao Brexit e a instabilidade política em mercados emergentes-chave, como Brasil e México, afetaram adversamente os investimentos e a demanda por bens de consumo, levando a um crescimento mais lento do setor industrial e do comércio internacional. Nesse cenário, o aumento da demanda global por produtos químicos e resinas termoplásticas no ano ficou abaixo das expectativas iniciais dos players do setor petroquímico e empresas de consultoria externas, como a IHS, em 2019. Juntamente com essa demanda menor, as novas capacidades integradas de polietileno de gás de xisto nos Estados Unidos e novas refinarias na Ásia expandiram a oferta global de poliolefinas e produtos químicos, pressionando o spread internacional desses produtos. A exceção foi o mercado de PP nos Estados Unidos, que ainda apresentou spreads saudáveis auxiliados pelo crescimento econômico dos EUA e a alta oferta do material.

Em 2018, grande parte das novas capacidades que haviam sofrido atrasos em anos anteriores finalmente foram disponibilizadas nos Estados Unidos. As novas plantas se beneficiam do custo mais baixo devido ao uso de etano; assim, elas conseguem fabricar produtos a um preço menor do que a maioria de seus concorrentes no mercado global, o que provocou queda das referências do preço de exportação ao longo do ano. Por outro lado, os preços do petróleo e da nafta permaneceram em alta em boa parte do ano, principalmente devido aos cortes de produção da

OPEC e sanções impostas pelos Estados Unidos sobre o Irã, que provocou a redução dos spreads. Além disso, disputas comerciais entre as duas maiores economias do mundo (China e Estados Unidos) forçaram companhias norte-americanas a encontrarem novas regiões para comercializarem seus produtos, aumentando assim a pressão sobre os preços nessas regiões.

Em 2017, a onda de novas capacidades de eteno na América do Norte com início das operações esperado para o ano anterior seguiu afetada por uma série de atrasos. Tal fator, somado a diversas paradas não programadas de manutenção, principalmente nos Estados Unidos, devido ao clima extremo, permitiram a manutenção de níveis saudáveis de spreads ao longo do ano, estendendo o ciclo de alta do setor.

Efeitos da flutuação dos preços da nafta, etano, propano e propeno

As flutuações do preço da nafta no mercado internacional causam efeitos significativos no custo de nossos produtos vendidos e nos preços que podemos cobrar de nossos clientes por nossos produtos de primeira e segunda geração. A instabilidade política no Oriente Médio, ou eventos similares que possam ocorrer no futuro e podem causar efeitos imprevisíveis na economia global ou nas economias das regiões afetadas. Tais eventos vêm tendo e podem continuar a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e volatilidade de preços, consequentemente levando ao aumento dos preços da nafta e de produtos petroquímicos em todo o mundo.

O preço do etano e do propano em Mont Belvieu, Texas, é utilizado como referência para os custos dos insumos. Quaisquer acontecimentos futuros que afetem o equilíbrio entre a oferta e a demanda de gás natural nos EUA poderá ter um impacto adverso sobre o preço do gás natural referência Mont Belvieu (inclusive sobre o etano, propano e butano), levando ao consequente aumento dos nossos custos de produção ou à queda no preço dos produtos petroquímicos. Fatores externos e desastres naturais, tais como furacões, invernos severos ou acontecimentos na indústria, tais como a exploração de gás de xisto, poderão influenciar o fornecimento de gás natural, aumentando assim os custos, que poderão afetar materialmente o custo dos produtos vendidos e resultados operacionais.

Efeitos sobre o custo dos produtos vendidos

A nafta é a principal matéria-prima utilizada pela Unidade de Químicos e, indiretamente, por diversas outras unidades de negócios. A nafta e o condensado corresponderam a 40,7% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos em 2019.

O custo da nafta varia em conformidade com os preços do mercado internacional, que flutuam dependendo da oferta e procura de petróleo e demais produtos refinados derivados de petróleo. A Companhia compra nafta da Petrobras mediante um contrato de fornecimento de longo prazo, e importa nafta de outros fornecedores através do terminal de Aratu, no estado da Bahia, e do terminal de Osório, da Petrobras, no estado do Rio Grande do Sul. Os preços pagos pela nafta por esses contratos, com exceção do contrato de fornecimento com a Petrobras, estão atrelados às cotações de nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA). Consequentemente, as flutuações do preço da nafta praticado no mercado ARA têm efeito direto no custo de nossos produtos de primeira geração.

Os contratos com a Petrobras preveem preços da nafta com base nas cotações ARA. A volatilidade da cotação deste produto nos mercados internacionais, a taxa de câmbio real-dólar e o nível de dissulfeto de carbono, um contaminante da nafta que é entregue, também influenciam os preços da nafta adquirida da Petrobras. A administração acredita que estes contratos tenham reduzido a exposição do custo de seus produtos de primeira geração às oscilações do preço da nafta no mercado ARA.

O preço internacional da nafta flutuou significativamente no passado e, segundo acreditamos, a flutuação persistirá no futuro. Aumentos significativos do preço da nafta e, por consequência, de nossos custos de produção, geralmente reduzem nossas margens brutas e resultados operacionais, na medida em que não podemos repassar a totalidade do aumento de custos aos nossos clientes; poderiam, ainda, acarretar a queda do volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço da nafta e, consequentemente, de nossos custos de produção, geralmente aumentam nossas margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o aumento dos volumes de vendas se o custo mais baixo permitir que venhamos a reduzir os preços que praticamos. Nos períodos de grande volatilidade do preço em dólares da nafta, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição desse preço e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes no Brasil. Esses descasamentos de precificação diminuem quando o preço em dólares da nafta é menos volátil.

Atualmente, não fazemos hedge de nossa exposição a variações do preço da nafta, porque uma parcela de nossas vendas consiste em exportações devidas em moedas estrangeiras e atreladas aos preços da nafta no mercado

internacional e, também, porque os preços de nosso polietileno, polipropileno e PVC vendidos no Brasil refletem, em geral, as alterações dos preços praticados no mercado internacional desses produtos.

Efeitos sobre os preços dos produtos da Companhia

Os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos Químicos são estipulados por referência aos preços de contratos europeus desses produtos. Como os produtores europeus de produtos Químicos usam principalmente a nafta como matéria-prima, as variações nos preços de contratos europeus são fortemente influenciadas pelas oscilações dos preços da nafta nos mercados internacionais. Na medida em que os preços de nossos produtos se baseiam nos preços de contrato europeu, os preços desses produtos por nós praticados também são significativamente influenciados pelos preços da nafta no mercado internacional.

Negociamos mensalmente os preços em real de parte de nossos produtos, principalmente polietileno, polipropileno e PVC com nossos clientes no Brasil. Procuramos revisar nossos preços de sorte a refletir (1) alterações nos preços internacionais desses produtos, que tendem a flutuar com os preços da nafta, especialmente para o polietileno, e (2) a valorização ou desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, em períodos de alta volatilidade dos preços internacionais ou nas taxas de câmbio, por vezes não somos capazes de refletir essas alterações integral e rapidamente nos preços que praticamos.

Os preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional flutuaram significativamente e, segundo acreditamos, a flutuação persistirá. A volatilidade do preço da nafta e o preço de petróleo têm efeitos na competitividade de preços das nossas centrais petroquímicas base nafta e nas nossas resinas. Como as tendências de preços para nafta e etano divergiram nos últimos anos mais do que historicamente, produtores de eteno e produtos de resina derivados de etano geralmente tiveram custos de matéria-prima mais baixos que produtores desses produtos a partir da nafta. Como consequência, aumentos significativos no diferencial de preços entre nafta e gás, decorrente da alta nos preços do petróleo, aumentam a competitividade de produtos derivados de etano e podem impactar os resultados operacionais na medida em que a Companhia consiga manter suas margens operacionais e preços mais altos não resultem em pressão de preços nos mercados internacionais.

Aumentos significativos dos preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que poderíamos cobrar, geralmente aumentam a nossa receita líquida e resultados operacionais devido ao aumento dos volumes de vendas de nossos produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que poderíamos praticar, geralmente reduzem nossa receita líquida e resultados operacionais, se não pudermos aumentar nossas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de nossos produtos.

Utilização da capacidade

Nossas operações são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, procuramos manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns de nossos principais produtos nos períodos apresentados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Eteno.....	85%	91%	94%
Polietileno.....	85%	88%	90%
Polipropileno	89%	87%	93%
PVC	65%	76%	86%
Polipropileno EUA e Europa	89%	87%	97%
PE México	76%	77%	88%

Em 2019, a utilização da capacidade média foi afetada: (i) da diminuição na taxa de utilização de eteno da central petroquímica na Bahia, resultante do fechamento das plantas de cloro-soda e dicloroetano em Alagoas; (ii) da parada programada de uma das linhas de produção de eteno da Companhia na central petroquímica da Bahia no quarto trimestre de 2019; (iii) da diminuição da taxa de utilização de eteno nas centrais petroquímicas no Rio Grande

do Sul, devido a problemas logísticos; e (iv) da queda na lucratividade marginal das exportações de resina da Companhia.

Em 2018, a taxa média de utilização foi influenciada pela greve dos caminhoneiros no Brasil, em maio de 2018; pelo incidente envolvendo a planta de cloro-soda em Alagoas; pelo apagão que afetou as plantas da região nordeste do Brasil em março; e pela redução da demanda no quarto trimestre de 2018.

Em 2017, a taxa média de utilização foi influenciada pelo bom desempenho operacional das centrais, refletindo a maior eficiência operacional e maior disponibilidade de matéria-prima na central base gás do Rio de Janeiro.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descrevemos a seguir.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa "Reintegra", que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu. O programa original encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra e com taxas variáveis, com variação de até 5% das receitas de exportação das companhias. A alíquota de restituição de imposto foi definida em 0,1% em agosto de 2014. Em outubro de 2014, o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. No entanto, em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto 8.543, o governo federal reduziu a taxa de restituição para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto 9.148, que alterou o Decreto 8.543, a taxa do Reintegra aumentou para 2% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. No entanto, em 30 de maio de 2018, o governo brasileiro editou um novo decreto que reduz a taxa de restituição para 0,1%, com vigência a partir de 1º de junho de 2018, por prazo indeterminado.

Preços e taxas

Fixamos os preços do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que vendemos a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Vide "Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade de Químicos—Vendas e Comercialização da Unidade de Químicos." Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. Fixamos os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aqueles incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de polietileno, polipropileno e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela não estão sujeitas a tarifas, devido a diversos acordos comerciais. As importações de PVC em suspensão do México estão sujeitas a tarifas reduzidas de 11,2%, de acordo com um acordo comercial. As importações e exportações entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela não estão sujeitas a tarifas devido a um acordo de comércio em vigência desde 2005.

Ademais, as importações de PVC em suspensão dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos Estados Unidos e México têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos, prorrogado em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% a 9,9%, e 2,4% a 6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de polipropileno dos Estados Unidos têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Em 2019, cerca de 31% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 8,5% no volume de resinas importadas.

Em 2018, cerca de 25% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 12,3% no volume de resinas importadas, devido à maior disponibilidade de produtos das plantas que recentemente entraram em operação.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida total consolidada em aberto da Companhia, líquida de custos de transação, era de R\$ 39.273,3 milhões (US\$ 9.743,5 milhões), incluindo R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões) com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México. O nível de endividamento da Companhia acarreta despesas financeiras significativas que são refletidas na demonstração do resultado. As despesas financeiras compreendem despesas com juros, variações cambiais de dívida em dólares e outras moedas estrangeiras, ganhos ou perdas cambiais e outros itens, como descrito na Nota 34 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um total de R\$ 4.746,4 milhões em despesas financeiras, dos quais R\$ 2.191,8 milhões se relacionavam a despesas de juros. Além disso, a Companhia registrou uma perda de R\$ 1.725,8 milhões com variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

Efeito dos impostos sobre o resultado

Estamos sujeitos a um a gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes em diversas jurisdições sobre suas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro de 25%, combinado com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 9%, totalizando uma alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País.

Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas. Tais isenções representaram uma redução de 75% dos nossos encargos fiscais, e, conseqüentemente, a Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda:

- do polietileno fabricado em uma das plantas de polietileno do Complexo Petroquímico de Camaçari até 2026; e
- do polietileno fabricado em uma das plantas de polietileno do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos em nossas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas até 2024.

A isenção de 75% do imposto de renda, combinada a uma alíquota de CSLL de 9%, confere à Companhia o direito de pagar apenas 44,9% da alíquota padrão de imposto de renda de 34% sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem. Porém, a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL. Não existe saldo em aberto a ser utilizado em 2020.

O montante consolidado inclui o impacto de diferentes taxas de juros em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha): 31,18%;
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos): 21,00%;
- Braskem Argentina (Argentina): 30,00%;
- Braskem Petroquímica Chile (Chile): 27,00%;
- Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda Inc Netherland (Holanda): 25,00%; e
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México): 30,00%.

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de (1) Programa de Integração Social – PIS, (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado, (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados e (4) ICMS.

Demonstração de Resultado

A discussão dos resultados de nossas unidades de negócio baseia-se nas informações financeiras fornecidas com relação a cada uma das unidades de negócio, apresentadas na tabela a seguir, que mostram o resultado operacional de cada unidade e a conciliação desses resultados com o resultado consolidado das operações. As informações sobre as unidades foram preparadas nas mesmas bases que as informações usadas pela administração para alocar recursos às unidades e avaliar seu desempenho. A avaliação e administração do desempenho das unidades têm por base as informações extraídas dos registros contábeis mantidos de acordo com as IFRS e refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto	Despesas de vendas, gerais e de distribuição	Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽¹⁾	Resultado operacional
	<i>(em milhões de reais)</i>						
Químicos	27.172,3	(25.349,9)	1.822,4	(1.069,9)	—	(269,4)	483,1
Poliolefinas	21.191,9	(18.494,5)	2.697,3	(1.439,2)	—	(151,4)	1.106,8
Vinílicos	2.692,8	(3.069,3)	(376,5)	(437,2)	—	(3.673,1)	(4.486,8)
EUA e Europa	10.044,3	(8.233,1)	1.811,2	(786,1)	—	9,2	1.034,3
México	3.051,4	(2.504,0)	547,4	(351,2)	—	324,7	520,9
Total segmentos	64.152,7	(57.650,8)	6.501,8	(4.083,5)	—	(3.760,0)	(1.341,7)
Outros segmentos ⁽²⁾	296,3	(188,3)	108,0	(44,5)	—	3,4	66,8
Unidade corporativa	—	—	—	(218,0)	10,2	1.775,2	1.567,5
Reclassificações e eliminações ⁽³⁾	(12.125,4)	11.960,1	(165,4)	83,6	—	(57,2)	(138,9)
Consolidado	52.323,5	(45.879,1)	6.444,4	(4.262,4)	10,2	(2.038,5)	153,7

(1) Inclui pesquisa e desenvolvimento.

(2) Representa receita (despesas) da Braskem que não são alocadas a nenhum segmento em particular.

(3) As eliminações são compostas principalmente por vendas inter-segmentos, realizadas em condições de mercado (*arm's length basis*).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto	Despesas de vendas, gerais e de distribuição	Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas⁽¹⁾	Resultado operacional
				<i>(em milhões de reais)</i>			
Químicos	31.111,7	(27.523,7)	3.587,9	(784,5)	—	(52,0)	2.751,5
Poliolefinas	22.483,9	(19.295,9)	3.188,0	(1.328,0)	—	(35,0)	1.824,9
Vinílicos	3.167,4	(2.908,4)	259,0	(177,3)	—	8,4	90,1
EUA e Europa	11.724,8	(9.152,8)	2.571,9	(642,0)	—	68,7	1.998,7
México	3.770,5	(2.333,8)	1.436,7	(313,5)	—	322,6	1.445,7
Total segmentos	72.258,2	(61.214,6)	11.043,6	(3.245,4)	—	312,7	8.110,9
Outros segmentos ⁽²⁾	292,4	(173,6)	118,8	(34,8)	—	(0,1)	83,9
Unidade corporativa ⁽³⁾	265,4	—	265,4	(334,4)	(0,9)	159,9	90,0
Reclassificações e eliminações ⁽⁴⁾	(14.816,2)	14.811,6	(4,6)	—	—	—	(4,6)
Consolidado	57.999,9	(46.576,7)	11.423,2	(3.614,6)	(0,9)	472,5	8.280,2

(1) Inclui pesquisa e desenvolvimento.

(2) Representa receita (despesas) da Braskem que não são alocadas a nenhum segmento em particular.

(3) Inclui o montante de R\$ 501,4 milhões (R\$ 265,4 milhões em “receita líquida” e R\$ 236,0 milhões em “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”) relacionado a créditos fiscais de PIS e COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (nota 10(c) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas).

(4) As eliminações são compostas principalmente por vendas inter-segmentos, realizadas em condições de mercado (*arm's length basis*).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto	Despesas de vendas, gerais e de distribuição	Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas⁽¹⁾	Resultado operacional
				<i>(em milhões de reais)</i>			
Químicos	25.179,3	(20.478,9)	4.700,4	(773,4)	—	(197,3)	3.729,7
Poliolefinas	19.650,4	(15.432,2)	4.218,2	(1.321,6)	—	(177,5)	2.719,1
Vinílicos	3.066,9	(2.572,8)	494,1	(163,0)	—	(163,4)	167,7
EUA e Europa	9.854,5	(7.419,3)	2.435,2	(582,7)	—	(21,3)	1.831,3
México	3.600,8	(2.097,5)	1.503,3	(283,3)	—	27,9	1.247,9
Total segmentos	61.351,9	(48.097,5)	13.351,3	(3.124,0)	—	(531,5)	9.695,8
Outros segmentos ⁽²⁾	83,7	(65,7)	18,0	(13,4)	—	(2,4)	2,2
Unidade corporativa	—	—	—	(61,4)	40,0	(320,9)	(342,3)
Reclassificações e eliminações ⁽³⁾	(12.175,0)	11.888,9	(286,1)	137,4	—	—	(148,6)
Consolidado	49.260,6	(36.177,4)	13.083,2	(3.061,3)	40,0	(854,9)	9.206,9

(1) Inclui pesquisa e desenvolvimento.

(2) Representa receita (despesas) da Braskem que não são alocadas a nenhum segmento em particular.

(3) As eliminações são compostas principalmente por vendas inter-segmentos, realizadas em condições de mercado (*arm's length basis*).

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou diminuições em qualquer exercício são feitas pela comparação com o exercício anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas e auditadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Receita líquida	52.323,5	57.999,9	(9,8)%
Custo dos produtos vendidos	(45.879,1)	(46.576,7)	(1,5)%
Lucro bruto	6.444,4	11.423,2	(43,6)%
Receitas (despesas):			

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em milhões de reais)		
Com vendas e distribuição	(1.783,5)	(1.689,2)	5,6%
Reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber	(7,1)	87,0	n.m.
Gerais e administrativas	(2.224,2)	(1.793,2)	24,0%
Com pesquisa e desenvolvimento	(247,7)	(219,3)	13,0%
Resultado de equivalência patrimonial	10,2	(0,9)	n.m.
Outras receitas	2.408,4	1.027,2	134,5%
Outras despesas	(4.446,9)	(554,7)	701,7%
Lucro operacional.....	153,7	8.280,2	(98,1)%
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras	(3.882,8)	(3.007,6)	29,1%
Receitas financeiras	850,6	589,1	44,4%
Variação cambial, líquida.....	(1.724,5)	(2.257,0)	(23,6)%
Despesa financeira, líquida	(4.756,8)	(4.675,5)	1,7%
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(4.603,1)	3.604,7	n.s.
Imposto de renda e contribuição social atuais e diferidos.....	1.962,7	(736,6)	n.s.
Lucro (prejuízo) de operações continuadas.....	(2.640,4)	2.868,2	n.s.

n.s.: Não significativo

Receita líquida

A receita líquida de vendas diminuiu 9,8% (R\$ 5.676,3 milhões), de R\$ 57.999,9 milhões em 2018 para R\$ 52.323,5 milhões em 2019, principalmente em virtude (1) de uma diminuição na receita líquida da Unidade de Químicos na ordem de 12,7% (R\$ 3.939,4 milhões), de R\$ 31.111,7 milhões em 2018 para R\$ 27.172,3 milhões em 2019, (2) de uma diminuição na receita líquida da Unidade de Poliolefinas na ordem de 5,7% (R\$ 1.292,0 milhões), de R\$ 22.483,9 milhões em 2018 para R\$ 21.191,9 milhões em 2019, (3) de uma diminuição na receita líquida da Unidade de Vinílicos na ordem de 15% (R\$ 474,6 milhões), de R\$ 3.167,4 milhões em 2018 para R\$ 2.692,8 milhões em 2019, (4) de uma diminuição na receita líquida da Unidade dos EUA e Europa na ordem de 14,3% (R\$ 1.680,5 milhões), de R\$ 11.724,8 milhões em 2018 para R\$ 10.044,3 milhões em 2019 e (5) de uma diminuição na receita líquida da Unidade do México na ordem de 19,1% (R\$ 719,1 milhões), de R\$ 3.770,5 milhões em 2018 para R\$ 3.051,4 milhões em 2019. As reclassificações e eliminações da receita líquida dos segmentos em consolidação, refletindo principalmente vendas de químicos entre empresas pela Unidade de Químicos para outros segmentos, reduziram 18,2% (R\$ 2.690,8 milhões), de R\$ 14.816,2 milhões em 2018 para R\$ 12.125,4 milhões em 2019.

Em 2019 e 2018, a Companhia não auferiu nenhuma receita decorrente de transações com um único cliente que fosse igual ou superior a 10% da sua receita líquida total. Em 2019, a receita mais significativa proveniente de um único cliente correspondeu a 6,5% da receita líquida total da Companhia.

Receita Líquida da Unidade de Químicos

A receita líquida da Unidade de Químicos registrou redução de 12,7% (R\$ 3.939,4 milhões), de R\$ 31.111,7 milhões em 2018 para R\$ 27.172,3 milhões em 2019.

A tabela abaixo estabelece informações a respeito da média ponderada dos preços internacionais dos principais produtos químicos geralmente usados como referência pela Unidade de Químicos da Companhia para os períodos indicados:

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
Principais Produtos Químicos ²	827,9	1.014,9	(18,4)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

(2) Média ponderada de preços com base na capacidade de produção da Braskem: etileno (20%), butadieno (10%), propeno (10%), cumeno (5%), benzeno (20%), paraxileno (5%), gasolina (25%) e tolueno (5%).

Receita Líquida de Vendas do Brasil

Em 2019, a receita líquida no Brasil da Unidade de Químicos reduziu 15,5% (R\$ 4.137,9 milhões), atingindo R\$ 22.562,9 milhões (incluindo R\$ 11.826,9 milhões de vendas para as Unidades de Poliolefinas e Vinílicos) em 2019, em comparação a R\$ 26.700,8 milhões em 2018 (incluindo R\$ 14.468,7 milhões de vendas para as Unidades de Poliolefinas e Vinílicos), devido principalmente ao menor volume de vendas de químicos para terceiros e menores preços médios dos principais químicos no setor petroquímico, o que pôde ser explicado: (1) pela inicialização da nova capacidade de etileno de gás de xisto e do bom desempenho operacional das plantas de desidrogenação de propano (PDH) nos Estados Unidos, (2) pela inicialização das novas refinarias na Ásia, e (3) pela demanda mais baixa, principalmente do setor de automóveis.

Volume de Vendas no Brasil

As transferências internas da Unidade de Químicos diminuiu 5,9%, de 3.749,1 mil toneladas em 2018 para 3.528,9 mil toneladas em 2019, e o volume de vendas no mercado brasileiro para terceiros reduziu 2,1%, de 2.871,8 mil toneladas em 2018 para 2.812,0 mil toneladas em 2019, principalmente devido à menor disponibilidade de produtos, uma vez que as centrais petroquímicas da Companhia operaram com taxa de utilização média de 85%, redução de 6 p.p. em comparação com 2018. A redução da taxa de utilização é explicada principalmente pela: (1) diminuição na taxa de utilização do central petroquímica da Companhia no estado da Bahia, resultante do fechamento das plantas de cloro-soda e dicloroetano em Alagoas; (2) parada programada de uma das linhas de produção da Companhia na central petroquímica localizada no estado da Bahia, Brasil, no quarto trimestre de 2019; (3) diminuição da taxa de utilização das centrais petroquímicas no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, devido a problemas logísticos; e (4) queda na lucratividade marginal das exportações de resina da Companhia.

A tabela a seguir mostra as transferências internas da Unidade de Químicos, compostas principalmente por eteno para a Unidade de Vinílicos e eteno e propeno para a Unidade de Poliolefinas, por volume, para os períodos indicados.

Volume de Transferências Internas da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno	2.584.872	2.779.589	(7,0)%
Propeno	944.019	969.491	(2,6)%
Total	3.528.891	3.749.080	(5,9)%

A tabela abaixo apresenta as vendas da Unidade de Químicos para terceiros no Brasil, por volume, nos períodos indicados:

Volume de Vendas Internas da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno	464.087	509.056	(8,8)%
Propeno	341.891	345.795	(1,1)%
Cumeno	219.047	234.108	(6,4)%
Butadieno	161.020	192.049	(16,2)%
Gasolina	1.007.311	942.864	6,8%
BTX ⁽¹⁾	618.657	647.968	(4,5)%
Total	2.812.012	2.871.839	(2,1)%

(1) BTX é definido como benzeno, tolueno e paraxileno.

Receita Líquida de Exportações

A receita líquida de exportações da Unidade de Químicos cresceu 4,5% (R\$ 198,4 milhões), de R\$ 4.410,9 milhões em 2018 para R\$ 4.609,3 milhões em 2019, devido a principalmente o maior volume de vendas.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Químicos aumentou 10,0%, passando de 570,7 mil toneladas em 2018 para 627,9 mil toneladas em 2019, sendo a maior parte eteno, propeno e BTX, devido a principalmente o menor volume de vendas no mercado interno.

A tabela abaixo apresenta as exportações da Unidade de Químicos por volume, nos períodos indicados:

Volume de Exportações da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno	138.907	114.549	21,3%
Propeno	25.632	9.600	167,0%
Butadieno	237.911	206.162	15,4%
Gasolina	4.096	60.437	(93,2)%
BTX ⁽¹⁾	221.327	179.994	23,0%
Total	627.873	570.741	10,0%

(1) BTX é definido como benzeno, tolueno e paraxileno.

Receita Líquida da Unidade de Poliolefinas

A receita líquida da Unidade de Poliolefinas diminuiu 5,7% (R\$ 1.292,0 milhões), passando de R\$ 22.483,9 milhões em 2018 para R\$ 21.191,9 milhões em 2019, devido principalmente ao menor valor médio de poliolefinas no setor petroquímico, devido ao seguinte: (1) uma diminuição na demanda global em virtude de níveis mais baixos de crescimento global; (2) uma menor demanda do setor de automóveis influenciada pelo término de incentivos fiscais para compras de veículos na China e do ajuste contínuo das linhas de produção para atender as novas normas de emissão de gases do efeito estufa na Europa e na China; e (3) o início da nova capacidade integrada de polietileno de gás xisto nos Estados Unidos e das novas plantas de polipropileno na Ásia, principalmente na China.

A tabela abaixo estabelece informações a respeito da média ponderada dos preços internacionais das poliolefinas da Unidade de Poliolefinas da Companhia para os períodos indicados:

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
Polietileno EUA	859,5	1.190,7	(27,8)%
Polipropileno Ásia	1.033,9	1.206,4	(14,3)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

Receita Líquida de Vendas do Brasil

A receita líquida no Brasil da Unidade de Poliolefinas caiu 8,2% (R\$ 1.317,2 milhões), passando de R\$ 16.116,8 milhões em 2018 para R\$ 14.799,7 milhões em 2019.

Volume de Vendas no Brasil

Em 2019, o volume de vendas no Brasil aumentou 0,1%, passando de 2.931,7 mil toneladas em 2018 para 2.933,8 mil toneladas em 2019.

Volume de Vendas Internas da Unidade de Poliolefinas	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Polietileno	1.790.955	1.788.332	0,1%
Polipropileno	1.142.833	1.143.327	0,0%

Volume de Vendas Internas da Unidade de Poliolefinas	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Total	2.933.788	2.931.658	0,1%

Receita Líquida de Exportações

A receita líquida de exportações da Unidade de Poliolefina aumentou 0,4% (R\$ 25,2 milhões), de R\$ 6.367,0 milhões em 2018 para R\$ 6.392,2 milhões em 2019, refletindo maior exportação.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Poliolefinas aumentou 10,7%, passando de 1.257,3 mil toneladas em 2018 para 1.391,8 mil toneladas em 2019, devido principalmente ao polipropileno refletir uma maior participação de mercado na região sul-americana.

A tabela abaixo apresenta as exportações da Unidade de Poliolefinas por volume, nos períodos indicados:

Volume de Exportações da Unidade de Poliolefinas	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
Polietileno	834,926	819,979	1.8%
Polipropileno	556,852	437,367	27.3%
Total	1,391,778	1,257,346	10.7%

Receita Líquida da Unidade de Vinílicos

A receita líquida da Unidade de Vinílicos da Companhia diminuiu 15,0% (R\$474,6 milhões), de R\$3.167,4 milhões em 2018 para R\$ 2.692,8 milhões em 2019, explicado pelo menor volume de vendas de soda cáustica após o fechamento das plantas de cloro-soda e dicloroetano da Companhia no estado de Alagoas, Brasil, e em virtude dos preços mais baixos do PVC e da soda cáustica no setor petroquímico devido à diminuição: (1) da demanda por PVC na Ásia, em virtude da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e a política antidumping da Índia; e (2) da demanda por soda cáustica nos setores de alumínio e papel e celulose.

Referências Internacionais ⁽¹⁾	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
PVC Ásia	861,7	912,1	(5,5)%

(1) Consultoria externa (Preço à Vista).

Receita Líquida de Vendas do Brasil

A receita líquida no Brasil da Unidade de Vinílicos diminuiu 12,4% (R\$ 372,1 milhões), passando de R\$ 3.005,2 milhões em 2018 para R\$ 2.633,1 milhões em 2019.

Volume de Vendas no Brasil

O volume de vendas da Unidade de Vinílicos no Brasil diminuiu 12,5%, passando de 921,6 mil toneladas em 2018 para 806,7 mil toneladas em 2019, devido ao menor volume de vendas de soda cáustica após o fechamento das plantas de cloro-soda e dicloroetano da Companhia no estado de Alagoas, Brasil.

Volume de Vendas Internas da Unidade de Vinílicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
PVC.....	491.329	490.139	0,2%
Soda Cáustica.....	243.243	345.516	(29,6)%
Outros.....	72.128	85.937	(16,1)%
Total	806.700	921.592	(12,51)%

Receita Líquida de Exportações

A receita líquida de exportações da Unidade de Vinílicos diminuiu 63,2% (R\$ 102,5 milhões), de R\$ 162,2 milhões em 2018 para R\$ 59,7 milhões em 2019.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Vinílicos caiu 55,2%, de 49,4 mil toneladas em 2018 para 22,2 mil toneladas em 2019, devido à baixa disponibilidade de volume de PVC para exportação.

Volume de Exportações da Unidade de Vinílicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em toneladas)		
PVC.....	15.934	45.512	(65,0)%
Soda Cáustica.....	6.228	3.924	58,7%
Total	22.162	49.436	(55,2)%

Receita Líquida da Unidade EUA e Europa

A receita líquida da Unidade EUA e Europa, que inclui os ativos de polipropileno da Companhia nos Estados Unidos e na Europa, diminuiu 14,3% (R\$ 1.680,5 milhões), passando de R\$ 11.724,8 milhões em 2018 para R\$ 10.044,3 milhões em 2019, devido principalmente à menor disponibilidade de polipropileno para venda na Europa por conta da baixa utilização das plantas em virtude de problemas operacionais afetando fornecedores de propeno e a consequente falta de matéria-prima em uma das plantas da Companhia.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
PP EUA e Europa ²	1.449,3	1.763,1	(17,8)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

(2) Média ponderada de preços com base na capacidade de produção da Braskem: PP EUA (72%) e PP Europa (28%).

Receita Líquida da Unidade do México

A receita líquida da Unidade do México diminuiu 19,1% (R\$ 719,1 milhões), de R\$ 3.770,5 milhões em 2018 para R\$ 3.051,4 milhões em 2019, devido aos preços de polietileno mais baixos no setor petroquímico, resultante da diminuição da demanda global associada ao início da nova capacidade integrada de polietileno de gás de xisto nos Estados Unidos.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
PE EUA.....	868,2	1.220,8	(28,9)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

Custo dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo dos produtos vendidos diminuiu 1,5% (R\$ 697,5 milhões), passando de R\$ 46.576,7 milhões em 2018 para R\$ 45.879,1 milhões em 2019, principalmente em razão da diminuição de 7,9% no custo dos produtos vendidos pela Unidade de Químicos, de 4,2% no custo dos produtos vendidos pela Unidade de Poliolefinas e de 10,0% no custo dos produtos vendidos pela Unidade EUA e Europa. As reclassificações e eliminações do custo dos produtos vendidos das Unidades calculadas como parte da consolidação, refletindo basicamente os custos dos químicos adquiridos pelas Unidades de Poliolefinas e Vinílicos da Unidade de Químicos, diminuíram 19,3% em 2019.

O lucro bruto consolidado diminuiu 43,6% (R\$ 4.978,8 milhões), de R\$ 11.423,2 milhões em 2018 para R\$ 6.444,4 milhões em 2019. A margem bruta (lucro bruto como porcentagem da receita líquida) diminuiu de 19,7% em 2018 para 12,3% em 2019.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Químicos

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Químicos diminuiu 7,9% (R\$ 2.173,8 milhões), passando de R\$ 27.523,7 milhões em 2018 para R\$ 25.349,9 milhões em 2019, basicamente como resultado da queda nos preços das matérias-primas utilizadas pela Unidade de Químicos. A diminuição dos preços internacionais da nafta ocorreu em virtude da queda nos preços do petróleo, bem como do uso de matérias-primas mais competitivas para a produção de etileno em complexos petroquímicos flexíveis, principalmente nos Estados Unidos. A diminuição dos preços do etano e propano nos EUA ocorreu em virtude de uma maior oferta desses produtos associada à inicialização de novas fracionadoras de gás e dutos para transporte e aos atrasos na inicialização de novos complexos petroquímicos na região.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
Nafta ARA	505,3	601,7	(16,0)%
Etano EUA	160,5	243,4	(34,1)%
Propano EUA	278,9	548,1	(39,1)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

O lucro bruto da Unidade de Químicos diminuiu 49,2% (R\$1.765,6 milhões), passando de R\$ 3.587,9 milhões em 2018 para R\$ 1.822,4 milhões em 2019, acompanhado de contração da margem bruta (margem bruta como porcentagem da receita líquida) de 11,5% em 2018 para 6,7% em 2019. *Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Poliolefinas*

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Poliolefinas diminuiu 4,2% (R\$ 801,3 milhões), passando de R\$ 19.295,9 milhões em 2018 para R\$ 18.494,5 milhões em 2019, explicado pela queda nos preços do eteno e propeno utilizados pela Unidade de Químicos em suas transferências internas.

O lucro bruto da Unidade de Poliolefinas diminuiu 15,4% (R\$ 490,7 milhões), passando de R\$ 3.188,0 milhões em 2018 para R\$ 2.697,3 milhões em 2019, enquanto a margem bruta (margem bruta como porcentagem da receita líquida) registrou diminuição, passando de 14,2% em 2018 para 12,7% em 2019.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Vinílicos

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Vinílicos aumentou 5,5% (R\$ 160,9 milhões), de R\$ 2.908,4 milhões em 2018 para R\$ 3.069,3 milhões em 2019, principalmente devido à transição de um modelo de negócio integrado para um modelo temporário baseado em importações de EDC, que tem um custo mais elevado do que o modelo de negócio integrado.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
EDC EUA	285,4	238,4	19,7%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

A Unidade de Vinílicos da Companhia apresentou um prejuízo bruto de R\$ 376,5 milhões em 2019, em comparação com um lucro líquido de R\$ 259,0 milhões em 2018, com uma margem bruta de 8,2%.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade EUA e Europa

O custo dos produtos vendidos da Unidade EUA e Europa caiu 10,0% (R\$ 918,8 milhões), passando de R\$ 9.152,8 milhões em 2018 para R\$ 8.233,1 milhões em 2019, devido a: (1) pela maior disponibilidade de propeno nos Estados Unidos devido às elevadas taxas de utilização de plantas de PDH e ao maior uso de líquidos de gás

natural em centrais petroquímicas, e (2) pela normalização das restrições logísticas sobre o propeno na Europa, que afetaram a região no ano anterior devido aos baixos níveis dos rios.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
PP EUA e Europa ²	877,7	1,183,1	(25,8)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

(2) Média ponderada de preços com base na capacidade de produção da Braskem: PP EUA (72%) e PP Europa (28%).

O lucro bruto da Unidade EUA e Europa diminuiu 29,6%, passando de R\$ 2.571,9 milhões em 2018 para R\$ 1.811,2 milhões em 2019, acompanhado de contração da margem bruta (margem bruta como porcentagem da receita líquida) de 21,9% em 2018 para 18,0% em 2019.

Custo dos Produtos Vendidos pela Unidade do México

O custo dos produtos vendidos pela Unidade do México aumentou 7,3% (R\$ 170,2 milhões), de R\$ 2.333,8 milhões em 2018 para R\$ 2.504,0 em 2019, devido ao impacto da depreciação do real, ao maior volume de vendas e ao aumento nos preços de gás natural no mercado mexicano, o que foi parcialmente compensado pela queda nos preços do etano nos EUA devido ao aumento da oferta associado à inicialização de novas fracionadoras de gás e dutos para transporte e com os atrasos na inicialização de novos complexos petroquímicos nos Estados Unidos.

Referências Internacionais ¹	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em US\$/tonelada)		
Etano EUA	160,5	243,4	(34,1)%

(1) Fonte: Consultoria externa (preço à vista).

Já em 2019, a Unidade do México registrou lucro bruto de R\$ 547,4 milhões e margem bruta (margem bruta como porcentagem da receita líquida) de 17,9%. Já em 2018, a Unidade do México registrou lucro bruto de R\$ 1.436,7 milhões e margem bruta de 38,1%.

Despesas com Vendas e Distribuição

As despesas com vendas e distribuição aumentaram 5,6% (R\$ 94,3 milhões), de R\$ 1.689,2 milhões em 2018 para R\$ 1.783,5 milhões em 2019, devido principalmente a: (1) maiores vendas para exportação de resinas e dos principais produtos químicos da Unidade de Poliolefinas e de Químicos, (2) maiores volumes de vendas da Unidade EUA e Europa, (3) maiores vendas para exportação da Unidade do México.

Reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber

As reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber diminuíram de uma reversão de R\$ 87,0 milhões em 2018 para um prejuízo de R\$ 7,1 milhões em 2019. Para mais informações sobre reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber, vide a nota explicativa 7(i) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas neste relatório anual.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 24,0% (R\$ 431,0 milhões), de R\$ 1.793,2 milhões em 2018 para R\$ 2.224,2 milhões em 2019, principalmente em razão do aumento das despesas relacionadas: (1) a honorários de consultoria e legais para auxiliar o monitoramento externo com relação ao Acordo Global da Companhia com determinadas autoridades; (2) a empresas de auditoria; e (3) à cooperação com autoridades relevantes e a comunidade local com relação ao evento geológico em determinados bairros da cidade de Maceió, no estado de Alagoas, Brasil, que estão localizados adjacentes e acima de onde as atividades de mineração de sal-gema da Companhia estavam localizadas.

Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento cresceram 13,0% (R\$28,5 milhões), passando de R\$ 219,3 milhões em 2018 para R\$ 247,7 milhões em 2019. Porém, como porcentagem da receita líquida, tais despesas permaneceram estáveis em 0,5% em 2019 em comparação a 0,4 em 2018.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial aumentou, passando de uma perda de R\$ 0,9 milhões em 2018 para um ganho de R\$ 10,2 milhões em 2019, devido ao aumento dos resultados de investimentos controlados em conjunto, principalmente Refinaria de Petróleo Rio-Grandense S.A. (RPR), e Borealis Brasil S.A. (Borealis). Para mais informações sobre o resultado de equivalência patrimonial, vide a nota explicativa 11(c) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas neste relatório anual.

Outras Receitas

Outras receitas registrou aumento de 134,5% (R\$ 1.381,2 milhões), de R\$ 1.027,2 milhões em 2018 para R\$ 2.408,4 milhões em 2019, devido a um aumento de R\$ 1.667,8 milhões na provisão referente à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS/COFINS. Para mais informações sobre PIS/COFINS –Exclusão do da base de cálculo do ICMS, vide a nota explicativa 10(c) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas neste relatório anual.

Outras Despesas

Outras despesas registrou aumento de R\$ 3.892,2 milhões, passando de R\$ 554,7 milhões em 2018 para R\$ 4.446,9 milhões em 2019, devido a: (1) provisões relacionadas ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, ao Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais e às ações necessárias para fechar alguns dos poços de sal da Companhia, totalizando R\$ 3.383,1 milhões; (2) à provisão relacionada ao acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) (o “Acordo CGU/AGU”) no valor de R\$ 409,9 milhões; (3) à provisão para fechar permanentemente a unidade de produção de cloro-soda localizada em Camaçari, no estado da Bahia, Brasil, no valor de R\$ 172,9 milhões; e (4) a um aumento de 58,3% (R\$ 52,1 milhões), na provisão para remediação de danos ambientais.

Lucro Operacional

Como resultado do exposto acima:

- o lucro operacional consolidado diminuiu 98,1% (R\$ 8.126,5 milhões), de R\$ 8.280,2 milhões em 2018 para um lucro operacional de R\$ 153,7 milhões em 2019; como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional diminuiu de 14,3% em 2018 para 0,3% em 2019;
- o lucro operacional da Unidade de Químicos caiu 82,4%, passando de R\$ 2.751,5 milhões em 2018 para R\$ 483,1 milhões em 2019, enquanto a margem operacional da Unidade de Químicos contraiu, passando de 8,8% em 2018 para 1,8% em 2019;
- o lucro operacional da Unidade de Poliolefinas diminuiu 39,4%, passando de R\$ 1.824,9 milhões em 2018 para R\$ 1.106,8 milhões em 2019, enquanto a margem operacional da Unidade de Poliolefinas diminuiu de 8,1% em 2018 para 5,2%;
- o prejuízo operacional da Unidade de Vinílicos foi de R\$ 4.486,8 milhões em 2019, em comparação com o lucro operacional de R\$ 90,1 milhões e uma margem operacional de 2,8% em 2018;
- o lucro operacional da Unidade EUA e Europa caiu 48,2%, passando de R\$ 1.998,7 milhões em 2018 para R\$ 1.034,3 milhões em 2019, enquanto a margem operacional diminuiu, passando de 17,0% em 2018 para 10,3% em 2019; e
- o lucro operacional da Unidade do México caiu 64,0%, passando de R\$ 1.445,7 milhões em 2018 para R\$ 520,9 milhões em 2019, enquanto a margem operacional da Unidade do México diminuiu de 38,3% em 2018 para 17,1% em 2019.

Resultados Financeiros

As despesas financeiras líquidas aumentaram 1,7% (R\$ 81,3 milhões), de R\$ 4.675,5 milhões em 2018 para R\$ 4.756,8 milhões em 2019.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras registraram aumento de 29,1% (R\$875,2 milhões), passando de R\$ 3.007,6 milhões em 2018 para R\$ 3.882,8 milhões em 2019, devido: (1) aos juros vinculados à adoção da nova norma IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019; (2) ao ajuste do valor presente do acordo de leniência em virtude de uma mudança no índice de correção monetária aplicável às parcelas devidas ao Ministério Público Federal, do IPCA para a Selic, no valor de R\$ 117,9 milhões; e (3) ao pagamento de custos relacionados ao resgate total de notas com vencimento em 2020 e 2021 e ao resgate parcial de notas com vencimento em 2022 e 2023.

Receitas Financeiras

A receita financeira teve um aumento de 44,4% (R\$ 261,5 milhões), de R\$ 589,1 milhões em 2018 para R\$ 850,6 milhões em 2019, principalmente devido ao reconhecimento da receita relacionada a reivindicações de PIS e COFINS originadas nos exercícios antecedentes e decididas de forma favorável pelas cortes fiscais.

Variação cambial, líquida

As variações cambiais líquidas tiveram uma queda de 23,6% (R\$ 532,5 milhões), de R\$ 2.257,0 milhões em 2018 para R\$ 1.724,5 milhões em 2019, explicada pelo efeito de uma menor depreciação do real em relação ao dólar no período sobre a exposição líquida do resultado financeiro não designado para contabilidade de *hedge*, e pela despesa com a transição para a contabilidade de *hedge* de exportações da Braskem e da Braskem Idesa, que foram previamente registradas em patrimônio líquido, no valor de R\$ 1.652,3 milhões em 2019, em comparação com R\$ 1.259,4 milhões em 2018.

Circulante e diferido

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia teve um benefício de R\$ 1.962,7 milhões em 2019, em comparação com uma despesa de R\$ 736,6 milhões em 2018. A alíquota tributária efetiva aplicável ao lucro da Companhia antes do imposto de renda e da contribuição social foi de -42,6% em 2019 (20,4% em 2018).

(Prejuízo) lucro do exercício

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 2.640,4 milhões em 2019, comparado a um lucro de R\$ 2.868,2 milhões, ou 4,9% da receita líquida, em 2018.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas e auditadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em milhões de reais)		
Receita líquida.....	57.999,9	49.260,6	17,7%
Custo dos produtos vendidos.....	(46.576,7)	(36.177,4)	28,7%
Lucro bruto.....	11.423,2	13.083,2	(12,7)%
Receitas (despesas):			
Com vendas e distribuição	(1.689,2)	(1.459,6)	16,8%
Reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber	87,0	(13,5)	n.m.
Gerais e administrativas	(1.793,2)	(1.434,3)	25,0%
Com pesquisa e desenvolvimento.....	(219,3)	(167,5)	30,9%
Resultado de equivalência patrimonial	(0,9)	40,0	n.m.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em milhões de reais)		
Outras receitas.....	1.027,2	314,9	226,2%
Outras despesas	(554,7)	(1.169,8)	(52,6)%
Lucro operacional.....	8.280,2	9.206,9	(10,1)%
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras	(3.007,6)	(3.747,2)	(19,7)%
Receitas financeiras.....	589,1	603,6	(2,4)%
Variação cambial, líquida.....	(2.257,0)	(798,7)	182,6%
Despesa financeira, líquida	(4.675,5)	(3.942,4)	18,6%
(Prejuízo) lucro antes do IR e CSLL.....	3.604,7	5.264,6	(31,5)%
Imposto de renda e contribuição social atuais e diferidos.....	(736,6)	(1.357,7)	(45,7)%
(Prejuízo) lucro de operações continuadas	2.868,2	3.906,9	(26,6)%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	—	8,9	—
(Prejuízo) lucro do exercício	2.868,2	3.915,8	(26,8)%

n.s.: Não significativo

Receita líquida

A receita líquida cresceu 17,7%, (R\$ 8.739,3 milhões), de R\$ 49.260,6 milhões em 2017 para R\$ 57.999,9 milhões em 2018, principalmente em decorrência de (1) um aumento de 19,0% (R\$ 1.870,3 milhões) da receita líquida da Unidade EUA e Europa, que passou de R\$ 9.854,5 milhões em 2017 para R\$ 11.724,8 milhões em 2018, e (2) um aumento na receita líquida da Unidade de Químicos, de R\$ 25.179,3 milhões em 2017 para R\$ 31.111,6 milhões em 2018. As reclassificações e eliminações da receita líquida dos segmentos em consolidação, refletindo principalmente vendas de químicos entre empresas pela Unidade de Químicos para outros segmentos, aumentaram 21,7% (R\$ 2.641,2 milhões), de R\$ 12.175,0 milhões em 2017 para R\$ 14.816,2 milhões em 2018.

Em 2018 e 2017, a Companhia não auferiu nenhuma receita decorrente de transações com um único cliente que fosse igual ou superior a 10% da sua receita líquida total. Em 2018, a receita mais significativa proveniente de um único cliente correspondeu a 2,4% da receita líquida total da Companhia e se refere ao segmento de Químicos.

Receita Líquida da Unidade de Químicos

A receita líquida da Unidade de Químicos registrou aumento de 23,6% (R\$5.932,4 milhões), de R\$ 25.179,3 milhões em 2017 para R\$ 31.111,6 milhões em 2018.

Receita Líquida de Vendas do Brasil:

Em 2018, a receita líquida no Brasil da Unidade de Químicos cresceu 27,1% (R\$ 5.633,9 milhões), atingindo R\$ 26.700,8 milhões (incluindo R\$ 14.468,7 milhões de vendas para as Unidades de Poliolefinas e Vinílicos), em comparação a R\$ 21.007,0 milhões em 2017 (incluindo R\$ 11.355,4 milhões de vendas para as Unidades de Poliolefinas e Vinílicos), devido principalmente ao maior volume de vendas de químicos para terceiros, em especial um aumento no volume de vendas de gasolina e butadieno no mercado interno, resultado da priorização do atendimento a esse mercado.

Volume de Vendas no Brasil

A tabela a seguir mostra as transferências internas da Unidade de Químicos, principalmente eteno para a Unidade de Vinílicos e eteno e propeno para a Unidade de Poliolefinas, por volume, para os períodos indicados.

Volume de Transferências Internas da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno.....	2.779.589	2.888.776	(3,8)%
Propeno.....	969.491	1.041.017	(6,9)%

Volume de Transferências Internas da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Total	3.749.080	3.929.794	(4,6)%

A tabela abaixo apresenta as vendas da Unidade de Químicos para terceiros no Brasil, por volume, nos períodos indicados:

Volume de Vendas Internas da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno.....	509.056	523.639	(2,8)%
Propeno.....	345.795	360.394	(4,1)%
Cumeno.....	234.108	199.792	17,2%
Butadieno.....	192.049	183.849	4,5%
Gasolina.....	942.864	925.867	1,8%
BTX ⁽¹⁾	647.968	644.589	0,5%
Total	2.871.839	2.838.130	1,2%

(1) BTX é definido como benzeno, tolueno e paraxileno.

Receita Líquida de Exportações.

A receita líquida de exportações da Unidade de Químicos cresceu 5,7% (R\$ 238,5 milhões), de R\$ 4.172,4 milhões em 2017 para R\$ 4.410,91 milhões em 2018, devido a principalmente o maior volume de vendas de eteno e paraxileno.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Químicos diminuiu 31%, de 824,6 mil toneladas em 2017 para 570,7 mil toneladas em 2018, com destaque para propeno e BTX, principalmente devido à menor disponibilidade de produtos, uma vez que as centrais petroquímicas da Braskem operaram com taxa de utilização média de 91%, redução de 3 p.p. em comparação com 2017. A redução da taxa de utilização é explicada principalmente: (i) pela greve dos caminhoneiros no Brasil, ocorrida em maio de 2018; (ii) pelo incidente envolvendo a planta de cloro-soda em Alagoas, em janeiro de 2018; (iii) pelo apagão que afetou as plantas da região nordeste em março de 2018; e (iv) pela demanda reduzida no quarto trimestre de 2018.

A tabela abaixo apresenta as exportações da Unidade de Químicos por volume, nos períodos indicados:

Volume de Exportações da Unidade de Químicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Eteno.....	114.549	100.927	13,5%
Propeno.....	9.600	43.127	(77,7)%
Butadieno.....	206.162	241.019	(14,5)%
Gasolina.....	60.437	78.030	(22,5)%
BTX ⁽¹⁾	179.994	361.476	(50,2)%
Total	570.741	824.579	(30,8)%

(1) BTX é definido como benzeno, tolueno e paraxileno.

Receita Líquida da Unidade de Poliolefinas

A receita líquida da Unidade de Poliolefinas aumentou 14,4% (R\$ 2.833,5 milhões), passando de R\$ 19.650,4 milhões em 2017 para R\$ 22.483,9 milhões em 2018, principalmente devido à desvalorização do real frente ao dólar durante o período em questão.

Receita Líquida de Vendas do Brasil.

A receita líquida no Brasil da Unidade de Poliolefinas cresceu 16,3% (R\$ 2.260,5 milhões), passando de R\$ 13.856,4 milhões em 2017 para R\$ 16.116,8 milhões em 2018.

Volume de Vendas no Brasil

Em 2018, o volume de vendas no Brasil diminuiu 1,0%, para 2.932 mil toneladas em 2018, devido (i) à greve dos caminhoneiros no Brasil, ocorrida em maio de 2018; (ii) ao apagão que afetou as plantas da região nordeste em março; e (iii) à demanda reduzida no quarto trimestre de 2018.

Volume de Vendas Internas da Unidade de Poliolefinas	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Polietileno.....	1.788.332	1.795.446	(0,4)%
Polipropileno	1.143.327	1.164.947	(1,9)%
Total.....	2.931.658	2.960.393	(1,0)%

Receita Líquida de Exportações.

A receita líquida de exportações da Unidade Poliolefinas cresceu 9,9% (R\$ 573,0 milhões), de R\$ 5.794,0 milhões em 2017 para R\$ 6.367,0 milhões em 2018, refletindo a desvalorização do real frente ao dólar durante o período em questão.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Poliolefinas caiu 12,6%, de 1.438 mil toneladas em 2017 para 1.257 mil toneladas em 2018, devido à baixa disponibilidade de produtos, conforme descrito anteriormente.

A tabela abaixo apresenta as exportações da Unidade de Poliolefinas por volume, nos períodos indicados:

Volume de Exportações da Unidade de Poliolefinas	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	(em toneladas)		
Polietileno.....	819.979	916.115	(10,5)%
Polipropileno	437.367	522.210	(16,2)%
Total.....	1.257.346	1.438.325	(12,6)%

Receita Líquida da Unidade de Vinílicos

A receita líquida de vendas da Unidade de Vinílicos aumentou 3,3% (R\$100,5 milhões), passando de R\$3.066,9 milhões em 2017 para R\$ 3.167,4 milhões em 2018, principalmente devido à desvalorização do real frente ao dólar durante o período em questão.

Receita Líquida de Vendas do Brasil.

A receita líquida no Brasil da Unidade de Vinílicos cresceu 6,4% (R\$ 180,5 milhões), passando de R\$ 2.824,6 milhões em 2017 para R\$ 3.005,2 milhões em 2018.

Volume de Vendas no Brasil

O volume de vendas no Brasil da Unidade de Vinílicos diminuiu 6,8%, passando de 525,7 mil toneladas em 2017 para 490,1 mil toneladas em 2018.

Volume de Vendas Internas da Unidade de Vinílicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	<i>(em toneladas)</i>		
PVC	490.139	525.683	(6,8)%
Total	490.139	525.683	(6,8)%

Receita Líquida de Exportações.

A receita líquida de exportações da Unidade de Vinílicos diminuiu 33,0% (R\$ 80,0 milhões), passando de R\$ 242 milhões em 2017 para R\$ 162,2 milhões em 2018, principalmente devido à queda no volume de exportações de PVC.

Volume de Vendas – Exportações

O volume de exportações da Unidade de Vinílicos diminuiu 44,5%, passando de 82 mil toneladas em 2017 para 45 mil toneladas em 2018. Apesar da queda no volume, a Braskem manteve suas exportações de PVC para compensar a queda do mercado interno.

Volume de Exportações da Unidade de Vinílicos	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	% Variação
	<i>(em toneladas)</i>		
PVC	45.512	82.008	(44,5)%
Total	45.512	82.008	(44,5)%

Receita Líquida da Unidade EUA e Europa

A receita líquida da Unidade EUA e Europa, que inclui os ativos de polipropileno da Companhia nos Estados Unidos e na Europa, cresceu 19,0% (R\$ 1.870,3 milhões), passando de R\$ 9.854,5 milhões em 2017 para R\$ 11.724,8 milhões em 2018, devido principalmente à melhora dos preços de PP de exportação.

Receita Líquida da Unidade do México

A receita líquida da Unidade do México cresceu 4,7% (R\$ 169,7 milhões), passando de R\$ 3.600,8 milhões em 2017 para R\$ 3.770,5 milhões em 2018, em razão do maior preço de referência USG do PE.

Custo dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo dos produtos vendidos aumentou 28,7% (R\$ 10.399,2 milhões), passando de R\$ 36.177,4 milhões em 2017 para R\$ 46.576,7 milhões em 2018, principalmente em razão do aumento de 34,4% no custo dos produtos vendidos pela Unidade de Químicos e de 23,4% no custo dos produtos vendidos pela Unidade EUA e Europa. As reclassificações e eliminações do custo dos produtos vendidos das Unidades calculadas como parte da consolidação, refletindo basicamente os custos das compras de químicos pelas Unidades de Poliolefinas e Vinílicos da Unidade de Químicos, aumentaram 24,6% em 2018.

O lucro bruto consolidado diminuiu 12,7% (R\$ 1.660,0 milhões), de R\$ 13.083,2 milhões em 2017 para R\$ 11.423,2 milhões em 2018. A margem bruta (lucro bruto como porcentagem da receita líquida) diminuiu de 26,6% em 2017 para 19,7% em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Químicos

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Químicos cresceu 34,4% (R\$ 7.044,8 milhões), passando de R\$ 20.478,9 milhões em 2017 para R\$ 27.523,7 milhões em 2018, basicamente como resultado do aumento dos preços de matérias-primas.

O lucro bruto da Unidade de Químicos diminuiu 23,7% (R\$ 1.112,5 milhões), passando de R\$ 4.700,4 milhões em 2017 para R\$ 3.587,9 milhões em 2018, acompanhado de contração da margem bruta, de 18,5% em 2017 para 11,5% em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Poliolefinas

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Poliolefinas aumentou 25,0% (R\$ 3.863,7 milhões), passando de R\$ 15.432,2 milhões em 2017 para R\$ 19.295,9 milhões em 2018, devido ao maior custo das matérias-primas associado à desvalorização do real.

O lucro bruto da Unidade de Poliolefinas diminuiu 24,4% (R\$ 1.030,2 milhões), passando de R\$ 4.218,2 milhões em 2017 para R\$ 3.188,0 milhões em 2018, enquanto a margem bruta registrou diminuição, passando de 21,5% em 2017 para 14,2% em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade de Vinílicos

O custo dos produtos vendidos da Unidade de Vinílicos cresceu 13,0% (R\$ 335,6 milhões), passando de R\$ 2.572,8 milhões em 2017 para R\$ 2.908,4 milhões em 2018, basicamente como resultado do aumento dos preços de todas as matérias-primas.

O lucro bruto da Unidade de Vinílicos caiu 47,6% (R\$ 235,1 milhões), passando de R\$ 494,1 milhões em 2017 para R\$ 259,0 milhões em 2018, acompanhado de contração da margem bruta, que passou de 16,1% em 2017 para 8,2% em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos da Unidade EUA e Europa

O custo dos produtos vendidos da Unidade EUA e Europa aumentou 23,4% (R\$ 1.733,5 milhões), passando de R\$ 7.419,3 milhões em 2017 para R\$ 9.152,8 milhões em 2018. Devido à alta dos preços do etano, vários produtores substituíram o gás por matérias-primas mais pesadas, como GLP (propano e butano) e nafta, o que contribuiu para uma maior oferta de propeno na região.

O lucro bruto da Unidade EUA e Europa cresceu 5,6% (R\$ 136,7 milhões), passando de R\$ 2.435,2 milhões em 2017 para R\$ 2.571,9 milhões em 2018, enquanto a margem bruta diminuiu, passando de 24,7% em 2017 para 21,9% em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos pela Unidade do México

O custo dos produtos vendidos pela Unidade do México aumentou 11,3% (R\$ 236,3 milhões), passando de R\$ 2.097,5 milhões em 2017 para R\$ 2.333,8 milhões em 2018, devido à alta dos preços do etano, provocada pela demanda maior das centrais petroquímicas recém-inauguradas, associada à falta de dutos para transporte de gás e de fracionadoras para extração de etano.

Em 2018, a Unidade do México registrou lucro bruto de R\$ 1.436,7 milhões e margem bruta de 38,1%. Já em 2017, a Unidade do México registrou lucro bruto de R\$ 1.503,3 milhões e margem bruta de 41,7%.

Despesas com Vendas e Distribuição

As despesas com vendas e distribuição aumentaram 16,8% (R\$ 243,0 milhões), de R\$ 1.459,6 milhões em 2017 para R\$ 1.689,2 milhões em 2018, principalmente em razão do aumento das despesas relacionadas a vendas e distribuição nos Estados Unidos e na Europa.

Reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber

As reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber tiveram aumento, passando de um prejuízo de R\$ 13,5 milhões em 2017 relacionado a uma provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em tal ano, para uma reversão de R\$ 87,0 milhões em 2018 devido a quantias recebidas de clientes. Para mais informações sobre reversões (prejuízos) para fins de redução de contas a receber, vide a nota explicativa 7(i) das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas neste relatório anual.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 25,0% (R\$ 358,9 milhões), passando de R\$ 1.434,3 milhões em 2017 para R\$ 1.793,2 milhões em 2018, devido principalmente a gastos com projeto estratégico nos Estados Unidos e despesas legais e com auditoria, em apoio aos monitores corporativos da Companhia, e maiores despesas com publicidade.

Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento cresceram 30,9% (R\$ 51,8 milhões), passando de R\$ 167,5 milhões em 2017 para R\$ 219,3 milhões em 2018. Porém, como porcentagem da receita líquida, tais despesas permaneceram estáveis em 0,4% em 2018 e 0,3% em 2017.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial diminuiu, registrando perda de R\$ 0,9 milhões em 2018, frente a um ganho de R\$ 40,0 milhões em 2017, devido à redução dos resultados de investimentos controlados em conjunto, principalmente RPR e Borealis. Para mais informações sobre o resultado de equivalência patrimonial, vide a nota explicativa 11 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas neste relatório anual.

Outras receitas

Outras receitas registrou aumento de 226,2% (R\$ 712,3 milhões), de R\$ 314,9 milhões em 2017 para R\$ 1.027,2 milhões em 2018, principalmente devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS/COFINS. Nesse cenário, a Braskem registrou receita relativa a créditos de PIS e COFINS pagos em excesso de março de 2017 a novembro de 2018, bem como a disposição de aquisição obrigatória (delivery-or-pay) relativa ao contrato de fornecimento de etano no México.

Outras despesas

Outras despesas registrou queda de 52,6% (R\$ 615,1 milhões, de R\$ 1.169,8 milhões em 2017 para R\$ 554,7 milhões em 2018, devido ao menor resultado de: (i) despesas provenientes de ativos fixos; (ii) provisão de ações judiciais e trabalhistas; e (iii) provisão de reparo de danos ambientais.

Lucro Operacional

Como resultado do exposto acima:

- o lucro operacional consolidado diminuiu 10,1% (R\$ 926,7 milhões), de R\$ 9.206,9 milhões em 2017 para R\$ 8.280,2 milhões em 2018; como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional diminuiu de 18,7% em 2017 para 14,8% em 2018;
- o lucro operacional da Unidade de Químicos caiu 26,2%, passando de R\$ 3.729,7 milhões em 2017 para R\$ 2.751,5 milhões em 2018, enquanto a margem operacional da Unidade de Químicos contraiu, passando de 14,8% em 2017 para 8,8% em 2018;
- o lucro operacional da Unidade de Poliolefinas diminuiu 32,9%, passando de R\$ 2.719,1 milhões em 2017 para R\$ 1.824,9 milhões em 2018, enquanto a margem operacional da Unidade de Poliolefinas diminuiu de 13,8% em 2017 para 8,1% em 2018;
- o lucro operacional da Unidade de Vinílicos diminuiu 46,3%, passando de R\$ 167,7 milhões em 2017 para R\$ 90,1 milhões em 2018, enquanto a margem operacional da Unidade de Vinílicos contraiu, passando de 5,5% em 2017 para 2,8% em 2018;
- o lucro operacional da Unidade EUA e Europa cresceu 9,1%, passando de R\$ 1.831,3 milhões em 2017 para R\$ 1.998,7 milhões em 2018, enquanto a margem operacional diminuiu, passando de 18,6% em 2017 para 17,0% em 2018; e
- o lucro operacional da Unidade do México cresceu 15,8%, passando de R\$ 1.247,9 milhões em 2017 para R\$ 1.445,7 milhões em 2018, enquanto a margem operacional da Unidade aumentou de 34,7% em 2017 para 38,3% em 2018.

Resultados Financeiros

As despesas financeiras líquidas aumentaram 18,6% (R\$ 733,1 milhões), passando de R\$ 3.942,4 milhões em 2017 para R\$ 4.675,5 milhões em 2018, principalmente em decorrência do registro de um prejuízo de R\$ 2.257,0 milhões com variação cambial líquida, em 2018, em comparação a R\$ 798,8 milhões em 2017, principalmente

devido à depreciação do real no período e à exposição líquida do resultado financeiro não designado como hedge e à despesa com a transição para contabilidade de hedge das exportações da Braskem e Braskem Idesa, que anteriormente eram registradas como patrimônio líquido.

A Braskem possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos). Ao final de 2017, essa exposição líquida era composta: (i) nas operações, por 56% de fornecedores, o que foi compensado por 66% das contas a receber; e (ii) na estrutura de capital, pela maior exposição da dívida líquida ao dólar. Como o fluxo de caixa operacional da Companhia é fortemente dolarizado, a manutenção desse nível de exposição líquida passiva ao dólar funciona como um hedge natural. Praticamente 100% da receita está vinculada à variação do dólar de 80% dos custos também estão atrelados a essa moeda.

Em setembro de 2016, a Braskem iniciou um programa recorrente de hedge cambial para mitigar a exposição do seu fluxo de caixa associada aos fluxos passivos denominados em reais e não indexados ao dólar (ex.: energia elétrica, folha de pagamento, etc.). Com o objetivo único de proteger os fluxos de caixa da Companhia, o programa adota duas estratégias com instrumentos derivativos: (i) compra de opções de venda (“puts”) e (ii) compra de opções de venda associada à venda de opções de compra (“collars”). As duas alternativas oferecem proteção à Braskem em caso de valorização da moeda local; a diferença é que a estratégia “collar” também pode resultar em ajustes negativos para a Companhia caso a taxa de câmbio USD/BRL supere o preço de exercício das opções de compra. Na estratégia “collar”, em compensação, o pagamento de prêmio líquido para obtenção das opções de venda é menor, uma vez que a Companhia recebe um prêmio associado à venda das opções de compra. Além disso, eventuais perdas com a estratégia “collar” serão sempre compensadas por ganhos de competitividade advindos de custos em BRL mais baixos quando convertidos para USD.

Em 31 de dezembro de 2017, a Braskem possuía opções de venda no valor de US\$ 1,4 bilhão, com preço médio de exercício de 2,96 R\$/US\$. A Braskem também possuía valor nocional total comprado em opções de compra de US\$ 926 milhões, ao preço médio de exercício de R\$ 4,32. As operações têm prazo máximo de vencimento de 18 meses.

Tais operações foram designadas para hedge accounting de fluxo de caixa a partir de 1º de janeiro de 2017 tendo como objeto de hedge receitas futuras dolarizadas com vencimentos nos meses coincidentes com o vencimento dos derivativos.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras diminuíram 2,4% (R\$ 14,6 milhões), de R\$ 603,6 milhões em 2017 para R\$ 589,0 milhões em 2018, principalmente devido à redução nas taxas de juros no Brasil.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras diminuíram 19,7% (R\$ 739,7 milhões), de R\$ 3.747,2 milhões em 2017 para R\$ 3.007,6 milhões em 2018. Apesar do efeito da desvalorização do real de 17% sobre a exposição líquida consolidada, as despesas financeiras registraram redução em relação a 2017, período em que “Outras despesas” foram impactadas no valor de R\$ 471 milhões pela quitação antecipada de operações com derivativos, devido à quitação antecipada de dívida.

Circulante e diferido

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 45,7%, passando de R\$ 1.357,7 milhões em 2017 para R\$ 736,6 milhões em 2018. A alíquota tributária efetiva aplicável ao lucro da Companhia antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 20,4% em 2018 (25,8% em 2017).

(Prejuízo) lucro do exercício

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro de R\$ 2.868,2 milhões em 2018, ou 4,9% da receita líquida, comparado a um lucro de R\$ 3.915,8 milhões em 2017, ou 7,9% da receita líquida.

Liquidez e recursos de capital

As principais necessidades de caixa da Companhia em 2019 compreendiam:

- serviço da dívida;
 - necessidades de capital de giro;
 - investimentos de capital relacionados a operações, construção de novas instalações industriais e manutenção das já existentes;
 - pagamento de dividendos referentes às ações, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio; e
 - pagamentos relativos ao Acordo Global.
- As principais fontes de liquidez têm compreendido tradicionalmente:
- fluxo de caixa das atividades operacionais;
 - empréstimos de curto e longo prazos; e
 - venda de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 2019, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi usado principalmente em atividades de investimento, necessidades de capital de giro, pagamento do serviço da dívida e distribuição de dividendos aos acionistas. Na assembleia geral extraordinária realizada em 3 de outubro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 667,4 milhões, cujo pagamento foi realizado em 30 de dezembro de 2019. O valor estabelecido atingiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 6.803,9 milhões, incluindo o valor total de R\$ 1.017,2 milhões do caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava capital de giro líquido positivo (definido como (1) ativos circulantes menos (2) passivos circulantes) no valor de R\$ 7.242,2 milhões, incluindo os ativos totais no valor de R\$16.415,7 milhões e passivos totais no valor de R\$ 18.613,8 milhões da Braskem Idesa.

Fontes e destinações projetadas de caixa

Considerando as obrigações e compromissos contratuais de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019, além dos investimentos de capital orçados para 2020, a administração prevê que será necessário desembolsar R\$ 15.440,2 milhões em 2020 para honrar as obrigações e compromissos contratuais de curto prazo da Companhia, bem como investimentos de capital orçados. Tais requisitos de caixa devem ser supridos para (1) nossas operações através da venda de produtos, e (2) nossas dívidas através de novas atividades de financiamento, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida atual de curto prazo em seu vencimento. A Companhia possui compromissos de diversas instituições financeiras para o fornecimento de financiamento no futuro, sujeito às condições precedentes e ao pagamento das taxas de compromisso.

Em maio de 2018, em linha com o compromisso da Companhia de manter sua liquidez financeira, a Braskem e várias de suas subsidiárias contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais para um valor principal de US\$ 1.000,0 milhão, com vencimento em maio de 2023. Essa linha de crédito poderá ser usada sem restrições para melhorar a qualidade do crédito da Companhia ou em caso de piora do cenário macroeconômico. Na data deste relatório anual, a Companhia pegou emprestado o valor de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão) nesta linha de crédito. As duas linhas de crédito previamente mantidas pela Companhia nas quantias totais de R\$ 4.069,7 milhões (US\$ 750,0 milhões), com vencimento em dezembro de 2019, e de R\$ 500,0 milhões, com vencimento em setembro de 2019, foram canceladas.

Em julho de 2018, a Braskem America contratou uma linha de crédito com Euler Hermes, agência alemã de

crédito à exportação, no valor principal total de até R\$ 1.220,9 milhões (US\$ 225,0 milhões), para o financiamento de parte dos investimentos na nova planta de PP da Companhia nos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 973,5 milhões (US\$ 179,4 milhões) haviam sido desembolsados em valor do principal, e o valor em aberto nos termos da linha de crédito era de R\$ 1.011,5 milhões (US\$ 186,4 milhões).

Em dezembro de 2018, a Companhia contratou uma nova linha de crédito com o BNDES, no valor total do principal de R\$ 476,0 milhões, com vencimento em 2031, sendo que os recursos foram utilizados para financiar os investimentos de capital da Companhia no Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em US\$ 270,5 milhões.

Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as informações de fluxo de caixa consolidado para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades operacionais.....	2.265,3	9.250,4	2.461,6
Caixa líquido proveniente de (utilizado em) atividades de investimento	(2.666,4)	(2.488,3)	(2.406,4)
Caixa líquido proveniente de (utilizado em) atividades de	1.636,8		
financiamento		(4.603,4)	(2.988,5)
Efeito das variações de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa.....	20,6	(386,1)	6,5
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes de caixa	1.256,2	1.772,5	(2.926,8)

Fluxos de caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 2.265,3 milhões em 2019, R\$ 9.250,4 milhões em 2018 e R\$ 2.461,6 milhões em 2017. O caixa líquido oriundo de atividades operacionais diminuiu R\$ 6.985,1 milhões em 2019 em relação a 2018, devido a:

- impacto negativo relativo à transferência do valor de R\$ 3.680,5 milhões das contas bancárias da Companhia para uma conta de depósito judicial com relação a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas;
- reduções em volumes de venda e na média de referência de preços internacionais para substâncias químicas e resinas; e
- Pagamento nos termos do Acordo Global de (i) R\$ 278,0 milhões ao MPF em 30 de janeiro de 2019 e (ii) CHF 16,1 milhões (R\$ 58 milhões) a OAG em 27 de junho de 2019.

Em 2.019, os efeitos de tais fatores foram parcialmente compensados:

- por menores estoques de matérias-primas e produtos acabados no valor de R\$ 867,8 milhões; e
- pela compra de grandes volumes de nafta importada com prazos de pagamento estendidos.
- pela monetização de R\$ 280,8 milhões do saldo de PIS/COFINS (excluído da base de cálculo do ICMS);
- pelo recebimento de adiantamentos de clientes com relação à venda futura de produtos químicos no mercado brasileiro e à exportação futura de PE e PP no valor de R\$ 36,4 milhões; e
- pagamentos de impostos menores no valor de R\$ 412,5 milhões.

Em 2.019, os efeitos de tais fatores foram parcialmente compensados:

O caixa líquido oriundo de atividades operacionais aumentou R\$ 6.788,8 milhões em 2018 em relação a 2017, devido a:

- Um aumento de R\$ 3.604,7 milhões no lucro antes de imposto de renda e contribuição social;
- embora a Companhia tenha tido um aumento de R\$ 130,1 milhões nas contas a receber de clientes em 2018, frente a uma redução de R\$ 1.598,4 milhões em 2017, houve impacto positivo provocado pela redução nos dias de trabalho, que foi parcialmente compensado pela desvalorização do câmbio; e

- Um aumento de R\$ 1.343,4 milhões nas contas a pagar a fornecedores em 2018, comparado a uma redução de R\$ 1.642,6 milhões em 2017.

Em 2018, os efeitos de tais fatores foram parcialmente compensados:

- Por uma redução de R\$ 330,0 milhões no valor devido nos termos do Acordo de Leniência em 2018; e
- Por uma redução de R\$ 1.537,3 milhões nos estoques em 2018, comparado a uma redução de R\$ 1.351,0 milhões em 2017, principalmente devido ao maior volume e custo de estoques de produtos finais e maior volume de matéria-prima, parcialmente compensados pelo menor custo de matérias-primas, principalmente a nafta.

Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento foi de R\$ 2.666,4 milhões em 2019, R\$ 2.488,3 milhões em 2018 e R\$ 2.406,4 milhões em 2017.

Em 2019, as atividades de investimento que envolveram o caixa da Companhia de forma consolidada foram, principalmente: (1) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.749,3 milhões, nas unidades do Brasil, destinados primeiramente a operações industriais, incluindo investimentos relativos à eficiência operacional, SSMA, produtividade e modernização, (2) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.026,9 milhões na Unidade EUA e Europa, equivalente a US\$ 259,7 milhões, alocado em operações industriais e projetos estratégicos, tais como a nova planta de polipropileno; e (3) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 104,5 milhões no Complexo do México, equivalente a US\$ 25,8 milhões.

Em 2018, as atividades de investimento que envolveram o caixa da Companhia de forma consolidada foram, principalmente: (1) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.777,7 milhões, nas unidades do Brasil, destinados primeiramente a operações industriais, incluindo investimentos relativos a SSMA, produtividade e modernização (a exemplo da diversificação da matriz de matéria-prima da central petroquímica na Bahia), (2) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 992,6 milhões investidos na Unidade EUA e Europa, equivalente a US\$ 268,7 milhões, alocado em operações industriais e projetos estratégicos, tais como a nova planta de polipropileno da Companhia, e (3) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 55,2 milhões no Complexo do México.

Em 2017, as atividades de investimento que envolveram o caixa da Companhia de forma consolidada foram, principalmente: (1) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.575,7 milhões, nas unidades do Brasil, destinados primeiramente a operações industriais, incluindo investimentos relativos a SSMA, produtividade e modernização (a exemplo da diversificação da matriz de matéria-prima da central petroquímica na Bahia), (2) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 184,4 milhões, equivalente US\$ 57,4 milhões, investidos na Unidade EUA e Europa, alocado em projetos estratégicos, tais como a nova planta de polipropileno e os ganhos de produtividade nas plantas de polipropileno da Companhia nos Estados Unidos e Alemanha, e (3) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 22,4 milhões no Complexo do México da Companhia.

Fluxos de caixa aplicados em atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.636,8 milhões em 2019, comparado a R\$ 4.603,4 em 2018.

Em 2019, a Companhia:

- a Companhia celebrou um contrato com instituições financeiras internacionais, no valor total de principal de US\$ 550,0 milhões da agência italiana de crédito à exportação SACE;
- a Companhia sacou recursos de uma linha de crédito rotativo no valor de R\$ 7.851,2 milhões;
- A Companhia celebrou alguns contratos para adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACCs) com instituições financeiras brasileiras, no valor principal total de R\$ 1.172,7 milhões;
- A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento de exportações no valor total de R\$ 601,8 milhões;
- recebeu desembolsos nos termos de um contrato de financiamento com algumas entidades governamentais, no valor total de R\$ 266,4 milhões;

- a Companhia emitiu notas com vencimento em 2030 e 2050 para um valor total do principal de R\$ 9.966,0 milhões (US\$ 2.250,0 milhões) no quarto trimestre de 2019;
- a controlada Braskem Idesa emitiu notas com vencimento em 2029 para um valor total do principal de R\$ 3.497,6 milhões (US\$ 900,0 milhões) no quarto trimestre de 2019; e
- a Companhia recebeu R\$ 277,4 milhões de uma operação de arrendamento com opção de recompra para maquinário e equipamentos em algumas de suas plantas, com um prazo de sete anos.

Em 2019, a Braskem utilizou caixa para pagar:

- R\$ 128,4 milhões, correspondente às despesas totais com juros dos contratos de arrendamento da Companhia;
- R\$ 1.204,6 milhões, correspondente a ACCs com instituições financeiras locais no Brasil;
- R\$ 141,5 milhões em empréstimos corporativos (adiantamentos sobre contratos de exportação, linhas de crédito, notas promissórias e outros) com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 7.405,4 milhões para resgate total das notas com vencimento em 2020 e 2021 e resgate parcial dos títulos perpétuos;
- R\$ 599,9 milhões em contratos de pré-pagamento de exportações com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 4.414,5 milhões, correspondente à amortização parcial da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa;
- R\$ 188,2 milhões correspondente ao valor principal total de um contrato de financiamento com o BNDES e algumas entidades governamentais; e
- R\$ 7.829,0 milhões, correspondente a pagamentos relacionados a uma linha de crédito rotativo.

Adicionalmente, a Companhia utilizou caixa para pagar dividendos no valor total de R\$ 667,4 milhões em 2019.

Em 2018:

- A Braskem America celebrou um contrato com instituições financeiras internacionais para financiamento no valor principal total de R\$ 610,5 milhões (US\$ 158,1 milhões) com a Euler Hermes, agência alemã de crédito à exportação, e R\$ 1.117,3 milhões (US\$ 295,1 milhões) com a agência italiana de crédito à exportação SACE; e
- a Companhia celebrou alguns contratos para adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACCs), com instituições financeiras brasileiras, no valor total de principal de US\$ 1.931,7 (US\$ 536,8 milhões); e
- A Companhia contratou uma linha de crédito à exportação no valor de R\$ 406,3 milhões.

Em 2018, a Braskem utilizou caixa para pagar:

- R\$ 1.916,8 milhões em despesas com juros totais;
- R\$ 1.649,7 milhões, correspondente a ACCs com instituições financeiras locais no Brasil;
- R\$ 2.487,8 milhões em empréstimos corporativos (adiantamentos sobre contratos de exportação, linhas de crédito, notas promissórias e outros) com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 1.958,4 milhões para amortização do valor principal das notas com vencimento em 2018, 2020 e 2021 e resgate parcial dos títulos perpétuos;
- R\$ 105,9 milhões em contratos de pré-pagamento de exportações com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 805,0 milhões em amortização do valor principal da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa; e
- R\$ 368,6 milhões correspondente ao valor principal total de um contrato de financiamento com o BNDES e algumas entidades governamentais.

Adicionalmente, a Companhia utilizou caixa para pagar dividendos no valor total de R\$ 1.499,8 milhões em 2018.

Em 2017:

- A Companhia recebeu desembolsos nos termos de um contrato de financiamento com algumas entidades governamentais, no valor de R\$ 420 milhões em setembro de 2017; e
- a Companhia recebeu recursos provenientes da emissão de notas com vencimento em 2022 e 2027, no valor principal total de R\$ 5.470,1 milhões no quarto trimestre de 2017;

Em 2017, a Braskem utilizou caixa para pagar:

- R\$ 2.149,6 milhões em despesas com juros totais;
- R\$ 307,7 milhões, correspondente a ACCs com instituições financeiras locais;
- R\$ 3.357,6 milhões em empréstimos corporativos (adiantamentos sobre contratos de exportação, linhas de crédito, notas promissórias e outros) com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 176,9 milhões do principal em aberto de títulos das notas com vencimento em 2017;
- R\$ 441,0 milhões em contratos de pré-pagamento de exportações com instituições nacionais e internacionais;
- R\$ 300,8 milhões de principal em aberto referente a algumas linhas de crédito da Braskem Idesa;
- R\$ 581,9 milhões em amortização do valor principal da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa; e
- R\$ 2.298,4 milhões correspondente ao valor principal total de um contrato de financiamento com o BNDES e algumas entidades governamentais.

Adicionalmente, a Companhia utilizou caixa para pagar dividendos no valor total de R\$ 998,9 milhões em 2017.

Salvo se houver decisão do conselho de administração que delibere a incompatibilidade com a situação financeira da Companhia e posterior ratificação de tal decisão pelos acionistas, o pagamento de dividendos é obrigatório pela Lei das Sociedades por Ações e estatutos da Companhia e também pelos acordos com dois dos acionistas da Companhia, podendo assim dar origem a significativas necessidades de caixa em períodos futuros.

Compromissos contratuais

A tabela a seguir resume as obrigações contratuais e compromissos significativos em 31 de dezembro de 2019 que têm impacto sobre a liquidez da Companhia.

Adotamos uma metodologia de cálculo para determinar as necessidades mínimas de caixa para um período de 30 dias (a “visão mensal”) e as necessidades mínimas de caixa para um período de 12 meses (a “visão anual”) com o objetivo de, respectivamente: (i) garantir a liquidez necessária para o cumprimento das obrigações a vencer no mês seguinte; e (ii) garantir que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. O caixa mínimo necessário para a “visão anual” é calculado principalmente com base na previsão da geração de caixa operacional, deduzida dos vencimentos de dívidas de curto prazo e necessidades de capital de giro. O caixa mínimo necessário para a “visão mensal” considera o desembolso de caixa operacional projetado, o serviço de dívida e contribuições a projetos, bem como o desembolso planejado para derivativos com vencimento no mês seguinte, entre outros itens. Com relação à política financeira da Companhia, foi adotada a maior entre essas duas referências para determinar o valor de necessidades mínimas de caixa

Em maio de 2018, a Braskem e várias de suas subsidiárias contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais para um valor principal de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão), com vencimento em maio de 2023. Essa linha de crédito poderá ser usada sem restrições para melhorar a qualidade

do crédito da Companhia ou em caso de piora do cenário macroeconômico. Com medida preventiva, em 1º de abril de 2020, a Companhia pegou emprestado o valor de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão) nesta linha de crédito. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros da Braskem por vencimento, incluindo os montantes devidos nos termos do Acordo de Leniência, nos termos da nota 25 das demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Companhia. Esses valores são calculados com base no fluxo de caixa não descontado e incluem pagamentos de juros contratuais, portanto não são passíveis de reconciliação com o balanço patrimonial da Companhia.

	Vencimento em 31 de dezembro de 2019				
	Dentro de um ano	De um a dois anos	De dois a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
	(em milhões de reais)				
Fornecedores.....	9,2	0,0	—	—	9,2
Empréstimos e financiamentos	0,9	2,3	7,2	40,1	50,4
Debêntures	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4
Empréstimos Braskem Idesa.....	0,8	1,7	2,4	9,5	14,4
Derivativos.....	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2
Empréstimo para acionista não controlador da Braskem Idesa.....	—	—	—	2,4	2,4
Outros passivos financeiros	0,5	—	—	—	0,5
Acordo de leniência (Nota explicativa 25 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas)	0,4	0,4	1,0	0,2	2,0
Arrendamentos.....	0,6	0,5	1,1	0,7	3,0
Total	12,5	5,1	11,9	52,9	82,5

Estratégia de endividamento e financiamento

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida total consolidada em aberto da Companhia, líquida de custos de transação, era de R\$ 39.273,3 milhões (US\$ 9.743,5 milhões), incluindo R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões) com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha um endividamento em aberto de R\$ 2.395,9 milhões com relação a um empréstimo devido ao acionista não controlador da Braskem Idesa, com vencimento em dezembro de 2029 e acumulando juros a 7% a.a., cujo rendimento foi usado pela Braskem Idesa para financiar seu projeto de construção.

O endividamento de curto prazo da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.566,0 milhões, incluindo a parcela corrente do endividamento de longo prazo (4,0% do endividamento total da Companhia) e o valor de R\$ 744,4 milhões com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México.

O endividamento de longo prazo da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$37.707,3 milhões (96,0% do endividamento total da Companhia), incluindo o valor de R\$ 9.237,3 milhões com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México.

No consolidado, a dívida em reais em 31 de dezembro de 2019, líquida de custos de transação, era de R\$ 1.640,1 milhões (4,2% do total da dívida), enquanto a dívida em moeda estrangeira era de R\$ 37.633,2 milhões (95,8% do total da dívida).

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao perfil de vencimento da dívida em 31 de dezembro de 2019:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Em diante	Total
<i>(em milhões de reais)</i>								
Endividamento	424,7	448,1	448,8	644,3	1.044,0	411,9	1.100,7	4.522,6
Mercado de Capitais.....	396,8	(15,7)	1.153,3	824,5	3.426,6	(22,7)	19.006,2	24.768,9
Dívida relacionada ao Complexo Petr. do México (Financiamento Braskem Idesa) ..	744,4	800,8	699,1	892,6	978,5	883,3	4.983,1	9.981,7
Total	1.566,0	1.233,2	2.301,2	2.361,4	5.449,0	1.272,5	25.090,0	39.273,3

Endividamento de curto prazo

A dívida consolidada de curto prazo da Companhia, incluindo a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$1.566,0 milhões, incluindo o valor de R\$ 744,4 milhões com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México.

Endividamento de longo prazo

O endividamento de longo prazo da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$37.707,3 milhões (96,0% do endividamento total da Companhia), incluindo o valor de R\$ 9.237,3 milhões com relação à dívida garantida relacionada ao Complexo Petroquímico do México.

As principais fontes de créditos de longo prazo da Companhia são:

- notas a juros fixos emitidas no mercado internacional;
- notas de crédito de exportação;
- linhas de crédito com o BNDES;
- linhas de crédito bancárias;
- financiamento de projeto; e
- linhas de pré-pagamento de exportação.

Alguns dos instrumentos mencionados contêm outras obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia e da maioria de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades ou alienar de outra forma a totalidade ou parte substancial de seus ativos. Além disso, determinados instrumentos que representam uma parcela substancial de nosso endividamento contêm cláusulas sobre eventos de inadimplemento ou antecipação de vencimentos cruzados, pelos quais a ocorrência de alguma das restrições acima, com base nesse instrumento, poderia dar ensejo a um evento de inadimplemento ou permitir que os credores acelerem a dívida decorrente daquele instrumento.

Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 36,5 milhões da dívida em reais estavam garantidos. Para garantir essa dívida, a Companhia caucionou alguns itens do imobilizado e certas contas a receber. As obrigações de garantia dessas dívidas variam de acordo com a respectiva transação.

Em outubro de 2019, a controlada financeira da Companhia, Braskem Netherlands Finance B.V., emitiu notas a 4,500% com vencimento em 2030 com valor principal total de R\$ 8.139,5 milhões (US\$ 1.500,0 milhões) e notas a 5,875% com vencimento em 2050 com valor principal total de R\$ 4.069,7 milhões (US\$ 750,0 milhões). Os recursos da emissão foram utilizados principalmente para amortizar algumas das dívidas em aberto da Companhia. Em novembro de 2019, a Companhia emitiu notas promissórias com vencimento em 2024 com valor principal total de R\$ 550,0 milhões. Os recursos provenientes da emissão das notas promissórias foram utilizados principalmente na amortização de algumas das dívidas em aberto da Companhia, incluindo notas com vencimento em 2020 e 2021, e na amortização parcial de suas notas com vencimento em 2022 e 2023.

Em 31 de dezembro de 2019, toda a nossa dívida sob o project finance relacionada ao Complexo Petroquímico do México possuía garantia. Como garantia da dívida, oferecemos nossas ações na Braskem Idesa, alguns dos direitos de quitação em empréstimos subordinados que a Braskem S.A. realizou à Braskem Idea e alguns dos ativos da Braskem Idesa.

Notas de Taxa Fixa, em dólares

A Companhia emitiu títulos de dívida a taxas fixas no mercado internacional. Incidem sobre todos os títulos juros semestrais sobre o período vencido, com exceção dos bônus perpétuos, sobre os quais incidem juros trimestrais.

A tabela a seguir mostra os títulos a taxas fixas em aberto, o valor em aberto e respectivas datas de vencimento.

Título	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)	
Notas a 5.375% com vencimento em 2022 ⁽¹⁾	291,7	1.582,9	Maio de 2022
Notas a 3.50% com vencimento em 2023 ⁽²⁾	210,3	1.141,2	Janeiro de 2023
Notas a 6.45% com vencimento em 2024 ⁽¹⁾	769,9	4.177,7	Fevereiro de 2024
Notas a 4.50% com vencimento em 2028 ⁽²⁾	1.276,6	6.927,2	Fevereiro de 2028
Notas a 4.500% com vencimento em 2030 ⁽²⁾	1.511,1	8.199,7	Janeiro de 2030
Notas a 7.125% com vencimento em 2041 ⁽³⁾	773,5	4.197,2	Julho de 2041
Notas a 5.875% com vencimento em 2050 ⁽²⁾	757,2	4.108,8	Janeiro de 2050
Bônus perpétuo a 7.375% ⁽¹⁾	508,8	2.760,9	—

(1) Representa notas emitidas pela Braskem Finance Limited e garantidas pela Braskem.

(2) Representa notas emitidas pela Braskem Netherlands Finance e garantidas pela Braskem.

(3) Representa notas emitidas pela Braskem America Finance e garantidas pela Braskem.

Notas em Reais a Juros Variáveis

A Companhia emitiu uma nota promissória a juros variáveis no mercado brasileiro, que paga juros em dez parcelas semestrais até o vencimento, em novembro de 2024. A nota promissória não é passível de amortização e o principal se torna devido após o vencimento. A tabela a seguir mostra o valor em aberto desse título e respectiva data de vencimento.

Título	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)	
CDI + Nota Promissória a 0.85% com vencimento em 2024.....	102,2	554,3	Novembro de 2024

Linhas de Crédito em Dólares com Agências Governamentais

Em março de 2017, a Companhia contratou uma linha de crédito garantida pela NEXI, agência japonesa de crédito à exportação, no valor total do principal de R\$ 732,6 milhões (US\$ 135,0 milhões). O empréstimo possui juros a uma taxa equivalente à LIBOR + 1,61% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em março de 2027. O valor do principal deve ser amortizado em 20 parcelas mensais sucessivas a partir de setembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 616,4 milhões (US\$ 113,6 milhões).

Em julho de 2018, Braskem America contratou uma linha de crédito com Euler Hermes, agência alemã de crédito à exportação, no valor principal agregado de até R\$ 1.220,6 milhões (US\$ 225,0 milhões), para o financiamento de parte dos investimentos na nova planta de PP da Companhia nos Estados Unidos. O empréstimo, cujo vencimento ocorrerá em 30 de dezembro de 2028, possui juros a uma taxa equivalente à LIBOR + 0,65% a.a., devidos semestralmente até o vencimento. O valor do principal é amortizado semestralmente a partir de 30 de dezembro de 2020. Os recursos serão desembolsados de acordo com o progresso do projeto de construção e o valor total deve ser desembolsado até 30 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 973,5 milhões (US\$ 179,4 milhões) haviam sido desembolsados em valor do principal, e o valor em aberto nos termos da linha de crédito era de R\$ 1.011,5 milhões (US\$ 186,4 milhões).

Em novembro de 2018, a Companhia contratou uma linha de crédito garantida pela SACE, agência italiana de crédito à exportação, no valor total do principal de US\$ 295,1 milhões. O empréstimo possui juros a uma taxa equivalente à LIBOR + 0,90% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em novembro de 2028. O valor do principal deve ser pago em 20 parcelas mensais sucessivas a partir de maio de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 1.445,0 milhões (US\$ 266,3 milhões).

Em dezembro de 2019, a Companhia contratou uma linha de crédito garantida pela SACE no valor total do

principal de R\$ 813,9 milhões (US\$ 150,0 milhões). O empréstimo possui juros a uma taxa equivalente à LIBOR + 0,90% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em dezembro de 2029. O valor do principal deve ser pago em 20 parcelas mensais sucessivas a partir de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 368,4 milhões (US\$ 67,9 milhões).

Data de Emissão	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Taxa de juros	Cronograma de Amortização	Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)			
Março de 2017	113,6	616,4	LIBOR + 1,61% a.a.	Semestral ⁽¹⁾	Março de 2027
Julho de 2018	186,4	1.011,5	LIBOR + 0,65% a.a.	Semestral ⁽²⁾	Dezembro de 2028
Novembro de 2018	266,3	1.445,0	LIBOR + 0,90% a.a.	Semestral ⁽³⁾	Novembro de 2028
Dezembro de 2019	67,9	368,4	LIBOR + 0,90% a.a.	Semestral ⁽⁴⁾	Dezembro de 2029

(1) A amortização dessa linha teve início em setembro de 2017.

(2) A amortização dessa linha terá início em novembro de 2020.

(3) A amortização dessa linha teve início em maio de 2019.

(4) A amortização dessa linha terá início em junho de 2020.

Linhas de Crédito com Agências Governamentais em Reais

Em dezembro de 2018, a Companhia contratou uma nova linha de crédito com o BNDES, no valor total do principal de R\$ 476,0 milhões, com vencimento em 2031, sendo que os recursos foram utilizados para financiar os investimentos de capital da Companhia no Brasil. No dia 30 de janeiro de 2019, a Companhia sacou a primeira parcela nos termos dessa linha de crédito no valor principal total de R\$ 266,0 milhões. Essa linha de crédito possui juros a uma taxa equivalente ao IPCA mais 6,04% ao ano, devidos trimestralmente depois de um período de carência inicial, da primeira parcela até janeiro de 2021, e após isso mensalmente até o vencimento, em janeiro de 2031. O valor do principal deve ser pago em 120 parcelas mensais sucessivas a partir de fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 1.467,8 milhões (US\$ 270,5 milhões).

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas a respeito das linhas de crédito com o BNDES em 31 de dezembro de 2019.

Linha	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Média Ponderada Taxa de juros	Vencimento do Contrato
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)		
Dezembro de 2009 ⁽¹⁾ — Taxa Fixa.....	3,69	20,0	4,0% a.a.	Janeiro de 2021
Janeiro de 2019 ⁽²⁾ — Taxa Fixa.....	49,8	270,5	IPCA + 6,04% a.a.	Janeiro de 2031

(1) A amortização dessa linha teve início em fevereiro de 2016.

(2) A amortização dessa linha terá início em fevereiro de 2021.

A linha de crédito que vence em janeiro de 2021 é garantida por hipotecas em duas das plantas da Companhia localizadas no Polo de Triunfo. A linha de crédito com vencimento em janeiro de 2031 não tem garantia.

Contratação de Linha de Crédito Rotativo

Em maio de 2018, a Braskem e várias de suas subsidiárias contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais para um valor principal de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão), com vencimento em maio de 2023. A Companhia não sacou nenhum valor nessa linha de crédito em 31 de dezembro de 2019. Em abril de 2020, a Companhia pegou emprestado o valor de R\$ 5.426,3 milhões (US\$ 1.000,0 milhão) nesta linha de crédito.

Linhas de Crédito com Bancos em Dólares

No dia 8 de abril de 2019, a Companhia celebrou uma linha de crédito com uma instituição internacional no valor principal total de R\$ 436,3 milhões (US\$ 80,4 milhões) com um prazo de sete anos. Para a concretização dessa

linha de crédito, determinados ativos das plantas da Companhia foram transferidos à instituição financeira e, na data de vencimento, a Braskem tem a opção de recomprá-los por um valor residual. De acordo com a norma IFRS15, essa transferência não é considerada uma venda. O empréstimo possui juros a uma taxa equivalente à LIBOR - 1,00% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em abril de 2026. O valor do principal deve ser pago em parcelas mensais sucessivas a partir de 30 de setembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 368,4 milhões (US\$ 67,9 milhões).

Em outubro de 2019, a Companhia contratou uma linha de crédito de pré-pagamento de exportações, por meio da qual foi recebido um desembolso no valor total do principal de R\$ 542,6 milhões (US\$ 100,0 milhões). O empréstimo possui juros de LIBOR + 1,75% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em outubro de 2024. O valor do principal é devido em parcela única no vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 545,9 milhões (US\$ 100,6 milhões).

Data de Emissão	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Taxa de juros	Cronograma de Amortização	Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)			
Abril de 2019	67,9	368,4	LIBOR - 1,00%	Semestral Parcela única no vencimento	Abril de 2026
Outubro de 2019.....	100,6	545,9	LIBOR + 1,75%		Outubro de 2024

Linhas de Crédito com Bancos em Reais

Em abril de 2018, a Companhia contratou uma linha de crédito à exportação no valor total do principal de R\$ 400,0 milhões. O empréstimo possui juros a uma taxa equivalente à CDI + 0,70% a.a., devidos semestralmente até o vencimento, em março de 2024. O valor do principal é devido em duas parcelas, em março de 2023 e março de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto nos termos dessa linha de crédito era em R\$ 405,6 milhões.

Data de Emissão	Valor do principal em aberto e juros em 31 de dezembro de 2019		Taxa de juros	Cronograma de Amortização	Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)			
Abril de 2018	74,7	405,6	CDI + 0,70%	2023 e 2024	Outubro de 2024

Endividamento da Braskem Idesa

Em dezembro de 2012, a Braskem Idesa celebrou um acordo geral com algumas instituições financeiras para o desenvolvimento, projeto, construção e operação inicial do Complexo México. O Complexo do México compreende um cracker de etano com capacidade de produção de 1,05 milhão de toneladas por ano de eteno, dois unidades de polietileno de alta densidade e uma unidade de polietileno de baixa densidade. Em relação ao acordo geral, a Braskem Idesa celebrou oito acordos financeiros individuais com instituições financeiras estrangeiras e brasileiras e bancos de desenvolvimento no valor total de principal de até US\$3,2 bilhões, o Financiamento Braskem Idesa. Todos os valores desembolsados em tais linhas de crédito são garantidos pelas ações da Companhia na Braskem Idesa. Adicionalmente, como condição suspensiva ao desembolso inicial e a cada desembolso subsequente, a Braskem Idesa precisou manter um índice máximo de dívida para patrimônio base de 70:30 após a realização de tal desembolso, calculado conforme o acordo de termos comuns. Em setembro de 2015, a Braskem Idesa recebeu o último desembolso nos termos do acordo de termos comuns, atingindo o total de principal de R\$ 17,4 bilhões (US\$3,2 bilhões). O financiamento consiste de tranches fixas e variáveis. Os juros sobre a tranche fixa variam entre 4,33% e 6,17%. Os juros sobre a tranche variável variam entre LIBOR + 2,73% e LIBOR + 4,65%. A fim de reduzir o risco de taxa de juros, a segunda tranche possui hedge através de diversos contratos de swap. Os juros de ambos os tipos de tranche são devidos trimestral e postecipadamente, sendo que o principal é amortizado trimestralmente. A data de vencimento final destes empréstimos é 15 de fevereiro de 2029, com amortização a partir de maio de 2016.

Em 25 de novembro de 2019, a Braskem Idesa emitiu notas seniores garantidas a 7,450% com vencimento em 2029 no valor principal total de R\$ 4.883,7 milhões (US\$ 900,0 milhões). As notas são obrigações seniores garantidas da Braskem Idesa com igualdade de condições com a dívida sob o project finance existente da Braskem Idesa até a amortização total do valor em aberto da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa. Após a

amortização total do valor em aberto da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa, as notas da Braskem Idesa serão convertidas em notas seniores não garantidas. Os juros sobre as notas são devidos semestralmente e o valor do principal se torna devido no vencimento. Os recursos provenientes das notas foram usados para refinarar parcialmente o endividamento existente sob project finance garantido da Braskem Idesa incorrido em 2012 para construir a planta no México. Os recursos excedentes da emissão foram usados para pagar antecipadamente alguns outros endividamentos da Braskem Idesa.

Títulos ⁽¹⁾	Valor do principal em aberto acrescido de juros em 31 de dezembro de 2019		Vencimento final
	(em milhões de US\$)	(em milhões de reais)	
Notas a 7.45% com vencimento em 2029	903,2	4.901,0	Novembro de 2029

(1) Representa notas emitidas pela Braskem Idesa.

Investimentos de capital

Em 2019, as atividades de investimento que envolveram o caixa da Companhia de forma consolidada foram, principalmente: (1) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.749,3 milhões, nas unidades do Brasil, destinados primeiramente a operações industriais, incluindo investimentos relativos a SSMA, produtividade e modernização, (2) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 1.026,9 milhões investidos na Unidade EUA e Europa, equivalente a US\$ 259,7 milhões, alocado em operações industriais e projetos estratégicos, tais como a nova planta de polipropileno da Companhia; e (3) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 104,5 milhões no Complexo do México, equivalente a US\$ 25,8 milhões.

Orçamento de Investimentos

A Companhia espera investir R\$ 3.010,3 milhões em 2020, dos quais R\$ 1.152,9 milhões em dólares relacionados a investimentos nas unidades dos Estados Unidos e Europa.

Do total investido, R\$ 1.836,2 milhões serão direcionados aos projetos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), bem como aos projetos de manutenção, produtividade e eficiência operacional, incluindo os investimentos a serem feitos na parada programada da central em São Paulo, prevista para o terceiro trimestre de 2020.

A Braskem Idesa planeja investir cerca de R\$ 122,1 milhões (US\$ 22,5 milhões) em projetos relacionados à manutenção, produtividade, SSMA e eficiência operacional.

Joint Venture

Complexo Petroquímico do México

Braskem e Idesa constituíram a Braskem Idesa em abril de 2010, para desenvolver, construir e operar o Complexo México, a ser localizado no estado mexicano de Veracruz. O Complexo Petroquímico do México inclui uma central petroquímica de etano que produzirá 1,05 milhão de toneladas de eteno por ano utilizando tecnologia licenciada pela Technip Italy S.p.A (Technip), e ainda duas plantas de polietileno de alta densidade utilizando tecnologia Innovene S licenciada pela Ineos Commercial Services UK Limited (sucessora da Ineos Europe Limited) e uma planta de polietileno de baixa densidade utilizando tecnologia Lupotech T licenciada da Basell Polyolefin GmbH. As três plantas de polietileno somam capacidade anual de produção de 1,0 milhão de toneladas de PEAD e PEBD. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia produzido 800.783 toneladas de PEAD e PEBD.

A Braskem Idesa possui contrato de fornecimento de etano com a Pemex TRI celebrado em 19 de fevereiro de 2010, segundo o qual a Pemex TRI se obriga a fornecer, e a Braskem Idesa a adquirir, 66 mil barris por dia de etano para o Complexo México durante 20 anos a preços baseados nas referências internacionais destas matérias-primas em dólares. Nos termos do contrato, qualquer volume diário rejeitado pela Braskem Idesa deverá ser adquirido em parcelas durante as entregas subsequentes até que não haja mais volumes em aberto. O contrato tem vencimento em 2035 e é renovável por três períodos adicionais de cinco anos, mediante aviso prévio da intenção de renovação pelo

menos dois anos antes do seu vencimento. A Pemex TRI poderá rescindir o contrato nos seguintes casos: (1) falta de pagamento por mais de 180 dias após a notificação, ou (2) parada emergencial das operações ou evento de força maior com duração superior a 48 meses.

O contrato de fornecimento de etano inclui cláusula de desempenho de entrega de volume de longo prazo que exige que a Pemex TRI cumpra com a entrega de um volume de etano durante um período de seis meses equivalente a 70% do volume acordado nos termos do contrato de fornecimento de etano (“Teste de Desempenho de Longo Prazo”). Em janeiro de 2020, as entregas de volumes da Pemex TRI nos termos do Teste de Desempenho de Longo Prazo encontravam-se próximas, porém acima, do limite de 70%. Caso a Pemex TRI não cumpra o Teste de Desempenho de Longo Prazo, além do impacto negativo direto sobre os volumes de produção do Complexo do México, isso pode (i) fazer com que a Companhia não consiga gerar caixa o suficiente para fazer o serviço de sua dívida com credores nos termos do Financiamento Braskem Idesa, (ii) fazer com que esses credores antecipem essa dívida e/ou (iii) exigir que a Braskem Idesa exerça uma opção de venda e rescisão contra a Pemex TRI que obrigaria a Pemex TRI a comprar o Complexo do México da Companhia. Caso a Companhia opte por exercer o direito da rescisão e a opção de venda, não é possível garantir que a Pemex TRI não contestará o exercício de tal rescisão e opção de venda, ou tentará evitar a compra do Complexo Petroquímico do México da Companhia. Vide “Item 3. Principais Informações—Riscos Relativos à Companhia e ao Setor Petroquímico—A Companhia depende do etano fornecido pela Pemex TRI no México.”

Em fevereiro de 2010, a Companhia e a Idesa firmaram o acordo de acionistas Braskem Idesa para disciplinar seu relacionamento com respeito à Braskem Idesa, alterado em novembro de 2012, em dezembro de 2012, em abril de 2015 e em abril de 2017. O acordo de acionistas Braskem Idesa, conforme alterado, expõe o entendimento das partes com respeito à implantação do projeto e ao relacionamento da Braskem e da Idesa como acionistas da Braskem Idesa. Nos termos do Acordo de Acionistas da Braskem Idesa, conforme alterado:

- as partes se comprometem a envidar os melhores esforços para utilizar a Braskem Idesa como veículo de comercialização de polietileno no México;
- as partes convencionam que a produção de polietileno da Braskem Idesa se concentrará estrategicamente em atender o mercado mexicano;
- a Braskem tem o direito de indicar cinco e a Idesa tem o direito de indicar dois membros do conselho de administração da Braskem Idesa; as decisões consideradas em assembleias de acionistas da Braskem Idesa requerem aprovação de pelo menos 50% mais um das ações com direito a voto da Braskem Idesa. As decisões consideradas pelo conselho de administração da Braskem Idesa requerem aprovação por maioria simples dos votos de seus integrantes;
- se a Braskem e a Idesa não chegarem a um acordo na votação para aprovar determinadas questões que exigem maioria absoluta de votos em uma assembleia geral extraordinária, (1) a Braskem terá o direito de procurar aprovar as questões por maioria simples dos votos dos acionistas da Braskem Idesa, (2) na eventualidade de tais questões serem aprovadas por maioria simples dos votos dos acionistas da Braskem Idesa, a Braskem terá a opção de comprar a totalidade das ações detidas pela Idesa e (3) caso a Braskem não exerça esse direito, a Idesa terá a opção de vender todas as suas ações da Braskem Idesa para a Braskem; e
- quaisquer divergências entre a Braskem e a Idesa decorrentes do Acordo de Acionistas Braskem Idesa serão solucionadas mediante arbitragem.

O Acordo de Acionistas Braskem Idesa também prevê direitos de preferência, direitos de tag along e direitos de drag along com respeito à alienação de ações da Braskem Idesa.

O custo inicial total do Complexo México, estimado em US\$ 4,5 bilhões, incluindo custos financeiros durante a construção e necessidades iniciais de capital de giro foi revisto em 2015 para US\$ 5,2 bilhões, devido principalmente: (1) à mudança do escopo da unidade geradora de energia, a fim de assegurar a autossuficiência do complexo e aumentar a confiabilidade do fornecimento de energia, com a possibilidade de venda da energia excedente para a rede elétrica; e (2) a custos adicionais com infraestrutura e serviços locais.

A Braskem e a Idesa contribuíram com 38% do custo total como capital proporcional à participação acionária na Braskem Idesa e o restante foi tomado por empréstimo pela Braskem Idesa em linhas de crédito de project finance,

garantidos por ativos do próprio projeto, junto a agências multilaterais de crédito, agências de crédito à exportação, bancos de desenvolvimento e bancos privados.

A construção do Complexo do México teve início em 2012, que iniciou suas operações com a produção do primeiro lote de polietileno em abril de 2016.

Embora o Complexo Petroquímico do México esteja totalmente operacional e a Braskem Idesa tenha cumprido e continue a cumprir com as exigências de serviço da dívida e demais pagamentos de obrigações nos termos da sua linha de crédito sindicalizada sênior garantida de R\$ 8.063,5 milhões (US\$ 1.486 milhões), ocorreram eventos de descumprimento desde pelo menos 2016. Tais eventos de descumprimento garantem ao credor o direito de antecipar o vencimento desta dívida e requerer remediação através das garantias oferecidas por tal linha, que incluem o Complexo Petroquímico do México e as ações em circulação da Braskem Idesa. Em outubro de 2019, um pacote de renúncias e aceite foi aprovado pelo representante dos credores, estendendo assim as datas para cumprimento da data de conclusão física garantida de 30 de novembro de 2016 para 30 de dezembro de 2020 e da data de conclusão financeira garantida de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2020.

Em 25 de novembro de 2019, a Braskem Idesa emitiu notas seniores garantidas a 7,450% com vencimento em 2029 no valor principal total de R\$ 4.883,7 milhões (US\$ 900,0 milhões). As notas são obrigações seniores garantidas da Braskem Idesa com igualdade de condições com a dívida sob o project finance existente da Braskem Idesa até a amortização total do valor em aberto da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa. Após a amortização total do valor em aberto da linha de crédito de project finance da Braskem Idesa, as notas da Braskem Idesa serão convertidas em notas seniores não garantidas.

Contrato de Suporte dos Acionistas Relacionado ao Complexo Petroquímico do México

Em dezembro de 2012, a Companhia, a Braskem Idesa, a Etileno XXI, S.A. de C.V. e a Idesa celebraram um contrato de suporte dos acionistas (equity support agreement) segundo o qual os acionistas da Braskem Idesa se comprometem a realizar e garantir o pagamento de determinadas contribuições de capital à Braskem Idesa. O contrato foi alterado e consolidado em abril de 2015. De acordo com o contrato alterado e consolidado de suporte dos acionistas, as partes se comprometeram a realizar um aporte de capital inicial de US\$ 2,0 bilhões proporcional à participação, direta ou indireta, de cada uma na Braskem Idesa (Braskem, 75% e Idesa, 25%), totalmente aportado na Braskem Idesa. Os acionistas assumiriam ainda a obrigação de realizar determinados aportes contingentes visando cobrir quaisquer valores adicionais necessários para a conclusão do projeto. O compromisso contingente de capital da Companhia que ainda está disponível é de até US\$ 208 milhões, e estará disponível até a data de ocorrência da liberação do capital contingente de acordo com o contrato alterado e atualizado de suporte dos acionistas, observando que o mesmo será reduzido até menor entre o valor então disponível e US\$ 100 milhões após o atingimento da conclusão financeira do projeto. Atualmente, a Companhia não fornece suporte de crédito para qualquer obrigação de financiar sua parcela da obrigação aporte ou de contingência primária ou secundária de capital, mas caso a mesma deixe de ser classificada como grau de investimento antes da liberação de sua obrigação de aporte inicial e contingente de capital, ela deverá fornecer garantia de caixa ou em valor igual a qualquer contribuição de capital que possa ser exigida segundo o contrato.

A Braskem Idesa, precisou realizar significativos investimentos de capital para o desenvolvimento do Complexo Petroquímico do México e incorrer em dívidas significativas. A capacidade dos acionistas da Braskem Idesa de cumprir com a obrigação de garantir que determinadas contribuições contingentes de capital cubram os valores adicionais necessários para concluir o projeto, conforme acordado no contrato de suporte dos acionistas relativo à linha de crédito de project finance, poderia afetar a operação do Complexo Petroquímico do México. Vide “Fatores de Risco - Riscos Relativos à Companhia e ao Setor Petroquímico - A Companhia pode enfrentar dificuldades não previstas na operação do Complexo Petroquímico do México, de forma que tal unidade de negócio poderia deixar de proporcionar os benefícios esperados para a Companhia.”

Alterações ao Acordo de Acionistas da Braskem Idesa Relacionado ao Projeto Etileno XXI

Em fevereiro de 2010, a Braskem e a Idesa celebraram um acordo de acionistas, ao qual nos referimos como acordo de acionistas da Braskem Idesa, para reger seu relacionamento em relação à Braskem Idesa. Em novembro de 2012, a Braskem e a Idesa celebraram a primeira alteração ao acordo de acionistas da Braskem Idesa, segundo a qual a participação da Companhia na Braskem Idesa aumentou para 75% menos uma ação de participação na Braskem Idesa, enquanto a participação da Idesa na Braskem Idesa foi reduzida para 25% mais uma ação de participação. Em dezembro de 2012, a Companhia e a Idesa celebraram um segundo aditamento ao acordo de acionistas da Braskem Idesa, visando incluir o compromisso de ambos os Patrocinadores de contribuírem com

determinados aportes de capital primário e secundário ao projeto. Em abril de 2015, a Companhia e a Idesa celebraram o terceiro aditamento ao acordo de acionistas Braskem Idesa, visando incluir uma contribuição de capital básica adicional e ratificar os novos compromissos de capital contingente, segundo os quais a Companhia concorda em financiar até 100% do aporte contingente de capital de acordo com o contrato de suporte dos acionistas até a data de início de produção. O aporte primário contingente de capital totaliza US\$ 208 milhões. Por fim, em abril de 2017, a Braskem e a Idesa alteraram e consolidaram o acordo de acionistas da Braskem Idesa para que os termos refletissem o progresso do empreendimento desde a data original de assinatura, em 2010, bem como o entendimento entre os acionistas quanto a seus direitos e obrigações no pagamento de taxas e juros pela Idesa referente ao financiamento pela Braskem do montante de capital contingente ou necessidades de capital de giro da Braskem Idesa, bem como a consequente diluição da participação da Idesa na Braskem Idesa.

Outros Investimentos

Projeto UTEC®

A nova linha de produção do polietileno de ultra alto peso molecular (PEUAPM) da Companhia, comercializado sob o nome de UTEC®, iniciou suas operações em janeiro de 2017.

Localizada na cidade de La Porte, no estado norte-americano do Texas, a produção da planta complementa a capacidade já existente na linha do Brasil, produzida no complexo petroquímico de Camaçari. Com tecnologia 100% brasileira, a resina UTEC® tem aplicações sofisticadas em diversos setores, como automotivo e de transporte, eletroeletrônicos, fibras e têxteis, industrial e maquinário pesado, manuseio de materiais, óleo e gás, dutos e mineração, plásticos porosos, recreação e para o consumidor final.

O principal mercado para a produção da planta de UTEC® em La Porte é o mercado dos Estados Unidos, embora a Companhia também exporte a resina para a Europa, Índia e China. A operação dessa planta fortalece o posicionamento da Companhia como um dos maiores produtores de PEUAPM do mundo.

Projeto de flexibilidade da matéria-prima na Bahia

Em linha com a estratégia da Companhia, que busca fontes alternativas de matérias-primas para aumentar sua competitividade global, em novembro de 2017, teve início a flexibilização para a produção de até 15% de eteno utilizando como matéria-prima o etano, no complexo petroquímico da Bahia.

Para o fornecimento da matéria-prima, a Companhia celebrou um acordo de compra de etano dos Estados Unidos com uma afiliada da empresa Enterprise Products. O contrato tem vigência de 10 anos e o preço está atrelado à referência internacional Mont Belvieu.

Foram investidos R\$ 380 milhões na adequação tecnológica da Unidade de Químicos em Camaçari, no duto de interligação e na adaptação da infraestrutura logística do Terminal Portuário de Aratu, em Candeias.

Nova planta de PP nos Estados Unidos

Em linha com a estratégia de diversificação da matriz de matérias-primas e expansão geográfica nas Américas, reforçando a liderança na produção de PP nos Estados Unidos, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 21 de junho de 2017, o projeto para construção de uma nova planta de PP de 450 mil toneladas na unidade de La Porte, no Texas. O projeto deve começar a operar no segundo trimestre de 2020.

Com investimentos aprovados no valor de até US\$ 675,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já havia investido US\$ 555,4 milhões no projeto de detalhamento de engenharia e na compra de equipamentos. Em 2019, o projeto avançou a uma taxa de 89,7%: 88,5% da construção foram concluídos e 100% do detalhamento de engenharia e aquisições de equipamentos e material foram concluídos. O Grupo Linde foi contratado para liderar a etapa de engenharia, compras e construção (EPC) do projeto e que foi escolhida a tecnologia UNIPOL® da Grace.

A Braskem America celebrou uma linha de crédito no valor de até R\$ 1.220,5 milhões (US\$ 225 milhões) garantida pela Euler Hermes, uma agência alemã de crédito de exportação, que será utilizada para financiar uma parcela dos investimentos na nova planta de PP. A transação, com vencimento em 30 de dezembro de 2028, tem um custo de 0,65% p.a. acrescido de LIBOR semestral, com amortização semestral a partir de 30 de dezembro de 2020. Os recursos serão desembolsados de acordo com o progresso da construção do projeto e o valor total deve ser

desembolsado até 30 de dezembro de 2020. Na data deste relatório anual, o total desembolsado foi de R\$ 973,5 milhões (US\$ 179,4 milhões).

Projeto de eficiência energética na central petroquímica da Companhia no Complexo de São Paulo

Para melhorar a eficiência energética e a competitividade da central petroquímica do Complexo de São Paulo, a Braskem e a Siemens investirão aproximadamente R\$ 600 milhões para melhorar o sistema termoeletrico da unidade no complexo substituindo algumas turbinas a vapor por motores elétricos de alta eficiência com suporte de uma nova planta de cogeração que consumirá o gás residual do próprio processo de produção da unidade. Para permitir o investimento pela Siemens na nova planta de cogeração, a Braskem assinou um contrato com a Siemens por um prazo de 15 anos nos termos de um modelo “construir, possuir e operar”. Com a inicialização esperada para 2021, o projeto não só reduzirá o consumo de energia do local, como também reduzirá o consumo de água da central petroquímica em 11,4% e suas emissões de gases do efeito estufa em 6,3%.

Na data deste relatório anual, R\$ 72,2 milhões (US\$ 13,3 milhões) já foram investidos e o projeto estava com uma conclusão de aproximadamente 11%.

Mudança de tecnologia na instalação de cloro-soda da Companhia em Alagoas

A Companhia está investindo R\$ 59,3 milhões em um projeto em sua instalação de cloro-soda localizada no bairro Pontal da Barra, em Maceió, no estado de Alagoas, que tem por objetivo mudar o processamento de matéria-prima da salmoura para o sal marinho.

Com esse projeto, a Companhia conseguirá retomar as operações de suas plantas de cloro-soda e dicloroetano na região, que estavam suspensas desde maio de 2019 após acontecimentos decorrentes da publicação do Relatório nº 1 pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Vide “Item 3. Informações Principais—Fatores de Risco—Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.”

A nova tecnologia consiste na compra de sal de terceiros. O sal poderia ser comprado da região nordeste do Brasil por rodovia ou importado de outras regiões usando o porto de Maceió, que está localizado próximo à instalação de cloro-soda. O sal comprado de terceiros seria inicialmente armazenado, dissolvido em água para produzir a salmoura, tratado e então enviado para ser processado na instalação de cloro-soda.

Na data deste relatório anual, o total desembolsado já investido foi de R\$ 115,0 milhões (US\$ 21,2 milhões).

Solução fast-track para importação de etano da instalação da Braskem Idesa no México

A Braskem Idesa está investindo em infraestrutura logística para importar etano dos Estados Unidos para aumentar a taxa de utilização de capacidade da sua central petroquímica. Com relação ao fornecimento de etano, a Braskem Idesa está atualmente negociando e pode celebrar um contrato de longo prazo ou optar por adquirir etano no mercado à vista.

Para garantir a viabilidade da Solução Fast-Track, a Braskem Idesa celebrou contratos com a Smart Pass, uma operadora logística, e com a Enestas, uma empresa especializada no transporte de gás criogênico. A Smart Pass será responsável por receber etano líquido nas docas do Porto de Coatzacoalcos e descarregá-lo das embarcações em tanques criogênicos. A Enestas transportará o etano por caminhão até o complexo petroquímico da Braskem Idesa, onde o etano será armazenado em tanques existentes e submetido à regasificação para uso no processo de produção.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 22 milhões (US\$ 4 milhões), essa solução complementar para aquisição de matéria-prima fará com que seja possível importar até 12.800 barris de etano por dia para o Complexo Petroquímico do México, o que representa 19% de sua necessidade de etano. Em fevereiro de 2020, a Braskem Idesa importou sua primeira remessa de etano.

Além disso, a Braskem Idesa continua a avaliar uma solução complementar para importações de etano em maior escala, cujo escopo consiste na construção de um terminal para importação de etano e um duto para transportá-lo ao seu complexo petroquímico. Para informações adicionais, principalmente com relação aos riscos associados a esse projeto, vide “Item 3. Principais Informações—Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao México—Se a Companhia não desenvolver uma fonte alternativa de etano, ela pode ter um impacto negativo sobre o seu negócio, porque não consegue operar seu Complexo do México em plena capacidade.”.

Transações Não Incluídas no Balanço Patrimonial

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma transação envolvendo acordos não incluídos no balanço patrimonial.

ITEM 6. CONSELHEIROS, DIRETORES E FUNCIONÁRIOS

Conselheiros e diretores

O conselho de administração e a diretoria da Companhia são responsáveis pela operação dos negócios.

Conselho de administração da Braskem

Nosso Estatuto Social estabelece a existência de um conselho de administração composto de onze conselheiros e onze suplentes. Durante a ausência ou impedimento temporário de um membro efetivo de nosso conselho de administração, o respectivo suplente substitui o membro efetivo ausente ou impedido. Nosso conselho de administração é um órgão deliberativo responsável, entre outros assuntos, pela fixação das políticas e diretrizes para os nossos negócios e os de nossas subsidiárias e controladas. Nosso conselho de administração é também responsável pela fiscalização da diretoria e pelo monitoramento da implantação das políticas e diretrizes periodicamente fixadas pelo próprio conselho de administração. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nosso conselho de administração é também responsável pela contratação de uma empresa de auditoria independente registrada.

Os membros do conselho de administração são eleitos em assembleia geral para mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos. Os mandatos de todos os atuais conselheiros terminam em nossa Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 2020. Os membros do conselho de administração da Companhia podem ser destituídos a qualquer tempo, com ou sem justa causa, em assembleia geral de acionistas. O nosso estatuto social não contém quaisquer exigências quanto à cidadania ou residência, e os membros do conselho de administração não precisam ser acionistas de nossa companhia. Nosso conselho de administração é presidido pelo presidente do conselho de administração e, em sua ausência, pelo vice-presidente do conselho. O presidente e o vice-presidente do conselho de administração são eleitos em assembleia geral dentre os conselheiros, têm mandato de dois anos e podem ser reeleitos.

Nosso conselho de administração reúne-se ordinariamente onze vezes por ano, ou em caráter extraordinário, quando necessário e convocado pelo presidente, pelo vice-presidente ou por quaisquer outros dois conselheiros. As deliberações de nosso conselho de administração exigem quórum de instalação representado pela maioria dos conselheiros, sendo tomadas por maioria de votos, a não ser alguns atos que requerem o consenso dos indicados da Odebrecht e da Petrobras em conformidade com o Acordo de Acionistas da Braskem S.A. Vide “Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas—Acordo de Acionistas da Braskem S.A.”

A tabela a seguir apresenta algumas informações relativas aos atuais membros do conselho de administração e seus suplentes na data do encerramento do exercício:

Nome	Membro desde	Cargo	Idade
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	20 de dezembro de 2019	Presidente do Conselho	70
João Cox Neto	8 de junho de 2016	Vice-Presidente do Conselho	57
Roberto Lopes Pontes Simões	22 de maio de 2019	Conselheiro	64
Gesner José de Oliveira Filho ⁽¹⁾	27 de junho de 2017	Conselheiro	64
Pedro Oliva Marcilio de Sousa ⁽¹⁾	27 de junho de 2017	Conselheiro	47
Roberto Faldini	22 de maio de 2019	Conselheiro	72
João Pinheiro Nogueira Batista	22 de abril de 2019	Conselheiro	64
Julio Soares de Moura Neto ⁽¹⁾	22 de abril de 2019	Conselheiro	77
	12 de novembro de		
Rogério Bautista da Nova Moreira	2019	Conselheiro	44
Andrea da Motta Chamma ⁽¹⁾	29 de maio de 2020	Conselheiro	55
Maria Isabel de Faria Perez	29 de maio de 2020	Suplente	39
André Amaro da Silveira	8 de junho de 2016	Suplente	57
Marcelo Rossini de Oliveira	22 de abril de 2019	Suplente	42
Marcelo Mancini Stella	8 de junho de 2016	Suplente	57
Daniel Pereira de Albuquerque Ennes	29 de maio de 2020	Suplente	40

Nome	Membro desde	Cargo	Idade
José Marcelo Lima Pontes	22 de maio de 2019	Suplente	66
Guilherme Duarte Abud.....	29 de maio de 2020	Suplente	37
Guilherme Simões de Abreu	29 de maio de 2020	Suplente	69

(1) Conselheiro independente.

Segue-se um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos dos atuais conselheiros da Companhia e seus suplentes.

Conselheiros

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha. O Sr. Carneiro da Cunha é o presidente do conselho de administração da Companhia e foi eleito como membro do conselho de administração pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Carneiro da Cunha é membro do conselho de administração da Odebrecht S.A. desde outubro de 2019 e da Oi S.A. desde setembro de 2018 e atuou, anteriormente, como presidente do conselho de administração da Oi S.A. desde 2009. O Sr. Carneiro da Cunha iniciou sua carreira como funcionário do BNDES, ocupando diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido ainda nomeado diretor (de 1991 a 1998) e vice-presidente, responsável pelas áreas de operações industriais, jurídica e de questões fiscais (de 1998 a 2002). Ele exerceu os seguintes cargos: (i) membro do conselho de administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) membro do conselho de administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) CEO interino da Oi S.A., em 2013; (iv) presidente do conselho de administração das seguintes empresas: (a) Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde atuou ainda como membro suplente do conselho de administração em 2006; (b) Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); (c) TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); (d) Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); (e) Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); e (f) Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., antiga Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) membro do conselho de administração da Log-In Logística Intermodal S.A. (de 2007 a 2011); (vi) membro do conselho de administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) membro do conselho de administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2017); (viii) membro do conselho de administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), onde ele anteriormente detinha o cargo de vice-presidente de planejamento estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Politeño Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. Carneiro da Cunha é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis (1971). Ele também concluiu o Programa Executivo em Administração da Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002.

João Cox Neto. Eleito membro do Conselho de Administração da Companhia após nomeação pela acionista Petróleo Brasileiro - Petrobras. Atualmente, atua como Presidente do Conselho de Administração da Vivara S.A., e como membro do Conselho de Administração da Embraer S.A., Petrobras S.A e Linx S.A. É sócio fundador e Diretor Presidente da Cox Investments & Advisory. De 2006 a 2010, atuou como Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Claro. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom Israel. De abril de 1999 a agosto de 2004, atuou como Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Telemig Celular Participações e Tele Norte Celular Participações, bem como Diretor Presidente da Telemig Celular e Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004. O Sr. Cox foi ainda membro dos conselhos de administração de outras empresas no Brasil, Argentina, Holanda e Israel. Ele também fez parte do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). O Sr. Cox é formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e completou seus estudos em economia na Université du Québec à Montreal e no College of Petroleum Studies da Oxford University. **Roberto Lopes Pontes Simões.** Atualmente, o Sr. Simões é Diretor Presidente da Braskem, bem como membro de nosso Conselho de Administração, indicado pela acionista Odebrecht S.A. Ele atuou como presidente ou membro do Conselho de Administração de grandes empresas como: Odebrecht Engenharia e Construção, Consorcio Baía de Sepetiba, Itaguaí Construções Navais, Petroquímica Paulínia, Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Refinaria Ipiranga, COPESUL, Petroflex e CETREL. Ele atuou como Diretor Presidente da Ocyan S.A. (2012-2019), Odebrecht Defesa e Tecnologia (2010-2012) e Santo Antônio Energia (2008-2010), como Vice-Presidente da Braskem (2004-2008). Foi COO e CEO da iG-Internet Group, de 2000 a 2004. Foi CEO da Opportrans Concessão Metroviária - Metro Rio, de 1999 a 2000. Entrou para o Grupo Odebrecht em 1994, como Diretor de Contratos em Tenenge e CNO, atuando até 1999. Graduiu-se em engenharia mecânica pela Universidade Federal da Bahia (1978) e concluiu o Curso de Engenharia de Manutenção Mecânica e Projetos Petroquímicos (CEMANT) da Petrobras/UFBA. É membro da organização filantrópica privada Obras Sociais de Irmã Dulce. **Gesner José de Oliveira Filho.** Conselheiro independente eleito para o conselho de administração pela Odebrecht. O Sr. Oliveira Filho é certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança

Corporativa. É atualmente Membro do Conselho de Administração da TIM, presidente da Estre, Membro do Conselho de Administração da Iguá e do Instituto Iguá, Membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN, Membro do Conselho Consultivo da ETCO, CIEE e Membro do Conselho Multistakeholders do Movimento Menos Perda, Mais Água. É sócio da GO Associados, Professor da EAESP / FGV, Coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV. Entre 2007 e 2010, foi Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Atuou também como Consultor em projeto para o Banco Mundial para análise institucional de empresa de saneamento em Dhaka, Bangladesh, 2012. O Sr. Oliveira Filho é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

Pedro Oliva Marcilio de Sousa. Conselheiro independente eleito para o conselho de administração pela Odebrecht. Atualmente, é membro do conselho de administração da Klabin S.A. De 2011 a 2017, atuou como Diretor de Gestão de Recursos na GR Partners Gestão de Recursos Ltda. Em 2011, atuou como Diretor de M&A. De 2009 a 2010 atuou como Diretor de M&A no Banco Standard de Investimentos S.A. Desde 2013, atua como membro do Comitê de Auditoria na Companhia Brasileira de Distribuição e da B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão. Entre 2013 e 2014 foi membro do conselho fiscal da Hypermarcas. O Sr. Sousa é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Roberto Faldini. O Sr. Faldini foi eleito como membro do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Ele é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972) e concluiu especializações em (i) Administração Avançada na Fundação Dom Cabral e na INSEAD (1991); (ii) Empreendedorismo na Babson College (2004); e (iii) Governança Corporativa no IFC e IBGC (2009, 2011, 2013 e 2016). O Sr. Faldini é presidente e sócio da Faldini Participações Administração e Investimentos Ltda. e Diretor Presidente da MBF Administração e Serviços. Além de participar do conselho de administração da Braskem S.A., ele atualmente é membro do Conselho de Administração da Vulcabras/Azaleia, Marfrig General Foods, Irani Papel e Embalagens SA, Cia. Habitasul de Participações and Odebrecht S. A. Ele participa de forma voluntária como membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Crespi Prado. É diretor executivo da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin. O Sr. Faldini é professor convidado na Fundação Dom Cabral e árbitro da Câmara de Arbitragem de Mercado (CAM) da B3. Foi membro dos Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos de diversas empresas no Brasil e no exterior, incluindo BOVESPA, Metal Leve, Maraú, Livrarias Siciliano, CPFL, Inpar, Klicknet, Sadia, BRF e Bco. BMG. Ele é co-fundador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG) em 1995 e continua participando em muitos dos comitês do instituto. É membro associado do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) e da Family Business Network (FBN) organização internacional de famílias empresárias. Durante mais de 20 anos, foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A., além de ter atuado como Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador, por cinco anos (2002-2007), no estado de São Paulo, da Parceria para o Desenvolvimento do Acionista e da Família Empresária (PDA) da Fundação Dom Cabral. *João Pinheiro Nogueira Batista.* Eleito para o conselho de administração por indicação da Odebrecht. Atua em conselhos de administração de empresas no Brasil há mais de 10 anos. Na Organização Odebrecht, foi conselheiro independente dos conselhos de administração da Odebrecht Engenharia & Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, onde permaneceu até janeiro de 2019, entrando para o Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em novembro de 2018. Além disso, é atualmente CEO da Evoltz S.A. Foi CEO da Swiss Re, Bertin S.A. e Suzano Petroquímica, além de RAE em empresas como a Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João é graduado em Economia pela PUC-RJ e possui MBA em Engenharia Econômica pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Julio Soares de Moura Neto. É conselheiro independente indicado para o conselho de administração pela Petrobras. É Almirante-de-esquadra e possui experiência no Conselho Consultivo Estratégico da Fundação EZUTE, no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Cartuchos (CBC) e no Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE). O Sr. Moura Neto possui graduação em Comando e Estado-Maior pela Escola de Guerra Naval, Superior em Guerra Naval pela Escola de Guerra Naval e Superior Naval de Guerra pelo Instituto Superior Naval de Guerra em Portugal.

Rogério Bautista da Nova Moreira. O Sr. Moreira foi eleito como membro do conselho de administração da Companhia como indicado da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Moreira é atualmente conselheiro da Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Lagoa da Barra S.A.; além de diretor jurídico da Odebrecht S.A. Anteriormente, ele trabalhou como conselheiro na Santo Antonio Energia S.A. e na Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. entre 2014 e 2015. Ele também atuou como diretor jurídico da OR Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 2016 e 2019, e da Odebrecht Energia S.A., entre 2012 e 2016, e como advogado da Odebrecht Energia S.A., entre 2008 e 2012, da Braskem S.A., entre 2002 e 2008, do escritório de advocacia Veirano Advogados, entre 2000 e 2001; e da Deloitte, entre 1999 e 2000. O Sr. Moreira formou-se em Direito pela Universidade Católica de

Salvador (1999), possui especialização em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e possui MBA em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Andrea da Motta Chamma. Eleito membro do conselho de administração da Companhia como nomeado pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, é membro do conselho de administração e chefe do Comitê de Pessoas do Grupo Fleury e consultora e membro do conselho de consultoria especializado em fintechs e start-ups de blockchain na 3C Advisors. Anteriormente, atuou como Vice-Presidente e Chefe de Vendas de Capital do Bank of America Merrill Lynch e Diretora Executiva de Corretagem e Vendas de Capital do ABN Amro. A Sra. Chamma é graduada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e concluiu especializações em administração na Universidade de Harvard e na Universidade de Colúmbia.

Suplentes

Maria Isabel de Faria Perez. A Sra. Perez foi eleita membro suplente do conselho de administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, ela atua como gerente geral do departamento de integração de negócios e participações da Petrobras, tendo atuado anteriormente como sua gerente jurídica. A Sra. Perez é graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui uma graduação em Gerenciamento de Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Ela possui uma certificação de *Business Acumen for the Energy Executive* da McCombs School of Business (Universidade do Texas) e concluiu cursos de extensão em conformidade anticorrupção da indústria de energia no Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e em arbitragem comercial nacional e internacional no IBMEC.

André Amaro da Silveira. Eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Trabalhou na Organização Odebrecht de 1989 até 2018. Atualmente, é membro do conselho de administração da Ocyan e Odebrecht Transport, atuando também nos respectivos Comitês de Conformidade e como conselheiro da Santo Antonio Energia S.A. Iniciou sua carreira em projetos de infraestrutura pesada e liderou investimentos da Odebrecht na concessão de serviços públicos no Brasil, na Argentina e em Portugal. Nesse período, também foi Diretor de Project Finance e Exportações na Construtora Norberto Odebrecht, Vice-Presidente de Planejamento e Pessoas na Braskem, Diretor de Recursos Humanos na Odebrecht S.A. e Presidente da Odebrecht Properties e Odebrecht Defesa e Tecnologia. Ele foi membro do conselho de administração da Odebrecht Engenharia e Construção, Atvos e OR, atuando também como coordenador do comitê de conformidade e como membro do comitê de pessoas. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui MBA pelo IMD. *Marcelo Rossini de Oliveira.* Eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Tesouraria e de RI da Odebrecht S.A. Entre 2005 e 2018, atuou como analista financeiro, Gerente de Mercado de Capitais e Estrutura de Operações e Gerente de Tesouraria da Braskem S.A. Anteriormente, trabalhou como auditor sênior e analista financeiro na Deloitte – Auditores e Consultores. O Sr. Oliveira possui graduação em Economia pela Universidade Católica do Salvador, pós-graduação em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Finanças pela Insper.

Marcelo Mancini Stella. Eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Atua como Vice-Presidente de Marketing e Comercialização de Etanol, Açúcar e Energia, Logística, Fornecimento e Desenvolvimento de Negócios na Atvos desde 2010. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Braskem entre 2002 e 2010, à frente das diretorias de Polietileno, Vinílicos e Polipropileno. Trabalhou na Pilkington Brasil Ltd. como Diretor de Vendas e Marketing para o Brasil entre 1990 e 2002. É formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela FIA-USP. Frequentou ainda os Cursos de Finanças do INSEAD e de Marketing da Cranfield University.

Daniel Pereira de Albuquerque Ennes. Eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, é membro do conselho de administração da Liquigas Distribuidora S.A. e Gestor de Financiamentos Bancários e Estruturados da Petrobras. Anteriormente, era Coordenador do Mercado Bancário, Coordenador do Mercado de Capitais Doméstico e Coordenador da Agência de Crédito de Exportação da Petrobras. O Sr. Daniel Pereira possui graduação em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduação em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado em economia industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

José Marcelo Lima Pontes. Eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. O Sr. Pontes é jornalista profissional, com 34 anos de experiência em alguns dos principais veículos da mídia, e 21 anos de experiência em comunicação corporativa, 6 dos quais na Odebrecht.

Guilherme Duarte Abud. O Sr. Abud foi indicado como membro suplente do conselho de administração da Companhia pela Odebrecht S.A. Atualmente, é advogado da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Diretor

Jurídico e de Governança Corporativa da Enseada Industria Naval S.A. de 2012 a 2019, e como advogado da Construtora Norberto Odebrecht S.A. de 2008 a 2012 e no escritório de advocacia Machado Meyer Advogados de 2002 a 2008. O Sr. Abud é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e possui um LL.M em direito corporativo pelo Insuper (2008).

Guilherme Simões de Abreu. O Sr. Abreu foi indicado como membro suplente do conselho de administração da Companhia pela Odebrecht S.A. Atua como Diretor de Pessoas, Comunicação e Organização da Odebrecht S.A. desde janeiro de 2020. De junho de 2018 a dezembro de 2019, foi secretário executivo do conselho de administração da Odebrecht S.A. De 2013 a março de 2017, exerceu o cargo de Gerente de Pessoas e Organização da Odebrecht S.A.

Diretoria da Braskem

A diretoria é órgão de administração executiva. Os diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis por sua organização interna e pelas operações cotidianas, assim como pela implantação das políticas e diretrizes gerais periodicamente fixadas pelo conselho de administração.

O estatuto social da Companhia estabelece que a diretoria será composta de um diretor-presidente e três a nove diretores adicionais, cada qual responsável por áreas de negócio a eles atribuídas pelo conselho de administração. Os membros da diretoria, ressalvado o diretor-presidente e o diretor jurídico, não possuem denominação específica (sendo apenas designados "diretores"), mas ocupam os cargos informais que constam da tabela abaixo.

Os membros de nossa diretoria são eleitos pelo conselho de administração para um mandato de três anos, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os nossos diretores expira em nossa assembleia geral ordinária ser realizada em 2021. O conselho de administração pode destituir qualquer diretor a qualquer tempo, com ou sem justa causa. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os diretores devem ser residentes no Brasil, mas não precisam ser acionistas. Nossa diretoria realiza reuniões quando convocada pelo diretor presidente.

A tabela a seguir mostra os atuais membros da diretoria da Companhia no encerramento do exercício:

Nome	Ano da primeira indicação	Cargo	Idade
Roberto Lopes Pontes Simões	2019	Diretor Presidente	63
Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas	2016	Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e de Relações Exteriores	44
Cristiana Lapa	2019	Diretor Jurídico e de Governança Corporativa	42
Edison Terra Filho	2016	Diretor Executivo e Responsável por Poliolefinas, Unidade América do Sul e Europa	48
Marcelo Arantes de Carvalho	2015	Diretor Executivo e Responsável por Pessoas, Comunicação, Marketing e Desenvolvimento Sustentável	51
Marcelo de Oliveira Cerqueira.....	2013	Diretor Executivo e Responsável pela Unidade de Químicos e Vinílicos	54
Luiz Eduardo Valente Moreira	2019	Diretor Executivo e Responsável por Investimentos e Portfólio	63

A seguir encontram-se informações resumidas acerca da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos de nossos atuais diretores.

Pedro Van Langendonck Teixeira de Freitas. O Sr. Freitas é atualmente diretor financeiro, de relações com investidores e relações exteriores da companhia, tendo atuado anteriormente no departamento de planejamento estratégico entre 2011 e 2016. Anteriormente, atuou em consultoria de estratégia, tendo participado na definição de estratégias de negócios e M&A em diversos setores econômicos, dentre eles na petroquímica, agronegócio, bens de consumo e farmacêutico. É formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pelo Insead.

Cristiana Lapa. A Sra. Lapa é atualmente Diretora Jurídica e Diretora de Governança Corporativa. Entrou na Companhia em novembro de 2006 como Gerente Jurídica responsável pelas áreas de trabalho, previdência e meio ambiente, nas quais atuou até 2013, quando se tornou Diretora Jurídica na Unidade Poliolefinas da América do Sul e Europa. Anteriormente, foi estagiária e advogada no escritório de advocacia Pinheiro Neto Advogados, de 1997 a

2006. A Sra. Lapa possui graduação, mestrado e doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), completou uma especialização em Legislação Trabalhista pela COGEAE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e conduziu uma pesquisa na Universidade Montesquieu na France.

Edison Terra Filho. O Sr. Terra Filho é o atual responsável pela Unidade de Poliolefinas, América do Sul e Europa. Ingressou na Braskem em 2002 e, desde então, atuou em diversas áreas, como Marketing, Supply Chain e Exportação e como líder da Pequena Empresa Polietilenos, além da UNIB e da quantiQ. Antes de juntar-se à Braskem, trabalhou na Rhodia entre 1993 e 2002. O Sr. Terra Filho é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e possui mestrado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV/SP. Também completou os cursos de extensão em Liderança Global na Wharton Business School e em Tecnologias Disruptivas na Singularity University.

Marcelo Arantes de Carvalho. O Sr. Carvalho é, atualmente, responsável por pessoas, comunicação, marketing e desenvolvimento sustentável. Participou da implantação de programas de treinamento organizacional e de recursos humanos, mudança culturais e de desenvolvimento de lideranças, além do desenvolvimento e implantação da estratégia global nas áreas de recursos humanos, tecnologia da informação e suprimentos. Anteriormente, o Sr. Carvalho trabalhou em empresas globais como ABB, Unilever, Fiat Chrysler Automotivo e Braskem. Possui mais de 28 anos de experiência nas áreas de recursos humanos, tecnologia da informação e suprimentos em setores como o de metalurgia, automação e tecnologia de energia, telecomunicação, automotivo, bens de consumo e indústria química e petroquímica. É formado em administração de empresas, com especialização em gestão de negócios pela Fundação Dom Cabral, e em liderança global pela Wharton Business School.

Marcelo de Oliveira Cerqueira. O Sr. Cerqueira é atualmente responsável pela Unidade de Químicos e Vinílicos da Companhia. O Sr. Cerqueira foi anteriormente responsável pela Unidade de Vinílicos entre 2010 e outubro de 2013, diretor industrial de vinílicos de 2009 a 2010 e gerente de produção da unidade de produção de PVC no estado da Bahia entre 2003 e 2008. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Trikem, entre eles gerente de produção da unidade de produção de PVC no estado de Alagoas entre 1997 e 2002. Trabalhou na Companhia Petroquímica Camaçari nas áreas de produção, logística, saúde, segurança e meio ambiente e engenharia de compras entre 1989 e 1996. Iniciou sua carreira na Companhia Alcoolquímica Nacional e COPERBO (atual Lanxess), onde trabalhou de 1987 a 1989. É formado em engenharia química pela Universidade de Pernambuco e possui MBA pela FGV.

Luiz Eduardo Valente Moreira. O Sr. Moreira é atualmente responsável por Investimentos e Portfólio na Companhia. Possui 38 anos de experiência na Petrobras, passando pelos seguintes cargos: Gerente Executivo Industrial, de abril de 2018 a março de 2019; Diretor Executivo de Segurança e Saúde, de 2015 a 2018; Diretor do Projeto Petroquímico Comperj de 2013 a 2015; Gerente de GE-GQL de 2009 a 2013; Gerente Geral da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (FAFEN-BA) de 2008 a 2009; Gerente Geral da Refinaria Henrique Lage (REVAP) de 2005 a 2008; Gerente Geral de Tecnologia de Refino para Abastecimento (AB-RE/TR) de 2001 a 2005; E Superintendente da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) de 1999 a 2000. O Sr. Moreira possui graduação em engenharia química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduação em Engenharia de Processos de Petróleo pela mesma universidade, além de um MBA Executivo pelo COPPEAD (UFRJ).

Conselho fiscal

A Lei das Sociedades por Ações exige que a Companhia constitua um conselho fiscal, permanente ou não. Nosso estatuto social prevê a constituição de um conselho fiscal permanente composto de cinco membros e seus respectivos suplentes. O conselho fiscal é um órgão corporativo independente da nossa administração e da firma de auditores independentes registrados.

Os membros de nosso conselho fiscal são eleitos pelos acionistas em assembleia geral ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Os mandatos dos membros de nosso conselho fiscal expiram na assembleia geral ordinária seguinte, a ocorrer em 2019. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal não poderá conter membros que já integrem nosso conselho de administração ou diretoria, ou que sejam empregados, cônjuges ou parentes de qualquer membro de nossa administração. Para poder atuar em nosso conselho fiscal, a pessoa deve ser residente no Brasil e possuir formação superior ou ter sido diretor ou membro do conselho fiscal de outra sociedade brasileira por no mínimo três anos antes de sua eleição para nosso conselho fiscal. Tanto os nossos acionistas (1) preferencialistas sem direito a voto como os acionistas (2) ordinários não controladores que, juntos, detiverem pelo menos 10,0% das nossas ações votantes têm direito a eleger um membro e respectivo suplente do conselho fiscal.

As responsabilidades de um conselho fiscal são determinadas pela Lei das Sociedades por Ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal tem o direito e a obrigação, entre outros, de:

- supervisionar, através de qualquer um de seus membros, as ações da administração e verificar o cumprimento de suas obrigações;
- fornecer parecer sobre o relatório anual da administração, inclusive informações suplementares consideradas necessárias ou úteis para deliberação em assembleia de acionistas;
- ao menos uma vez a cada três meses, examinar os balancetes e outras demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia.
- examinar as contas e demonstrações financeiras do exercício e fornecer parecer sobre as mesmas;
- opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à votação dos acionistas da Companhia com relação a:
 - alterações no capital social;
 - emissões de debêntures e ofertas de títulos que concedem o direito à subscrição de títulos do patrimônio;
 - distribuição de dividendos; e
 - transformação do tipo de empresa e qualquer reestruturação da mesma, tais como incorporações, fusões e cisões;
- informar a administração em caso de qualquer erro, fraude ou contravenção e sugerir medidas que a Companhia deva tomar a fim de proteger seus interesses principais. Caso a administração deixe de tomar tais medidas a fim de proteger os interesses da Companhia, informar os acionistas sobre tais fatos em uma assembleia de acionistas; e
- convocar assembleias gerais de acionistas caso a administração atrase a convocação de assembleia geral de acionistas por mais de um mês e convocar assembleias extraordinárias de acionistas no caso de eventos importantes.

Conforme descrito no “Item 16D. Isenções das Normas de Listagem em Bolsa Para Comitê de Auditoria,” estamos nos enquadrando na isenção genérica das normas de listagem com referência a conselhos fiscais prevista na Regra 10A-3(c)(3) da Lei do Mercado de Capitais (Exchange Act). A fim de cumprirmos com as exigências de tal isenção, nosso conselho de administração delegou ao nosso conselho fiscal certas responsabilidades adicionais e nosso conselho fiscal passou a adotar normas sob as quais o conselho fiscal possui os deveres e responsabilidades de um comitê de auditoria dos Estados Unidos conforme permitido segundo a Lei das Sociedades por Ações. Como a Lei das Sociedades por Ações não permite que o conselho de administração delegue responsabilidade de indicação, manutenção e remuneração dos auditores externos e não concede ao conselho de administração ou ao conselho fiscal a autoridade de resolver conflitos entre a administração e os auditores externos com relação à divulgação financeira, o conselho fiscal não pode exercer tais funções. O conselho fiscal da Companhia pode apenas recomendar ao conselho de administração e aos acionistas a indicação, manutenção e remuneração dos auditores externos, e com relação à resolução de conflitos entre a administração e os auditores externos, o conselho fiscal pode apenas realizar recomendações ao conselho de administração e aos acionistas. Segundo as regras que regem o conselho fiscal, o conselho fiscal da Companhia possui os seguintes direitos e obrigações, entre outros, além daqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações:

- acompanhar e analisar o processo de contratação de auditores independentes, observando as regras e legislação brasileira aplicáveis e considerando a experiência técnica, independência, eficiência, experiência e custos dos auditores independentes e recomendando ao conselho de administração a escolha e remuneração pelo trabalho de auditores independentes e suas eventuais substituições;

- aprovar a lista anual de serviços pré-aprovação que devem ser prestados em dado ano pelos auditores independentes, bem como garantir que a política seja observada pela administração e auditores independentes da Companhia;
- supervisionar o trabalho dos auditores independentes, bem como discutir o escopo dos serviços de auditoria a serem realizados pelos mesmos;
- analisar os relatórios de recomendação elaborados pelos auditores independentes e controles internos sobre divulgação financeira, inclusive os itens que possam impactar as demonstrações financeiras;
- solicitar dos auditores independentes, se necessário, quaisquer esclarecimentos ou informações que possam ser consideradas necessárias para a verificação de fatos específicos;
- reunir-se com a administração e com os auditores independentes, sempre que necessário, para analisar a adoção de práticas e políticas contábeis críticas, inclusive a análise de tratamentos alternativos de políticas, práticas e divulgações relacionadas a itens relevantes, dando tratamento preferencial às orientações dos auditores independentes da Companhia;
- intermediar possíveis discussões e conflitos entre os auditores independentes e a administração da Companhia com relação à elaboração das demonstrações financeiras, fornecendo, se necessário, seu parecer com relação a tais conflitos;
- discutir o conteúdo de qualquer comunicação material e relevante feita por escrito pelos auditores independentes à administração, de que venha a ter conhecimento.
- contratar, conforme apropriado, de acordo com o §8 do artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, empresas e consultores especializados, inclusive, mas não limitado a, consultores jurídicos, para aconselhar e fornecer opiniões sobre assuntos relacionados ao desempenho de suas funções;
- reunir-se regularmente e em privacidade com o chefe de auditoria interna para discutir quaisquer questões e/ou preocupações; e
- receber informações e supervisionar o processo de avaliação com relação a reclamações que recebemos, seja através da nossa linha confidencial, anônima de ética ou de outra forma, com relação às nossas demonstrações financeiras, controles contábeis internos e auditores (internos ou independentes).

A tabela a seguir relaciona os atuais membros efetivos e suplentes do nosso conselho fiscal:

Nome	Ano da primeira indicação
Ismael Campos de Abreu	2003
Gilberto Braga	2017
Carlos Alberto Rechelo Neto	2018
Amós da Silva Cancio.....	2020
Heloisa Belotti Bedicks.....	2020
Ivan Silva Duarte (suplente)	2016
Tatiana Macedo Costa Rego Tourinho (suplente).....	2018
Herbert Luiz de Araujo Guimarães (suplente)	2020
Rafael Menezes Peres (suplente)	2020
Reginaldo Ferreira Alexandre (suplente)	2020

Encontra-se, a seguir, um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos dos atuais conselheiros fiscais da Companhia e seus suplentes.

Membros do conselho fiscal

Ismael Campos de Abreu. Eleito membro do Conselho Fiscal como representante da Odebrecht em 2003. Atuou entre abril de 2011 e maio de 2017 como Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda., e como Controller da Odebrecht S.A., entre 1995 e março de 2011. Atuou como Gerente da Divisão de Consultoria Tributária da

PricewaterhouseCoopers, entre 1978 e 1985, como controller da Corrêa Ribeiro S.A. Comércio e Indústria, entre 1986 e 1988, como gerente da área de consultoria da Arthur Andersen entre 1989 e 1991, e como sócio da Performance Auditoria e Consultoria entre 1992 e 1995. Anteriormente, foi membro do Conselho Fiscal da Petroflex Indústria e Comércio S.A. até a venda da participação detida pela Companhia na Petroflex em abril de 2008. Entre março de 2006 e março de 2008, atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul. O Sr. Ismael Abreu é graduado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú e pós-graduado em Engenharia Econômica pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento.

Gilberto Braga. O Sr. Braga foi eleito como membro do nosso conselho fiscal pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Braga é um consultor de negócios nas seguintes áreas: finanças, mercado de capitais, corporativa, fiscal, prova pericial e suporte a peritos judiciais. Ele também é membro dos conselhos de auditoria, conselhos de administração e comitês de auditoria de empresas estatais e associações profissionais. Ele foi membro do Comitê Consultivo de Normas Contábeis para Fundos de Investimento da CVM, professor nos programas de graduação e pós-graduação em governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, apresentador nas estações de rádio da CBN e FM 94 no Rio de Janeiro e escritor para o jornal O Dia. É graduado em Economia pela UCAM Ipanema e em Contabilidade pela UGF, pós-graduação em Administração Financeira pela IAG-PUC Rio e mestrado em Administração de Empresas (Finanças e Mercados de Capitais) da IBMEC-Rio. É membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Carlos Alberto Rechelo Neto. Eleito membro do conselho fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro - Petrobras. O Sr. Neto entrou na Petrobras em 2007, começando sua carreira em gestão de risco de ativos e negócios de Petróleo e Energia. Como Gerente Executivo por três anos, liderou o processo de estruturação da gestão de risco corporativo na Petrobras S.A e coordenou, como chefe da equipe de Governança, os esforços corporativos para ajustar as políticas e procedimentos internos de acordo com a Lei Federal 13.303/2016, o que permitiu que a Petrobras obtivesse a mais alta pontuação no processo de certificação de Destaque em Governança da B3. Atualmente, é Diretor Financeiro da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. E Diretor Executivo da Petrobras Europe Limited (empresa de trading da Petrobras em Londres). O Sr. Rechelo Neto é graduado em Engenharia, concluiu uma especialização em Gestão de Portfólio na Wharton, e possui um mestrado em Energia da Universidade de São Paulo (estudou parcialmente na Ecole Nationale Supérieure du Pétrole et des Moteurs – Institut Français du Pétrole), possui um MBA em Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma certificação FRM pela GARP.

Amós da Silva Cancio. Eleito membro do conselho fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, é Gerente de Contabilidade Geral da controladora, subsidiárias e entidades consolidadas da Petrobras e atuou, anteriormente, como Gerente de Orientações e Planejamento Contábil. O Sr. Cancio é graduado em contabilidade pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui um MBA em economia e engenharia financeira e um mestrado em engenharia de produção (com habilitação em estratégia, gestão e finanças corporativa) pela mesma instituição e é graduado em Gerenciamento de Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Ele também é um Contador Público Certificado (*Certified Public Accountant - CPA*) nos Estados Unidos.

Heloisa Belotti Bedicks. Eleito membro do conselho fiscal da Companhia pelos acionistas não controladores. Ela é membro do comitê de auditoria do Grupo Mapfre, do conselho de auditoria da Fundação Boticário e do Conselho da organização sem fins lucrativos Portas Abertas no Brasil. Atuou como Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) de abril de 2001 a janeiro de 2020 e como Vice-Presidente da Rede Global de Institutos de Conselheiros de Administração (*Global Network of Director Institutes – GNDI*) por dois mandatos consecutivos até 2019. Ela atuou no conselho da Associação dos Apoiadores do Comitê de Aquisições e Fusões (ACAF) (b3, Anbima e IBGC), nos conselhos da MAPFRE Seguradora de Garantias e Créditos S.A, nos conselhos consultivos do Fundo de Ética da Gestão de Riscos da ABN AMRO e os Centros de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Ela foi Diretora da Rede Internacional de Governança Corporativa (International Corporate Governance Network - ICGN) e Presidente da Rede de Governança Corporativa da América Latina (Latin America Corporate Governance Network - IGCLA). Começou sua vida profissional como auditora da Arthur Andersen em 1983. Ela foi responsável por várias missões técnicas do IBGC nos Estados Unidos, Europa, Ásia, Israel e Austrália. Ela atuou como presidente dos conselhos da Tecelagem de Fitas Progresso e da PH-Fit, ambas empresas familiares do grupo Serveng. A Sra. Bedicks é graduada em Economia pela Unicamp, em Contabilidade pela PUC Campinas e possui um mestrado em Gestão Financeira pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ela também concluiu especializações em governança corporativa pela Universidade de Yale e em conselho de administração pela Universidade de Chicago.

Suplentes do conselho fiscal

Ivan Duarte. O Sr. Duarte foi eleito como membro suplente do conselho fiscal pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Duarte é Conselheiro da Kieppe Participações e Administração Ltda. Desde janeiro de 2016, que pertence ao mesmo grupo econômico da emitente e detém, indiretamente, mais de 5% do capital social. Anteriormente, o Sr. Duarte atuou como gerente da KPMG – Auditores Independentes de 1995 a 2001, quando então passou a atuar como gerente sênior na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 2008. De 2008 a 2015 o Sr. Duarte atuou como conselheiro da EAO Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., companhia do Grupo Odebrecht, que atua nos segmentos Agropecuários e Alimentos e Bebidas. O Sr. Duarte possui um B.Sc. em Ciências Contábeis pela Universidade de Salvador (UNIFACS), e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Empreendedorismo pela Babson College (Boston/EUA). *Tatiana Macedo* A Sra. Macedo foi eleita como suplente do conselho fiscal pela acionista Odebrecht S.A. Atualmente, ela atua como controladora da Odebrecht Engenharia & Construção (OEC). Anteriormente, ela atuou como Diretora de Planejamento Fiscal na Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO). De 2000 a abril de 2007, atuou na área fiscal da VIVO S/A, companhia do setor de telecomunicações, como Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Macedo é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em Gestão pela IBMEC.

Herbert Luiz de Araújo Guimarães. Eleito membro suplente do conselho fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, é Coordenador do Departamento de Análise Financeira e de Seguros, tendo experiência como Diretor Financeiro da Petrobras Paraguay Distribución Limited (UK) e como membro do Conselho de Auditoria da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. O Sr. Guimarães é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui um MBA em Finanças (habilitação em gestão de riscos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rafael Menezes Peres. Eleito membro suplente do conselho fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Atualmente, atua como Gerente da área de Avaliação Fiscal para Negócios, tendo experiência no Departamento Fiscal da Petrobras e como membro do Conselho de Auditoria da Termobahia S.A. e da Gasbrasilião S.A. O Sr. Perez é graduado em contabilidade pela Faculdade Moraes Junior e possui pós-graduação pela IBMEC.

■ *Reginaldo Ferreira Alexandre.* O Sr. Alexandre foi eleito membro suplente do conselho fiscal da Companhia pelos acionistas minoritários. Possui graduação em Economia e 18 anos de experiência em pesquisa de investimento como analista, organizador e diretor de equipes de pesquisa, tendo exercido esses cargos no Citibank, Unibanco, BBA (atualmente Itaú BBA) e Itaú Corretora de Valores. Ele também trabalhou como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) e finança corporativa (Deloitte). Ele também trabalhou na ProxyCon Consultoria Empresarial, uma empresa que presta consultoria e outros serviços nas áreas de mercados de capital, finanças e governança corporativa, de 2003 a 2017. É membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a organização que prepara as normas contábeis do Brasil, desde sua fundação em 2005 e é Vice Coordenador de Assuntos Societários no CPC. O Sr. Peres é um Analista de Investimentos Certificado (CNPI), um gestor de títulos credenciado pela CVM e membro de conselho fiscal certificado pelo IBGC. Ele foi membro da Mahle Metal Leve S.A. (eleito em junho de 2007 e reeleito em abril de 2018 e abril de 2019). Atualmente, é membro dos conselhos de auditoria das seguintes empresas de capital aberto: Cia. de Saneamento do Paraná – Sanepar (eleito em abril de 2017 e reeleito em abril de 2018); Cia. Energética de Brasília – CEB (eleito em abril de 2019); Rumo S.A. (eleito em abril de 2019); Ser Educacional S.A. (Presidente, eleito em abril de 2015 e reeleito em abril de 2016, 2017 e 2018). Atualmente, também é membro suplente dos conselhos de auditoria das seguintes empresas de capital aberto: Bradesco S.A. (membro suplente do conselho fiscal, eleito em março de 2017 e reeleito em março de 2018 e março de 2019); CPFL Energia S.A. (membro suplente do conselho fiscal, eleito em abril de 2017 e reeleito em abril de 2018 e abril de 2019). Ele também atuou como membro do Comitê de Auditoria da Parapanema S.A. (2017) e nos Comitês de Auditoria das seguintes empresas: Petrobras S.A. (eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018); Iochpe Maxion S.A. (eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014, 2015, 2016 e 2017); BRF S.A. (eleito em abril de 2015 e reeleito em abril de 2016); Aliance Shopping Centers S.A. (eleito em abril de 2014 e reeleito em abril de 2015); Cremer S.A. (presidente do Conselho de Auditoria; eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012); Movida S.A. (eleito em janeiro de 2017); Paraná Banco S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012, 2013, 2014 e 2015); Tecnisa S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (eleito em abril de 2006 e reeleito em abril de 2007); Unipar Carbocloro S.A. (eleito em abril de 2012 e reeleito em abril de 2013 e abril de 2015); Bradespar S.A. (suplente; eleito em abril de 2012); Antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atualmente, Arcelor Mittal (suplente; eleito em abril de 2004 e reeleito em abril de 2005); Grendene S.A. (suplente; eleito em abril de 2012 e reeleito em abril de 2013 e 2014); Indústrias Romi (suplente, eleito em abril de 2015); Grazziotin S.A. (suplente;

eleito em abril de 2015); SLC Agrícola S.A. (suplente; eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014 e 2015). Ele foi presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), eleito para o mandato de 2015-2016 e foi presidente do Escritório de São Paulo da APIMEC, eleito para o mandato de 2011-2012. Ele foi um dos autores do Código de Governança Brasileiro - Empresas Listadas. Ele é membro do Comitê de Governança de Empresas Estatais da B3; membro do Conselho de Auditoria do Museu de Arte Moderna de São Paulo e antigo membro do Comitê de Aquisições e Fusões (CAF).

Comitês de Apoio ao Conselho de Administração

Em 8 de agosto de 2018, nosso conselho de administração aprovou seu regimento interno, bem como o regimento interno dos comitês do conselho. Uma tradução em inglês do regimento interno do conselho de administração e dos comitês está disponível em nosso website de relações com investidores em www.braskem-ri.com.br. De acordo com esse regimento, o conselho de administração estabeleceu quatro comitês permanentes e possui o poder de estabelecer comitês específicos (ad hoc). Os comitês permanentes devem consistir de no mínimo três e no máximo cinco membros. Os comitês ad hoc podem ser formados por um período limitado de tempo para analisar questões temporárias e serem dissolvidos assim que forem atingidos os objetivos para os quais eles foram criados ou ao fim do prazo estabelecido em sua criação. O número de membros de comitês ad hoc é definido na criação de tais comitês.

Em maio de 2016, o conselho de administração aprovou a criação de um comitê de conformidade (Comitê de Conformidade) para monitorar os controles internos e a exposição a riscos e supervisionar a elaboração de relatórios financeiros, sem prejuízo às responsabilidades legais do conselho fiscal da Companhia.

A Companhia mantém os seguintes quatro comitês permanentes: (1) Comitê de Finanças e Investimentos, (2) Comitê de Pessoas e Organização, (3) Comitê de Estratégia e Comunicação e (4) Comitê de Conformidade. As responsabilidades de cada comitê permanente são estabelecidas em seus respectivos regimentos internos, todos aprovados pelo conselho de administração. Os coordenadores e os membros de cada comitê permanente são indicados pelo presidente do conselho de administração e aprovados pelos demais conselheiros, somente entre os seus membros efetivos e suplentes. O conselho de administração não delega poderes para que os comitês permanentes tomem decisões em nome da Companhia; o papel dos comitês permanentes é de examinar determinadas questões a fim de auxiliar o conselho de administração em suas decisões.

Comitê de Finanças e Investimentos

O Comitê de Finanças e Investimentos se reúne trimestralmente e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar novas políticas relativas à gestão financeira, seguros e garantias e analisar políticas existentes, (2) avaliar novas políticas de gestão de risco e analisar políticas existentes, (3) analisar oportunidades relacionadas a operações de financiamento e investimento que possam melhorar a estrutura de capital da Companhia, (4) propor ao presidente os critérios da avaliação anual do conselho e de seus comitês de apoio, bem como do secretário do conselho; e (5) analisar as diretrizes e protocolos para o ciclo de execução do plano de negócios. O Comitê de Finanças e Investimentos é composto atualmente por João Pinheiro Nogueira Batista (coordenador) e Marcelo Rossini.

Comitê de Pessoas e Organização

O Comitê de Pessoas e Organização realiza reuniões de trabalho pelo menos cinco vezes ao ano e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar novas políticas relativas a pessoas e à organização, (2) analisar processos visando à identificação, treinamento, desenvolvimento e sucessão de executivos em cargos estratégicos, (3) analisar processos relativos ao estabelecimento de remuneração fixa e variável de executivos em cargos estratégicos e (4) avaliar novas políticas e revisar políticas existentes de manutenção e fortalecimento da cultura organizacional da Companhia. O Comitê de Pessoas e Organização é composto atualmente por André Amaro da Silveira e Roberto Faldini.

Comitê de Estratégia e Comunicação

O Comitê de estratégia e Comunicação se reúne trimestralmente e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar determinações com relação às bases do plano de negócios da Companhia, (2) avaliar o direcionamento dos negócios adotado para atingir os objetivos definidos pelo conselho de administração, (3) avaliar novas políticas e revisar políticas existentes relacionadas ao mercado de capitais e responsabilidade social, (4) avaliar a imagem da Companhia projetada e percebida no mercado e recomendar ao conselho de administração a manutenção ou alteração dos programas de comunicação social, e (5) analisar as diretrizes e protocolos para o plano de negócios e

ciclo de execução. O Comitê de Estratégia e Comunicação é composto atualmente por Roberto Simões e Rogério Bautista da Nova Moreira (coordenador).

Comitê de Conformidade

O Comitê de Conformidade é composto por membros independentes do Conselho de Administração, com os principais objetivos de: (1) avaliar os controles internos, a exposição a riscos e a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (2) monitorar investigações relacionadas a denúncias relacionadas a ética, (3) aprovar e atualizar periodicamente a Política de Ética, Conformidade e Transparência, que trata de medidas anticorrupção e transações com partes relacionadas e (4) desenvolver programas de treinamento para conselheiros, diretores e determinados Integrantes. Nosso Comitê de Conformidade é composto atualmente por João Cox Neto (coordenador), Gesner José de Oliveira Filho, Julio Soares de Moura Neto e Pedro Oliva Marcilio de Sousa.

O Responsável por Conformidade (CCO) reporta-se diretamente ao coordenador do Comitê de Conformidade e possui poder de decisão independente. O CCO é responsável pelo desenvolvimento do sistema de conformidade, por assistir o Diretor Presidente na implementação do sistema de conformidade e por monitorar continuamente o tema.

Um resumo da experiência empresarial, das áreas de experiência e principais interesses fora dos negócios do CCO da Companhia são apresentados a seguir.

Everson Bassinello. O Sr. Bassinello é CCO da Companhia desde agosto de 2016 e, desde então, tem liderado as iniciativas globais da Companhia em relação a gestão de riscos, controles internos, conformidade e auditoria interna. Ocupou posições de liderança em empresas do Grupo Votorantim, entre elas a VCP e a Fibria, entre junho de 2000 e julho de 2016. O Sr. Bassinello é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), possui MBA pela Business School São Paulo (BSP) e especialização em governança corporativa pela Kellogg School of Management.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética apoia o Comitê de Conformidade em temas que envolvem a violação do compromisso com a Ética, Conformidade e Transparência. O Comitê de Ética é composto pelo Responsável por Conformidade e três outros membros (preferencialmente os vice-presidentes Jurídico, de Recursos Humanos e de Finanças). Seus principais objetivos são (1) avaliar os resultados de investigações sobre denúncias relacionadas à ética, (2) encaminhar ao Comitê de Conformidade propostas de revisão da Política de Ética, Conformidade e Transparência, e (3) orientar sobre questões de conduta ética e garantir a avaliação consistente e o tratamento de temas de ética.

Remuneração

De acordo com nosso estatuto social, os acionistas são responsáveis por fixar a remuneração total a ser paga aos membros de nosso conselho de administração, diretoria e conselho fiscal. Os acionistas estabelecem essa remuneração global na assembleia geral ordinária a cada ano. Uma vez fixada a remuneração global, os membros do conselho de administração são responsáveis por distribuir essa remuneração global entre cada um dos membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal em conformidade com nosso estatuto social.

Remuneração e benefícios

A remuneração total paga a todos os membros de nosso conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal pelos serviços prestados em todos os cargos foi de R\$ 63,3 milhões em 2019, R\$ 53,8 milhões em 2018 e R\$ 47,6 milhões em 2017. Em 29 de maio de 2020, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária fixaram a remuneração do conselho de administração, diretoria executiva e membros do conselho fiscal para o exercício de 2020 de R\$ 84,2 milhões.

Os membros do conselho de administração recebem uma remuneração mensal fixa, não afetada pelo número de reuniões ocorridas a cada mês. Os coordenadores e integrantes dos comitês, de acordo com as responsabilidades e participação em cada comitê, recebem remuneração mensal diferenciada.

Os membros do conselho fiscal recebem uma remuneração mensal fixa, não afetada pelo número de reuniões ocorridas a cada mês. Os suplentes do conselho de administração e do conselho fiscal não recebem remuneração.

Os diretores recebem uma remuneração mensal fixa e remuneração anual variável, além dos mesmos benefícios oferecidos de modo geral aos funcionários, tais como assistência médica (inclusive odontológica), plano de previdência privada e tíquetes refeição. Os membros de nosso conselho de administração e conselho fiscal não fazem jus a esses benefícios.

Os membros de nosso conselho de administração, diretoria e conselho fiscal não são partes de contratos que estabeleçam benefícios na hipótese de desligamento, ressalvado no caso dos diretores, conforme acima descrito.

Plano de incentivos de longo prazo

Na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de março de 2018, (“Assembleia de 21 de Março”), os acionistas aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas da Braskem S.A. (“Plano de Incentivo”). O Plano de Incentivo estabelece os termos e condições gerais para a outorga de ações restritas da Companhia para funcionários elegíveis.

Elegibilidade

Integrantes legalmente empregados pela Companhia ou por suas controladas, inclusive diretores e profissionais de qualquer tipo aprovados pelo conselho de administração poderão participar do Plano de Incentivo mediante a celebração de um contrato de outorga (tais pessoas denominadas “participantes”).

Administração

O Plano de Incentivo será administrado pelo conselho de administração. O conselho de administração da Companhia possui, sujeito às condições gerais do Plano de Incentivo e dos programas anuais que venham a ser criados, aprovados e/ou cancelados eventualmente pelo conselho de administração e pelos órgãos de governança das controladas da Companhia, conforme aplicável, observando os termos e condições do Plano de Incentivo (tais programas denominados “Programas”), e as diretrizes fixadas na Assembleia de 21 de Março, e conforme permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, plenos poderes para adotar quaisquer medidas consideradas necessárias e convenientes para administrar o Plano de Incentivo e tais Programas, entre elas (i) aprovar as pessoas elegíveis e autorizar a outorga de Ações Restritas em nome de tais pessoas nos termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga; (ii) autorizar a alienação ou outorga de ações em tesouraria para satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano de Incentivo, dos respectivos contratos de outorga e das leis e regulamentos aplicáveis; e (iii) aprovar critérios objetivos para a aquisição, pela Companhia ou suas controladas, de Ações Restritas a serem entregues aos participantes. O conselho de administração da Companhia e os órgãos de governança das suas controladas, conforme aplicável, poderão aprovar anualmente a outorga de Ações Restritas no âmbito de cada Programa e determinar as pessoas elegíveis para as quais as Ações Restritas poderão ser outorgadas nos termos do Plano de Incentivo e do respectivo Programa.

Ações Restritas

A outorga de Ações Restritas será realizada mediante e sujeito à assinatura de contratos de outorga de acordo com o Plano de Incentivo. Os participantes poderão receber ações e/ou depositary receipts representando ações emitidas pela Companhia negociados no exterior, representando no máximo 1,5% (um vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia na data do Plano de Incentivo, sujeito aos ajustes previstos no Plano de Incentivo.

A outorga de Ações Restritas dependerá (i) da aquisição pelos participantes de ações ou depositary receipts emitidos pela Companhia (“Ações Próprias”) às custas do participante, das bolsas de valores onde tais ações sejam negociadas dentro de um período estipulado nos respectivos contratos de outorga para a aquisição de tais Ações Próprias e (ii) da permanência do participante como funcionário da Companhia por três anos e manutenção da propriedade das Ações Próprias durante tal período (tal período de três anos denominado “Período de Carência”). O investimento mínimo será de 10% do valor bruto planejado da remuneração de curto prazo do participante conforme o programa de distribuição de lucros anuais da Companhia e o máximo corresponderá a 20% de tal valor.

O objetivo do Plano de Incentivo é outorgar para cada 1 (uma) Ação Própria duas (2) Ações Restritas. Contudo, o conselho de administração poderá definir, de maneira excepcional e justificada, conforme previsto no Plano de Incentivo e de acordo com os termos e condições dos respectivos contratos de outorga, para cada Programa, um número diferente de Ações Restritas a serem entregues por cada Ação Própria, respeitando o mínimo de 1 (uma) Ação Restrita e o máximo de 3 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria, com base na análise e a exclusivo critério do conselho de administração.

Alteração de Controle

Na hipótese de (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano De Incentivo), (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia, ou (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 6 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência dos eventos estabelecidos nos itens (i) a (iii): (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos serão automaticamente antecipados.

Aquisição de Direitos (Vesting)

Nos termos do Plano de Incentivo, a aquisição de plenos direitos sobre as Ações Restritas dependerá da permanência do participante como funcionário da Companhia e manutenção ininterrupta da propriedade das Ações Próprias, período denominado Período de Carência.

Desligamento da Companhia

Na hipótese de desligamento de um participante (i) mediante demissão pela Companhia e/ou por suas controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades, ou (iii) transferência do participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano de Incentivo, o participante fará jus ao recebimento (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos, e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do participante.

Na hipótese de desligamento de um participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador) ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma aposentadoria acordada, o participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas nos termos do Plano de Incentivo, qualquer programa e contrato de outorga a ele relacionado, o qual restará automaticamente extinto na data de desligamento.

Na hipótese de desligamento de um participante por motivo de aposentadoria acordada entre os participantes e a Companhia ou suas controladas, o participante fará jus ao recebimento (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos. A entrega das Ações Restritas ao participante será realizada na data originalmente prevista (sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega, observando o respectivo contrato de outorga).

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer destes eventos: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos.

Ajustes das Outorgas

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao conselho de administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes ao Plano de Incentivo e contratos de outorga aplicáveis de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos participantes.

Alterações e Rescisão

O conselho de administração poderá propor alterações ao Plano de Incentivo e, se necessário, submeter tais alterações a aprovação dos acionistas reunidos em uma assembleia geral extraordinária. O Plano de Incentivo

permanecerá em vigor até a entrega das Ações Restritas outorgadas nos termos dos contratos de outorga segundo o Plano de Incentivo que sejam celebrados no quinto ano do Plano de Incentivo.

O direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano De Incentivo e dos respectivos programas e contratos de outorga a ele relacionados restarão automaticamente rescindidos sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

Práticas de governança corporativa

As diferenças importantes entre as práticas de governança corporativa da Companhia e as normas da Bolsa de Valores de Nova York estão descritas no “Item 16G. Governança Corporativa.”

Participação acionária de conselheiros e diretores

Na data deste relatório anual, nenhum membro do conselho de administração ou diretor executivo da Braskem detinha mais de 0,1% do capital social da mesma. Todas as ações detidas por nossos conselheiros e diretores executivos foram compradas a preço de mercado na B3.

Funcionários

A tabela a seguir contém o número dos nossos funcionários por localização geográfica, no final de cada um dos anos indicados.

Número de funcionários por localização geográfica	2019	2018	2017
Bahia.....	1.637	1.692	1.650
Rio Grande do Sul	1.537	1.589	1.601
São Paulo	1.971	1.978	1.823
Alagoas.....	511	512	508
Rio de Janeiro	389	397	408
Outros estados brasileiros	5	5	6
Brasil	6.050	6.173	5.996
Estados Unidos	759	754	699
Alemanha.....	202	188	173
México.....	830	812	785
Outros países	99	81	60
Total.....	7.940	8.008	7.713

Não temos um número significativo de funcionários temporários.

Em março de 2020, considerando a evolução da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), formamos um comitê de crise com o objetivo de estabelecer procedimentos globais com foco na saúde dos membros da equipe e a continuidade das operações da Companhia. A Companhia tomou as seguintes medidas, entre outras: (i) recomendação de que todos os membros da equipe e terceirizados trabalhassem remotamente; (ii) definição de uma equipe mínima nas áreas industriais para garantir questões de segurança e continuidade operacional; e (iii) proibição de todas as viagens de negócios nacionais e internacionais, exceto em casos excepcionais.

Funcionários no Brasil

No Brasil, tanto os empregados quanto os empregadores têm o direito de se organizar em sindicatos. Os empregados pertencentes a uma determinada categoria profissional e os empregados que constituem uma determinada categoria econômica podem ser representados por um só sindicato em uma área geográfica específica. Os sindicatos em geral pertencem a federações estaduais, que por sua vez pertencem a confederações nacionais. A Companhia é membro do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Petroquímicos e Resinas Sintéticas dos Estados da Bahia, de Alagoas e do Rio Grande do Sul, ao passo que seus funcionários são membros dos Sindicatos de Trabalhadores na Indústria Petroquímica de cada um desses estados. Em 31 de dezembro de 2019, 27,3% de nossos funcionários no Brasil estavam sindicalizados.

A Companhia mantém boas relações com os funcionários e seus respectivos sindicatos. Não houve greve no Brasil desde a privatização da Trikem em 1995. Os atuais acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos têm prazo de um ano a dois anos e estão sujeitos a renegociação anual. Tradicionalmente, a Companhia aplica os

termos dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos igualmente para os funcionários sindicalizados e não sindicalizados.

Benefícios Pós-Emprego

Plano de Contribuição Definida Vexty

A maioria dos funcionários da Companhia (cerca de 90,6%) participa do Vexty (antigo Odebrecht Previdência). A Companhia paga parte dos pagamentos mensais feitos pelos funcionários ao Vexty. Trata-se de um plano de previdência contribuição definida que paga valores de pensão e aposentadoria que suplementam os valores pagos pelo sistema previdenciário oficial do governo brasileiro, visando fornecer aos seus membros renda pós-aposentadoria. Em 2019, pagamos R\$ 49,9 milhões a esse fundo.

Outros Benefícios no Brasil

Os nossos funcionários no Brasil e seus dependentes contam com assistência médica e odontológica por meio de sistema que utiliza uma rede de médicos credenciados em uma seguradora. Arcamos com a maior parte dos custos desses serviços, sendo um pequeno valor pago mensalmente pelos funcionários. Uma pequena taxa é também cobrada dos funcionários, conforme o uso de terminados serviços médicos (sistema de coparticipação). Em 2019, os desembolsos com esse benefício atingiram R\$ 101,01 milhões.

Funcionários nos Estados Unidos

Os funcionários da Braskem America não estão representados por sindicato, com exceção dos funcionários da planta da Braskem America em Neal, em West Virginia. Em 31 de dezembro de 2019, 56 % dos funcionários dessa planta eram representados pelo sindicato Internacional dos Trabalhadores das Indústrias de Siderurgia, Papel e Florestas, Borracha, Manufatura, Energia e Indústrias e Serviços Relacionados (United Steel, Paper & Forestry, Rubber, Manufacturing, Energy Allied-Industrial & Service Workers International Union). O acordo coletivo de trabalho com esse sindicato vence em 3 de maio de 2023.

Benefícios pós-emprego nos Estados Unidos

A Braskem America administra um plano de previdência fechado de benefício definido, que, em 31 de dezembro de 2019, contava com 34 participantes ativos, em relação a 38 participantes em 2018. Devido aos níveis de financiamento atuais do plano de previdência, a Braskem America não foi obrigada a contribuir com o plano durante o ano do plano de 2019 e, em virtude disso, nenhuma contribuição em dinheiro adicional foi feita em 2019. Ademais, não houve contribuição por participantes em 2019.

A Companhia oferece um plano de poupança nos termos da regra 401(k), que, em 31 de dezembro de 2019, tinha ativos totais de R\$ 761,9 milhões (US\$ 140,4 milhões), incluindo R\$ 90,6 milhões (US\$ 16,7 milhões) em contribuições realizadas por participantes em 2019.

Outros Benefícios nos Estados Unidos

A Braskem America oferece a seus funcionários a possibilidade de participar de diversos planos de benefício envolvendo saúde e bem-estar, incluindo assistência médica, odontológica, seguro de vida e assistência em casos de invalidez.

Funcionários na Alemanha

Os funcionários da Braskem Europe GmbH na Alemanha não estão representados por sindicato. No entanto, estão representados por conselhos trabalhistas locais (*Betriebsrat*).

Benefícios pós-emprego na Alemanha

Plano de previdência Alemanha

Em outubro de 2011, as obrigações da Dow segundo os planos de benefício alemães foram assumidas pela Braskem Europe, como consequência da Aquisição da Dow Polipropileno. Em 2013, a Braskem Europe implantou

um novo plano de previdência de contribuição definida. Na data deste relatório anual, há 64 participantes ativos no novo plano de previdência.

Outros Benefícios na Alemanha

A Braskem GmbH oferece a seus funcionários a possibilidade de participar de planos de benefícios, incluindo previdência, seguro de vida e contra invalidez.

Plano de Previdência na Holanda

A Braskem iniciou um plano de previdência na Holanda em 2009 com a Delta Lloyd, em um sistema de contribuição fixa. A participação é obrigatória para os residentes na Holanda. Na data deste relatório anual, há 42 participantes ativos no plano.

Outros Benefícios na Holanda

A Braskem BV oferece a seus funcionários a possibilidade de participar de planos de benefícios, incluindo previdência, seguro de vida e contra invalidez e plano de saúde (por reembolso).

Funcionários no México

Benefícios pós-emprego no México

Os funcionários da Braskem Idesa recebem planos de aposentadoria oferecidos pelo governo ao se aposentarem ou atingirem a idade para tal. Em 31 de dezembro de 2019, o plano de aposentadoria pelo governo contemplava todos os 830 participantes ativos da Braskem Idesa. Em maio de 2018, a Braskem Idesa implementou um plano de previdência privado (obrigação de benefício definida); ao final do exercício, registrou-se a participação de 339, e até o final de 2019, houve participação de 362 dos 830 funcionários da empresa.

Outros benefícios no México

A Braskem Idesa oferece outros benefícios, incluindo planos de poupança, vale-alimentação, vale-refeição, refeitório, além de seguro de vida e seguro-saúde.

Plano de Remuneração Baseado em Desempenho

Adotamos e aplicamos a filosofia de gestão de pessoal que enfatiza uma estrutura de remuneração atrelada ao desempenho e uma estrutura de gestão descentralizada. Os funcionários de cada uma de nossas unidades de negócio participam da fixação e alcance das metas anuais dessas unidades de negócio. Em decorrência disso, os funcionários nessas unidades de negócio que alcançam ou superam suas metas compartilham de nosso desempenho financeiro por meio dos planos de remuneração a funcionários baseados no desempenho. Em 2.019 e 2.018, registramos despesas de R\$ 320,5 milhões e R\$ 375,4 milhões, respectivamente, relacionadas a esse programa com relação a 7.940 funcionários e ex-funcionários, incluindo diretores. Os membros do conselho de administração não participam desse programa.

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas

Em 31 de maio de 2020, a Companhia tinha um capital social em circulação de R\$8.043.222, igual a um total de 797.218.554 ações, consistindo em 451.668.652 ações ordinárias, 345.049.672 ações preferenciais classe A e 500.230 ações preferenciais classe B. Em 31 de maio de 2020, todas as ações autorizadas da Companhia estavam emitidas e em circulação, exceto as 1.226.559 ações preferenciais classe A detidas em tesouraria. Todo o nosso capital social está integralizado. Todas as nossas ações são sem valor nominal.

Geralmente, apenas nossas ações ordinárias possuem direitos de voto. Nossas ações preferenciais possuem direitos de voto apenas em circunstâncias excepcionais.

Conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações, nosso estatuto social especifica que 25% de nosso lucro líquido ajustado de cada exercício fiscal deve ser distribuído para os acionistas na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais fazem jus a um dividendo preferencial anual não cumulativo, ou Dividendo Preferencial Mínimo, equivalente a 6% da sua participação pro rata no capital antes do pagamento de dividendos aos acionistas ordinários. As distribuições de dividendos em qualquer ano dado são efetuadas:

- primeiramente, aos detentores de ações preferenciais, até o valor do Dividendo Preferencial Mínimo daquele ano;
- em seguida, aos detentores de ações ordinárias, até o valor distribuído com relação a cada ação ordinária ser equivalente ao valor distribuído com relação a cada ação preferencial e
- subsequentemente, aos titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, em termos proporcionais.

Os acionistas de ações preferenciais classe B não recebem nenhuma quantia adicional de dividendos após o recebimento do Dividendo Preferencial Mínimo. Se o Dividendo Preferencial Mínimo não for pago em um período de três anos, os detentores de ações preferenciais passam a ter plenos direitos de voto.

A tabela a seguir contém informações acerca da titularidade de nossas ações ordinárias e ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019, por cada pessoa que sabemos ser o titular de mais de 5,0% de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A e por todos os nossos conselheiros e diretores considerados como um grupo. Os nossos principais acionistas têm o mesmo direito de voto no que respeita a cada classe de nossas ações que os demais detentores de ações da mesma classe.

	Ações ordinárias		Ações preferenciais Classe A		Total	
	Qte. de ações	%	Qte. de ações	%	Qte. de ações	%
Odebrecht	226.334.623	50,1	79.182.498	22,9	305.517.121	38,3
Petrobras	212.426.952	47,0	75.761.739	22,0	288.188.691	36,1
Alaska Investimentos Ltda.....	—	—	21.734.100	6,3	21.734.100	2,7
Todos os conselheiros, membros do conselho fiscal, suplentes e diretores, como um grupo (35 pessoas)	—	—	83.518	*	83.518	*

* Menos de 1%

Não existe atualmente nenhum plano de opção de compra de ações por administradores ou funcionários nem opções de compra de ações em aberto de administradores ou funcionários, apenas o Plano de Incentivo de Longo Prazo descrito acima. Vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Funcionários—Remuneração—Plano de incentivo de longo prazo”.

Acordos de Acionistas

Acordo de Acionistas da Braskem S.A.

Odebrecht, OSP Inv., Petrobras e Petroquisa, tendo a Braskem e a BRK como partes intervenientes, celebraram o Acordo de Acionistas da Braskem S.A., em vigor desde 8 de fevereiro de 2010, com prazo de 35 anos. O Acordo de Acionistas da Braskem S.A. substituiu o acordo de acionistas que anteriormente regia o relacionamento entre Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa com relação às ações da Companhia.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a Petrobras tem o direito de designar:

- quatro membros do conselho de administração e respectivos suplentes da Companhia, enquanto detiverem, direta ou indiretamente, o total de 30% ou mais do capital votante da Braskem;
- três membros do conselho de administração e respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, o total de 18%, mas menos que 30% do capital votante da Braskem;

- dois membros do conselho fiscal e respectivos suplentes, um dos quais será o presidente, enquanto detiverem, direta ou indiretamente, um total de 30% ou mais das ações votantes da Braskem; e
- dois membros do conselho fiscal e respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, um total de 18%, mas menos 30%, do capital votante da Braskem e enquanto a Odebrecht tiver o direito de eleger a maioria de seus membros.

Enquanto a Braskem S.A. tiver o direito de designar três ou quatro membros do conselho de administração da Companhia, um deles atuará como vice-presidente do conselho de administração.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Petrobras, a Odebrecht tem o direito de indicar o diretor presidente da Braskem. O diretor presidente da Braskem escolherá o diretor financeiro entre três indicados da Odebrecht e o diretor responsável pela área de investimentos e carteira entre três indicados da Petrobras. O diretor presidente tem poderes para nomear os demais membros da diretoria. Após tais nomeações, os diretores serão eleitos em reunião do conselho de administração.

Ainda conforme o Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a Odebrecht tem o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia. No entanto, enquanto a Petrobras detiver, direta ou indiretamente, um total de menos de 30% e mais de 18% das ações votantes da Braskem, esta fica impedida de praticar determinados atos estratégicos a menos que seja alcançado um consenso com relação a tais atos entre a Odebrecht e a Petrobras, incluindo, entre outros:

- atos que afetam o valor das ações ou os direitos dos detentores das ações da Companhia;
- incorporações, cisões ou operações semelhantes;
- investimentos e compras de ativos não circulantes com valor superior a 30% dos ativos não circulantes da Companhia, o que for menor;
- alienações de ativos não circulantes com valor superior a 10% da totalidade dos ativos não circulantes;
- criação de ônus sobre os ativos não circulantes, com valor superior a R\$ 350 milhões ou 20% dos ativos não circulantes, o que for menor; e
- atos que resultariam na violação de relações específicas dívida líquida/EBITDA e EBITDA/total de juros.

Consoante o Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a Companhia concordou que os investimentos que fizer para aumentar a capacidade precisam ser respaldados por uma avaliação demonstrando a rentabilidade conforme padrões tais como valor presente líquido ou taxa interna de retorno. A Petrobras concedeu à Companhia o direito de primeira oferta com relação ao desenvolvimento de qualquer projeto petroquímico que a Petrobras vier a empreender. Na hipótese de a Companhia decidir não participar do projeto proposto, a Petrobras terá o direito de comercializar os produtos produzidos pelo projeto em questão em condições satisfatórias para a Companhia e a Petrobras.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a Petrobras tem o direito de vender uma parcela proporcional das ações ordinárias da Companhia por elas detidas em caso de uma venda direta ou indireta das ações ordinárias da Companhia a um terceiro pelo Grupo Odebrecht.

Consoante o Acordo de Acionistas da Braskem S.A., cada uma das partes concordou em:

- sujeito a algumas exceções, não conceder nenhum ônus sobre qualquer uma de suas ações da Braskem; conceder direito de primeira oferta e direitos de tag along a outras partes do Acordo de Acionistas da Braskem S.A. com relação a uma venda de suas ações da Braskem;
- na hipótese de a participação de uma parte nas ações votantes da Braskem ficar diluída em uma operação envolvendo uma ou mais das outras partes do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a parte que sofreu a diluição terá o direito de comprar ações da Braskem das partes que provocaram a diluição em um valor que, após considerada a referida compra, resulte no fato de a parte que sofreu a diluição deter a mesma

participação percentual no capital votante da Braskem que detinha imediatamente antes do fato que gerou a diluição; e

- na hipótese de uma parte adquirir ou receber de um terceiro o direito de adquirir ações ordinárias da Braskem, oferecer-se para vender, às outras partes do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., uma quantidade de ações ordinárias da Braskem que, após considerada a referida venda, resulte no fato de cada uma das partes do Acordo de Acionistas da Braskem S.A. deter a mesma proporção direta e/ou indireta de ações ordinárias da Braskem que detinha antes da aquisição, de um terceiro, de ações ordinárias da Braskem.

Em 2016, a OSP Inv. firmou acordos com algumas instituições financeiras, através dos quais concedeu todas as ações emitidas pela Braskem e mantidas em garantia.

No dia 18 de julho de 2017, os acionistas da Companhia, Petrobras e Odebrecht, negociaram uma revisão dos termos e condições do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a fim de melhorar nossa governança corporativa e a relação de participação entre as partes, com o objetivo de gerar valor para todos os acionistas.

Em 25 de maio de 2018, a Companhia foi informada que a OSP Inv. cedeu todas as ações emitidas pela Braskem detidas por ela em garantia para operações financeiras, por meio de uma alienação fiduciária.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia foi informada pela OSP Inv. sobre a celebração de alteração no acordo dos acionistas datada em 8 de fevereiro de 2010, para estender os direitos de tag along de acordo com a cláusula 7.12 do contrato para as ações preferenciais detidas pela Petrobras S.A.

Em 31 de janeiro de 2019, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., sua controladora indireta, sobre a reorganização corporativa aprovada pela Organização Odebrecht em 31 de dezembro de 2018, cujo principal objetivo é segregar seus negócios, por meio da qual todas as ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Inv. e todos os seus passivos (formados pelo contrato de compra e venda de debêntures nº. 16.2.0023.1, celebrado em 16 de março de 2016 entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e OSP Inv. e outras partes intervenientes, conforme alteração) e outras atividades operacionais da OSP Inv. foram incorporadas à OSP Investimentos S.A. Considerando que a reorganização societária ocorreu dentro da Organização Odebrecht, a Odebrecht S.A. continua a ser a controladora indireta da Braskem.

Rescisão do Acordo de Acionistas do BNDESPAR

Em fevereiro de 2016, recebemos correspondência do BNDESPAR comunicando a venda das suas ações preferenciais no capital social da Companhia na B3. Como resultado desta venda, o BNDESPAR passou a deter 6,61% e 2,86% das ações preferenciais e do capital social, respectivamente. O acordo de acionistas do qual o BNDESPAR era parte encontrou-se automaticamente rescindido, uma vez que o BNDESPAR passou a deter menos que 5,0% do capital social total da companhia.

Operações com partes relacionadas

Conforme o estatuto social da Companhia, somente o conselho de administração pode deliberar sobre qualquer contrato com partes relacionadas que exceda o valor de R\$ 20 milhões por transação ou R\$ 60 milhões no agregado, por exercício fiscal. Essa orientação aplica-se aos contratos entre a Braskem e suas subsidiárias e: (i) subsidiárias diretas ou indiretas da Braskem, nas quais o acionista controlador, subsidiárias diretas ou indiretas ou pessoas-chave dessas entidades detenham participação no capital social; (ii) afiliadas da Braskem e subsidiárias dessas entidades; e (iii) joint ventures das quais a Braskem e quaisquer de suas subsidiárias façam parte.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, diretores executivos e conselheiros estão proibidos de: (i) celebrar qualquer transação usando os ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações nas quais os diretores executivos e conselheiros tenham um conflito de interesses com a Companhia ou em resoluções nas quais façam parte; e (iii) receber, em decorrência do cargo ocupado, qualquer tipo de vantagem pessoal, advindos de terceiros, de forma direta ou indireta, sem uma prévia autorização de acordo com o estatuto social ou o acordo dos acionistas.

Como parte dos controles para a identificação de partes relacionadas, a Companhia exige que o pessoal-chave informe anualmente se eles, ou parentes próximos, detenham controle total ou parcial de qualquer empresa.

A Lei de Sociedades por Ações determina que os conselheiros, seus suplentes e os diretores não podem votar quaisquer matérias em relação às quais possuam conflito de interesses, podendo tais operações ser aprovadas apenas em termos e condições justos e razoáveis que não sejam mais favoráveis do que aqueles disponíveis no mercado ou oferecidos por terceiros. Adicionalmente, conforme a Política de Ética, Conformidade e Transparência da Companhia, nenhum acionista ou qualquer outra Pessoa com poder decisório sobre as atividades da Companhia poderá participar da negociação ou processo decisório de uma operação em que tal indivíduo tenha conflito de interesses.

Realizamos muitas operações com nossos principais acionistas e suas empresas afiliadas e esperamos continuar a fazê-lo no futuro. Também temos relações comerciais com algumas de nossas afiliadas e, como resultado, registramos contas a receber de clientes e passivos circulantes e de longo prazo decorrentes principalmente de compras e vendas de mercadorias e serviços em condições equivalentes às condições e aos preços médios de operações realizadas com terceiros. Além disso, realizamos outras operações financeiras e não financeiras com os nossos principais acionistas e suas afiliadas, incluindo, entre outras, a participação em três acordos de acionistas ou memorandos de entendimento com acionistas da Companhia. Vide “—Principais acionistas—Acordos de acionistas.”

A exposição a seguir resume as operações relevantes entre a Companhia e seus principais acionistas, controladas e coligadas desde 1º de janeiro de 2018.

Organização Odebrecht

Acordo de Aliança

Em maio de 2014, firmamos um acordo de aliança com a CNO, mediante o qual apontamos a CNO como fornecedora não exclusiva de serviços de manutenção e projetos de melhoria de eficiência de cada uma de nossas plantas. Este acordo foi aprovado por unanimidade pelo nosso conselho de administração. Os serviços são contratados por meio de Termos para Atividades Específicas (TAE), que são firmados a cada serviço ou projeto específico. No valor de cada TAE estão compreendidos todos os custos de execução dos serviços a serem prestados pela CNO, incluindo custos com terceiros eventualmente contratados para fornecimento de materiais e serviços, além da remuneração da CNO. A remuneração da CNO pela execução de cada TAE nos termos do Acordo de Aliança possui teto de R\$ 121 milhões, calculado como uma porcentagem do valor do acordo, sujeito a acréscimos e descontos conforme determinadas métricas.

O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos do Acordo de Aliança foi de R\$ 2,8 milhões em 2019 e R\$ 58,1 milhões em 2018.

O Acordo de Aliança foi encerrado em maio de 2018. Acordos de atividades específicas firmados até esta data continuarão em vigor até a execução do seu propósito.

Subarrendamento

Em agosto de 2013, a Companhia celebrou um contrato de subarrendamento no valor de R\$ 226 milhões com a CNO e a Abiatar SPE Empreendimentos Imobiliários (como interveniente) para os andares do edifício onde estão localizados os escritórios da Braskem em São Paulo. Em janeiro de 2014, esse contrato foi reajustado de acordo com o IPCA/IBGE para o valor de R\$ 239 milhões. O contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2028. Esse contrato venceria no dia 31 de dezembro de 2028, mas foi rescindido em maio de 2019.

O valor agregado pago pela Companhia nos termos deste acordo foi de R\$ 45,1 milhões em 2019.

Manutenção Industrial, Serviços de Manutenção de Operação e Máquinas de Carga

Em dezembro de 2017, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de manutenção industrial com a CNO, compreendendo caldeiraria e soldagem em tubulações e equipamentos estáticos, bem como serviços de operação e manutenção de máquinas de carga nas unidades da Braskem localizadas no Rio Grande do Sul. Esse contrato tem valor máximo estimado de R\$ 120 milhões e prazo de vigência até dezembro de 2021.

O valor agregado dos serviços contratados nos termos deste acordo em 2019 foi de R\$ 22 milhões.

Serviços de Movimentação e Armazenagem

Em maio de 2018, a Companhia firmou um contrato para serviços de movimentação armazenagem de soda cáustica com a Liquiport Vila Velha S.A., que foi uma subsidiária integral da Odebrecht TransPort S.A. até 9 de agosto de 2019. Esse contrato tem valor máximo estimado de R\$ 93 milhões e prazo de vigência de 10 anos. Os serviços nos termos desse contrato totalizaram R\$ 5,6 milhões em 2019 até a data em que a Odebrecht ainda detinha a Liquiport Vila Velha S.A.

Manutenção de Fornos, Caldeiras e Tanques

Em 2019, a Companhia conduziu um processo de licitação que elegeu a TENENGE como prestadora não exclusiva de serviços de manutenção e projetos de melhoria de eficiência para fornos, caldeiras e tanques em cada uma das plantas industriais da Companhia. Este acordo foi aprovado por unanimidade pelo nosso conselho de administração em dezembro de 2019. Os serviços a serem fornecidos nos termos desse contrato foram contratados por meio de escopos de manutenção predefinidos e uma lista de preços unitários por atividade. A remuneração da TENENGE pela realização dos serviços nos termos do contrato está limitada a R\$ 669,0 milhões. O contrato entrou em vigor em fevereiro de 2020 e ficará válido até janeiro de 2027.

Aquisição da Cetrel

Em outubro de 2012, a Companhia celebrou um contrato com a Cetrel para a aquisição de 4 milhões de m³ por ano de água de reuso pelas instalações localizadas no Polo Industrial de Camaçari. O contrato é válido até abril de 2028 e tem valor total estimado de R\$ 120,0 milhões. Em julho de 2016, a Companhia celebrou um acordo de prestação de serviços com a Cetrel, segundo o qual a Cetrel foi escolhida como prestadora de serviços exclusiva para o tratamento de efluentes produzidos pelas unidades industriais localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari. O contrato possui um teto de R\$ 77 milhões e tem vencimento em dezembro de 2019. O valor total dos serviços contratados nos termos deste contrato foi de R\$ 15,3 milhões em 2019. Em março de 2013, a Companhia celebrou um contrato para o fornecimento de água industrial com a Distribuidora de Águas de Camaçari S.A., incorporada pela Cetrel, controlada da Odebrecht. O contrato é válido até março de 2043 e tem valor total estimado de R\$ 2.250,0 milhões. O valor agregado da aquisição nos termos deste contrato em 2019 foi de R\$ 82 milhões.

Em dezembro de 2017, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Cetrel para a incineração de resíduos industriais perigosos produzidos pelas unidades industriais da Braskem localizadas no complexo petroquímico de Camaçari/BA. As despesas com serviços nos termos deste contrato estão limitadas a R\$ 61 milhões, e o contrato expira em dezembro de 2020. O valor agregado dos serviços contratados nos termos deste contrato em 2019 foi de R\$ R\$ 13,4 milhões.

Em 27 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a celebração de um acordo de compra e venda com a Odebrecht Utilities S.A. através do qual a Braskem se comprometeu a adquirir todas as ações detidas pela vendedora Cetrel S.A., representativas de 63,7% do seu capital votante, pelo valor total de R\$ 610 milhões, a ser pago na conclusão da operação. A aquisição foi aprovada pelos acionistas principais, nos termos do Artigo 256 da Lei das Sociedades Anônimas, na Assembleia Geral realizada em 29 de setembro de 2017. A aquisição foi concluída em 2 de outubro de 2017, quando a Braskem adquiriu 1.269.290 ações, ou 63,7%, do capital votante da Cetrel S.A.

Contrato de Fornecimento de Etanol Hidratado

Em março de 2017, foi assinado contrato de fornecimento de etanol hidratado com a UCP e com a USL. O etanol é a matéria-prima consumida pela Braskem na produção de eteno verde. Participaram do contrato como garantidoras as empresas Atvos e Rio Claro. O contrato ainda previu a aplicação de desconto comercial e outras flexibilidades no processo de aquisição do produto pela Braskem. Adicionalmente, o contrato contempla um adiantamento de R\$ 150,0 milhões, que será corrigido a taxas de mercado. O adiantamento foi garantido por contrato de penhor de lavoura de cana-de-açúcar, seus produtos e subprodutos em valor líquido de mercado superior ao valor do adiantamento, sendo que o bem penhorado estará segurado através de apólice contratada com seguradora de primeira linha e com previsão de sub-rogação. O contrato teve vigência até 30 de abril de 2018.

Em dezembro de 2017, a Companhia assinou um aditivo ao contrato de fornecimento de etanol hidratado firmado com UCP e USL alterando a modalidade de faturamento de compra de matéria prima para entrega futura,

de forma a antecipar o faturamento do volume de produto a ser entregue entre janeiro e março de 2018 no valor agregado de R\$ 50,0 milhões. Esse aditivo define que o preço a ser praticado no momento da entrega será o menor entre o teto estabelecido no aditivo e a referência do contrato original. O contrato teve vigência até 30 de abril de 2018.

Em dezembro de 2017, foi assinado contrato com a Agro Energia Santa Luzia S.A. – USL, Usina Conquista do Pontal S.A. – UCP, Atvos e Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável, com o objetivo de garantir o fornecimento do volume de etanol hidratado, tendo sido concedido desconto comercial no fornecimento e estabelecido flexibilidades contratuais de aquisição. O contrato contemplou adiantamento de R\$ 200,0 milhões, garantido por contrato de penhor da lavoura de cana-de-açúcar, seus produtos e subprodutos em valor líquido de mercado superior ao valor do adiantamento, sendo que o bem penhorado estará segurado por apólice contratada com seguradora de primeira linha e com previsão de sub-rogação para a Braskem, com prazo de vigência até 30 de abril de 2019. Em janeiro de 2019, a Companhia assinou uma alteração ao contrato para a compra de matéria-prima para entrega futura entre janeiro e março de 2019. A alteração estabeleceu um adiantamento de R\$100,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, não havia saldo em aberto nos termos deste contrato.

Petrobras

Operações comerciais com a Petrobras

Celebramos os seguintes contratos de fornecimento com a Petrobras:

- Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia e a Petrobras firmaram contrato de compra de nafta por um período de cinco anos. Esse contrato substitui o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras, para o fornecimento de nafta para suas plantas de petroquímicos básicos localizadas no Polo de Camaçari, e o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras, para o fornecimento de nafta para suas plantas de petroquímicos básicos localizadas no Polo de Triunfo. Esse contrato tem vencimento em dezembro de 2020.
- Contrato de fornecimento de etano e propano celebrado entre a companhia e a Petrobras em dezembro de 2000. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Químicos—Etano e Propano” para mais informações.
- Contrato de compra e venda de uma cadeia de gás de refinaria, celebrado entre a Quattor Química S.A., que foi incorporada pela Quattor Participações S.A., antiga Braskem Qpar, antes da incorporação pela Companhia em 1º de dezembro de 2014, e a Petrobras em janeiro de 2005. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Químicos—Gás de Refinaria” para mais informações.
- Contrato de 20 anos para fornecimento de propeno celebrado com a Petrobras em maio de 2008 para a planta de Paulínia. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Matérias Primas da Unidade de Poliolefinas—Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Controladas” para mais informações.
- Cinco contratos para o fornecimento de propeno celebrados entre a Braskem Petroquímica (antiga Quattor Petroquímica, que foi incorporada pela Companhia em novembro de 2017) e a Petrobras entre setembro de 1997 e fevereiro de 2006. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Matérias Primas da Unidade de Poliolefinas—Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Controladas” para mais informações.
- Em abril de 2008, a Polietilenos União S.A., antiga controlada da Quattor Participações S.A. (incorporada pela Braskem em 1º de dezembro de 2014) celebrou um acordo para o fornecimento de vapor com a Petrocoque S.A. Indústria e Comércio, aditado em março de 2014. A Companhia passou a adquirir energia térmica produzida através de vapor nos termos deste contrato em setembro de 2009. Esse contrato tinha um valor estimado de R\$ 200 milhões, um prazo de 10 anos e venceu em setembro de 2019. O valor agregado da aquisição nos termos deste contrato em 2019 foi de R\$ 42,6 milhões.
- A Braskem transferiu um contrato da Petrobras e da controlada em conjunto Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA) segundo o qual a Petrobras se compromete a fornecer vapor e prestar serviços relacionadas ao tratamento e transporte de água, água clarificada e hidrogênio. O contrato possui prazo de 20 anos e não

possui cláusula de valor global. O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos de tal contrato foi de R\$ 13,6 milhões em 2019.

- A Braskem transferiu um contrato da Petrobras e da Rio Polímeros S.A., de acordo com o qual a Petrobras prestará serviços de transporte hídrico. O contrato possui prazo de 30 anos e não possui cláusula de valor global. O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos de tal contrato foi de R\$ 11 milhões em 2019.
- Desde junho de 2016 a Braskem mantém contratos para a venda de gasolina A à BR Distribuidora, que era uma subsidiária da Petrobras, com validade mensal. A BR Distribuidora foi privatizada em julho de 2019, ela não é mais considerada uma parte relacionada. As vendas nos termos deste contrato somaram R\$ 392,9 milhões em 2019.
- Contrato de dois anos para serviços logísticos (operação e manutenção de pipeline) relativos à matéria-prima no Polo de Triunfo entre a Braskem e a Transpetro, celebrado em novembro de 2018. O valor total dos serviços relacionados a esse contrato em 2019 foi de R\$ 73,6 milhões.
- Contrato de dois anos para serviços logísticos relativos ao armazenamento de matéria-prima no Polo de Triunfo entre a Braskem e a Petrobras, celebrado em novembro de 2018. O valor total dos serviços relacionados a esse contrato em 2019 foi de R\$ 5,0 milhões.
- Contrato de dois anos para o arrendamento de tanques e dutos relativos ao armazenamento de matéria-prima no Polo de Triunfo entre a Transpetro e a Braskem, celebrado em novembro de 2018. O valor total dos serviços relacionados a esse contrato em 2019 foi de R\$ 25,0 milhões.
- Contrato de dois anos para o arrendamento de tanques de armazenamento e dutos relativos ao armazenamento de matéria-prima no Polo de Triunfo entre a Transpetro e a Braskem, celebrado em novembro de 2018. O valor total dos serviços relacionados a esse contrato em 2019 para arrendamento de dutos foi de R\$ 6,4 milhões e para arrendamento de tanques de armazenamento foi de R\$ 15,8 milhões, com um valor total de R\$ 22,2 milhões.
- Em 3 de julho de 2019, a Braskem S.A. e a CDGN Logística S.A. celebraram um contrato para o fornecimento de gás natural comprimido por um período total de cinco anos. O valor total durante todo o prazo do contrato é de aproximadamente R\$ 210,0 milhões.
- Em setembro de 2019, a Companhia assinou uma alteração ao seu contrato com a Gás de Alagoas S.A. (Algás) para o fornecimento de gás natural à Braskem, para prorrogar o contrato por mais dois anos até 31 de dezembro de 2021. O valor total durante todo o prazo do contrato, conforme alterado, é de aproximadamente R\$ 500,0 milhões.
- Em dezembro de 2019, a Companhia assinou uma alteração ao contrato de compra de gás natural com a Companhia de Gás da Bahia (BahiaGás), com prazo de janeiro a dezembro de 2020 e um valor adicional de R\$ 820,0 milhões no tocante à alteração. O valor total a ser pago durante todo o prazo do contrato, conforme alterado, é de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.
- A Braskem S.A. celebrou dois contratos com a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) para o fornecimento de gás natural. Durante o ano de 2019, o valor do gás fornecido nos termos do contrato foi de aproximadamente R\$228,7 milhões.
- A Braskem S.A. celebrou um contrato com a Petrocoque S.A. Indústria e Comércio em 2008 para o fornecimento de vapor, que foi alterado em setembro de 2019 para prorrogar seu prazo até 2020. O valor total durante todo o prazo do contrato é de aproximadamente R\$ 326,0 milhões.
- Em dezembro de 2019, a Petrobras e a Braskem celebraram um termo de acordo (Termo de Encerramento de Pendências ou TEP) para o reembolso pela Petrobras à Braskem de pagamentos de ICMS feitos a maior no estado de São Paulo, no valor de: (i) R\$ 24,4 milhões, com relação a uma sentença homologada com relação ao processo administrativo GDOC 12782-984681/2017; e (ii) R\$ 26,4 milhões, com relação a uma sentença homologada com relação ao processo administrativo GDOC 12782-984681/20.

A Companhia comprou matérias-primas, produtos finais, serviços e utilidades da Petrobras e suas subsidiárias no valor total de R\$ 12.795,8 milhões em 2017, R\$ 15.540,1 milhões em 2018 e R\$ 12.578,2 milhões em 2019, e vendeu à Petrobras e suas subsidiárias produtos no valor total de R\$ 1.810,8 milhões em 2017, R\$ 1.225,4 milhões em 2018 e R\$ 665,4 milhões em 2019.

Outras Transações com Partes Relacionadas

Controladas em conjunto

Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. (“RPR”)

A receita de gasóleo, gasolina e solventes para a RPR foi aprovada em 2019 por um valor total de R\$ 845,0 milhões ao ano. O contrato para a venda de gasóleo e solventes estabelece que os preços de venda serão determinados à vista. Desde março de 2016 a Braskem mantém contratos para a venda de gasolina à RPR com validade mensal. Em 2019, a Braskem forneceu solvente para a RPR no valor total de aproximadamente R\$36,2 milhões (venda bruta). Além disso, em 2019, a Braskem forneceu gasolina e gasóleo no total de R\$ 146,9 milhões para a RPR.

Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (“FCC”)

Em 1º de agosto de 2019, a Braskem e a FCC celebraram um contrato para a venda de soda cáustica por um período de dois anos. O valor total durante todo o prazo do contrato é de aproximadamente R\$ 50,0 milhões.

Coligadas

Borealis Brasil S.A.

Vendemos polipropileno e polietileno à Borealis, na qual possuímos participação societária de 20,0%. A Companhia registrou receita para a Borealis no valor de R\$ 193,6 milhões em 2017, R\$ 242,7 milhões em 2018 e R\$ 175,9 milhões em 2019. Contabilizamos a Cetrel usando o método de equivalência patrimonial.

Além disso, em 1º de março de 2018, a Braskem e a Borealis celebraram um contrato para a prestação pela Braskem de determinados serviços relacionados à definição e gestão da carteira de energia da Borealis. Esse contrato foi subsequentemente alterado no dia 1º de novembro de 2019 para postergá-lo até 28 de fevereiro de 2021. O valor total dos serviços a serem prestados nos termos do contrato é de R\$ 230,4 mil.

Acionistas não controladores da Braskem Idesa

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha um endividamento em aberto de R\$ 2.395,9 milhões com relação a um empréstimo devido ao acionista não controlador da Braskem Idesa, com vencimento em dezembro de 2029 e acumulando juros a 7% a.a., cujo rendimento foi usado pela Braskem Idesa para financiar seu projeto de construção.

Política de Transações Entre Partes Relacionadas

Em dezembro de 2018, a Companhia adotou uma política de transações entre partes relacionadas, ou a Política de Transações entre Partes Relacionadas, revisada periodicamente, que estabelece os procedimentos de aprovação das transações com o acionista controlador, as entidades controladoras ou outras partes relacionadas com a Companhia. De acordo com o estatuto social da Companhia e a Política de Transações entre Partes Relacionadas: (i) o Conselho de Administração da Companhia é responsável pela aprovação de determinadas transações entre partes relacionadas e pelas revisões da Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) o Comitê de Conformidade da Companhia é responsável por avaliar as transações entre partes relacionadas antes de sua submissão para aprovação do Conselho de Administração, se aplicável, bem como garantir que as disposições contidas na Política de Transações entre Partes Relacionadas sejam respeitadas pelas outras áreas da Companhia; e (iii) o Comitê de Ética da Companhia é responsável por avaliar as transações entre partes relacionadas que não exigem aprovação do Conselho de Administração. De acordo com essa política, a Companhia mantém, e celebrará no futuro, transações com seu acionista controlador ou entidades controladas com relação a seus serviços ou produtos, ou outras transações entre partes relacionadas, conforme definido pela Política de Transações entre Partes Relacionadas.0}

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas e outras informações financeiras

O Item 19 relaciona todas as demonstrações financeiras apresentadas como parte deste relatório anual.

Processos judiciais

Estamos, e poderemos estar no futuro, envolvidos em numerosos processos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros, que envolvem reivindicações monetárias. Caso a decisão em qualquer desses processos não nos seja favorável, não acreditamos que nossos resultados operacionais ou nossa situação financeira serão afetados significativa e negativamente.

Para alguns desses processos, não constituímos provisões em nosso balanço patrimonial, nem provisões apenas para parte dos montantes reivindicados, com base em nossa avaliação quanto ao seu desfecho.

Contencioso fiscal

Estamos envolvidos em diversos processos contra autoridades fiscais brasileiras, para os quais constituímos provisões no valor total de R\$ 672,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Ademais, há atualmente alguns processos judiciais pendentes nos quais estamos envolvidos e para os quais não foram constituídas provisões, já que não há motivo para registrá-las de acordo com o IAS 37. Se a decisão em qualquer desses processos nos for desfavorável, nossos resultados operacionais ou situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Auto de infração de IR/CSLL

Em 2013, 2014 e 2017, foram recebidos autos de infração da Receita Federal do Brasil alegando que a amortização de ágio realizada em 2001 e 2002 no âmbito da compra de ações de determinadas companhias que vieram a constituir a Braskem não era dedutível para fins de cálculo do imposto de renda e contribuição social. O valor discutido é de R\$ 1 bilhão, inclusos os juros e multas. Questionamos tais autos uma vez que acreditamos que as alegações se baseiam em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais e que os fatos já tenham prescrito. Em maio de 2018 e novembro de 2019, duas das alegações com relação aos autos de infração resultaram em decisão administrativa parcialmente favorável, reduzindo o passivo da Companhia em R\$ 403 milhões. A Companhia acredita que a perda nessas ações seja possível, sendo que os assessores jurídicos externos acreditam que as discussões na esfera administrativa se encerrem em 2022. Não foi reconhecida nenhuma provisão ou garantia com relação a tais processos em 31 de dezembro de 2019.

Em 2009, 2013 e 2017, a Companhia recebeu notificação de autos de infração emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando que os prejuízos fiscais compensados no ano de competência ultrapassavam o limite de 30% dos lucros tributáveis em um mesmo ano, conforme previsto na legislação fiscal brasileira. O valor em discussão é de R\$ 348 milhões, incluindo juros e multas. A Braskem contestou esses autos de infração por acreditar que o limite de 30% não se aplica em caso de incorporação da entidade pagadora de impostos e que houve prescrição de uma dessas reivindicações. Em maio de 2019, uma das alegações com relação aos autos de infração resultou em decisão administrativa favorável, reduzindo o passivo da Companhia em R\$ 407 milhões. Apesar desta decisão favorável, a chance de perda nessas ações é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que as discussões administrativas sejam concluídas em 2020, e que a discussão judicial se encerre em 2027. Em 31 de dezembro de 2019, não havia provisão, depósito ou garantia referente aos que estão na fase de discussão administrativa. O recolhimento está suspenso durante as discussões em decorrência de uma liminar subsequentemente confirmada por uma sentença judicial obtida em favor da Companhia.

A Companhia recebeu notificação de auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil alegando débitos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de: (i) comissões pagas pela Braskem em 2011 que não foram consideradas dedutíveis para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (ii) comissões pagas pela Braskem INC em 2013 e 2014 que também não foram consideradas dedutíveis para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) a Companhia não reteve o imposto de renda sobre os pagamentos das comissões mencionadas acima; e (iv) despesas de marketing não foram consideradas dedutíveis para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. A Braskem contestou tal auto de infração na esfera administrativa pelos seguintes motivos: (i) os débitos de 2011 prescreveram e a autoridade fiscal está reivindicando o pagamento de imposto de renda e contribuição social sem considerar que o direito de deduzir determinadas despesas para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é objeto de discussão em outros procedimentos fiscais; (ii) a Braskem INC já

recalculou seu imposto de renda, o que apenas resultou na diminuição de seus prejuízos fiscais; (iii) a empresa pagadora de juros líquidos não reside no Brasil; e (iv) as despesas de marketing estão relacionadas às atividades da Companhia. O valor em discussão é de R\$ 133 milhões, incluindo juros e multas. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera administrativa se encerre em 2022. Em 31 de dezembro de 2019, não havia provisão, depósito ou garantia referente a tal processo.

Em dezembro de 2017, a Companhia recebeu um auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil alegando débito de imposto de renda e contribuição social referente a prejuízos com variação cambial registrado pela Braskem no período entre a data de vencimento de faturas de importação de nafta e a data de pagamento dessas faturas. A Receita Federal considerou que essas perdas, registradas em 2012, não eram dedutíveis para fins do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que resultou no recálculo dos prejuízos fiscais da Companhia e base de cálculo negativa da contribuição social. O valor discutido é de R\$ 103 milhões. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera administrativa se encerre até 2022. Em 31 de dezembro de 2019, não havia provisão, depósito ou garantia referente a tal processo.

A Companhia está contestando na esfera administrativa a recusa por parte da Receita Federal em fornecer a Certificação Negativa de Débitos, visando a quitação dos impostos federais usando créditos advindos do saldo negativo de imposto de renda e contribuição social. O valor em discussão, correspondente a impostos cuja compensação não foi ratificada, é de R\$ 196 milhões, incluindo juros e multas. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera administrativa se encerre até 2024. Em 31 de dezembro de 2019, não havia provisão, depósito ou garantia referente a tal processo.

Em novembro de 2018, a Companhia recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre exportações feitas pela Braskem Qpar S.A. à Braskem Incorporated Limited, devido à revenda de produtos no exterior. De acordo com a Receita Federal do Brasil, a Braskem Incorporated Limited omitiu receita ao fazer vendas no exterior por um valor maior do que o registrado. Essa receita supostamente omitida foi atribuída diretamente à Braskem, na qualidade de sucessora da Braskem Qpar. Com base nessa premissa, o departamento de inspeção emitiu um segundo auto de infração para imposição de multa. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total desses autos de infração era de aproximadamente R\$ 75,0 milhões. A Companhia acredita que a perda nessa ação seja possível e seus assessores jurídicos externos estimam que o caso será resolvido até 2023. Não há depósitos ou garantias com relação a essas avaliações.

IOF

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos decorrentes de autuações fiscais emitidas pela Receita Federal, alegando a cobrança de IOF sobre as seguintes operações: (i) transferências de recursos financeiros sob contratos de cash pooling e contratos de contas correntes entre a Quattor Participações S/A, a Quattor Química S/A e a Braskem, e entre a Braskem e a CPN Incorporated; e (ii) adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados pela Quattor Participações S/A e pela Quattor Química S/A. O valor discutido é de R\$ 167 milhões. A Companhia acredita que tais operações não constituem empréstimos nos termos na legislação brasileira e, portanto, não estariam sujeitas à incidência de IOF. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera judicial se encerre em 2024. A Companhia apresentou uma garantia para pagamento sob a ação judicial, no valor de R\$ 59 milhões.

Auto de infração de ICMS

Entre 1999 e 2019, a secretaria da fazenda dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro autuaram a Braskem, alegando o não pagamento de R\$ 740 milhões em ICMS, corrigido retroativamente pela inflação e pela taxa referencial, referentes a diversas supostas violações a certas provisões da legislação que regulamenta o ICMS, entre as quais: (1) solicitação indevida de créditos de ICMS para aquisição de ativos que a secretaria da fazenda estadual considera como bens de uso e consumo; (2) solicitação indevida de créditos de ICMS para aquisição de ativos não relacionados à produção; (3) transferência de bens abaixo do custo de produção; (4) diferenças no estoque de produtos finais; (5) falta de evidência de exportação de bens pela companhia; (6) falta de recolhimento de impostos sobre a venda de produtos sujeitos à substituição fiscal e solicitação indevida de créditos de ICMS sobre a compra de produtos sujeitos à substituição tributária; (7) falta de registro de notas fiscais; (8) falta de pagamento de ICMS sobre taxas de transmissão de energia elétrica; e (9) uso de uma base de cálculo relativa à taxa de ICMS menor do que a exigida pela lei, em conexão com as transferências internas do produto dicloroetano cru para outra unidade no estado de Alagoas, de janeiro de 2013 a maio de 2016, que não estavam sujeitas a adiamento. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois

acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. É esperado que os processos administrativos sejam resolvidos até 2025 e os processos judiciais até 2030. Em caso de decisão desfavorável para a Companhia, a dívida deve ficar em 50% do valor atual, com base em precedentes favoráveis nas esferas judicial e administrativa. Foi oferecida uma garantia no valor de R\$ 148 milhões para as dívidas em discussão no judiciário. A Companhia acredita que a perda nesses processos seja possível e, em 31 de dezembro de 2019, não reconheceu nenhuma provisão com relação a eles.

Em 2009, autos de infração foram emitidos pela secretaria da fazenda do estado de São Paulo contra a Braskem Qpar alegando o não pagamento de ICMS e multas correspondentes em relação a diversas alegações de violação de disposições da legislação de ICMS, entre elas:

- (1) A reivindicação inadequada de créditos de ICMS: (i) no valor de R\$ 53,5 milhões entre fevereiro de 2004 e agosto de 2005, entre novembro de 2005 e fevereiro de 2006, e entre setembro de 2006 e janeiro de 2008, relativos à aquisição de “acrilonitrilo” pela Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A; (ii) no valor de R\$ 1,6 milhão entre dezembro de 2004 e agosto de 2005 relativo aos créditos informados em faturas emitidas pela Proquigel Química S/A; e (iii) no valor de R\$ 3,1 milhões entre agosto de 2004 e novembro de 2005 relativos aos créditos informados em faturas emitidas pela Proquigel Química S/A para exportação, não sujeitos a ICMS;
- (2) Foi imposta uma multa de 100% sobre os tributos calculados em todos os casos acima;
- (3) Erro na emissão de faturas sob o código CFOP 6.905 sem a circulação de bens – houve incidência de multa de 30% do valor das faturas (R\$ 480,4 milhões); e
- (4) Multa decorrente da falta de resposta à autuação por autoridades fiscais exigindo a apresentação de documentos para uma auditoria fiscal.

Os processos administrativos foram encerrados no tribunal administrativo em 2015. O restante da dívida está sendo discutido no judiciário. Devido às decisões favoráveis, o Tesouro Público de São Paulo retificou o valor da dívida a fim de aplicar juros e correção monetária limitados à taxa SELIC, o que reduziu a dívida em 20%. Quanto a essa quantia, as chances de perda são remotas, e com relação ao restante da dívida acreditamos que a perda é provável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou provisões relacionadas no valor de R\$ 297,5 milhões. A Companhia ofereceu garantia às dívidas e seus assessores jurídicos externos estimam que os processos sejam resolvidos até 2025.

Auto de Infração Não Cumulativo de PIS e COFINS

A Companhia recebeu autos de infração da receita federal alegando a solicitação indevida de créditos de PIS e COFINS relativos a: (1) tratamento de água residual, (2) tarifas de transmissão de energia elétrica, (3) frete relacionado à armazenagem de bens acabados e (4) créditos solicitados intempestivamente, relacionados a várias aquisições; e (5) ativos fixos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contestado nesses processos totalizava R\$ 1,2 bilhão. A Companhia contestou tais autos de infração, pois acredita que exista embasamento suficiente para sua defesa contra tais autos. A Companhia acredita que a chance de perda nessas ações é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que as discussões na esfera administrativa sejam concluídas em 2024, e que a discussão na esfera judicial se encerre em 2030. A Companhia apresentou uma garantia para a dívida sob a ação judicial, no valor de R\$ 30 milhões.

A Receita Federal do Brasil não reconheceu a compensação dos créditos de PIS e COFINS pelos motivos a seguir:

- o valor dos créditos informados nos arquivos de compensação eram maiores do que o valor informado na declaração de PIS e COFINS (DACON);
- despesas com frete não relacionadas a operações e vendas e sem conexão comprovada, vínculo com o território nacional, mas relacionadas a produtos importados;
- créditos relacionados à aquisição de ativos fixos de companhias constituídas, cuja documentação não tenha sido encontrada; e

- tributação de receitas tributáveis classificadas incorretamente como isentas, à alíquota zero ou não tributadas.

A perda nessa ação é provável e os assessores jurídicos externos da Companhia esperam que a discussão administrativa se encerre em 2022. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou provisões relacionadas no valor de R\$ 193,1 milhões. Não há depósitos ou garantias com relação a essas ações.

Auto de Infração de PIS e COFINS

A Braskem está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos relacionados ao pagamento de PIS e COFINS, incluindo (1) falta de recolhimento de COFINS de março de 1999 a dezembro de 2000, de fevereiro de 2001 a março de 2002, de maio de 2002 a julho de 2002 e em setembro de 2002, (2) solicitação indevida de créditos em função da alíquota adicional de 1% sobre as alíquotas de COFINS e PIS segundo os Decretos-Lei 2.445 e 2.449; (3) compensação indevida de débitos de PIS e COFINS através de créditos de PIS (Decreto-Lei 2.445 e 2.449) considerados vencidos pela autoridade fiscal; e (4) omissão da receita base resultante de ganhos cambiais resultantes de sucessivas reduções em nosso capital associado. A Companhia contestou tais autos de infração, pois acredita que exista embasamento suficiente para sua defesa contra tais autos. A Companhia acredita que a perda nesses processos seja possível e seus assessores jurídicos externos estimam que os casos serão resolvidos até 2023. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou provisões relacionadas no valor de R\$ 63,3 milhões. A Companhia ofereceu garantia no valor das discussões judiciais.

Em 2014, a Companhia foi autuada pela Receita Federal sob a alegação de que a base de prejuízo fiscal e bases de cálculo negativas de contribuição social utilizadas para o pagamento de débitos tributários parcelados no âmbito da MP 470/2009, além de juros e multas no âmbito da MP 470/09 são tributáveis. A Companhia contestou o auto de infração já que acredita que as alegações se baseiam em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais. Em novembro de 2018 e agosto de 2019, duas das alegações com relação aos autos de infração resultaram em decisão administrativa favorável à Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o valor reivindicado de PIS e COFINS totalizava R\$ 883 milhões. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera administrativa se encerre em 2020. Não há nenhuma provisão com relação a essa ação.

A Companhia e suas controladas são partes em diversos outros processos judiciais e administrativos relacionados à alegação de compensação indevida de débitos de PIS e COFINS através dos seguintes créditos: (1) Imposto de renda de pessoa jurídica; (2) FINSOCIAL; (3) imposto sobre o lucro líquido; (4) PIS (Decreto-Lei 2.445 e 2.449); e (5) COFINS. Os processos referem-se ainda a débitos de COFINS incidente sobre juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contestado em processos materiais referentes a PIS e COFINS totalizou R\$ 148 milhões. A Companhia ofereceu garantia no valor das discussões judiciais. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão na esfera judicial se encerre em 2024. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não havia reconhecido nenhuma provisão relativa a esses processos.

A Companhia está envolvida em ações relacionadas ao pagamento de PIS e COFIS por compensação de créditos Cide-Combustíveis, conforme autorizado pela Lei nº 10.336/2001. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total desses processos era de R\$ 144 milhões. A Companhia acredita que a perda nessa ação é possível e seus assessores jurídicos externos esperam que a discussão se encerre em 2030. A Companhia constituiu uma garantia no valor em discussão.

Autuações Isoladas por Multas

De 2016 a 2019, a Companhia recebeu autuações fiscais da receita federal, impondo multas isoladas devido ao uso de créditos relativos a: (i) PIS/COFINS não cumulativos; (ii) saldo negativo de IRPJ/CSLL; (iii) REINTEGRA e (iv) outros créditos, compensados e não homologados. Em 31 de dezembro de 2019, o valor reivindicado era de R\$ 289 milhões. A Companhia acredita que a perda nessas ações seja possível, sendo que os assessores jurídicos externos acreditam que os processos administrativos se encerrarão em 2024. Não há depósitos ou garantias com relação a essas ações.

Autuação Fiscal de IPI e Imposto de Importação

Em 2002, a companhia incorporada Ipiranga Petroquímica recebeu uma autuação fiscal da Receita Federal devido à contratação de duas empresas separadas, uma para fornecer as peças e tecnologia e a outra para fornecer

mão-de-obra especializada para dar assistência técnica na construção de uma planta industrial no estado do Rio Grande do Sul, argumentando que o único objetivo das contratações foi reduzir o preço das peças e da tecnologia utilizada e, como consequência, reduzir o valor do IPI e do imposto de importação a ser pago. O processo administrativo foi encerrado em 2019 e a dívida está atualmente sendo discutida no judiciário. Em 31 de dezembro de 2019, o valor reivindicado era de R\$ 82 milhões. A Companhia acredita que a perda nesse processo seja possível e seus assessores jurídicos externos estimam que o caso será resolvido até 2030. A Companhia ofereceu garantia no valor das discussões judiciais.

SUDENE – Redução de Imposto de Renda

Desde 2015, a Braskem obteve decisões favoráveis em processos administrativos e ações pleiteando a redução no imposto de renda de 75% devido à receita registrada pelas seguintes unidades industriais: (i) unidades de PVC e cloro soda, instaladas no estado de Alagoas; e (ii) unidades de Químicos, PE, PVC e cloro-soda, instaladas na cidade de Camaçari (BA). O período de realização é de 10 anos. Em 2019, as operações no Brasil registraram prejuízos fiscais, por isso não foi possível pleitear quaisquer deduções como incentivos fiscais.

PRODESIN – Incentivo Fiscal de ICMS

A Braskem é possuidora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de Alagoas por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN) que objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado. Esse incentivo é tratado como redutor dos tributos incidentes sobre as vendas. Em 2019, o montante era de R\$ 67,8 milhões (R\$ 81,9 milhões em 2018). Como o PRODESIN é considerado um subsídio de investimento, ele foi alocado para a reserva de incentivos fiscais da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

REIQ – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

As indústrias química e petroquímica brasileiras obtiveram um avanço importante em 2013. O Poder Público, em resposta a uma das propostas elaboradas pelo Conselho de Competitividade da Indústria Química, aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração, que atendem a diversos setores da economia. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit comercial da indústria química, segundo a ABIQUIM, que encerrou 2019 em US\$ 31,5 bilhões. Ao final de 2019, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas.

Em 30 de maio de 2018, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória No 836/18, que revogou a restituição fiscal de 3,65% a partir de 1º de setembro de 2018. No entanto, no início de outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em lei, o que manteve inalterada a restituição fiscal de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas imutáveis em 3,65%.

Contribuições Previdenciárias – Retenção de 11%

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por supostamente fazer retenções previdenciárias no percentual de 11% sobre o valor bruto das notas fiscais, faturas ou recibos referentes a serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, no período de fevereiro de 1999 a junho de 2002, totalizando R\$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Os assessores jurídicos externos da Companhia, diante das decisões prévias proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e dos elementos probatórios produzidos pela Companhia, avaliam como possíveis as chances de perda na esfera administrativa. Os assessores jurídicos externos da Companhia estimam que o processo administrativo seja resolvido em 2020. Não há depósitos ou outro tipo de garantia para tais procedimentos, pelo fato de eles ainda estarem em discussão na esfera administrativa.

Contribuições Previdenciárias – Agentes Nocivos

A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos relacionados ao pagamento de contribuições previdenciárias, nos quais as seguintes questões são discutidas: (i) a cobrança por meio de incidência de impostos do Risco de Acidente do Trabalho (“RAT”) adicional para o custeio de aposentadoria especial, devido à suposta exposição dos trabalhadores a agentes nocivos, além de uma multa por não divulgação

dessas informações no GFIP (no período de abril de 1999 a fevereiro de 2006); e (ii) a exigência, em termos de execução fiscal, do RAT adicional (no período de novembro de 2000 a janeiro de 2001 e de novembro de 2001 a junho de 2002). O valor total dessas reivindicações, em 31 de dezembro de 2019, era de aproximadamente R\$ 47 milhões. Os assessores jurídicos externos da Companhia esperam que as discussões em nível administrativo sejam concluídas em 2021 e em 2027 em nível judicial. Não há nenhum depósito nem outro tipo de garantia para os processos que ainda estão sendo discutidos na esfera administrativa e o único que está sendo discutido na esfera judicial está garantido por uma caução no valor de R\$ 3,7 milhões.

Ações Coletivas

Em julho de 2015, duas ações coletivas foram movidas contra a Companhia e alguns dos seus, então, atuais e ex-diretores e conselheiros (Réus) no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York. As ações forem consolidadas posteriormente sob o nome de *In re Braskem, S.A. Securities Litigation*, No 15-cv-5132. Em novembro de 2015, a *Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust* (Autor Líder) protocolou uma ação coletiva consolidada com alegações nos termos da Seção 10(b) e Seção 20(a) do Exchange Act, em nome de um conjunto de adquirentes dos American Depositary Receipts da Companhia (ADRs) no período de 1º de junho de 2010 a 11 de março de 2015. Na demanda vigente, o Autor Líder alega que os Réus fizeram declarações falsas ou omitiram informações, causando o aumento do preço das ações da Companhia, e violando a legislação aplicável a valores mobiliários dos Estados Unidos. A companhia protocolou um pedido de rejeição da denúncia (*motion to dismiss*) em 6 de julho de 2016. No dia 31 de março de 2017, o tribunal decidiu sobre o pedido de rejeição da denúncia, acolhendo-o parcialmente e indeferindo-o parcialmente. As partes assinaram um acordo proposto em 14 de setembro de 2017, e o tribunal dos EUA proferiu aprovação final para o acordo e entrou em julgamento para rejeitar a ação e extinguir as reivindicações dos membros da ação coletiva em 21 de fevereiro de 2018. Nos termos da proposta de acordo, a Companhia pagou US\$ 10 milhões para resolver todas as reivindicações da classe de compradores de ADSs da Companhia no período de 15 de julho de 2010 a 11 de março de 2015, decorrentes de ou relacionadas ao objeto da ação coletiva. A Companhia depositou o valor do acordo em uma conta-caução (sob a jurisdição da Corte) no dia 02 de outubro de 2017, e o administrador das reivindicações organizará sua distribuição após o tribunal proferir ordem de distribuição de classe. A proposta de acordo não representa a admissão, por parte da Companhia, de qualquer ato ilícito ou responsabilidade.

Acordo Global

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou escritórios independentes especializados para conduzir uma investigação sobre essas alegações (“Investigação”) e relatar os seus resultados. A Companhia tem cooperado com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG). Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o MPF (Acordo de Leniência), que foi homologado pela justiça brasileira em 6 de junho de 2017. Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Nova York, assumindo a culpa por uma denúncia única que acusava a companhia de conspiração para descumprir com as disposições de combate ao suborno do U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Na mesma data, a Companhia consentiu a homologação de uma decisão final em uma ação civil ajuizada pela SEC com base em violações civis das disposições antissuborno, de livros e registros e de controles contábeis internos da FCPA. Os tribunais federais competentes dos Estados Unidos homologaram as decisões do DoJ e da SEC em 26 de janeiro de 2017 e em 28 de fevereiro de 2017, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, a OAG concluiu suas investigações sobre os temas. Nos referimos a estas ações como Acordo Global. Nos termos do Acordo Global, a Companhia concordou em pagar às autoridades de tais jurisdições o valor total de US\$ 957 milhões (equivalente a R\$ 3,1 bilhões), com base na taxa de câmbio de R\$ 3,27 por dólar norte-americano, aplicável na época da negociação.

O MPF distribuirá a maior parte dos valores recebidos como restituição para terceiros por danos decorrentes dos atos ilícitos. No âmbito do Acordo Global, o MPF comprometeu-se a empreender gestões perante outras autoridades ou órgãos públicos, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista com as quais a Braskem venha a iniciar tratativas relativas aos fatos abordados pelo Acordo Global, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade. Nesse sentido, conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018, e anunciado via fato relevante em 27 de maio de 2019, a Braskem cooperou e deu início a tratativas com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), no Brasil, e o seu Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo de leniência similar com a CGU e a AGU (“Acordo CGU/AGU”).

O Acordo CGU/AGU, no valor de R\$ 2,9 bilhões, a ser atualizado pela taxa SELIC, trata dos mesmos fatos tratados no Acordo Global celebrado em dezembro de 2016 com o Ministério Público Federal (MPF), o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) e a Procuradoria Geral da Suíça (“Acordo Global”). Desse valor, R\$ 2,5 bilhões serão compensados pelo valor que a Companhia já tinha se comprometido a pagar nos termos do escopo do Acordo Global, resultando em um desembolso adicional de R\$ 410 milhões.

Na data deste relatório anual, a Companhia havia pago R\$ 2,3 bilhões da multa total estabelecida no Acordo Global, conforme abaixo:

- US\$ 94,9 milhões (R\$ 296,6 milhões) para o DoJ em 08 de fevereiro de 2017;
- US\$ 65,0 milhões (R\$ 206,5 milhões) para a SEC em 27 de abril de 2017;
- CHF 30,2 milhões (R\$ 104,3 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2017;
- R\$ 736,4 milhões para o MPF em 06 de julho de 2017;
- R\$ 267,9 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2018;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 62,0 milhões) para a OAG em 28 de junho de 2018;
- R\$ 278,0 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2019;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 58 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2019; e
- R\$278 milhões em 30 de janeiro de 2020 com relação aos acordos de leniência com o MPF e a CGU/AGU.

O restante, no valor de R\$ 1,5 bilhão, relacionado ao Acordo Global e também ao Acordo com a CGU/AGU, em aberto será pago conforme abaixo:

- CHF 32,1 milhões à OAG, relativos à duas parcelas anuais remanescentes de CHF 16,1 milhões em 30 de junho de cada ano a partir de 2020; e
- R\$ 900 milhões ao MPF em quatro parcelas anuais restantes com vencimento em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2020. Como garantia pelo pagamento das parcelas futuras, Braskem ofereceu como garantia itens de seu ativo imobilizado suficientes para cobrir uma parcela anual; e
- R\$ 409,9 milhões no âmbito do Acordo CGU/AGU a ser pago em duas parcelas anuais com vencimento em 30 de janeiro de 2024 e 2025.

O Acordo Global não exige a Braskem de responder a qualquer terceiro com interesse legítimo que busque indenização por danos causados pela Braskem relativos aos fatos abordados pelo Acordo Global. Portanto, não é possível assegurar que o montante total desembolsado para ressarcimento nos termos do acordo será suficiente para a reparação integral de todas as vítimas. A Companhia pode ser obrigada a realizar desembolsos adicionais para cobrir tais demandas.

Outras autoridades competentes poderão buscar impor sobre a Braskem sanções monetárias ou multas, ou iniciar ações investigativas contra a Companhia. Como resultado da celebração do Acordo Global, a Braskem pode ser impedida de firmar determinados acordos com entidades governamentais e estar sujeita ao aumento dos seus custos operacionais em decorrência de obrigações de aperfeiçoar suas práticas de governança e de combate à corrupção e demais procedimentos, incluindo o custo do monitoramento externo.

Nos termos do Acordo Global, a Companhia foi solicitada a cooperar com tais autoridades públicas e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. A Companhia esteve sujeita ainda a monitoramento externo por um período de três anos a partir de 2017, período que se encerrou em março de 2020, no qual o monitor verificou o cumprimento do Acordo Global, inclusive a eficácia de controles, políticas e procedimentos internos para redução do risco de descumprimento de leis anticorrupção. O período de monitoria

poderia se encerrar antecipadamente ou se estender por mais um ano, à critério das autoridades, dependendo da evolução do cumprimento do Acordo Global pela Companhia.

Em 13 de maio de 2020, o MPF, o DoJ e a SEC confirmaram a conclusão da monitoria de conformidade independente na Braskem, que foi estabelecida nos acordos celebrados pela Braskem, o DoJ e a SEC em 21 de dezembro de 2016. A decisão do DoJ e da SEC foi baseada em um relatório final de monitores independentes que certificaram que a Companhia implementou todas as recomendações com relação à estrutura e execução de seu programa de conformidade e concluiu que a Companhia cumpriu com as normas estabelecidas nos acordos celebrados com o DoJ e a SEC. Após o fim do período de monitoria independente e a certificação pelo MPF, pelo DoJ e pela SEC, a Companhia cumpriu com suas obrigações estabelecida nos acordos celebrados com essas autoridades e concluiu, de forma bem-sucedida, o monitoramento de três anos.

A Braskem acredita estar cumprindo integralmente suas obrigações sob o Acordo Global.

Em relação ao Acordo CGU/AGU, a Braskem originalmente obteve uma dedução fiscal em suas demonstrações financeiras trimestrais de 2019 para o valor total a ser pago no Acordo CGU/AGU, já que de acordo com a legislação tributária brasileira, a celebração de tal acordo garante o direito de obter uma dedução fiscal sobre o valor de indenização a ser pago no Brasil sob esse tipo de acordo. A transação penal firmada com o DoJ como parte do Acordo Global proíbe a Braskem de buscar dedução fiscal em relação ao pagamento de qualquer parte do montante total da penalidade criminal contida na transação penal, que inclui um crédito para a parte dos pagamentos a serem feitos no Brasil. Após consideração adicional, à luz da linguagem na transação penal, a Braskem decidiu voluntariamente reverter essa dedução fiscal para evitar inconsistência de uma determinada parte de dedução fiscal com a transação penal celebrada com o DoJ. De acordo com a Transação Penal, cabe exclusivamente ao DoJ determinar se a Braskem S.A. violou a Transação Penal e definir as consequências de tal violação. Atualmente, com base na opinião dos advogados externos, a Companhia acredita que é pouco provável a ocorrência de perdas com relação a essa questão.

Processos Trabalhistas<0>

Processos trabalhistas, de saúde e segurança ocupacional

A Companhia provisionou R\$ 315,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019, com relação aos processos de emprego e saúde e segurança ocupacionais, relativo aos 604 processos trabalhistas, incluindo os casos de saúde e segurança ocupacionais (em 2018, houve 477 processos). Os assessores jurídicos externos da Companhia estimam que no Brasil cada um desses processos deve levar mais de 5 anos para ser concluído. Podem haver alterações nas estimativas sobre o tempo de conclusão dos processos e na possibilidade de futuros desembolsos com base em novas decisões de instâncias superiores.

Seguridade Social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em diversos processos de seguro social com valor total exigido de R\$ 941,2 milhões. A possibilidade de perda nesses processos é considerada possível e, portanto, não foi estabelecida provisão para tais processos.

Processos Cíveis

Transporte de soda cáustica

A Companhia é ré em processos cíveis ajuizados pelo proprietário de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora. Em 31 de dezembro de 2019, esses processos totalizavam R\$ 65,8 milhões. Os autores das ações requerem indenização por danos relacionados ao suposto não cumprimento do contrato de distribuição por parte da Companhia. De acordo com a avaliação da administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos podem ser extintos em um período de 8 anos a partir de dezembro de 2019. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para estas ações. A Companhia não registrou nenhuma provisão para esse processo.

Excesso de peso

Uma ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal de Brasília com o objetivo de responsabilizar a Companhia pelos danos causados às rodovias federais pelo tráfego de caminhões de transporte

com excesso de peso. A ação reivindica indenização ao governo federal em virtude de danos materiais e danos morais coletivos, no valor de R\$ 61,2 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A ação foi rejeitada em primeira instância, e tal decisão foi confirmada pela segunda instância. O Procurador Geral da União entrou com um recurso especial contra essa decisão, que aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).0}

Revenda de solventes

Em janeiro de 2017 a Companhia tornou-se ré em uma ação cível movida pelo antigo revendedor de solventes, por suposta violação de um contrato de distribuição. Em 31 de dezembro de 2019, os danos reclamados no processo totalizavam R\$ 204,6 milhões. Com base na opinião dos assessores jurídicos externos, a administração da Companhia acredita que a ação apresenta um risco possível de perda. Assim, a Companhia não registrou nenhuma provisão. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esses processos.

Processo de reparação

A Companhia é ré em ação de compensação postulada pela seguradora de um cliente. Com a ação, a seguradora pleiteia o reembolso de valor pago a cliente devido a um contrato de seguro celebrado entre as partes. Até 31 de dezembro de 2019, o valor estava em R\$ 75,6 milhões. De acordo com a seguradora, as perdas incorridas pelo cliente, pelas quais ele foi reembolsado, foram causadas pela não-conformidade dos produtos da Braskem. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, considera que a ação pode ser extinta em até 8 anos. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esses processos.

Ação de repetição de indébito - CIDE

Uma ação foi movida por um cliente da Companhia exigindo (i) a devolução do valor supostamente apropriado pela Braskem para o pagamento da parte do CIDE devido pelo fornecimento de combustível e (ii) indenização por danos resultantes do mau uso desse valor. A ação foi rejeitada em primeira instância, e tal decisão foi confirmada pela segunda instância. Atualmente, um recurso especial movido pelo cliente aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 31 de dezembro de 2019, o montante contestado estava em R\$ 144 milhões. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, considera que a ação possivelmente será extinta em até três anos. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esses processos.

Processo de natureza societária

Em 31 de dezembro de 2019, um dos processos mais significativos da Companhia é uma ação ordinária de cobrança cumulada com pedido de indenização por perdas e danos, pleiteando o pagamento de dividendos e bonificações sobre ações decorrentes das ações preferenciais classe “A” da extinta Salgema Indústrias Químicas S.A. Os dividendos e bônus relativos aos exercícios fiscais anteriores a 1987 foram considerados prescritos pela primeira instância e, assim, não devidos pela Braskem. No entanto, a Segunda Instância do estado de Alagoas revisou a decisão e considerou os valores anteriores a esse período também devidos. Contra esta decisão, a Braskem interpôs recurso ao STJ, que foi parcialmente deferido. É possível que a prescrição possa ser aplicada sobre uma parte da ação, já que o pedido pela liquidação é revisto pelo STJ. Durante o exercício de 2019, a Braskem reconheceu provisão no montante de R\$ 64,3 milhões e não há garantia para esse processo.

A Companhia possui também uma liquidação de sentença em curso, proferida em ação ajuizada em 1988, que condenou a Polialden Petroquímica S.A., incorporada pela Braskem em 31 de maio de 2006, a pagar aos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais da Polialden, a distribuição dos lucros remanescentes. O objeto da liquidação é determinar o valor do título apurado nos termos da ordem judicial emitida em 15 de abril de 2016, que será feito por arbitramento conforme determinado pelo juízo, e foi objeto de recurso. O processo encontra-se aguardando o início da perícia.

Com base no entendimento dos assessores jurídicos externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu uma reserva de R\$ 64,3 milhões.

Sistema de Logística Reversa

A Braskem está direta ou indiretamente (por meio de associações de indústrias) envolvida em processos e ações civis públicas atualmente aguardando julgamento nas cidades de São Paulo e de Porto Alegre, em 27 municípios do Mato Grosso do Sul e no estado do Paraná relativos à celebração do Acordo Setorial Nacional que prevê o sistema de logística reversa de embalagens em geral, buscando alterações nos termos de tal acordo ou a implementação de

logística reversa, bem como o pagamento de indenização para os municípios e compensação por danos ambientais. Algumas empresas e associações que entraram no Acordo Setorial Nacional estão envolvidas nessas ações, todas em seus estágios iniciais. O valor líquido total dessas ações é de R\$ 14,5 milhões, considerando todas as empresas e associações envolvidas como rés (caso o montante seja dividido entre todas as empresas e associações envolvidas, a Braskem arcaria com R\$ 0,52 milhão). De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, essas ações têm uma possível chance de perda e, por isso, a Braskem não registrou nenhuma provisão.

Ação Civil Pública Hashimoto

A Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo entrou com uma ação civil pública em junho de 2018 contra a Companhia e outras empresas que atuam no Polo Petroquímico de Capuava, buscando a reparação e/ou remediação de danos ambientais supostamente advindos da emissão de poluentes do ar, bem como um julgamento em conjunto contra as empresas atuantes no complexo, buscando ressarcimento por danos ambientais no valor de R\$ 107,6 milhões. A avaliação da administração, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, é de risco possível de extinção da ação em oito anos. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esses processos.

Alagoas – Atividades de Mineração

Em abril de 2019, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas protocolaram uma ação pleiteando o bloqueio de bens da Companhia no valor de até R\$ 6,7 bilhões, com o intuito de garantir eventual remediação e indenização por danos ambientais, pessoais e patrimoniais potencialmente causados por esse evento geológico relacionado às atividades de mineração da Companhia na cidade de Maceió. Uma decisão liminar determinou o bloqueio de R\$ 100 milhões nas contas bancárias da Braskem.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas determinou a suspensão da distribuição de dividendos referentes ao exercício fiscal de 2018 que haviam sido propostos, no valor de R\$ 2,7 bilhões, ou, alternativamente, o bloqueio de bens no mesmo valor da distribuição de dividendos proposta. Essa decisão foi em seguida reformada por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a distribuição de dividendos mediante depósito judicial no mesmo valor. O Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas alteraram a demanda inicial para excluir o pedido de indenização por supostos danos ambientais e reduzir o valor dos bens a serem bloqueados para R\$ 3,7 bilhões, valor esse que, de acordo com as alegações desses órgãos, seria equivalente aos danos efetivos causados aos residentes dos bairros afetados pelo evento geológico. Em 26 de junho de 2019, o juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferiu uma decisão determinando o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões. Essa decisão também foi subsequentemente revertida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o desbloqueio de R\$ 3,7 bilhões nas contas da Companhia após mais um depósito judicial em valor equivalente.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia tomou conhecimento do Relatório nº 1, elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), entidade do Ministério de Minas e Energia do Brasil, sobre os eventos geológicos ocorridos na cidade de Maceió. Esse relatório indicou a ocorrência de: (i) desestabilização de cavernas, como resultado da extração de cloreto de sódio, ou sal-gema, que criou uma situação dinâmica que reativou estruturas e deformações geológicas pré-existentes nos distritos de Pinheiro, Mutange e Bebedouro; e (ii) instabilidade no distrito de Pinheiro, agravada pelos efeitos erosivos causados por um aumento na infiltração da água de chuva nas fraturas pré-existentes em um solo extremamente erosivo, e acelerada pela falta de uma rede de drenagem da água de chuva e de saneamento básico adequado, entre outros fatores. Nesse contexto, em razão dos desdobramentos da publicação do Relatório nº 1 pela CPRM, em 09 de maio de 2019, a Braskem suspendeu todas as atividades de mineração de sal-gema e, consequentemente, as operações das plantas de cloro-soda e dicloroetano localizadas no distrito de Pontal da Barra, em Maceió, estado de Alagoas, além de reduzir a produção do Complexo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia, devido à sua integração à cadeia produtiva. Diante disso, a Braskem implementou um modelo de negócio não integrado segundo o qual a Companhia importará: (i) soda cáustica para suprir o mercado brasileiro utilizando sua estrutura de logística e terminais ao longo da costa brasileira; (ii) EDC para continuar operando suas plantas de PVC nos estados do Alagoas e da Bahia, no Brasil; e (iii) sal marinho para abastecimento da planta de Cloro-Soda no estado da Bahia. A Companhia tem cooperando continuamente com as autoridades aplicáveis e com a comunidade local.

Em 25 de julho de 2019, a Companhia foi informada de uma outra ação civil protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas (MPT-AL) pleiteando medida cautelar para bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões, em garantia ao pagamento de possíveis danos sofridos pelos trabalhadores afetados pelo evento geológico. Nesse processo, o MPT-AL também pleiteou, entre outras coisas, pagamento de indenização aos trabalhadores por danos morais. Em 10 de outubro de 2019, o tribunal de primeira instância indeferiu a medida cautelar.

Em 19 de agosto de 2019, a Braskem tomou ciência de outra ação civil protocolada pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e de outras partes, buscando as seguintes medidas cautelares: (i) constituição de um fundo no valor de R\$ 3,1 bilhões em prol de programas socioambientais e medidas emergenciais a serem tomadas, além da manutenção em tal fundo de capital de giro no valor mínimo de R\$ 2,0 bilhões ou, após a aprovação de um cronograma financeiro para tal fundo, do valor equivalente a 100% das despesas esperadas para os 12 meses subsequentes; (ii) garantia do juízo no valor de R\$ 20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros, seja na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou de qualquer outra forma; (iv) bloqueio de qualquer lucro ainda não distribuído; e (v) suspensão do recebimento de financiamento público e de incentivos públicos, além da aceleração da dívida atual com o BNDES (banco federal de desenvolvimento). Em 15 de janeiro de 2020, o tribunal de primeira instância indeferiu a medida cautelar.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia emitiu um fato relevante em que informou o mercado de que a Companhia apresentou à Agência Nacional de Mineração (ANM) um plano com medidas para encerrar permanentemente as atividades de extração de sal em Maceió e fechar todos os seus poços. A Companhia propôs à ANM a criação de uma área de proteção ao redor de alguns poços, o que envolverá o reassentamento de pessoas, esvaziamento de propriedades e a tomada de determinadas medidas de monitoramento adicionais. Essas medidas são baseadas em um estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG), Alemanha, que é referência global em geomecânica de poços de sal, e espera-se que sejam implementadas em coordenação com as autoridades brasileiras de defesa civil e outras autoridades. As estimativas preliminares da Companhia, que ainda precisam ser confirmadas com as autoridades competentes, indicam que a área de proteção cobrirá uma área de aproximadamente 400 propriedade e 1.500 pessoas. Para alguns outros poços, a recomendação é que medidas de monitoramento adicionais sejam tomadas, sem a necessidade de esvaziar propriedades e fazer o reassentamento dos residentes. As medidas propostas estão relacionadas ao encerramento permanente das atividades de extração de sal nas minas de sal da Companhia em Alagoas e ao fechamento de seus poços. Com relação ao incidente geológico ocorrido em Maceió, a Braskem continuará a cooperar com as autoridades e conta com o apoio de peritos independentes para identificar as causas do incidente e para implementar todas as demais ações necessárias.

Em 3 de janeiro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública da União para dar suporte à realocação e à indenização de residentes das áreas de risco localizadas nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, conforme previsto no acordo, que foi homologado pelo Juiz Federal da 3ª Vara do estado de Alagoas. A Companhia estima que o suporte para realocação previsto no acordo e nas áreas adjacentes envolverá aproximadamente 17.000 pessoas. A Companhia estima, ainda, que os valores a seguir serão provisionados com relação ao acordo: (i) R\$1,7 bilhão para a implementação do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação; e (ii) R\$1,0 bilhão para as ações exigidas para fechar determinados poços de sal previamente operados pela Companhia. As provisões serão desembolsadas nos próximos anos e poderão ser alteradas com base em novos acontecimentos.

Com base nesse acordo, os autores concordaram em: (i) liberar o valor de R\$ 3,7 bilhões que havia sido bloqueado, dos quais R\$ 1,7 bilhão deve ser transferido a uma conta bancária da Braskem especificamente para o financiamento de um programa de compensação financeira e apoio à realocação, que deve manter um saldo mínimo de R\$ 100 milhões, sujeito a auditoria por um auditor externo; e (ii) substituir os seguros-fiança que tinham sido apresentados pela Braskem no valor total aproximado de R\$ 6,4 bilhões por dois novos seguros-fianças no valor total aproximado de R\$ 3,0 bilhões para garantir a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.] Do valor de R\$ 3,7 bilhões, que foi totalmente reembolsado à Companhia, R\$ 1,7 bilhão foi transferido a uma conta bancária controlada pela Braskem especificamente para o financiamento do programa de compensação financeira e apoio à realocação, conforme previsto no acordo descrito abaixo.

No dia 14 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas para encerrar o processo civil instaurado contra a Companhia em julho de 2019, comprometendo-se a investir R\$40,0 milhões para implementar um Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais para residentes e trabalhadores nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro em Maceió, no estado de Alagoas. Esse programa consiste na construção de creches e escolas, implementação de programas de treinamento vocacional e fornecimento de suporte a autoridades da Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para continuar o processo de monitoramento das áreas de risco nesses bairros. Nos termos do acordo, o Ministério Público do Trabalho concordou em retirar a ação civil de interesse público e a solicitação de bloqueio de recursos feita na referida ação, em conformidade com os Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia no dia 25 de julho e 10 de outubro de 2019.

A Braskem ainda está cooperando com as autoridades para identificar as causas do evento geológico de Maceió e as medidas necessárias para resolver o problema com o apoio de peritos independentes. A Companhia está também comprometida em cumprir com todas as suas obrigações nos termos de acordos por ela assinados e com um diálogo contínuo com as autoridades e a comunidade para apoiar medidas que possam garantir a segurança e bem-estar das partes envolvidas no evento.

Dividendos e política de dividendos

Pagamento de dividendos

Historicamente, a nossa política de distribuição de dividendos tem incluído a distribuição de dividendos periódicos, com base em balanços patrimoniais anuais aprovados por nosso Conselho de Administração. Quando pagamos dividendos em base anual, estes são declarados em nossa assembleia geral ordinária, que a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social exigem que seja realizada até 30 de abril de cada ano. Quando declaramos dividendos, em geral temos que pagá-los em 60 dias a contar de sua declaração, salvo se houver deliberação dos acionistas estabelecendo outra data de pagamento. De qualquer forma, se declararmos dividendos, devemos pagá-los até o final do exercício fiscal com relação ao qual foram declarados. Qualquer acionista registrado como tal na época da distribuição de dividendos fará jus aos mesmos. O pagamento de nossos dividendos anuais toma por base nossas demonstrações financeiras auditadas, elaboradas com referência ao exercício fiscal imediatamente anterior.

O Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia revisará, antes de revisão do conselho de administração, qualquer proposta da administração com relação à distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nosso conselho de administração poderá declarar dividendos intercalares com base nos lucros acumulados ou nos lucros realizados que constam das demonstrações financeiras anuais ou semestrais, aprovadas pelos detentores de nossas ações ordinárias. Adicionalmente, podemos pagar dividendos com a utilização do lucro líquido com base em nossas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas. Tais dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados em nossas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares poderá ser compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

A tabela abaixo apresenta os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos aos detentores de ações ordinárias, ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B desde 1º de janeiro de 2017 em reais e em dólares norte-americanos convertidos à taxa comercial para venda em vigor em suas respectivas datas de pagamento.

Ano	Data do pagamento	Moeda nominal brasileira por			Equivalente em US\$ por		
		Ações ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Ações ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B
2017.....	12 de dezembro de 2017	1,26	1,26	0,61	0,38	0,38	0,38
2017.....	10 de maio de 2018	1,89	1,89	—	0,53	0,53	—
2018.....	30 de dezembro de 2019	0,84	0,84	0,61	0,21	0,21	0,15

A discussão que se segue resume as principais disposições da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social no que diz respeito à distribuição de dividendos, inclusive disposições acerca de juros sobre capital próprio.

Cálculo do lucro líquido ajustado

Em cada assembleia geral ordinária, nosso conselho de administração deve recomendar como alocar o nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior, recomendação essa que nossa diretoria inicialmente submete à aprovação do nosso conselho de administração. Tal alocação está sujeita à aprovação dos detentores de nossas ações ordinárias. A Lei das Sociedades por Ações define "lucro líquido" de qualquer exercício social como o lucro líquido após impostos de renda no exercício fiscal em questão, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios fiscais anteriores e de quaisquer valores destinados à participação de empregados em nosso lucro líquido no exercício fiscal em questão. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, nosso lucro líquido ajustado e

passível de distribuição é igual ao nosso lucro líquido em qualquer exercício fiscal, reduzido por valores destinados à nossa reserva legal e outras reservas pertinentes e aumentado por quaisquer reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores.

Contas de reserva

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social, somos obrigados a manter uma reserva legal. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações faculta-nos estabelecer as seguintes reservas discricionárias:

- reserva de contingências em função de prejuízos previstos cuja ocorrência seja provável em exercícios futuros. Qualquer valor desta forma destinado em um ano anterior deverá ser revertido no exercício fiscal em que o prejuízo tenha sido previsto, caso o prejuízo não ocorra conforme projetado, ou baixado, na hipótese de ocorrer o prejuízo previsto;
- reserva destinada a projetos de investimento com base no orçamento de capital aprovado pelos nossos acionistas;
- reserva de lucros não realizados conforme descrita em "Distribuições Obrigatórias" abaixo e;
- reserva para investimentos decorrentes de incentivos fiscais em valor correspondente à redução em nosso imposto de renda devido em razão de programas governamentais de incentivos fiscais. Vide nota explicativa 32 às nossas demonstrações financeiras auditadas consolidadas inclusas neste relatório.

As alocações para cada uma dessas reservas (salvo a reserva legal) estão sujeitas à aprovação dos detentores de nossas ações ordinárias em votação a ser conduzida durante a assembleia geral ordinária.

Conta de reserva legal

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso estatuto social, devemos destinar 5% de nosso lucro líquido de cada exercício fiscal para a reserva legal até que o valor total da nossa reserva legal seja igual a 20% do nosso capital integralizado. Entretanto, não estamos obrigados a efetuar quaisquer destinações à nossa reserva legal em exercício fiscal no qual a nossa reserva legal, quando acrescida às outras reservas, exceda 30% do total de nosso patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo na conta de reserva legal era de R\$ 577,5 milhões.

Dividendo preferencial das ações preferenciais

Nos termos dos estatutos da Companhia, os titulares de ações preferenciais têm direito a um Dividendo Preferencial Mínimo equivalente a 6% do valor contábil de tais ações, antes do pagamento de dividendos aos acionistas ordinários. As distribuições de dividendos em qualquer ano dado são efetuadas:

- primeiramente, aos detentores de ações preferenciais, até o valor do Dividendo Preferencial Mínimo daquele ano;
- em seguida, aos detentores de ações ordinárias, até o valor distribuído com relação a cada ação ordinária ser equivalente ao valor distribuído com relação a cada ação preferencial e
- subsequentemente, aos titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, em termos proporcionais.

Os acionistas titulares de ações preferenciais classe B não têm direito a receber nenhum valor adicional de dividendo, já que receberam o dividendo preferencial. Se o Dividendo Preferencial Mínimo não for pago em um período de três anos, os detentores de ações preferenciais passam a ter plenos direitos de voto.

Distribuições obrigatórias

Conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações, nosso estatuto social especifica que 25% de nosso lucro líquido ajustado de cada exercício fiscal deve ser distribuído para os acionistas na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Referimo-nos a esse valor como valor de distribuição obrigatória.

Nos termos da Lei de Sociedades por Ações, o montante do valor de distribuição obrigatória que exceder a parcela realizada do lucro líquido de qualquer ano específico poderá ser alocado à reserva de lucros não realizados, e a distribuição obrigatória poderá se limitar à parcela realizada do lucro líquido. A parcela realizada do lucro líquido é o montante no qual o lucro líquido exceder a soma de (1) nossos resultados líquidos positivos, se houver, pelo método contábil de equivalência patrimonial para ganhos e perdas de nossas subsidiárias e determinadas empresas coligadas, e (2) lucro, ganho ou receita obtidos em operações com vencimento após o encerramento do exercício fiscal subsequente. Uma vez que os valores alocados à reserva de lucros não realizados são realizados em anos posteriores, tais valores deverão ser acrescidos ao pagamento de dividendo referente ao ano de realização.

A Lei das Sociedades por Ações permite-nos a suspensão da distribuição obrigatória se nosso conselho de administração relatar à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira à ocasião, contanto que não afete o pagamento do Dividendo Preferencial Mínimo. Qualquer suspensão da distribuição obrigatória deverá ser apreciada por nosso conselho fiscal. Ademais, nossa administração deverá também apresentar à Comissão de Valores Mobiliários as razões para a suspensão da distribuição obrigatória. O lucro líquido não distribuído por nossa companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a nossa situação financeira permitir. No caso de nossas reservas de lucro, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, exceder nosso capital social, o excesso deverá ser creditado ao patrimônio líquido ou utilizado para pagamento de distribuições.

Juros sobre o capital próprio

As empresas brasileiras, inclusive a Companhia, podem pagar juros sobre capital próprio como forma alternativa ao pagamento de dividendos aos acionistas. Esses pagamentos poderão ser deduzidos no cálculo do imposto de renda e contribuição social brasileiros. A taxa de juros aplicada a tais distribuições não pode, de modo geral, exceder a TLP para o período pertinente. O valor dos juros pagos que podemos deduzir para fins fiscais não pode exceder o maior dos seguintes valores:

- 50% do nosso lucro líquido (após dedução da provisão de contribuição social e antes da dedução da provisão de imposto de renda de pessoa jurídica) antes de se levar em conta qualquer distribuição no período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e
- 50% do valor da soma dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a detentores de ações ordinárias, ações preferenciais ou ADSs, quer sejam ou não residentes no Brasil, é sujeito ao pagamento de imposto retido na fonte brasileiro à alíquota de 15%, ficando estabelecido que será aplicada alíquota de imposto retido na fonte de 25% caso a pessoa que receber os juros seja residente de jurisdição tida como paraíso fiscal. Será considerado paraíso fiscal qualquer país que (1) não cobra imposto de renda ou cuja alíquota do imposto de renda seja inferior a 20% ou (2) não permita a divulgação da identidade dos acionistas de entidades constituídas em sua jurisdição. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”. Nos termos de nosso Estatuto Social, podemos incluir o valor distribuído a acionistas como juros sobre capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, como parte da distribuição obrigatória de dividendos.

Mudanças significativas

Com exceção do que foi divulgado neste relatório anual, não ocorreu nenhuma mudança significativa desde a data das demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas no relatório anual.

ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM

Mercados de negociação das ações da Companhia

O principal mercado de negociação das nossas ações ordinárias, ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B é a B3, onde elas são negociadas respectivamente sob os símbolos “BRKM3”, “BRKM5” e “BRKM6”. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A começaram a ser negociadas na B3 (antiga BM&FBOVESPA) em 11 de novembro de 1980 e as ações preferenciais classe B, em 19 de agosto de 1983.

Em 21 de dezembro de 1998, ADSs representativas das nossas ações preferenciais classe A começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). Nossas ADSs são negociadas sob o símbolo “BAK”. Em 31 de dezembro de 2019, havia 16.992.383 ADSs em circulação, representando 33.984.766 ações preferenciais classe A, ou 4.3% das ações preferenciais classe A em circulação. Cada ADS representa duas ações preferenciais classe A.

Em 8 de outubro de 2003, a Companhia listou suas ações preferenciais classe A no LATIBEX, mercado de ações de emitentes da América Latina que é cotado em euros na Bolsa de Valores de Madri, sob o símbolo “XBRK”. Tais ações preferenciais classe A são negociadas no LATIBEX em lotes de uma ação.

Regulamentação do mercado de valores mobiliários brasileiro

O mercado de valores mobiliários brasileiro é regulado pela Comissão de Valores Mobiliários que tem competência sobre as bolsas de valores e o mercado de valores mobiliários em geral pelo Conselho Monetário Nacional, e pelo Banco Central, que possui, entre outros, poderes para autorizar a constituição e o funcionamento de sociedades corretoras de valores mobiliários, e que regula investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado de valores mobiliários é regido (1) pela Lei no. 6.385, com alterações e complementações, que é a principal lei que rege os mercados de valores mobiliários do país e é aqui designada Lei dos Mercados de Valores Mobiliários; (2) Lei das Sociedades por Ações e (3) regulamentos emitidos pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central.

Negociações na B3

Visão geral da B3

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ou BOVESPA foi reorganizada, mediante a assinatura de memorandos de entendimento pelas bolsas de valores brasileiras. Após essa reorganização, a BOVESPA era uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de suas corretoras membros e a negociação na BOVESPA era restrita a tais corretoras membros e um pequeno número de não membros autorizados. Nos termos do memorando, todos os valores mobiliários passaram a ser negociados unicamente na BOVESPA, com exceção de títulos da dívida pública negociados eletronicamente e leilões de privatização, que são realizados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Em agosto de 2007, a BOVESPA passou por uma reestruturação societária que resultou na criação da BOVESPA Holding S.A., uma companhia de capital aberto, que tem como subsidiárias integrais: (1) a BOVESPA, responsável pelas operações da bolsa de valores e mercados de balcão organizado; e (2) a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), responsável por serviços de liquidação, compensação e custódia. Em tal reestruturação societária, todos os detentores de quotas da BOVESPA e de ações da CBLC tornaram-se acionistas da BOVESPA Holding S.A. Como resultado da reestruturação societária, o acesso aos serviços de negociação e outros prestados pela BOVESPA não está condicionado à participação acionária na BOVESPA Holding S.A. Em maio de 2008, a BOVESPA concluiu a fusão com a Bolsa de Mercadorias & Futuros, formando a BM&FBOVESPA. Em novembro de 2008, aconteceu a fusão entre a CBLC e a BM&FBOVESPA. Com isso, a BM&FBOVESPA passou a realizar seus próprios serviços de liquidação e custódia.

Em 30 de março de 2017, a BM&FBOVESPA se fundiu com a CETIP, uma prestadora de serviços financeiros para o mercado de balcão organizado, formando a B3 – Brasil Bolsa Balcão S.A. ou B3.

Regulamentação de investimentos estrangeiros

A negociação na B3 por detentores não considerados como domiciliados no Brasil para fins fiscais e regulatórios do País, ou Detentor Não-Brasileiro, está sujeita a certas limitações nos termos da regulamentação brasileira sobre investimento estrangeiro. Salvo exceções limitadas, só é facultado a Detentores Não Brasileiros

negociar na B3 em conformidade com os requisitos da Resolução CMN No. 4.373 exigiu que os valores mobiliários detidos por Detentores Não Brasileiros sejam mantidos sob custódia de ou em contas de depósito junto a instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários. Ademais, a Resolução CMN no. 4.373 exigiu que Detentores Não Brasileiros restrinjam suas negociações de valores mobiliários a transações realizadas na B3 ou em mercados de balcão organizados. Salvo exceções limitadas, Detentores Não Brasileiros não poderão transferir a titularidade de investimentos efetuados nos termos da Resolução CMN no. 4.373 a outros detentores não brasileiros por meio de operações privadas. Vide “Item 10. Informações adicionais—Controles cambiais” para mais informações sobre a Resolução 4.373 e “Item 10. Informações adicionais—Tributação—Considerações sobre tributos brasileiros—Tributação de ganhos no Brasil” para uma descrição de alguns dos benefícios fiscais concedidos a Detentores Não Brasileiros habilitados de acordo com a Resolução 4.373.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Descrição do Estatuto Social

Segue abaixo um sumário das disposições relevantes de nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações. No Brasil, o Estatuto Social constitui o principal documento que rege uma sociedade por ações.

Objeto social

Nosso Estatuto Social estabelece no artigo 2º que nosso objeto social inclui o seguinte:

- fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos e derivados de petroquímicos;
- produção, distribuição e comercialização de utilidades, tais como: fornecimento de vapor, água, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de diversos serviços industriais;
- produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para consumo próprio e para outras empresas;
- participação em outras sociedades, de acordo com a Lei das S.A. (Lei no 6.404/76), como quotista ou acionista;
- fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, GLP e outros derivados de petróleo.
- transporte, representação e consignação de produtos e subprodutos petroquímicos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietileno, elastômeros e seus respectivos produtos processados;
- arrendamento ou empréstimo gratuito de ativos detidos ou mantidos por ela em conexão com um acordo de arrendamento comercial, desde seja realizado como atividade auxiliar ao objeto social principal da Companhia; e
- prestação de serviços relativos às atividades acima.

Conselho de Administração

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, quaisquer matérias sujeitas à aprovação do conselho de administração poderão ser aprovadas por maioria simples de votos dos membros presentes em reunião devidamente convocada, a menos que nosso Estatuto Social estabeleça de outra forma. Nos termos do nosso Estatuto Social, o conselho de administração apenas poderá deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente em reunião devidamente convocada. Quaisquer deliberações do conselho de administração da Companhia poderão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes na reunião, ressalvando-se, no entanto, que determinados assuntos somente poderão ser aprovados por acordo mútuo entre as partes do Acordo de Acionistas da Braskem S.A. Vide “Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas—Acordo de Acionistas da Braskem S.A.”. A maioria dos membros do nosso conselho de administração é eleita pelo Grupo Odebrecht. No entanto, pelo menos 20% dos membros do conselho de administração da Companhia devem ser independentes. Além disso, qualquer conselheiro indicado por um acionista

nos termos do acordo de acionistas está vinculado a esse acordo. Vide “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas—Principais Acionistas—Acordos de Acionistas.” Os membros do nosso conselho de administração são eleitos pela assembleia geral de acionistas para um mandato unificado de dois anos. Nosso Estatuto Social não exige que os membros do conselho de administração sejam residentes no Brasil ou que se tornem acionistas da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações exige que nossos diretores residam no Brasil. Nos termos do nosso Estatuto Social, nossos acionistas ordinários aprovam a remuneração global devida aos conselheiros, diretores e membros do conselho fiscal. Observada essa aprovação, o conselho de administração da Companhia fixa a remuneração dos seus membros e dos diretores executivos. Vide “Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários—Remuneração.” Nem a Lei das Sociedades por Ações nem nosso Estatuto Social estabelecem qualquer idade para aposentadoria compulsória de nossos conselheiros ou diretores.

Conformidade

O estatuto social da Companhia estabelece um Comitê de Conformidade composto de pelo menos três membros independentes do conselho de administração, indicados pelo próprio conselho. Além disso, a área de conformidade da Companhia, liderada pelo Responsável por Conformidade, reporta diretamente ao Comitê de Conformidade e não está submetida ou relacionada a qualquer outra área ou diretor da Companhia. Veja “Item 6—Conselheiros, Diretores e Funcionários—Conselheiros e Diretores—Comitês do Conselho—Comitê de Conformidade.”<0}

Capital social

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia, o número de ações sem direito a voto ou ações com direitos de voto restritos, tais como as ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B, emitidas e em circulação, não poderá exceder dois terços do capital social total em circulação. Cada ação ordinária confere a seu detentor direito a um voto em nossas assembleias gerais. Os detentores de ações ordinárias não fazem jus a qualquer preferência no que diz respeito a nossos dividendos ou a outras distribuições ou de outra forma em caso de liquidação. Nossas ações preferenciais classe A e as ações preferenciais classe B não têm direito de voto, exceto em circunstâncias limitadas e têm prioridade sobre nossas ações ordinárias no caso de liquidação. Vide “—Direitos de voto” para informações acerca dos direitos de voto das ações preferenciais da Companhia, “—Liquidação” para informações a respeito das preferências na liquidação das ações preferenciais da Companhia, e “Item 8. Informações financeiras—Dividendos e política de dividendos—Cálculo do lucro líquido ajustado” e “Item 8. Informações financeiras—Dividendos e política de dividendos—Preferência de dividendos das ações preferenciais” informações relativas às preferências de distribuição de nossas ações preferenciais.

Assembleias gerais

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas devem realizar assembleia geral ordinária até 30 de abril de cada ano para votar as seguintes matérias:

- aprovação ou rejeição das Demonstrações Financeiras aprovadas pelo nosso conselho de administração e diretoria, inclusive a recomendação quanto à destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; e
- eleição dos membros do nosso conselho de administração (quando da expiração do mandato de dois anos) e dos membros do nosso conselho fiscal, observado o direito dos nossos acionistas minoritários de eleger membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

Além das assembleias gerais ordinárias, os acionistas detentores de nossas ações ordinárias terão poderes para deliberar quaisquer matérias atinentes a alterações dos nossos objetos e finalidades bem como para aprovar quaisquer deliberações que julguem necessárias para proteção e melhoria do nosso desenvolvimento, sempre que os interesses da Companhia, exigirem, por meio de assembleias gerais extraordinárias.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas detentores de ações ordinárias terão poderes, entre outros, para votar as seguintes matérias em assembleias gerais:

- alteração do nosso Estatuto Social;
- aprovação de qualquer aumento de capital que supere o valor do capital autorizado;
- aprovação de qualquer redução de capital;

- aprovação ou rejeição da avaliação dos ativos conferidos por qualquer dos acionistas para integralização de nosso capital social;
- suspensão dos direitos de qualquer acionista que tenha incorrido em inadimplemento das obrigações estabelecidas em lei ou no nosso Estatuto Social;
- autorização da emissão de debêntures conversíveis que supere o valor do capital autorizado da Companhia;
- aprovação de qualquer transformação, ou qualquer incorporação, fusão ou cisão que nos envolva;
- autorização da dissolução e liquidação da Companhia; eleição e destituição dos liquidantes indicados para a dissolução ou liquidação da Companhia e exame das contas dos liquidantes;
- participação em grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações);
- aprovação da remuneração global a ser paga aos nossos conselheiros e diretores;
- autorização da administração para declarar a Companhia insolvente, falida ou para requerer concordata;
- eleger e substituir membros do conselho de administração e conselho fiscal;
- alterar o número de membros do conselho de administração;
- modificar a política de dividendos; e
- autorizar o cancelamento do registro de nossas ações.

Convocamos nossas assembleias gerais, inclusive a assembleia geral ordinária, mediante a publicação de aviso no Diário Oficial do estado da Bahia e em, pelo menos, um jornal adicional indicado pelos acionistas de grande circulação na Bahia, local em que mantemos nossa sede. Quando da primeira convocação de qualquer assembleia, o aviso deverá ser publicado no mínimo três vezes, a primeira das quais, com antecedência mínima de 15 dias corridos da data programada para a assembleia. As companhias que emitiram ADSs com direitos de voto devem publicar o aviso de uma assembleia de acionistas para deliberar sobre questões com relação às quais os detentores de ADSs possuem direitos de voto pelo menos 30 dias antes da data agendada para a assembleia. O aviso deverá conter data, local, horário, ordem do dia da assembleia e, no caso de proposta de alteração do Estatuto Social, indicação da matéria da alteração proposta.

A fim de que seja aprovada deliberação válida em assembleia geral, os acionistas que representem no mínimo um quarto das nossas ações ordinárias emitidas e em circulação deverão estar presentes em primeira convocação. Contudo, os acionistas que representem pelo menos dois terços das nossas ações ordinárias emitidas e em circulação deverão estar presentes em assembleia geral que vise à alteração do Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação, o conselho de administração poderá realizar segunda convocação mediante a publicação de aviso conforme descrito acima com, no mínimo, oito dias corridos de antecedência da assembleia programada. As exigências de quórum de instalação não se aplicam à assembleia em segunda convocação, quando as assembleias gerais serão abertas com a presença de acionistas que representem qualquer número de ações (observadas as exigências de voto para a aprovação de certas matérias que constam abaixo). Qualquer acionista sem direito a voto poderá comparecer a assembleia geral e participar do debate das matérias submetidas à apreciação da assembleia

Direitos de voto

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, cada uma das nossas ações ordinárias confere direito a um voto na assembleia geral. As ações preferenciais de modo geral não conferem direitos de voto, exceto em circunstâncias limitadas. Não poderemos restringir ou negar quaisquer direitos de voto sem o consentimento da maioria das ações afetadas. Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tiverem direito de voto, cada ação terá direito a um voto.

Direitos de preferência

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, cada um dos nossos acionistas detentores de ações ordinárias classe A tem direito de preferência para subscrever ações ou valores mobiliários conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações detidas pelo acionista em questão. Conforme a legislação aplicável e o Estatuto da Companhia, as ações preferenciais classe B (que são ações especiais pagas com recursos oriundos de legislação de incentivo fiscal), os detentores dessas ações preferenciais classe B não têm tais direitos de preferência em caso de aumento de capital. Na hipótese de aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais classe A, os detentores de ações preferenciais classe A farão jus a direito de preferência na subscrição somente das novas ações preferenciais classe A emitidas. Na hipótese de aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações preferenciais classe A, os detentores de ações preferenciais classe A farão jus a direito de preferência na subscrição de quaisquer novas ações preferenciais classe A na proporção do número de ações que detenham, e na subscrição de ações ordinárias somente na medida necessária para impedir a diluição de sua participação na totalidade do nosso capital.

Nos termos do nosso Estatuto Social, exceto quando da emissão de ações com direito a voto ou de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, o conselho de administração ou os acionistas, conforme o caso, poderão decidir reduzir o prazo ou não conceder direitos de preferência aos nossos acionistas em caso de qualquer emissão de ações sem direito de voto, debêntures conversíveis em ações sem direito de voto ou bônus de subscrição realizada no âmbito de oferta pública para aquisição do controle de outra sociedade ou no âmbito de uma oferta pública ou por meio de bolsa de valores. Os direitos de preferência poderão ser transferidos a terceiros e deverão ser exercidos pelo prazo mínimo de 30 dias após a publicação de aviso de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Os detentores de ADSs poderão ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência referentes às nossas ações preferenciais classe A subjacentes aos seus ADSs a menos que termo de registro ao amparo do Securities Act esteja em vigor no que respeita a tais direitos ou uma isenção das exigências de registro do Securities Act esteja disponível. Não somos obrigados a protocolar registro no que concerne às ações relativamente a tais direitos de preferência ou tomar qualquer outra medida para disponibilizar os direitos de preferência aos detentores de ADSs, e podemos nem mesmo protocolar um registro.

Resgate, amortização, ofertas públicas e direitos de retirada

Nosso Estatuto Social ou os acionistas, em assembleia geral, poderão autorizar a utilização de lucros ou reservas para resgate ou amortização de ações de conformidade com condições e procedimentos estabelecidos para o resgate ou amortização. A Lei das Sociedades por Ações define resgate de ações como o pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, com ou sem a correspondente redução do capital social da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações define amortização como a distribuição aos acionistas, sem redução correspondente do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da Companhia. Se tiver sido efetuada amortização antes da nossa eventual liquidação, os acionistas que não tiverem participado da operação de amortização receberão parcela proporcional do valor que teriam recebido se tivessem recebido distribuição a título de amortização.

A Lei das Sociedades por Ações autoriza a Companhia, por meio de decisão tomada em assembleia de acionistas, a resgatar ações não detidas pelos acionistas controladores se, subsequentemente à oferta pública, em razão de fechamento do capital ou redução substancial da liquidez das ações, os acionistas controladores aumentarem sua participação no capital social total da Companhia para mais do que 95%. Nessa hipótese, o preço de resgate seria o mesmo preço pago pelas ações na oferta pública.

Direitos de retirada

A Lei das Sociedades por Ações dispõe que, em certas circunstâncias limitadas, um acionista dissidente poderá se retirar da Companhia e ser por ela reembolsado pelo valor contábil das ações ordinárias ou ações preferenciais por ele detidas.

Este direito de retirada poderá ser exercido pelos detentores das ações ordinárias ou preferenciais prejudicadas se aprovarmos:

- a criação de uma nova classe de ações preferenciais mais favorecida do que as classes existentes de ações preferenciais;

- o aumento das classes existentes de ações preferenciais em relação às demais classes de ações preferenciais (salvo se já previsto ou autorizado pelo nosso Estatuto Social); ou
- a modificação de preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de nossas ações preferenciais.

Ademais, os detentores de ações ordinárias e ações preferenciais poderão exercer seu direito de retirada, caso decidamos proceder a qualquer das operações a seguir:

- nossa incorporação por outra companhia ou nossa fusão em outra companhia em uma operação na qual a nossa companhia não seja a incorporadora;
- transferência de todas as ações da Companhia para outra companhia ou aquisição de todas as ações de outra companhia ("incorporação de ações");
- participação em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- redução da distribuição obrigatória de dividendos;
- alteração do nosso objeto social; ou
- cisão de parte de nossa companhia.

Apenas os acionistas que detiverem nossas ações na data da primeira publicação do edital de convocação da respectiva assembleia geral ou da comunicação do fato relevante objeto da deliberação, se anterior, farão jus a direitos de retirada.

Os acionistas não farão jus a esse direito de retirada, se as ações da entidade resultante de incorporação, fusão, consolidação de nossa companhia ou a participação de nossa companhia em um grupo de sociedades tiverem liquidez mínima no mercado e dispersão entre um número suficiente de acionistas. Neste sentido, as ações que são parte de índices gerais representativos de carteiras de valores mobiliários negociados no Brasil ou no exterior são consideradas líquidas, e existirá dispersão quando o acionista controlador detiver menos da metade da espécie ou classe de ação em circulação. No caso de cisão, o direito de retirada somente existirá, se houver mudança significativa do objeto social ou redução do dividendo obrigatório.

O reembolso de ações decorrente do exercício de direito de retirada deverá ser efetuado pelo valor contábil por ação, determinado com base em nosso mais recente balanço patrimonial auditado, aprovado por nossos acionistas dissidentes. No entanto, se a assembleia geral que aprovar a deliberação que der ensejo a direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias do nosso mais recente balanço patrimonial auditado aprovado por nossos acionistas, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em balanço patrimonial especialmente levantado para tal finalidade. O direito de retirada caducará 30 dias a contar da data da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado uma das matérias descritas acima. Nossos acionistas poderão reconsiderar qualquer deliberação que dê ensejo a direito de retirada dentro de 10 dias a contar do final do prazo de exercício do direito de retirada se acreditarmos que a retirada dos acionistas dissidentes porá em risco nossa estabilidade financeira.

Divulgação de titularidade de ações

A legislação brasileira exige que (1) cada um dos nossos acionistas controladores, direta ou indiretamente, (2) os acionistas que elegeram membros do conselho de administração, (3) qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando pessoa que direta ou indiretamente tenha adquirido ou vendido participação que exceda para cima ou para baixo o limite de 5%, 10%, 15% e assim por diante do número total de nossas ações de qualquer espécie ou classe, deverá divulgar sua titularidade ou alienação de ações à Comissão de Valores Mobiliários e à B3.

Forma e transferência

Nossas ações preferenciais e ações ordinárias encontram-se registradas em forma escritural em nome de cada acionista ou pessoa por ele indicada. A transferência das nossas ações é regida pelo art. 35 da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a transferência de ações em que se deve ser efetuada pelo nosso agente de escrituração, o Banco Itaú S.A., mediante lançamento por ele efetuado em seus livros, à vista de instruções escritas válidas de

transferência de ações à Companhia pelo alienante ou por seu representante. Quando ações preferenciais ou ordinárias são adquiridas ou vendidas em bolsas de valores brasileiras, a transferência é efetuada nos livros de registro de nosso agente de transferência por representante de corretora de valores mobiliários ou sistema de compensação da bolsa de valores. O agente de transferência também executa todos os serviços de custódia de nossas ações. As transferências de ações por parte de investidor não brasileiro são realizadas da mesma maneira e são executadas por conta do investidor por seu agente local. Se o investimento original tiver sido registrado no Banco Central de acordo com a legislação sobre investimentos estrangeiros, o investidor estrangeiro também é obrigado a alterar, se necessário, por intermédio de seu agente local, o certificado de registro eletrônico de modo a refletir a nova titularidade.

A B3 opera um sistema de compensação central. O detentor das nossas ações pode optar, a seu critério, por participar desse sistema, e todas as ações que o acionista optar por colocar no sistema são depositadas em custódia na câmara de liquidação e custódia da B3 (por intermédio de instituição brasileira que esteja devidamente credenciada a operar pelo Banco Central e mantenha conta de compensação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia). As ações objeto de custódia da câmara de liquidação e custódia da B3 deverão constar como tal em nossos livros de registro de acionistas mantido junto ao agente de escrituração. Cada acionista participante, por sua vez, será inscrito nos livros de registro da câmara de liquidação e custódia da B3, sendo tratado da mesma maneira que os acionistas registrados diretamente em nossos livros.

Contratos relevantes

Não celebramos outro contrato relevante além daqueles que constam em outra parte deste relatório anual ou que foram celebrados no curso normal dos negócios. Para mais informações sobre os contratos relevantes firmados recentemente pela Companhia, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Acontecimentos Recentes” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Liquidez e Recursos de Capital”.

Controles cambiais

Não há restrições à titularidade ou votação do capital social da Braskem por parte de pessoas físicas ou pessoas jurídicas domiciliadas fora do Brasil. No entanto, o direito de converter pagamentos de dividendo e produto da venda do capital social da Companhia em moeda estrangeira e remeter os respectivos valores para o exterior está sujeito a restrições de controles cambiais nos termos da legislação referente a investimento estrangeiro que, em geral, requer, entre outras disposições, o registro do investimento pertinente no Banco Central e na CVM, conforme aplicável.

Os investimentos em ações preferenciais classe A da Companhia por (1) um titular não considerado domiciliado no Brasil para fins tributários brasileiros, (2) um detentor não brasileiro registrado junto à CVM de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373 ou um Detentor 4.373, ou (3) o depositário, estão habilitados para registro no Banco Central. Esse registro (o valor registrado é aqui designado capital registrado) possibilita a remessa de divisas para fora do Brasil, convertidas à taxa comercial, adquiridas com recursos de distribuições e valores obtidos em alienações de ações preferenciais classe A.

Depositary Receipts (Anexo II da Resolução nº. 4.373)

O anexo II da Resolução nº 4.373 do Conselho Monetário Nacional, com alterações, prevê a emissão de recibos de depositários em mercados estrangeiros com relação a ações de emissores brasileiros. O programa de ADS foi aprovado pelo Banco Central e pela CVM antes da emissão das ADSs. Desta forma, como regra geral, a receita da venda de ADSs por detentores de ADSs não residentes do Brasil não está sujeita aos controles brasileiros sobre investimento estrangeiro, e os detentores de ADSs não domiciliados em países com tributação favorecida fazem jus a tratamento tributário favorável. Vide “—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

A Companhia paga dividendos e outras distribuições em dinheiro relativos às ações preferenciais classe A em reais. Foi obtido um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central em nome do depositário com respeito às ADSs a serem mantidas pelo custodiante. De acordo com esse registro, o custodiante pode converter dividendos e outras distribuições relativas às ações preferenciais classe A representadas por ADSs em moeda estrangeira e remeter esses recursos do Brasil para o depositário, para que este possa distribuir esses recursos aos titulares registrados de ADSs.

Investimentos Estrangeiros Direto e em Carteira

Os investidores (pessoas físicas, jurídicas, fundos mútuos e outras entidades coletivas de investimento) domiciliadas, residentes ou sediadas fora do Brasil podem registrar seus investimentos no capital social da Companhia como investimentos estrangeiros em carteira nos termos do Anexo I da Resolução nº. 4.373 (descrito abaixo) ou investimentos estrangeiros diretos nos termos da Lei nº. 4.131 (descrita abaixo). De acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373 ou da Lei n. 4.131, o registro geralmente permite a conversão em moeda estrangeira de dividendos, outras distribuições e recursos provenientes de venda recebidos em relação aos investimentos registrados, bem como a remessa desses montantes para fora do Brasil.

O registro de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373 proporciona um tratamento tributário favorável a investidores em carteira não brasileiros que não sejam residentes em países com tributação favorecida de acordo com os artigos 24, 24-A e 24-B da Lei nº 9.430/96. Vide “—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

Anexo I da Resolução nº 4.373

Todos os investimentos realizados por investidor não brasileiro nos termos do Anexo I da Resolução nº. 4.373 estão sujeitos ao registro eletrônico no Banco Central do Brasil. Tal registro permite a conversão em moeda estrangeira de pagamentos de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio e recursos provenientes de venda do capital social, bem como a remessa desses montantes para fora do Brasil.<0}

Nos termos do Anexo I da Resolução nº 4.373, os investidores não brasileiros registrados na CVM podem investir em quase todos os ativos financeiros e realizar quase todas as operações disponibilizadas a investidores brasileiros nos mercados brasileiros financeiro e de capitais, sem a obtenção de um registro separado no Banco Central para cada operação, desde que sejam satisfeitos determinados requisitos. De acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373, a definição de investidor não brasileiro abrange pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos ou outras entidades de investimento coletivo, domiciliados ou sediados fora do Brasil.

O Anexo I da Resolução nº 4.373 determina que os investidores não brasileiros devem:

- nomear pelo menos um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos a seus investimentos, que deve ser uma instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central;
- nomear um custodiante autorizado no Brasil para seus investimentos, que deve ser necessariamente uma instituição financeira devidamente autorizada pela CVM;
- preencher os formulários apropriados de registro de investidor estrangeiro;
- que deve ser uma instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central;
- por meio de representante, registrar-se como investidor não brasileiro na CVM;
- por meio de representante, registrar seus investimentos no Banco Central; e
- obter um número de identificação de contribuinte das autoridades tributárias federais brasileiras.

Os valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por um investidor não brasileiro de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente autorizada pelo Banco central ou pela CVM, conforme aplicável, ou registrados em sistemas de registro, compensação e custódia autorizados pelo Banco Central ou pela CVM, conforme aplicável. Sujeita a exceções limitadas estabelecidas pela regulamentação da CVM ou à prévia autorização da CVM, a negociação de valores mobiliários mantidos de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373 é restrita a operações realizadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizados licenciados pela CVM.

A transferência para o exterior ou a cessão de títulos e valores mobiliários ou outros ativos financeiros detidos por investidores não brasileiros nos termos do Anexo I da Resolução nº 4.373 são proibidas, exceto as transferências (1) resultantes da fusão, cisão, consolidação ou a consolidação de ações em decorrência da morte de um investidor por força da lei ou testamento; (2) resultantes de uma reorganização corporativa efetivada no exterior, contanto que os beneficiários finais e os montantes do ativo permaneçam os mesmo; ou (3) autorizadas pela CVM.

Lei nº 4.131

Os investidores estrangeiros diretos de acordo com a Lei nº 4.131 podem vender suas ações em operações privadas e em mercados abertos, porém em geral ficarão sujeitos a tratamento tributário menos favorável no tocante a ganhos relacionados a ações preferenciais classe A da Companhia. Vide “—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

Para obter um certificado de registro de capital estrangeiro do Banco Central do Brasil nos termos da Lei nº. 4.131, um investidor direto deve:

- registrar-se como um investidor estrangeiro direto no Banco Central;
- obter um número de cadastro de pessoa física (CPF) com as autoridades fiscais brasileiras;
- nomear um representante no Brasil; e
- nomear um representante no Brasil para apresentar citação com respeito às ações baseadas no Lei das Sociedades por Ação.

Investidores estrangeiros devem estar registrados na Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa 1.683 de 27 de dezembro de 2016. O processo de registro é realizado pelo representante legal do investidor no Brasil. Investidores pessoas jurídicas estrangeiras devem reportar os seus beneficiários finais pessoas físicas. Algumas exceções são aplicáveis (ex., sociedades por ações de capital aberto).

Tributação

O sumário a seguir contém descrição das principais implicações referentes aos impostos de renda federal brasileiro e norte-americano da compra, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A e ADSs, contudo não pretende constituir descrição abrangente de todas as considerações sobre imposto porventura relevantes à decisão de compra de tal valor mobiliário.

Atualmente, não há nenhum tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos.

A descrição abaixo não pretende ser uma análise completa de todas as consequências fiscais relativas à aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs. Aconselhamos aos compradores potenciais de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs que consultem os seus próprios consultores fiscais sobre as consequências que a compra, titularidade ou alienação de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs poderiam desencadear nos termos das leis do Brasil, dos Estados Unidos da América ou de qualquer outra jurisdição em vista de suas circunstâncias particulares de investimento.

Considerações sobre tributos brasileiros

A exposição a seguir resume as principais implicações fiscais brasileiras da aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs por pessoa física ou jurídica, fideicomisso ou organização que não seja domiciliado ou residente no Brasil para fins de tributação no Brasil e, no caso de detentor de ações preferenciais classe A, que tenha registrado seu investimento no Banco Central ou detentor não residente. A exposição a seguir é baseada nas leis tributárias brasileiras vigentes na data deste relatório, que estão sujeitas a alterações, com possíveis efeitos retroativos e diferentes interpretações. Ademais, a exposição não discorre acerca de todas as considerações sobre tributos no Brasil aplicáveis a quaisquer acionistas não residentes em particular, portanto cada acionista não residente deve procurar seu próprio consultor para questões tributárias com relação às implicações fiscais brasileiras decorrentes de investimentos nesses títulos.

Aquisição de ADSs ou ações preferenciais classe A

A aquisição de ADSs ou de ações preferenciais classe A por acionista não residente não constitui fato gerador de imposto no Brasil. Vide “—Tributação de ganhos no Brasil” para mais informações sobre as implicações fiscais decorrentes da permuta de ações preferenciais classe A por ADSs, bem como as decorrentes da permuta de ADSs por ações preferenciais classe A.

Tributação de dividendos

Os dividendos pagos por uma companhia brasileira relacionados a lucros gerados desde 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie ao depositário com relação às ações preferenciais classe A subjacentes às ADSs ou ao acionista não residente com relação a ações preferenciais classe A, não estão sujeitos a imposto retido na fonte no Brasil.

Os dividendos pagos a partir dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a várias alíquotas de imposto de renda retido na fonte no Brasil, de acordo com a legislação tributária aplicável a cada exercício correspondente.

Juros sobre o capital próprio

As distribuições de juros sobre capital próprio relativo às ações preferenciais classe A ou às ADSs estão normalmente sujeitas à retenção de imposto na fonte à alíquota de 15%. Contudo, a alíquota de 25% se aplica no caso de um acionista não residente domiciliado em uma localidade, país ou jurisdição (1) que não imponha impostos sobre renda, (2) onde a alíquota máxima de imposto de renda seja menor do que 20% ou (3) cuja legislação não permita acesso a informações referentes à composição acionária, titularidade de investimentos ou identificação de beneficiários de rendimentos atribuídos a não residentes, ou jurisdição tributária favorável.

Desde 1997 e em conformidade com as Leis no. 9.249/95 e 9.430/96, podemos deduzir essas distribuições com a finalidade de calcular CSLL e os impostos de renda de pessoa jurídica que devemos pagar, desde que tais distribuições sejam aprovadas pelos nossos acionistas em assembleias ordinárias e estejam em conformidade com os limites estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

Pagamentos de juros sobre capital próprio devem ser incluídos, em seus valores líquidos, como parte de qualquer dividendo obrigatório. À medida que os pagamentos de juros decorrentes de capital próprio são incluídos, a companhia deve distribuir aos acionistas uma quantia adicional para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, após pagamento do imposto retido em fonte juntamente com o montante declarado referente aos dividendos seja, no mínimo, igual ao valor obrigatório de dividendos.

Tributação de Ganhos Fora do Brasil

De acordo com a lei brasileira no. 10.833/03, ganhos provenientes de alienação ou venda de ativos localizados no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda, independentemente de se a venda ou alienação foi efetuada pelo acionista não residente para um residente no Brasil ou para outro não residente, conforme segue: “o adquirente, pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, ou o procurador, quando o adquirente for residente ou domiciliado no exterior, fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre o ganho de capital a que se refere o art. 18 da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, auferido por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior que alienar bens localizados no Brasil.”

Os detentores de ADSs fora do Brasil poderão ter fundamento para defender que a Lei brasileira no. 10.833/03 não se aplica a vendas e outras alienações de ADSs uma vez as ADSs não são ativos localizados no Brasil. Contudo, a venda ou outra alienação de ações preferenciais classe A no exterior poderão estar sujeitas às disposições da Lei no. 10.833/03. Quaisquer ganhos sobre o capital decorrentes de vendas ou outras alienações fora do Brasil estariam sujeitas ao imposto de renda no Brasil à alíquota de 15%, ou de 25% se o investidor estiver localizado em Jurisdição Tributária Favorável. A Lei brasileira nº 10.833/03 requer que o comprador de nossas ações preferenciais classe A fora do Brasil ou o seu procurador no Brasil façam a retenção do imposto de renda. A alienação de ações preferenciais classe A somente poderá ocorrer no exterior se o investidor decidir cancelar seu investimento em ADSs e registrar as ações preferenciais classe A subjacentes como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei nº 4.131/62.

Tributação sobre ganhos no Brasil

A permuta de ADSs por ações preferenciais classe A não está sujeita a imposto no Brasil. Após o recebimento das ações preferenciais classe A subjacentes em permuta às ADSs, o investidor não residente terá direito de registrar no Banco Central o valor em dólares norte-americanos dessas ações como carteira de investimento estrangeiro nos termos da Resolução nº 4.373/14. Vide “—Controles Cambiais” e “Imposto sobre Operações de Câmbio e sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários—Capital Registrado.” A venda ou alienação de ações preferenciais classe A em bolsa de valores brasileira está isenta de tributação sobre ganhos de capital, desde que

essas ações sejam detidas por um detentor não residente que (1) tenha registrado seus investimentos no Brasil junto ao Banco Central em conformidade com a Resolução nº 4.373/14, e (2) não seja residente ou domiciliado em uma região com legislação tributária favorável. Após o recebimento das ações preferenciais de classe A subjacentes, um detentor não residente também tem o direito de registrar no Banco Central o valor, em dólares americanos, dessas ações como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62. Vide “—Controles Cambiais” e “Imposto sobre Operações de Câmbio e sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários—Capital Registrado.” Um imposto de 15% sobre ganhos de capital é aplicado à venda ou outra alienação das ações preferenciais classe A no Brasil quando tais ações são detidas por um detentor não residente como investimento estrangeiro direto e a operação é realizada fora de uma bolsa de valores brasileira. Se o detentor não residente for domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal e a alienação das ações preferenciais de classe A for realizada fora de uma bolsa de valores brasileira, a alíquota do imposto de renda será de 25%.

Se a venda ou outra alienação dessas ações for realizada em uma bolsa de valores brasileira, os ganhos de capital da venda ou alienação serão tributados à alíquota de 15%. Esta alíquota de 15% aplica-se a todas as operações realizadas em bolsa de valores brasileira por detentores não residentes, independentemente de serem ou não domiciliados em uma jurisdição fiscal considerada favorável (exceto para ganhos obtidos por um Detentor 4.373 que não seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal, conforme descrito acima). Nessas operações, o ganho realizado é calculado com base no valor registrado no Banco Central. A partir de 1º de janeiro de 2005, imposto de retenção de 0,005% também incidirá sobre o preço de venda ou outro valor de alienação de ações vendidas ou alienadas em operações realizadas em bolsa de valores brasileira. O imposto de retenção, a ser compensado com imposto devido sobre eventual ganho de capital, deverá ser retido por um dos seguintes entes: (1) pelo agente que receber o pedido de venda ou alienação do cliente; (2) pela bolsa de valores responsável pelo registro das operações; ou (3) pela entidade responsável pela liquidação e pagamento das operações. Tal retenção não se aplica ao Detentor 4.373 que não seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal.

O depósito de ações preferenciais classe A em troca de ADSs não está sujeito à tributação brasileira, desde que essas ações sejam detidas por detentor não residente como carteira de investimento estrangeiro, nos termos da Resolução no. 4.373/14. Na hipótese de nossas ações preferenciais classe A serem detidas por detentor não residentes como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62, o depósito dessas ações em troca de ADSs está sujeito ao pagamento de imposto sobre ganhos de capital à alíquota de 15% (25% no caso de um detentor não residente localizado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal).

O tratamento preferencial vigente para detentores não residentes de ADSs e detentores não residentes de ações preferenciais classe A, nos termos da Resolução no. 4.373/14, poderá não ter continuidade no futuro.

O exercício do direito de preferência na subscrição de ações relativo às nossas ações preferenciais classe A não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às nossas ações preferenciais classe A pelo depositário poderão estar sujeitos à tributação brasileira. As autoridades fiscais poderão tentar tributar tais ganhos mesmo quando a venda ou cessão desses direitos ocorra fora do Brasil, com base nas disposições da Lei 10.833/03. Tais autoridades poderão alegar que os direitos de preferência se relacionam aos ativos localizados no Brasil (ações preferenciais classe A) e requerer o pagamento de imposto sobre ganhos de capital à alíquota de 15% ou de 25% (se o beneficiário dos pagamentos for residente em uma jurisdição considerada paraíso fiscal). Se os direitos de preferência forem cedidos ou vendidos no Brasil, o imposto sobre ganho de capital incidirá à alíquota de 15% (25% se o detentor não brasileiro estiver localizado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal). As vendas ou cessões de direitos de preferência realizadas em bolsa de valores brasileira são isentas de imposto de renda, desde que tais direitos de preferência se relacionem a ações registradas como carteira de investimento estrangeiro nos termos da Resolução No. 4.373 e o detentor não-residente não for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal.

Em janeiro de 2017, a Lei nº. 13.259 estabeleceu novas alíquotas no sistema progressivo de imposto de renda aplicáveis sobre os ganhos de capital advindos da venda de ativos por pessoa física brasileira. A Lei nº. 13.259 estabeleceu as seguintes novas alíquotas que variam entre 15% a 22,5%, dependendo do valor do ganho reconhecido pela pessoa física: (i) 15% sobre ganhos de até R\$ 5.000.000,00; (ii) 17,5% sobre ganhos entre R\$ 5.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00; (iii) 20% sobre ganhos entre R\$ 10.000.000,00 e R\$ 30.000.000,00; E (i) 22,5% sobre ganhos acima de R\$ 30.000.000,00;

Nos termos da Seção 18 da Lei nº. 9.249/95, o tratamento fiscal aplicável aos ganhos de capital obtidos por pessoa física brasileira também se aplica aos ganhos de capital obtidos por residentes não brasileiros (exceto nos casos submetidos a regras específicas). No entanto, a Instrução Normativa nº. 1.732/2017 estabeleceu a incidência de alíquotas para pessoas jurídicas localizadas no exterior que realizem qualquer alienação de ativos registrados

como não circulantes em seu balanço patrimonial. Assim, não é possível neste momento determinar qual posição será adotada pelas autoridades fiscais no caso de pessoa física não residente que venda ADSs.

Outros impostos brasileiros

Não há impostos brasileiros de sucessões, doações ou de transmissão causa mortis incidentes sobre a titularidade, transferência ou alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs por detentor não residente, com exceção de impostos sobre doações e de sucessões cobrados por alguns estados brasileiros sobre doações efetuadas ou heranças deixadas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou domiciliadas no estado, a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas em tal estado brasileiro. Não há impostos ou taxas brasileiras de selo, emissão, registro, impostos ou taxas similares devidas por detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs.

Imposto sobre Operações de Câmbio sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários

Operações de Câmbio

Nos termos do Decreto 6.306/07, a conversão da moeda brasileira para moeda estrangeira e a conversão de moeda estrangeira para moeda brasileira estão sujeitas à cobrança de IOF cambial. Atualmente, a alíquota do IOF, para a maioria das operações, é de 0,38%. Tal taxa é aplicada para a entrada ou saída de investimentos estrangeiros diretos para empresas no Brasil de acordo com a Lei 4.131/62 (que não sejam investimentos de carteira de negociação em títulos e valores mobiliários de acordo com a resolução 4.373/14).

A tributação de IOF/Imposto cambial é de 0% sobre as seguintes entradas e saídas de capital realizadas por não residentes: (1) investimentos na constituição de garantia inicial ou adicional de margem de segurança exigida pela bolsa de valores, mercadorias e futuros; (2) investimentos em ações de empresas brasileiras utilizando recursos do cancelamento de “recibos de depósito”; (3) investimentos no mercado financeiro e de capitais brasileiro; (4) retorno sobre investimentos realizados no mercado financeiro e de capitais brasileiro para o não residente; e (5) conversão de investimento estrangeiro direto em ações segundo a Lei 4.131/62 em investimentos estrangeiros em ações segundo a Lei 4.373/14.

O envio de dividendos e juros sobre capital próprio a não residentes brasileiros no exterior está sujeito a 0% de IOF/Imposto cambial.

Adicionalmente, as transferências de ações negociadas na bolsa de valores com o propósito de permitir a emissão de ADSs estão sujeitas ao IOF/Títulos a uma alíquota de 1,5%, que tem por intuito corrigir uma assimetria criada pelo IOF Cambial.

O governo brasileiro pode aumentar a alíquota do IOF Cambial para um máximo de 25% do montante da operação cambial a qualquer momento, mas tal aumento não se aplicaria a futuras transações cambiais. A imposição desses tributos pode desencorajar o investimento estrangeiro em ações de empresas brasileiras, incluindo a Companhia, em função de custos de operações mais altos, e podem ter um impacto negativo no preço e na volatilidade de nossas ADSs e ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na B3.

Capital registrado

O valor de investimento em ações preferenciais classe A detidas por detentor não brasileiro como investimento estrangeiro direto nos termos da Lei nº. 4.131/62 ou como investimento estrangeiro de portfólio nos termos da Resolução nº. 4.373/14 ou em ADSs detidas pelo depositário representando o detentor em questão, conforme o caso, qualifica-se para registro no Banco Central; tal registro (o valor dessa forma registrado é designado "capital registrado") permite a remessa ao exterior de moeda estrangeira, convertida à taxa de câmbio comercial, adquirida com o produto de distribuições sobre, e valores realizados com relação à alienação dessas ações preferenciais classe A. O capital registrado referente a ações preferenciais classe A compradas na forma de ADSs, ou comprado no Brasil e depositado junto ao depositário em troca de ADSs, será igual a seu preço de compra, em dólares norte-americanos, pago pelo comprador. O capital registrado referente a ações preferenciais classe A que sejam retiradas contra entrega de ADSs será a contraprestação em dólares norte-americanos (1) do preço médio de nossas ações preferenciais classe A na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de tais ações preferenciais classe A tenham sido vendidas no dia da retirada, ou (2) se nenhuma ação preferencial classe A tiver sido vendida em tal dia, o preço médio das ações preferenciais vendidas nos quinze pregões imediatamente anteriores a tal retirada. O valor em dólares norte-americanos das ações preferenciais classe A será determinado com base nas taxas médias do

mercado comercial cotadas pelo Banco Central em tal data (ou, se o preço médio das ações preferenciais classe A for determinado nos termos do item (2) da frase precedente, a média de tais taxas médias cotada nas mesmas quinze datas empregadas na apuração do preço médio das ações preferenciais classe A).

O detentor não brasileiro de ações preferenciais classe A poderá enfrentar atrasos na realização do registro de capital registrado, o que poderá retardar remessas para o exterior. Tais demoras poderão prejudicar o valor, em dólares norte-americanos, recebido pelo detentor não brasileiro. Vide "Regulamentação de Investimento Estrangeiro" e "Item 3. Informações Principais - Fatores de Risco – Riscos relativos às Ações e Títulos de Dívida da Companhia."

Considerações sobre o imposto de renda federal dos Estados Unidos

O que se segue é uma discussão sobre as implicações relevantes do imposto de renda federal dos Estados Unidos que podem ser importantes para a aquisição, titularidade e alienação das ações preferenciais classe A da Companhia, ou ADS, consubstanciadas por ADSs. Esta descrição refere-se apenas às considerações do imposto de renda federal dos Estados Unidos dos detentores norte-americanos (conforme definido abaixo), que sejam os compradores iniciais das ações preferenciais classe A, ou ADS, da Companhia e que deterão tais ações ou ADSs na forma de ativos de capital. Esta descrição não se refere às considerações tributárias aplicáveis aos detentores que possam estar sujeitos a normas fiscais especiais, tais como bancos, instituições financeiras, companhias de seguros, fundos de investimento imobiliário, fundos outorgantes, companhias de investimento reguladas, operadores ou negociadores de valores mobiliários ou moedas, pessoas jurídicas isentas de imposto, fundos de pensão, pessoas que detêm ações preferenciais classe A ou ADSs em função do exercício de direitos ou opções de compra de ações por funcionários ou, ainda, em contraprestação à execução de serviços, pessoas que deterão ações preferenciais classe A ou ADSs da Companhia como posição em "straddle" ou com parte de uma operação de "hedging", "conversão" ou outra operação de redução de risco para fins de imposto de renda federal norte-americano, pessoas que tenham "moeda funcional" que não o dólar, pessoas que deterão ações preferenciais classe A ou ADSs por meio de parcerias ou outras empresas pass through, pessoas solicitadas a acelerar o reconhecimento de qualquer item do lucro bruto com relação às ações preferenciais classe A ou ADSs da Companhia resultante do reconhecimento de tal renda em uma demonstração financeira aplicável, detentores sujeitos a imposto mínimo alternativo, alguns antigos cidadãos ou residentes de longa data dos Estados Unidos ou pessoas que detenham ou sejam tratadas como se detivessem 10% ou mais das ações com direito de voto da Companhia.

Essa descrição não aborda as consequências tributárias estaduais, locais ou estrangeiras (fora dos EUA) da aquisição, titularidade e alienação das ações preferenciais classe A ou ADSs da Companhia. Além disso, essa descrição não aborda as consequências de qualquer imposto federal dos Estados Unidos que não seja o imposto de renda, incluindo, sem limitação, os impostos federais sobre imóveis e doações daquele país. Esta descrição baseia-se (1) no Código de Receita Interna de 1986, conforme alterado (o "Código"), nos Regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos existentes, propostos e temporários e suas respectivas interpretações judiciais e administrativas, em cada caso, em vigor e disponíveis na data deste relatório anual e (2), em parte, nas declarações do depositário e no pressuposto de que cada obrigação contida no contrato de depósito e qualquer contrato correlato será cumprida em conformidade com seus termos. Todas as disposições acima estão sujeitas a alteração, que poderá ser aplicada retroativamente e afetar as consequências tributárias descritas abaixo.

Conforme empregado abaixo, o termo "Detentor Norte-Americano" refere-se ao titular beneficiário de ação preferencial classe A ou de ADS que seja, para fins de imposto de renda federal norte-americano, (1) pessoa física que seja cidadã dos Estados Unidos ou residente, (2) sociedade ou companhia constituída nos termos das leis dos Estados Unidos, de qualquer estado desse país ou do Distrito de Columbia, (3) espólio cuja renda esteja sujeita a tributação de renda federal dos Estados Unidos independentemente de sua fonte, ou (4) fundo, se (i) um tribunal nos Estados Unidos for capaz de exercer fiscalização primária de sua administração e (ii) uma ou mais pessoas dos Estados Unidos tiverem poderes para controlar todas as decisões significativas de tal fundo.

Se uma sociedade (ou qualquer outra pessoa jurídica tratada como sociedade para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos) detiver ações preferenciais classe A ou ADSs, o tratamento fiscal de um sócio dessa sociedade em geral dependerá do status do sócio e das atividades da sociedade. Esse sócio ou os seus sócios deverão consultar o seu consultor fiscal para questões tributárias acerca das implicações de imposto a eles cabíveis.

As ações preferenciais classe A serão tratadas como ações para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, o detentor de um ADS será tratado como titular beneficiário de nossas ações preferenciais classe A representadas pelas ADSs pertinentes. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos expressou preocupação quanto ao fato de depositários de ADSs, ou

outros intermediários entre os detentores de recibos ou ações e o emitente, poderem estar tomando medidas incompatíveis com a reivindicação de créditos fiscais estrangeiros nos Estados Unidos por parte de pessoas norte-americanas que detenham tais recibos ou ações. Tais ações incluem, por exemplo, um pré-lançamento de uma ADS por uma instituição depositária. Dessa forma, a análise relativa à disponibilidade de crédito fiscal estrangeiro dos Estados Unidos para impostos brasileiros, as regras de originação e a disponibilidade de alíquotas fiscais reduzidas para dividendos recebidos por certos detentores pessoa física, cada qual descrita abaixo poderão ser afetadas por futuras medidas porventura tomadas pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

Tributação de dividendos

Observada a discussão que se segue intitulada "Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", de modo geral, o valor bruto da distribuição efetuada no que respeita a uma ação preferencial classe A ou ADS (que para esta finalidade incluirá distribuições de juros sobre o capital próprio antes de qualquer redução nelas efetuadas para efeito de retenção de imposto de renda brasileiro), na medida em que efetuada com utilização de reservas de lucros e lucros acumulados de nossa Companhia, conforme determinado pelos princípios do imposto de renda federal dos Estados Unidos, constituirá dividendo a um detentor norte-americano para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Os detentores não pessoas jurídicas dos Estados Unidos poderão ter os dividendos tributados por uma entidade estrangeira qualificada às menores alíquotas aplicáveis a ganhos de capital de longo prazo (por exemplo, ganhos relativos a ativos de capital detidos por mais de um ano). Uma sociedade estrangeira é tratada como sociedade estrangeira qualificada no que tange aos dividendos recebidos de tal sociedade sobre ações ou ADSs que são negociadas de imediato em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos. A orientação dada pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos indica que as ADSs (que estão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque), porém não as nossas ações preferenciais classe A, são negociadas de imediato em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos. Dessa forma, observada a discussão a seguir intitulada "Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", os dividendos que pagamos sobre as ADSs, porém não em relação às nossas ações preferenciais classe A, atendem, atualmente, às condições requeridas para aplicação de alíquotas reduzidas. No entanto, não há garantia de que as ADSs serão consideradas de negociação imediata em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos em anos posteriores. Sobretudo, a qualificação de um detentor norte-americano para essa taxa preferencial está sujeita a certas exigências e à inexistência de certas operações de redução de risco relativas às ADSs. Tais dividendos não se qualificam para obter a dedução por dividendos recebidos em geral facultada para os detentores corporativos dos Estados Unidos. Para que os dividendos de uma ADS garantida por ações preferenciais sejam relatados como habilitados a uma tributação com alíquotas reduzidas, um protocolo público da SEC deve conter uma declaração de que as ações preferenciais serão, devem ser, ou provavelmente serão tratadas como capital em vez de dívida para fins da tributação de imposto de renda federal nos Estados Unidos. A Companhia incluiu a declaração apropriada no arquivamento. Observada a discussão que se segue em "—Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", caso uma distribuição exceda o valor dos ganhos e lucros atuais e acumulados da Companhia, ela será tratada como retorno de capital não tributável na medida da base de cálculo do detentor norte-americano na ação preferencial classe A ou ADS da Companhia com relação à qual seja pago e subsequentemente como ganho de capital. A nossa Companhia não mantém cálculos de nossas reservas de lucros e lucros acumulados segundo os princípios do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Desse modo, os detentores norte-americanos devem esperar que as distribuições feitas pela Companhia serão tratadas, em geral, como dividendos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

O dividendo pago em reais será passível de inclusão na renda de um detentor norte-americano por seu valor em dólares calculado por referência às taxas de câmbio vigentes no mercado à vista no dia em que for recebido pelo detentor norte-americano no caso de ações preferenciais classe A da Companhia ou, no caso de um dividendo recebido com relação às ADSs, na data em que o dividendo for recebido pelo depositário, quer o dividendo seja ou não convertido em dólares norte-americanos. Presumindo-se que o pagamento não seja convertido naquela ocasião, o detentor norte-americano terá uma base fiscal em reais equivalente àquele valor em dólares norte-americanos, que será usada para mensurar os ganhos ou perdas oriundos de alterações subsequentes nas taxas de câmbio. Quaisquer ganhos ou perdas realizados por um detentor norte-americano que posteriormente venda ou, ainda, aliene reais, podendo tais ganhos ou perdas ser atribuíveis a flutuações cambiais após a data de recebimento do dividendo, serão ganhos ou perdas de natureza ordinária dos Estados Unidos. A quantia de qualquer distribuição de bens que não dinheiro constituirá o valor justo de mercado desses bens na data de distribuição.

O valor bruto de qualquer dividendo pago (que incluirá quaisquer valores retidos por força de impostos brasileiros) no que respeita a uma ação preferencial classe A ou ADS ficará sujeito ao imposto de renda federal dos Estados Unidos como receita de dividendo de fonte estrangeira, que poderá ser relevante no cálculo da limitação de crédito fiscal estrangeiro de um detentor norte-americano. Observadas as limitações da lei de imposto de renda

federal dos Estados Unidos concernentes aos créditos ou deduções de tributos estrangeiros e certas exceções de posições cobertas e de curto prazo, qualquer imposto retido na fonte brasileiro será tratado como imposto de renda estrangeiro gerador de crédito a ser compensado com responsabilidade por imposto de renda federal dos Estados Unidos de detentor norte-americano (ou, a critério de um detentor norte-americano, poderá ser deduzido ao calcular a receita tributável se o detentor norte-americano tiver optado por deduzir todos os impostos de renda estrangeiros referentes ao exercício fiscal). A limitação aos impostos estrangeiros qualificados para o crédito fiscal estrangeiro dos Estados Unidos é calculada em separado com relação a “cestas” específicas de renda. Para esse fim, os dividendos devem em geral constituir “renda de categoria passiva” ou, no caso de alguns detentores norte-americanos, “renda de categoria geral”. As regras relativas a créditos fiscais estrangeiros são complexas e os detentores norte-americanos são instados a consultar seus próprios assessores fiscais com respeito à disponibilidade do crédito fiscal estrangeiro nessas circunstâncias específicas.

Venda, permuta ou outra forma de alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs

O depósito ou a retirada de ações preferenciais classe A por um detentor em troca de ADS que representem tais ações não resultará na realização de ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Observado a discussão realizada no item “—Normas Sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo,” um detentor norte-americano normalmente reconhecerá ganho ou perda de capital em uma venda, permuta ou outra alienação de uma ação preferencial classe A ou ADS em valor igual à diferença entre o custo de aquisição corrigido da ação preferencial classe A ou ADS (calculado em dólares norte-americanos) do detentor norte-americano e o valor em dólares norte-americanos realizado quando da venda, permuta ou outra alienação. Caso um imposto brasileiro seja retido quando da venda, permuta ou outra alienação de uma ação preferencial classe A ou ADS, o valor realizado pelo detentor norte-americano incluirá o valor bruto do produto da venda, permuta ou outra alienação antes da dedução do imposto brasileiro. No caso de um detentor norte-americano que não seja pessoa jurídica, a alíquota de imposto de renda federal dos Estados Unidos marginal máxima aplicável ao ganho de capital será em geral inferior à alíquota de imposto de renda federal dos Estados Unidos marginal máxima aplicável à renda ordinária (ressalvados, conforme discutido acima, certos dividendos) caso o período de detenção do detentor em questão da ação preferencial classe A ou do ADS exceda um ano. O ganho ou perda de capital, se houver, realizado por detentor norte-americano quando da venda, permuta ou outra alienação de uma ação preferencial classe A ou ADS será tratado, de modo geral, como renda de fonte norte-americana para fins de crédito fiscal estrangeiro norte-americano. Consequentemente, no caso de alienação de ação preferencial classe A ou de ADS que esteja sujeita a imposto brasileiro, é possível que o detentor norte-americano não possa utilizar o crédito fiscal estrangeiro referente ao imposto brasileiro em questão a menos que possa compensar o crédito com imposto norte-americano incidente sobre outra renda proveniente de fontes estrangeiras na categoria de renda pertinente ou, alternativamente, possa efetuar dedução do imposto brasileiro, caso opte por deduzir todos os seus impostos de renda estrangeiros. A dedutibilidade de perdas de capital está sujeita a limitações nos termos do Código.

O custo de aquisição original para fins de tributação das ações preferenciais classe A de detentor norte-americano que adquire essas ações em uma moeda que não seja a moeda norte-americana será o valor em dólares norte-americanos do preço de compra determinado na data da compra. Caso as nossas ações preferenciais classe A sejam tratadas como negociadas em “mercado de valores mobiliários regulamentado”, o detentor norte-americano segundo regime de caixa ou, se preferir, o detentor norte-americano segundo regime de competência, determinará o valor em dólar norte-americano do custo das ações preferenciais classe A mediante a conversão do valor pago à taxa de câmbio à vista na data de liquidação da compra. A conversão de dólares norte-americanos para uma moeda que não seja a moeda norte-americana e o uso imediato desta moeda para compra de ações preferenciais classe A não resultarão, de modo geral, em ganho ou perda tributável para o detentor norte-americano.

No que concerne à venda, permuta ou outra alienação de ações preferenciais classe A em uma moeda que não seja a moeda norte-americana, o valor realizado de modo geral será o valor em dólares do pagamento recebido determinado (1) na data de recebimento do pagamento no caso de detentor norte-americano segundo regime de caixa e (2) na data da alienação no caso de detentor norte-americano segundo regime de competência. Caso as nossas ações preferenciais classe A sejam tratadas como negociadas em “mercado de valores mobiliários regulamentado”, o detentor norte-americano segundo regime de caixa ou, se preferir, o detentor norte-americano segundo regime de competência, determinará o valor em dólar norte-americano do pagamento recebido na venda, permuta ou outra alienação de quaisquer ações preferenciais classe A mediante a conversão do valor recebido à taxa de câmbio à vista na data de liquidação da venda, permuta ou outra alienação.

Normas sobre companhias de investimento estrangeiro passivo

Uma sociedade que não seja norte-americana será classificada como uma “companhia de investimento estrangeiro passivo”, ou PFIC (*passive foreign investment company*) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em qualquer exercício fiscal no qual, após a aplicação de algumas normas de averiguação, (1) pelo menos 75 por cento de sua renda bruta sejam “renda passiva” ou (2) pelo menos 50 por cento do valor médio de seus ativos brutos sejam atribuíveis a ativos que produzam “renda passiva” ou sejam detidos para a produção de renda passiva. Renda passiva para este fim, em geral, inclui dividendos, juros, royalties, aluguéis e ganhos provenientes de operações de commodities e valores mobiliários.

Com base em algumas estimativas de sua renda bruta e ativos brutos e na natureza do seu negócio, a Companhia acredita que não será classificada como uma PFIC no exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2019. A situação da Companhia nos anos futuros dependerá da sua renda, ativos e atividades nesses exercícios. A Companhia não tem nenhuma razão para crer que sua renda, ativos ou atividades sofrerão alterações que façam com que ela seja classificada como uma PFIC no exercício fiscal que se encerre em 31 de dezembro de 2020 ou em qualquer exercício futuro, mas não há nenhuma garantia de que a Companhia não será considerada PFIC em qualquer exercício fiscal. Caso fôssemos uma PFIC, as ações preferenciais classe A ou as ADS de um detentor norte-americano ficariam, de modo geral, sujeitas a encargos de juros presumidos e a outro tratamento fiscal desvantajoso com relação a qualquer ganho oriundo da venda ou outra alienação das ações preferenciais classe A e de certas distribuições relativas às ações preferenciais classe A ou ADSs. Além disso, detentores norte-americanos não corporativos não serão elegíveis para alíquotas de imposto reduzidas sobre qualquer dividendo recebido da Companhia (como descrito acima) se formos uma PFIC no exercício de tributação em que esses dividendos sejam pagos ou no exercício de tributação anterior.

Caso fôssemos uma PFIC, um detentor norte-americano de ações preferenciais classe A ou de ADS poderia ser capaz de realizar diversas opções que podem minimizar as implicações fiscais mencionadas acima. Contudo, espera-se que as condições necessárias para se realizar uma de tais opções não se apliquem no caso de ações preferenciais classe A ou ADS. Os detentores norte-americanos deverão consultar seus próprios consultores fiscais acerca das implicações fiscais que decorreriam se a Companhia fosse tratada como PFIC.

Caso um detentor americano possua ações preferenciais classe A ou ADSs durante qualquer ano em que a Companhia tenha sido PFIC, o detentor americano geralmente deverá preencher um Formulário de Imposto 8621 (*IRS Form 8621*) com relação à Companhia, geralmente durante o preenchimento da declaração de imposto de renda federal do detentor norte-americano para tal ano. Caso a Companhia seja considerada uma PFIC para um determinado exercício tributável, os detentores americanos de ações preferenciais classe A ou ADSs devem consultar seus assessores tributários com relação a suas exigências de relatórios anuais.

Imposto Medicare sobre “Nova Receita de Investimentos”

Alguns detentores norte-americanos pessoas físicas, espólios ou fundos devem pagar um imposto adicional de 3,8% sobre, entre outras coisas, dividendos e ganhos de capital pela venda ou outra forma de alienação de ações preferenciais classe A e ADSs.

Divulgações de Ativos Estrangeiros

Certos detentores americanos que são pessoas físicas devem divulgar informações referentes a sua participação em nossas ações preferenciais classe A ou ADSs, salvo algumas exceções (incluindo uma exceção para as ações ou ADSs mantidas em contas de custódia em instituições financeiras). Detentores americanos de ações preferenciais classe A ou ADSs são incentivados a consultar seus assessores tributários acerca da eventual exigência de divulgarem informações sobre sua titularidade e alienação de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs.

Apresentação de informações e retenção na fonte

As exigências de imposto de retenção na fonte dos Estados Unidos e de apresentação de informações se aplicam, de modo geral, a alguns pagamentos efetuados a certos detentores de ações que não sejam pessoa jurídica. A apresentação de informações, de modo geral, se aplica a pagamentos de dividendos às ações preferenciais classe A ou ADS, e ao produto da venda ou alienação das mesmas, nos Estados Unidos ou por um pagador norte-americano ou um intermediário norte-americano a um detentor de nossas ações preferenciais classe A ou de ADS, ressalvado beneficiário isento, inclusive pessoa jurídica, beneficiário que não seja pessoa dos Estados Unidos que forneça atestado pertinente e certas outras pessoas. A retenção na fonte será pertinente a quaisquer pagamentos de dividendos

às ações preferenciais classe A ou ADS, ou ao produto das vendas ou alienação das mesmas, nos Estados Unidos ou por um pagador norte-americano ou um intermediário norte-americano a um detentor, ressalvado beneficiário isento, caso o detentor deixe de fornecer seu número de identificação de contribuinte correto ou de outra forma deixe de cumprir as exigências de imposto de retenção na fonte ou comprove isenção das mesmas. A alíquota do imposto de retenção na fonte é, atualmente, de 24%.

A retenção de reserva não é um imposto adicional. Em geral, detentores terão o direito de creditar quaisquer quantias retidas nos termos das regras de retenção de reserva contra suas obrigações de imposto de renda federal dos Estados Unidos ou à restituição das quantias retidas, desde que as informações necessárias sejam fornecidas oportunamente ao Departamento da Receita Federal (IRS) dos EUA.

A descrição acima não pretende ser uma análise completa de todas as consequências fiscais relativas à aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs. Os compradores em potencial deverão buscar orientação de seus próprios consultores fiscais acerca das implicações fiscais de suas situações em particular.

Documentos em Exibição

As declarações contidas neste relatório anual acerca do conteúdo de qualquer contrato ou outro documento não são necessariamente completas e, nos casos em que o contrato ou outro documento seja um anexo do presente relatório anual, cada uma dessas declarações ficará qualificada em todos os aspectos pelas disposições efetivas do contrato ou demais documentos.

A Companhia está sujeita às exigências de elaboração de relatórios periódicos e outras exigências de apresentação de informações da Lei de Mercado de Capitais (Exchange Act) aplicáveis a emitente privado estrangeiro. Por conseguinte, a Companhia é obrigada a apresentar ou fornecer relatórios, e demais informações à SEC, inclusive relatórios anuais no Formulário 20-F e relatórios no Formulário 6-K.

Como emissor privado estrangeiro, estamos isentos, de acordo com o Exchange Act, entre outros aspectos, das normas que determinam o fornecimento e o conteúdo de procurações, e os membros de nosso conselho de administração e da nossa diretoria, bem como nossos principais acionistas, estão isentos das normas denominadas short-swing profit recovery rules (norma que impede diretores, conselheiros ou detentores de mais de 10% das ações da companhia de realizarem lucros de curto prazo por terem acesso a informações privilegiadas da companhia) contidas na Seção 16 do Exchange Act. Adicionalmente, como emissor estrangeiro privado, não somos obrigados, de acordo com o Exchange Act, a arquivar relatórios e demonstrações financeiras periódicos com a SEC com a mesma frequência ou em espaço de tempo tão curto quanto empresas dos Estados Unidos cujos valores mobiliários são registrados de acordo com o Exchange Act.

Cópias de relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC ou a ela fornecidos poderão ser examinados e copiados na sala de consulta pública mantida pela Comissão em 100 F Street, N.E. Washington, D.C. 20549. Cópias desse material também poderão ser obtidas por correio junto à Seção de Consulta Pública da Comissão, às taxas determinadas. Favor telefonar para a SEC em 1-800-SEC-0330 para obter informações adicionais acerca da sala de consulta pública. A SEC também mantém um site na Internet, que possibilita o acesso eletrônico a esses materiais: www.sec.gov.

A Companhia também arquivava demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos junto à CVM, disponibilizados ao investidor para inspeção nos escritórios da CVM localizados à Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar, Rio de Janeiro, RJ, e à Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP. Os números de telefone da CVM no Rio de Janeiro e em São Paulo são respectivamente 55-21-3554-8686 e 55-11-2146-2097.

Cópias do nosso relatório anual no Formulário 20-F e dos documentos mencionados neste relatório anual e do nosso Estatuto Social, bem como outros documentos exigidos para arquivamento, e disponibilização, na SEC e CVM, também estão disponíveis para inspeção mediante solicitação, em nossos escritórios, na Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar, Butantã—São Paulo—SP, CEP 05501-050, Brasil. Os arquivamentos da Companhia também são disponibilizados ao público na Internet, no site www.braskem-ri.com.br. As informações constantes do site ou que podem ser acessadas através dele não estão incluídas neste relatório anual nem são a ele incorporadas por referência.

ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a perda potencial decorrente de variações adversas de taxas e preços de mercado. Estamos expostos a uma série de riscos de mercado em decorrência de nossas atividades comerciais

normais. Tais riscos não estão sob nosso controle e envolvem principalmente a possibilidade de que as variações das taxas de juros, taxas de câmbio ou dos preços de commodities prejudiquem o valor de nossos ativos e passivos financeiros ou dos fluxos de caixa e lucros futuros.

Para mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos, usamos e podemos usar instrumentos derivativos de moeda estrangeira, taxa de juros e commodities, além de caixa e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha opções de moedas no valor referencial total de R\$ 1.928,8 milhões em opções de venda e de US\$ 1.402,8 milhões em opções de compra. Além disso, a Companhia possuía swaps de taxas de juros relacionados ao Projeto Etileno XXI no valor referencial total de US\$ 703,7 milhões. Esses swaps de taxas de juros em moedas cruzadas estão casados com nossas obrigações de dívida.

A Companhia apura o impacto potencial e consolidado de riscos de mercado e busca mitigar os riscos apurados de acordo com a nossa política de gerenciamento de risco.

A política de gestão de risco atual, adotada em 30 de março de 2017 pelo conselho de administração da Companhia e atualizada em julho de 2019, cobre o gerenciamento de fluxo de caixa e liquidez, investimento de caixa e disponibilidades, atividades de financiamento e garantias e gerenciamento de riscos de câmbio e commodities. Essa política reflete nossos procedimentos conservadores relativos a práticas financeiras e gestão de riscos. Seu objetivo é gerenciar e prever os riscos com base na avaliação contínua de vários elementos-chave, incluindo a saúde financeira da Companhia em geral, quaisquer operações que tenhamos com partes associadas, nossos ratings, riscos de contraparte e estratégias de hedging. Além disso, a política visa assegurar o alinhamento dos objetivos das equipes financeiras com os objetivos gerais da Braskem.

Não realizamos operações com derivativos para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos R\$ 4.722,8 milhões em disponibilidades e investimentos financeiros em moedas estrangeiras, que podem compensar parcialmente os efeitos de uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras sobre nossa capacidade de pagar o serviço da dívida em moedas estrangeiras, até o limite dessas disponibilidades e outros investimentos.

Risco de taxa de juros

A exposição a taxas de juros variáveis da Companhia está sujeita principalmente às variações da LIBOR para empréstimos e aplicações de curto prazo em reais, variações da TLP, CDI e IPCA.

Com relação às taxas de juros brasileiras:

- a taxa CDI de curto prazo diminuiu para 4,40% por ano em 31 de dezembro de 2019, de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e de 6,89% ao ano em 31 de dezembro de 2017;
- a TLP diminuiu de 7,0% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e 7,06% ao ano em 31 de dezembro de 2018 para 5,09% ao ano em 31 de dezembro de 2019.
- o IPCA registrado em 2019 foi de 4,31%, um aumento em comparação a 3,75% em 2018 e 2,95% em 2017.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossos instrumentos mais significativos sensíveis a taxa de juros:

	Data de Vencimento Esperada em 31 de dezembro de 2019							
	2020	2021	2022	2023	2024	Em diante	Total	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	(em milhões de reais, exceto quando indicado)							
Passivo:								
Empréstimos e financiamentos (exclui debêntures):								
Taxa fixa, em dólares	417,1	—	1.165,9	833,9	3.426,1	19.145,8	24.988,9	25.714,8
Taxa de juros média.....	5,8%	—	5,4%	3,5%	6,1%	5,4%	—	—
Taxa variável, em dólares ..	332,8	368,9	369,5	370,2	370,9	1.349,4	3.161,8	2.894,5
Taxa de juros média (acima da LIBOR)	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	—	—
Taxa fixa do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares	279,7	287,0	210,3	308,3	324,0	1.048,9	2.458,2	2.265,7
Taxa de juros média.....	4,9%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,7%	—	—
Título Braskem Idesa (expresso em dólares norte-americanos)	21,0	—	—	—	—	3.619,4	3.640,4	3.870,5
Taxa de juros média.....	7,5%	—	—	—	—	7,5%	—	—
Taxa variável do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares	485,2	553,8	527,3	621,2	689,5	1.350,6	4.227,5	3.928,2
Taxa de juros média.....	3,5%	3,5%	3,4%	3,5%	3,5%	3,7%	—	—
Taxa fixa, em reais	59,5	26,2	20,8	12,4	5,0	7,3	131,2	121,8
Taxa de juros média.....	4,6%	4,1%	4,0%	4,6%	6,5%	6,5%	—	—
Taxa variável, em reais	46,5	42,7	45,8	246,8	640,8	9,4	1.032,0	867,9
Taxa de juros média (CDI)	4,7%	4,7%	4,7%	4,5%	4,4%	5,6%	—	—
Taxa variável, em reais	0,2	0,1	—	—	—	—	0,3	0,3
Taxa de juros média (acima do TJLP)	6,0%	6,0%	—	—	—	—	—	—
Taxa variável, em reais	39,1	65,1	67,4	67,4	67,4	173,3	479,7	397,6
Taxa de juros média (acima do IPCA)	5,9%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	—	—
Total de empréstimos e financiamentos	1.681,3	1.343,7	2.407,0	2.460,1	5.523,7	26.704,1	40.119,9	40.061,2
Ativo:								
Caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos:								
Taxa fixa, em moeda estrangeira.....	4.722,8	—	—	—	—	—	4.722,8	4.722,8
Taxa variável, em reais	3.745,3	—	—	—	—	—	3.745,3	3.745,3
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos	8.468,1	—	—	—	—	—	8.468,1	8.468,1

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros proveniente das obrigações convertido em reais de acordo com o valor de mercado em 31 de dezembro de 2019.

Na hipótese de a taxa de juros média aplicável a ativos financeiros e endividamento da Companhia em 2020 ser 1 ponto percentual maior do que a taxa de juros média em 2019, as receitas financeiras aumentariam em R\$ 84,7 milhões e as despesas financeiras aumentariam em R\$ 401,2 milhões.

Risco cambial

Nossos passivos expostos a risco cambial são primordialmente denominados em dólares norte-americanos. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, a Companhia mantém atualmente ativos líquidos disponíveis denominados em dólares norte-americanos e contrata instrumentos derivativos. Além disso, visando representar melhor o real risco cambial relacionado a exportações futuras, a Companhia designou parte dos seus passivos denominados em dólares norte-americanos como instrumentos de hedge através de hedge accounting em 1º de maio de 2013. Uma vez que tomamos empréstimos nos mercados internacionais para dar suporte às nossas operações e investimentos, ficamos expostos aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio e de juros.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossa exposição cambial significativa:

	Data de Vencimento Esperada em 31 de dezembro de 2019							Valor de Mercado ⁽¹⁾
	2020	2021	2022	2023	2024	Em diante	Total	
	(em milhões de reais)							
Passivo:								
Empréstimos, financiamentos e fornecedores:								
Empréstimos e financiamentos denominados em dólares							38,47	
.....	1.535,8	1.209,6	2.273,1	2.133,6	4.810,5	26.514,1	6,7	38.673,7
Contas a pagar denominadas em dólares	6.946,8	—	—	—	—	—	6.946,8	6.946,8
Total de empréstimos, financiamentos e fornecedores	8.482,7	1.209,6	2.273,1	2.133,6	4.810,5	26.514,1	45,42 3,6	45.620,6
Ativo:								
Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos denominados em moeda estrangeira	4.722,8	—	—	—	—	—	4.722,8	4.722,8
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos	4.722,8	—	—	—	—	—	4.722,8	4.722,8
Hedge accounting								
Exportações/Vendas designadas para hedge accounting	3.643,7	2.196,3	738,8	1.737,1	3.791,8	27.196,7	39,30 4,4	39.304,4

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros proveniente das obrigações convertido em reais de acordo com o valor de mercado em 31 de dezembro de 2019.

A exposição cambial da Companhia enseja riscos de mercado associados a variações cambiais do real frente ao dólar norte-americano. Os passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 eram compostos principalmente de dívida expressa em dólares. A dívida em dólares da Companhia, inclusive dívida de curto prazo e a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$ 38.476,7 milhões (US\$ 9.545,9 milhões) e R\$ 35.102,8 milhões (US\$ 9.059,3 milhões) em 31 de dezembro de 2019. Essa exposição cambial é representada por dívida sob a forma de notas, linhas de crédito para pagamento antecipado de exportação e empréstimos de capital de giro.

O nosso caixa e fundos disponíveis em dólares norte-americanos nos protegem parcialmente contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares norte-americanos. Da mesma forma, receitas de vendas e exportações futuras parcialmente compensaram tal exposição cambial da dívida denominada em Dólar, sendo que a Companhia adotou o tratamento de hedge accounting para melhor representar sua real exposição. Desde 2016, a Braskem passou a reconhecer a variação cambial, mantida em “Outros resultados abrangentes”, na demonstração dos resultados, conforme o cronograma de designação de vendas e exportações futuras (para mais informações, vide nota 17 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas anexas a este relatório anual).

Na hipótese de depreciação de 10% do real em relação ao dólar durante 2019, em comparação com a taxa de câmbio real/dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras da Companhia indexadas em dólar em 2020 aumentariam R\$ 3.847,7 milhões e as receitas financeiras aumentariam R\$ 472,3 milhões.

Preços de commodities

Embora realizemos swaps de commodities relativos a transações específicas, atualmente não fazemos hedge de nossa principal exposição a variações dos preços da nafta, nossa principal matéria-prima, que estão atrelados a preços do Mercado internacional expressos em dólares no caso da nafta e outros derivados de petróleo. A Companhia não faz o hedge dessa principal exposição em parte porque uma parcela de suas vendas são exportações a pagar em

moedas estrangeiras e atreladas aos preços internacionais de mercado dessas commodities expressos em dólares e em parte porque os preços dos produtos de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no mercado interno em geral refletem mudanças nos preços do mercado internacional desses produtos expressos em dólares e convertidos em reais. Em períodos de alta volatilidade no preço em dólar da nafta ou na taxa de câmbio real/dólar, há frequentemente uma defasagem entre o momento em que o preço em dólar da nafta aumenta ou que o dólar se valoriza e o momento em que a Companhia pode efetivamente repassar os aumentos de custo resultantes em reais aos clientes no Brasil. Dessa forma, se o preço em dólares da nafta aumentar abruptamente ou se o real desvalorizar abruptamente em relação ao dólar no futuro, a Companhia pode não ser capaz de repassar imediatamente os correspondentes aumentos dos custos da nafta a clientes no Brasil, o que poderia exercer um efeito negativo relevante sobre o resultado operacional e a situação financeira da Companhia. Vide “Item 3. Principais Informações—Fatores de risco—Riscos relativos à Companhia e ao setor petroquímico”.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

O Bank of New York Mellon, designado como banco depositário da Companhia em dezembro de 2016, cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs ou de intermediários agindo no nome deles. O depositário também cobra taxas por fazer distribuições aos investidores, deduzindo tais taxas dos valores distribuídos, ou vendendo uma parte dos bens a distribuir para pagar as taxas. O depositário pode cobrar sua taxa anual de serviço por meio de deduções das distribuições em numerário ou faturando diretamente os investidores, ou ainda debitando as contas do sistema de escrituração de participantes que atuam em seu nome. O depositário pode recusar-se a fornecer serviços que exigem taxas até suas taxas por esses serviços terem sido pagas.

Às pessoas que depositam ou retiram ações cabem os seguintes encargos:

- US\$ 5,00 por cada 100 ADSs (ou fração das mesmas) emitidas, entregues, reduzidas, canceladas ou conferidas (conforme o caso) mais qualquer outra taxa adicional cobrada por autoridades governamentais ou outras instituições, tais como a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia;
- taxa de US\$ 0,04 ou menos por ADS para qualquer distribuição de Proventos nos termos do Acordo de Depósito;
- taxa de US\$ 1,50 por ADR ou ADRs para transferências nos termos do Acordo de Depósito.
- taxa por distribuição ou venda de títulos e valores mobiliários;
- taxa total de US\$ 0,04 ou menos por ADS por ano-calendário (ou fração) pelos serviços prestados pela Instituição Depositária na administração das ADRs;
- taxa pelo reembolso de tais encargos, taxas e despesas incorridos pela Instituição Depositária e/ou quaisquer outros agentes; e
- taxas de transferência ou registro para o registro ou transferência dos títulos e valores mobiliários depositados em qualquer órgão escriturador aplicável por ocasião do depósito ou retirada dos Títulos e Valores Mobiliários depositados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não recebeu nenhum valor da instituição depositária de suas ADSs.

PARTE II

ITEM 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA

Não se aplica.

ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES NOS DIREITOS DOS ACIONISTAS E NO USO DOS RECURSOS

Não se aplica.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

Controles e Procedimentos de Divulgação

A Administração da Companhia, inclusive o seu Diretor Presidente e Diretor Financeiro, avaliaram a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia (conforme definido na Regra 13a-15(e) e 15d-15(e) nos termos do Securities Exchange Act de 1934, conforme alterado (“Exchange Act”)) em 31 de dezembro de 2019. Com base na sua avaliação, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia concluíram que, como resultado das seguintes deficiências relevantes nos controles internos da Companhia relativos à divulgação financeira, em 31 de dezembro de 2019, os controles e procedimentos de controle da Companhia não eram suficientemente eficazes para garantir, de maneira razoável, que as informações exigidas nos relatórios arquivados ou enviados nos termos do Exchange Act sejam registradas, processadas, resumidas ou divulgadas dentro dos prazos previstos nas normas e formulários aplicáveis, e é de responsabilidade da Administração, inclusive do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, conforme o caso, permitir a tomada de decisão oportuna com relação às divulgações necessárias.

Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos dos Relatórios Financeiros

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre divulgação financeira, conforme definidos nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act. Os controles internos da Companhia sobre a divulgação financeira é um processo que visa fornecer certeza razoável com relação à confiabilidade da divulgação das informações financeiras e a preparação de demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia sobre a divulgação financeira incluem as políticas e procedimentos que: (1) pertençam à manutenção de registros que, em um nível razoável de detalhes, reflitam de maneira precisa e adequada as transações e vendas de ativos da Companhia; (2) ofereçam um nível razoável de certeza de que as transações estejam registradas da forma adequada para permitir a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas conforme os princípios contábeis geralmente aceitos, e que as receitas e despesas da Companhia sejam realizadas somente conforme autorizado pela administração e pelo conselho da companhia; e (3) ofereçam certeza razoável com relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisições, utilização ou vendas não autorizadas de ativos da Companhia que possam causar um impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em razão das suas limitações inerentes, o controle interno de divulgação financeira pode não ser capaz de prevenir ou detectar erros. As projeções de qualquer avaliação acerca da eficácia do controle interno para períodos futuros também estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas condições e da deterioração do nível de aderência às políticas ou procedimentos.

A administração da Companhia, com a participação do CEO e do CFO, sob a supervisão do Conselho de Administração, avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia sobre a divulgação financeira em 31 de dezembro de 2019 com base nos critérios estabelecidos em *Controle Interno – Estrutura Integrada (2013)* emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). Com base na avaliação, a administração da Companhia concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, os controles internos da divulgação financeira não foram eficientes em razão da deficiência relevante descrito abaixo. Uma deficiência relevante é uma deficiência de controle, ou uma combinação de deficiências de controle, nos controles internos de divulgação financeira que resultem em uma possibilidade razoável de não se poder evitar ou detectar a tempo um erro significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

Deficiências Relevantes nos Controles Internos de Divulgação Financeira

A Companhia identificou uma deficiência material em seu ambiente de controle: recursos insuficientes com nível adequado de conhecimento, treinamento, domínio e competências proporcional às nossas exigências de divulgação financeira. Isso resultou em uma deficiência material na avaliação de riscos da Companhia, uma vez que não tinha os recursos necessários para efetivamente projetar e executar seus processos e controles da avaliação de riscos. Além disso, conforme descrito abaixo, a Companhia tinha vários controles ineficientes que também indicavam a existência de deficiências materiais em seus componentes de informações, comunicação e monitoramento dos controles internos das divulgações financeiras. Essas deficiências materiais resultaram nas seguintes deficiências de controle que foram deficiências materiais ou formaram deficiências materiais:

- (i) Projeto e operação ineficientes dos controles gerais de tecnologia da informação (GITCs) relacionados à gestão de mudança de acesso de usuário e de programas sobre determinados sistemas operacionais auxiliares de TI, bases de dados e aplicativos acessórios que dão suporte aos processos de divulgação financeira da Companhia, resultando em controles de processos de negócios dependentes dos sistemas de TI afetados, especificamente a completude e a precisão das informações desses sistemas, também considerados ineficientes por causa do impacto negativo sobre eles. Além disso, existiam controles ineficazes com relação aos relatórios do sistema de ERP da Companhia e a ausência de controle com relação às planilhas usadas na operação de determinados controles.
- (ii) Projeto e operação ineficientes de controles dentro do processo de divulgação financeira que inclui a consolidação, a análise de transações complexas e incomuns, a revisão de lançamentos manuais no livro diário e a preparação e revisão das demonstrações financeiras, incluindo a aplicação técnica dos princípios contábeis geralmente aceitos e a aplicabilidade de divulgações exigidas;
- (iii) Operação ineficiente de controles com relação às contingências legais relacionadas principalmente à completude da avaliação de contingências legais;
- (iv) Operação ineficiente dos controles sobre a contratação e pagamento de serviços jurídicos;
- (v) Controles ineficazes sobre a quantidade de produtos enviados para operações de vendas.

Deficiências relevantes (ii) que resultaram em uma declaração errônea significativa nas demonstrações financeiras consolidadas que foi corrigida. As outras deficiências relevantes não resultaram em erros significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

A KPMG Auditores Independentes, escritório registrado e independente de contabilidade, emitiu uma opinião adversa de auditoria sobre a eficácia do controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros na data base de 31 de dezembro de 2019, conforme consta no relatório que integra este relatório anual.

Ações de remediação que tratam das deficiências materiais divulgadas em 2019

A administração tomou diversas ações para aprimorar o ambiente de controle e continuar a monitorar a maturidade e eficácia operacional dos controles projetados e implementados. Para remediar as deficiências relevantes, a Companhia, liderada pelo CEO e o CFO, está implementando e monitorando as seguintes ações específicas:

Com relação às deficiências relevantes relativas à avaliação de ambiente de controle e riscos, a Companhia mantém o foco em garantir os recursos adequados com o conhecimento e treinamento necessários para contabilizar transações específicas e avaliar os riscos associados com a divulgação financeira, bem como garantir que os indivíduos envolvidos na avaliação de riscos possuam o tempo e as habilidades para desempenhar uma adequada avaliação de riscos sobre as demonstrações financeiras. Além disso, conforme descrito com mais detalhes abaixo, a Companhia mantém o foco em garantir que os controles sejam projetados e estejam em operação de forma eficaz para mitigar completamente os riscos associados com as demonstrações financeiras ao abordar todos os componentes e princípios de estrutura de controle interno sobre a divulgação financeira.

As seguintes ações específicas estão sendo implementadas e monitoradas:

- (i) *Projeto e operação ineficiente dos GITCs com relação a determinados sistemas operacionais de TI auxiliares e completude e precisão dos relatórios de ERP:*
 - Revisão de procedimentos internos para usuários com acesso genérico e privilegiado e um novo projeto de controles para monitorá-los;
 - Melhoria dos controles sobre (a) aprovação de acesso, (b) alterações nas solicitações feitas pelos usuários com acesso privilegiado, (c) protocolos de gestão de acesso (conceder, alterar ou revogar o acesso), (d) ambiente de dados físicos e gestão de dados (back-up e restauração),

- (d) [sic] acesso físico à infraestrutura, (e) monitoramento de rotinas automatizadas (calendário de trabalho); e
 - Implementação e melhoria dos parâmetros para alterar a gestão, incluindo a segregação de deveres (ambientes de desenvolvimento e qualidade);
 - Implementação de controles com relação à completude e precisão dos relatórios de ERP para garantir a completude e precisão.
- (ii) *Projeto e operação ineficientes de controles dentro do processo de divulgação financeira:*
- Melhoria de controles relativos à preparação de demonstrações financeiras e revisão de uma checklist sobre divulgações exigidas nas demonstrações financeiras;
 - Contratação de membros de equipe especializados para o departamento de Contabilidade Corporativa.
 - Revisão de controles sobre as transações significativas incomuns e documentação de suporte; e
 - Melhoria na comunicação do Departamento de Contabilidade Corporativo com os outros departamentos (da empresa).
 - Avaliação do processo atual para lançamentos manuais no livro diário e implementação das medidas adequadas para garantir a eficácia dos controles.
- (iii) *Operação ineficiente de controles de contingências legais:*
- Revisão de contingências legais e as informações incluídas na base de dados de litígios;
 - Revisão pela Equipe Jurídica da Companhia das informações fornecidas pelos escritórios de advocacia externos.
- (iv) *Operação ineficiente dos controles sobre a contratação e pagamento de serviços jurídicos:*
- Revisão do processo de contratação de serviços jurídicos externos, garantindo a eficácia dos controles realizados pelo Departamento Jurídico;
 - Implementação do novo processo para contratação realizada sem o envolvimento da equipe adequada, exigindo uma aprovação pelo Vice-Presidente Jurídico;
 - Treinamento dos membros da equipe jurídica com relação ao procedimento de contratação de serviços jurídicos externos.
- (v) *Controles ineficazes sobre a quantidade de produtos enviados:*
- Avaliação do processo atual de vendas e implementação das medidas adequadas para garantir a eficácia dos controles.

Ações de remediação que tratem das deficiências materiais divulgadas em 2018

A Companhia implementou procedimentos e atividades de controle aprimorados, que permitiram a remediação de certas deficiências relevantes descritas no relatório anual de 2018 do Formulário 20-F.

Com relação às deficiências relevantes do ambiente de controle e avaliação de risco da Companhia, a Companhia implementou diversas ações para tratar da mitigação completa dos riscos associados com nossas demonstrações financeiras, entretanto, a Companhia acredita que será capaz de tratar de todos os componentes e princípios da estrutura de controle interno no relatório financeiro apenas em 2020.

Projeto e operação ineficiente dos GITCs:

A Braskem tomou diversas medidas com relação à melhoria no ambiente de controle de tecnologias de informações gerais. Esses esforços conseguiram remediar um ponto fraco relevante com relação aos GITCs do sistema de ERP da Companhia, entretanto, alguns controles aplicáveis a outros sistemas auxiliares não foram integralmente remediados em 2019, e a Braskem se compromete a remediar esses controles em 2020.

Projeto e operação ineficientes de controles dentro do processo de divulgação financeira:

Nosso departamento contábil revisou o processo de relatório financeiro e implementou novos controles em 2019, entretanto, a Administração entende que ações adicionais devem ser tomadas em 2020, para melhorar a eficácia do processo de relatório financeiro.

Operação ineficiente de controles sobre a provisão de contingências legais:

Em 2019, nosso departamento jurídico revisou o processo de contingências legais e melhorou

significativamente os controles, incluindo a reconciliação da análise do processo de litígio e a razão geral, os controles implementados pelo departamento jurídico também foram capazes de garantir a completude e a precisão das contingências e comunicação entre nossos departamentos Jurídico e Contábil melhorou. Entretanto, existem evidências de que a operação de controles não foi coletada e avaliada, como parte do desempenho de controles, a Companhia aumentará os controles em 2020.

Operação ineficiente dos controles sobre a contratação e pagamento de serviços jurídicos:

O departamento Jurídico da Companhia projetou controles com relação a compra de e pagamento por serviços jurídicos em 2019 e se comprometeu a melhorar a eficácia destes controles em 2020 para mitigar os riscos do processo existente de forma integral.

Projeto ineficiente de controles sobre a compra de matérias-primas:

Em 2019, o departamento de matéria-prima implementou novos controles com relação à supervisão de compras e pagamentos de matérias-primas. Estes controles conseguiram garantir que a matéria-prima recebida dos fornecedores fosse adequada em termos de quantidade e qualidade. Estes esforços garantiram a remediação de deficiências relevantes.

Mudanças nos controles internos sobre relatórios financeiros

Além de determinadas mudanças e das atividades de remediação descritas acima, não houve alterações nos controles internos de divulgação financeira durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, que afetariam de forma relevante ou que se espera que possam vir a afetar de forma relevante os controles internos de divulgação financeira da Companhia.

ITEM 16A. PERITO FINANCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Nosso conselho fiscal atualmente inclui "perito financeiro" segundo o significado deste Item 16A. Nosso conselho fiscal determinou que Ismael Campos de Abreu é nosso perito financeiro do conselho fiscal. As informações biográficas do Sr. Abreu constam do "Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários-Conselheiros e diretores-Conselho Fiscal." Em vista de o nosso conselho não ter feito menção direta a respeito da independência do Sr. Abreu, como esse termo é definido na Regra 303A.02 do Manual de empresas Listadas da New York Stock Exchange, ele não é considerado independente segundo esta regra. No entanto, ele atende os padrões de independência para conselheiros fiscais de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Vide "Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários-Conselheiros e diretores-Conselho Fiscal" para mais informações.

ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA

Adotamos um código de conduta que se aplica a membros do nosso conselho de administração, conselho fiscal e diretoria bem como a nossos demais funcionários. O código de conduta atual foi aprovado pelo conselho de administração da Companhia em abril de 2018 e alterado em setembro de 2018. Esse código de conduta pode ser acessado no website www.braskem.com.br. As informações constantes do site ou que podem ser acessadas através dele não estão incluídas neste relatório anual nem são a ele incorporadas por referência.

ITEM 16C. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES PRINCIPAIS

Honorários relacionados e não relacionados a auditoria

A tabela a seguir contém os honorários faturados à Companhia por seu escritório registrado e independente de contabilidade, a KPMG Auditores Independentes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018
	<i>(em milhões de reais)</i>	
Honorários de auditoria ⁽¹⁾	12,7	11,9
Honorários relacionados a auditoria ⁽²⁾	2,1	0,0
Consultoria tributária ⁽³⁾	1,9	1,9
Todos os outros honorários.....	0,2	0,0

**Exercício findo em 31 de
dezembro de**

2019 2018

(em milhões de reais)

Total dos honorários	16,9	13,8
----------------------------	------	------

- (1) Honorários de auditoria representam o total dos honorários faturados por escritórios registrados e independentes de contabilidade com relação à auditoria das demonstrações financeiras anuais, revisões intermediárias, e reservas relacionadas à auditoria e exame de demonstrações financeiras e outros documentos apresentados à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC).
- (2) Honorários relacionados a auditoria se referem a serviços prestados em conexão com ofertas de dívida anteriores.
- (3) Consultoria tributária representa o total dos honorários relativos a revisões tributárias faturados por escritórios registrados e independentes de contabilidade.

Políticas e procedimentos de aprovação prévia

Os nossos conselho fiscal e conselho de administração aprovaram a Política de Aprovação Prévia de Serviços Relacionados a Auditoria e Não Relacionados a Auditoria que estabelece os procedimentos e as condições segundo os quais os serviços propostos a serem prestados por nossos auditores independentes registrados poderão ser previamente aprovados. Esta política destina-se a (1) conceder tanto aprovação prévia genérica de certos tipos de serviços por meio do uso de programa estabelecido anualmente prevendo os tipos de serviços que já foram previamente aprovados para um determinado exercício e, no que respeita a serviço não incluído em programa anual, aprovação prévia especial de serviços em base caso a caso pelo nosso conselho fiscal e por nossos auditores independentes registrados e (2) avaliar o cumprimento dos procedimentos e políticas de aprovação prévia. Nossa administração periodicamente relata ao nosso conselho fiscal a natureza e escopo dos serviços relacionados e não relacionados a auditoria prestados por nossos auditores independentes registrados, estando também obrigada a reportar ao nosso conselho fiscal qualquer violação desta política de que nossa administração tomar conhecimento.

ITEM 16D. ISENÇÕES DAS NORMAS DE LISTAGEM EM BOLSA PARA COMITÊ DE AUDITORIA

Estamos nos enquadrando na isenção genérica das normas de listagem com referência a conselhos fiscais prevista na Regra 10A-3(c)(3) da Lei do Mercado de Capitais (Exchange Act) pelos seguintes motivos:

- a Companhia é um emissor privado estrangeiro que possui um conselho fiscal, que constitui um conselho de auditores (ou órgão similar) instituído e selecionado nos termos da lei brasileira e como expressamente ali permitido;
- a lei brasileira exige que o conselho fiscal seja separado do conselho de administração;
- os membros do nosso conselho fiscal não são eleitos por nossa administração, sendo que nenhum de nossos diretores é membro do nosso conselho fiscal;
- a lei brasileira fornece padrões de independência do nosso conselho fiscal para com a nossa administração;
- nosso conselho fiscal, em conformidade com seu documento constitutivo, faz recomendações ao nosso conselho de administração acerca da nomeação, contratação e fiscalização do trabalho de qualquer empresa de auditoria independente registrada contratada (inclusive, a intermediação de desavenças entre nossas administração e nossos auditores independentes registrados acerca de relatórios financeiros) com a finalidade de elaborar ou emitir relatório fiscal ou prestar outros serviços de auditoria, revisão ou certificação para nossa Companhia, já que a lei brasileira exige que nosso conselho de administração nomeie, contrate e supervisione o trabalho dos nossos auditores independentes registrados;
- nosso conselho fiscal (1) implantou procedimentos para receber, contratar e tratar de queixas acerca de questões contábeis, de controle interno e de problemas de auditoria, inclusive a apresentação de queixas confidenciais e anônimas de empregados acerca de contabilidade ou auditoria questionável, e (2) tem poderes para contratar advogado independente e demais consultores conforme se reputar necessário para o desempenho de suas funções; e

- nossa empresa remunera nossos auditores independentes registrados e quaisquer consultores externos contratados pelo conselho fiscal e fornece recursos para despesas administrativas ordinárias incorridas pelo conselho fiscal no decorrer do desempenho de suas funções.

Não cremos, contudo, que nosso respaldo nesta isenção genérica prejudicará substancialmente a capacidade do nosso conselho fiscal de atuar de forma independente e de atender às demais exigências das normas de listagem atinentes a conselhos fiscais contidas na Regra 10A-3 nos termos do Exchange Act.

ITEM 16E. COMPRAS DE AÇÕES PELO EMISSOR E COMPRADORAS AFILIADAS

	Quantidade total de ações adquiridas	Preço médio pago por ação	Quantidade total de ações adquiridas como parte de planos ou programas anunciados publicamente	Quantidade máxima de ações que podem ainda ser adquiridas nos termos dos planos ou programas
Período:				
De 29 de agosto de 2012 a 28 de agosto de 2013	262.300	R\$13,30	1,961000%	13.376.161
De 19 de fevereiro de 2015 a 18 de fevereiro de 2016	80.000	R\$11,58	0,030096%	3.500.000

Em 13 de agosto de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou um programa de recompra de ações para recompra de até 13.376.161 ações preferenciais classe A a valor de mercado na B3 a qualquer momento e de tempos em tempos, até 28 de agosto de 2013. Em 2012, a Companhia recomprou 262.300 ações segundo o programa. Não houve recompra de ações em 2013 e 2014.

Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o quinto programa de recompra de ações, vigente entre 19 de fevereiro de 2015 e 18 de fevereiro de 2016, através do qual a Companhia poderia adquirir até 3.500.000 ações preferenciais classe A a valor de mercado.

Até 20 de abril de 2015, a Companhia havia recomprado 80.000 ações preferenciais classe A pelo valor total de R\$ 0,9 milhão.

ITEM 16F. ALTERAÇÃO NO CONTADOR CERTIFICADO DA REQUERENTE

Não se aplica.

ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 4 de novembro de 2003, a SEC aprovou as regras finais de governança corporativa estabelecidas pela NYSE. Segundo tais regras, os emissores privados estrangeiros listados na NYSE, como é o caso da Braskem, estão sujeitos a um conjunto de exigências de governança corporativa mais limitado do que aquelas impostas a emissores dos Estados Unidos. Na condição de emissor privado estrangeiro, a Braskem deverá cumprir os seguintes requisitos impostos pela NYSE:

- A Braskem deverá satisfazer as exigências de comitê de auditoria da Regra 10A-3 do Exchange Act;
- O Diretor Presidente da Braskem deverá notificar prontamente a NYSE, por escrito, na eventualidade de algum diretor da Braskem tomar conhecimento de um descumprimento relevante de qualquer uma das regras aplicáveis de governança
- A Braskem deverá fornecer uma descrição sucinta das diferenças entre as práticas de governança corporativa da Braskem e aquelas que devem ser seguidas por emissores dos Estados Unidos de acordo com as regras de governança corporativa da NYSE; e

- A Braskem deverá apresentar à NYSE uma declaração por escrito assinada e anual e uma declaração provisória por escrito cada vez que ocorrer uma mudança no conselho de administração da Braskem ou em qualquer um dos comitês do conselho de administração da Braskem que estiverem sujeitos à Cláusula 303A, sempre na forma especificada pela NYSE.

Diferenças significativas

As diferenças significativas entre as práticas de governança corporativa da Braskem e as normas de governança corporativa da NYSE espelham essencialmente diferenças entre os sistemas legais dos Estados Unidos e do Brasil. A Braskem é obrigada a cumprir as normas de governança corporativa expostas na Lei das Sociedades por Ações do Brasil, as regras da CVM e as normas aplicáveis da B3, bem como aquelas enunciadas nos estatutos da Companhia.

As diferenças entre as práticas de governança corporativa da Braskem e as normas de governança corporativa da NYSE são como segue:

Independência dos conselheiros e verificações de independência

Em geral, as normas de governança corporativa da NYSE exigem que as empresas listadas tenham uma maioria de conselheiros independentes e enuncia os princípios pelos quais uma empresa listada pode concluir se um conselheiro é independente. No entanto, pelas normas de governança corporativa da NYSE, uma empresa listada (seja ou não dos Estados Unidos) que tenha mais de 50% do poder de voto detido por outra empresa (“empresa controlada”) não é obrigada a cumprir as seguintes normas de governança corporativa da NYSE:

- A empresa controlada não precisa ter uma maioria de conselheiros independentes;
- A empresa controlada não precisa designar um comitê de governança corporativa integrado por conselheiros independentes com um objeto de acordo com as normas de governança corporativa da NYSE; e
- A empresa controlada não precisa ter um comitê de remuneração composto por conselheiros independentes, com um objeto de acordo com as normas de governança corporativa da NYSE.

Como a maior parte do poder de voto das ações da Braskem é diretamente controlado pela Odebrecht, a Braskem é uma empresa controlada, e como tal não seria obrigada a ter uma maioria de conselheiros independentes, como se fosse um emissor dos Estados Unidos.

Embora a Lei das Sociedades por Ações e os estatutos da Braskem determinem normas com respeito a alguns requisitos de qualificação dos conselheiros, nem a mencionada lei nem os referidos estatutos exigem que a Braskem tenha uma maioria de conselheiros independentes ou que o conselho de administração ou os gestores da Braskem verifiquem a independência dos conselheiros da Braskem antes de sua nomeação.

Sessões executivas

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que conselheiros de uma empresa listada que não façam parte da diretoria se reúnam periodicamente sem a presença dos diretores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, até 1/3 dos membros do conselho de administração da Braskem pode ser eleito para funções executivas. Com exceção do CEO da Companhia, atualmente todos os conselheiros da Braskem são conselheiros não executivos. Os conselheiros não executivos não dispõem de poderes expressos para atuar como um controle da administração da Braskem, e não há exigência legal de que se reúnam periodicamente sem a administração.

Comitês de nomeação/governança corporativa e remuneração

As normas de governança corporativa da NYSE estabelecem que a empresa listada tenha um comitê de nomeação/governança corporativa e um comitê de remuneração, cada um deles totalmente formado por conselheiros independentes, e cada um com um objeto por escrito que trata de determinados deveres. No entanto, como empresa controlada, a Braskem não estaria obrigada a cumprir essas exigências se fosse uma empresa dos Estados Unidos.

Nos termos da legislação brasileira, a Braskem não é obrigada a ter, e portanto não tem um comitê de nomeação/governança corporativa. Atualmente, todos os conselheiros da Braskem são nomeados por determinados acionistas, entre eles a Odebrecht, em consonância com acordos de acionistas e os estatutos da Braskem.

A Braskem não é obrigada, pela legislação brasileira, a ter um comitê de remuneração. Contudo, a Braskem conta com um comitê de pessoal e organização, que é um subcomitê de seu conselho de administração responsável, entre outros aspectos, por analisar propostas e fazer recomendações ao conselho de administração da Braskem com respeito à remuneração total paga aos diretores da Braskem, incluindo o diretor presidente. Esse comitê contribui, junto com o conselho de administração, com a avaliação anual do desempenho do diretor presidente, com base nas metas e objetivos previamente definidos e aprovados pelo conselho de administração, e analisa os resultados da avaliação anual conduzida pelo diretor presidente dos integrantes associados diretamente a ele, sendo que os resultados devem ser submetidos ao conselho de administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Braskem, reunidos em assembleia geral, determinam a remuneração conjunta de seus conselheiros e diretores, incluindo benefícios e estipêndios, com base na recomendação do conselho de administração da Braskem.

Comitê de auditoria e requisitos adicionais referentes ao comitê de auditoria

As normas de governança corporativa da NYSE exigem que a empresa listada tenha um comitê de auditoria, com um objeto por escrito tratando de determinados deveres especificados, e integrado por no mínimo três membros, que deverão, todos eles, satisfazer as exigências de independência da Regra 10A-3 do Exchange Act e a Cláusula 303A.02 do Manual de Empresas Listadas da NYSE.

Como emissor privado estrangeiro qualificado para a isenção geral das normas de listagem relativas a comitês de auditoria expostas na Cláusula 10A-3(c)(3) do Exchange Act, a Braskem não está sujeita aos requisitos de independência das normas de governança corporativa da NYSE. Vide “Item 16D. Isenções das normas de listagem referentes a comitês de auditoria”.

Aprovação dos planos de remuneração em ações pelos acionistas

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que os acionistas de empresas listadas tenham a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração em ações e suas revisões importantes, com algumas exceções.

Nos termos da Resolução nº. 567 da CVM, é exigida uma aprovação prévia dos acionistas para a adoção e a revisão de qualquer plano de remuneração baseado em ações. Em 21 de março de 2018, os acionistas aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, que é um plano de remuneração baseado em ações que oferece anualmente uma oportunidade para determinados integrantes, selecionados pelo Conselho de Administração, para aderir de forma voluntária ao plano por meio da aquisição de ações sem custo nenhum (*matching shares*) após o período de carência de três anos, contanto que o integrante mantenha as ações de forma contínua e permaneça na empresa durante o período de carência.

Diretrizes de governança corporativa

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que as empresas listadas adotem e divulguem diretrizes de governança corporativa tratando de algumas normas mínimas específicas, que compreendem: (1) normas de qualificação dos conselheiros; (2) responsabilidades dos conselheiros; (3) acesso dos conselheiros aos diretores e consultores independentes; (4) remuneração dos conselheiros; (5) orientação e educação permanente dos conselheiros; (6) sucessão da administração e (7) avaliação anual do desempenho do conselho de administração.

A Braskem adotou as normas de governança corporativa da B3 para empresas do Nível 1 e está obrigada também a cumprir determinadas normas de governança corporativa expostas na Lei das Sociedades por Ações. Vide “Item 9. Oferta e listagem—Negociações na B3.” As regras referentes ao Nível 1 não exigem que a Braskem adote e divulgue diretrizes de governança corporativa tratando as questões expostas nas normas de governança corporativa da NYSE. No entanto, algumas disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis à Braskem tratam de alguns aspectos das normas de qualificações de conselheiros e responsabilidade de conselheiros.

Código de conduta e ética de negócios

As normas de governança corporativa da NYSE estabelecem que as empresas listadas devem adotar e divulgar código de conduta e ética de negócios para conselheiros, diretores e funcionários, divulgando prontamente as eventuais dispensas do código em relação a conselheiros ou diretores. O código de conduta e ética de negócios deve

abordar as seguintes questões: (1) conflitos de interesse; (2) oportunidades corporativas; (3) confidencialidade; (4) tratamento justo; (5) proteção e uso adequado dos ativos da empresa; (6) cumprimento das leis, normas e regulamentos (incluindo leis de negociação com informações privilegiadas – insider trading) e (7) incentivo à notificação de comportamento ilegal ou antiético.

A Braskem adotou um código de ética que se aplica a seus conselheiros, diretores e funcionários e aborda todos os itens acima relacionados. O código de conduta comercial da Braskem está disponível no site da Braskem, em www.braskem.com.br. As informações constantes do site ou que podem ser acessadas através dele não estão incluídas neste relatório anual nem são a ele incorporadas por referência. Não são permitidas dispensas das disposições do código de ética, com exceção do fato de as restrições a atividades externas não se aplicarem aos conselheiros da Braskem e aos membros de seu conselho fiscal.

ITEM 16H. DIVULGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DE MINAS

As informações relativas a violações à segurança de minas ou de outros itens regulatórios exigidos segundo a Seção 1503(a) do *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* e este Item estão inclusas no anexo 99.01.

PARTE III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia optou por responder ao Item 18 em vez de responder a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 19 relaciona todas as demonstrações financeiras apresentadas como parte deste relatório anual.

ITEM 19. ANEXOS

(A) Demonstrações Financeiras

Pareceres dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	F-[●]
Demonstrações da Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.....	F-[●]
Demonstrações consolidadas do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.....	F-[●]
Demonstrações consolidadas de fluxo de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	F-[●]

(b) Lista de anexos

Número do Anexo	Anexo
1.01	Estatuto Social da Braskem S.A., conforme alterado (tradução em inglês) (incorporado por referência ao Anexo 1 do Formulário 6-K da Braskem S.A. arquivado em 22 de outubro de 2018).
2.01	Formulário de Contrato de Depósito alterado e consolidado, datado de 4 de janeiro de 2017, celebrado entre a Braskem S.A., The Bank of New York Mellon, na qualidade de Depositária, e proprietários e detentores das American Depositary Shares emitidas segundo esse documento (incorporado por referência ao Anexo 1 do Formulário F-6 da Braskem S.A. arquivado em 22 de dezembro de 2016).
2.02	Descrição dos Valores Mobiliários
3.01	Acordo de Acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Braskem S.A., datado de 8 de fevereiro de 2010, celebrado entre Odebrecht S.A., Odebrecht Serviços e Participações S.A., Petrobras Química S.A. (Petroquisa), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e Braskem S.A. na qualidade de intervenientes anuentes (tradução em inglês), conforme alteração em 24 de setembro de 2018 e conforme aderência de OSP Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018 (incluído por referência ao Anexo 1 do Formulário 6-K da Braskem S.A. arquivado em 28 de fevereiro de 2019).
4.03	Plano de Prêmio de Ações Restritas da Braskem S.A. aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2018 (tradução em inglês) (incluída por referência ao Anexo 1 do Formulário 6-K da Braskem S.A. arquivado em 22 de março de 2018).
4.04	Contrato de Compra de Nafta, datado de 23 de dezembro de 2015, entre Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Braskem S.A. (tradução em inglês). (*Foi solicitado tratamento confidencial para determinadas partes omitidas deste anexo de acordo com a Regra 24b-2 nos termos do Securities Exchange Act de 1934, e alterações posteriores. As partes confidenciais deste Anexo foram apresentadas separadamente à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA) (incorporadas por referência no Anexo 4.04 do Formulário 20-F da Braskem S.A. apresentado em 5 de maio de 2016).
8.01	Lista de subsidiárias (incluída por referência à nota explicativa 2.1.1 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, incluídas neste relatório anual).
11.01	Código de Conduta da Braskem S.A. conforme alterado (tradução em inglês) (incorporado por referência ao Anexo 1 do Formulário 6-K da Braskem S.A. arquivado em 17 de dezembro de 2018).

- 12.01 Certificado do Diretor Presidente, datado de 12 de junho de 2020, nos termos das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act.
- 12.02 Certificado do Diretor Financeiro, datado de 12 de junho de 2020, nos termos das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act.
- 13.01 Certificados do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro datados de 12 de junho de 2020, nos termos do 18 U.S.C. Artigo 1350, adotado conforme a Cláusula 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 99.01 Divulgação de Dados de Segurança de Minas e de Segurança de Administração de Saúde.

ASSINATURAS

A requerente, por este ato, atesta que observou todas as exigências de arquivamento segundo o Formulário 20-F e devidamente autorizou o infra-assinado a firmar o presente relatório anual em seu nome.

Data: 12 de junho de 2020

BRASKEM S.A.

Por: /a/ Roberto Lopes Pontes Simões
Nome: Roberto Lopes Pontes Simões
Cargo: Diretor Presidente

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pareceres dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	F-[●]
Demonstrações da Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Demonstrações consolidadas de fluxo de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017	F-[●]
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	F-[●]

Número do Anexo	Anexo
2.02	Descrição dos Valores Mobiliários
12.01	Certificado do Diretor Presidente, datado de 12 de junho de 2020, nos termos das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act.
12.02	Certificado do Diretor Financeiro, datado de 12 de junho de 2020, nos termos das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act.
13.01	Certificados do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro datados de 12 de junho de 2020, nos termos do 18 U.S.C. Artigo 1350, adotado conforme a Cláusula 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
99.01	Divulgação de Dados de Segurança de Minas e de Segurança de Administração de Saúde.

CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 302 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Eu, Roberto Lopes Pontes Simões, certifico que:

1. Examinei este relatório anual do Formulário 20-F da Braskem S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica de fato relevante, nem deixa de declarar um fato relevante necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras contidas neste relatório apresentam de modo justo, em todos os aspectos relevantes à situação financeira, os resultados operacionais e fluxos de caixa da companhia em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da Companhia somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Normas 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras (conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) para a companhia; e:
 - (a) Desenvolvemos tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação de informações fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas a nosso conhecimento por terceiros pertencentes a essas entidades, especialmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Desenvolvemos esses controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, ou fizemos com que tais controles sobre a divulgação de informações financeiras fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para fornecer garantias razoáveis com relação à confiabilidade da divulgação das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações no final do período coberto por este relatório, com base nesta avaliação; e
 - (d) Divulgamos neste relatório quaisquer alterações nos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras da Companhia que ocorreram durante o período coberto neste relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou tenham probabilidade razoável de afetar de forma relevante, os controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras; e
5. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da companhia divulgamos, com base em nossa mais recente avaliação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou às pessoas que exercem função equivalente):
 - (a) Todas as deficiências significativas e limitações relevantes na criação ou na operação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras que tenham probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e relatar informações financeiras; e
 - (b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo nos controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

Data: 12 de junho de 2020.

Por: /a/ Roberto Lopes Pontes Simões
Nome: Roberto Lopes Pontes Simões
Cargo: Diretor Presidente

CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 302 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Eu, Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas, certifico que:

1. Examinei este relatório anual do Formulário 20-F da Braskem S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica de fato relevante, nem deixa de declarar um fato relevante necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras contidas neste relatório apresentam de modo justo, em todos os aspectos relevantes à situação financeira, os resultados operacionais e fluxos de caixa da companhia em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da Companhia somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Normas 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras (conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) para a companhia; e:
 - (a) Desenvolvemos tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação de informações fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas a nosso conhecimento por terceiros pertencentes a essas entidades, especialmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Desenvolvemos esses controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, ou fizemos com que tais controles sobre a divulgação de informações financeiras fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para fornecer garantias razoáveis com relação à confiabilidade da divulgação das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações no final do período coberto por este relatório, com base nesta avaliação; e
 - (d) Divulgamos neste relatório quaisquer alterações nos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras da Companhia que ocorreram durante o período coberto neste relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou tenham probabilidade razoável de afetar de forma relevante, os controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras; e
5. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da companhia divulgamos, com base em nossa mais recente avaliação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou às pessoas que exercem função equivalente):
 - (a) Todas as deficiências significativas e limitações relevantes na criação ou na operação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras que tenham probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e relatar informações financeiras; e
 - (b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo nos controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

Data: 12 de junho de 2020.

Por: /a/ Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Nome: Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Cargo: Diretor Financeiro

**CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 906 DA LEI SARBANES-
OXLEY DE 2002**

Em conformidade à Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 (subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18 do Código dos Estados Unidos (United States Code), cada um dos diretores signatários da Braskem S.A. (a “Companhia”), certifica, por meio deste, que, com base em seu conhecimento:

O Relatório Anual da Companhia em Formulário 20-F para o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Formulário 20-F”), conforme arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA cumpre integralmente todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam de forma justa, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Data: 12 de junho de 2020.

Por: /a/ Roberto Lopes Pontes Simões
Nome: Roberto Lopes Pontes Simões
Cargo: Diretor Presidente

Por: /a/ Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Nome: Pedro van Langendonck Teixeira de
Freitas
Cargo: Diretor Financeiro

DIVULGAÇÃO DE DADOS DE SEGURANÇA DE MINAS E DE SEGURANÇA DE ADMINISTRAÇÃO DE SAÚDE

A Companhia opera uma mina de sal no Polo de Alagoas, conforme discutido no “Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade de Vinílicos—Matérias-Primas da Unidade de Vinílicos—Sal”. Tal mina utiliza o sistema de poços para extração de sal e não expõe seus trabalhadores ao interior da mesma. Uma vez que a mina está localizada no Brasil, ela não está sujeita às normas de Segurança de Minas e Administração da Saúde (MSHA) do Federal Mine Safety and Health Act de 1977 (Mine Act).

No exercício de 2019, nenhuma das operações de mineração da Companhia recebeu aviso por escrito do MSHA com relação a (i) violação da seção 104 do Mine Act ou violação não justificada do operador da mina em relação à seção 104(d) do Mine Act; (ii) violação flagrante da seção 110(b)(2) do Mine Act; (iii) perigo eminente segundo a seção 107(a) do Mine Act; (iv) avaliação proposta segundo o Mine Act; ou (v) padrão de violações das normas obrigatórias de saúde e segurança de natureza que pudessem ter contribuído significativa e materialmente para a causa e efeito de saúde de mina e perigos de segurança da Companhia de acordo com a seção 104(e) do Mine Act ou tivessem potencial de apresentar tal padrão.

Para o exercício de 2019, a Companhia não verificou nenhuma fatalidade relacionada à mina, nem se envolveu em nenhuma ação legal pendente junto ao Federal Mine Safety and Health Review Commission com relação a sua mina.

As operações de mineração da Braskem no estado de Alagoas possuem licença ambiental emitida pela agência estadual de proteção ambiental com validade até 2022 e estão respaldadas pelo código de mineração formalizada pela Concessão de Mineração obtida pelo Governo federal. Em razão do relatório resumido emitido pela Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia, em 8 de maio de 2019, as atividades dos poços de extração de sal objetos das licenças ambientais foram suspensas pela empresa ambiental do estado do Alagoas, e a Agência de Mineração Nacional (o órgão regulador e fiscalizador das atividades de mineração) ordenou a interrupção das atividades de mineração em 9 de maio de 2019.